



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

JOSÉ MARIA ALMEIDA NETO

**AS MUDANÇAS DE USOS DA PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUA: DO PONTO DO
CHAFARIZ ÀS ÁGUAS DA INTELLECTUALIDADE. FORTALEZA- CE, 1888 -1943**

FORTALEZA

2015

JOSÉ MARIA ALMEIDA NETO

AS MUDANÇAS DE USOS DA PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUA: DO PONTO DO
CHAFARIZ ÀS ÁGUAS DA INTELLECTUALIDADE. FORTALEZA-CE, 1888-1943

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de ciências Humanas

A448m

Almeida Neto, José Maria.

As mudanças de usos da Praça Clóvis Beviláqua: do ponto do chafariz às águas da intelectualidade. Fortaleza-CE, 1888-1943 / José Maria Almeida Neto. -- 2015.
177 f. ; il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.

1. Espaços públicos – Aspectos sociais – Praça Clóvis Beviláqua(Fortaleza,CE) – 1888-1943. 2. Vida urbana – Praça Clóvis Beviláqua(Fortaleza,CE) – 1888-1943. 3. Praça Clóvis Beviláqua(Fortaleza,CE) – Condições sociais – 1888-1943. 4. Praça Clóvis Beviláqua(Fortaleza,CE) – Usos e costumes – 1888-1943. 5. Representações sociais – Praça Clóvis Beviláqua(Fortaleza,CE) – 1888-1943. I. Título.

CDD307.76209813109034

JOSÉ MARIA ALMEIDA NETO

AS MUDANÇAS DE USOS DA PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUA: DO PONTO DO
CHAFARIZ ÀS ÁGUAS DA INTELLECTUALIDADE. FORTALEZA-CE, 1888-1943

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal do Ceará como requisito parcial para a
obtenção do grau de mestre em História. Área
de concentração: História Social.

Aprovada em: 25 / 09 / 2015

BANCA EXAMINADORA

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Clóvis Ramiro Jucá Neto

Prof. Dr. Clóvis Ramiro Jucá Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Hélder do Nascimento Viana

Prof. Dr. Hélder do Nascimento Viana
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

À minha mãe, D. Elilde.

AGRADECIMENTOS

Estas são as primeiras linhas que, por último, foram escritas neste trabalho. Durante uma caminhada, muitos são os auxiliares no percurso com os quais adquirimos uma dívida eterna de gratidão. Muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, ajudaram na pesquisa, na elaboração, leitura e escrita desse texto. Vou arriscar colocar alguns nomes que não poderiam deixar de ser citados por suas enormes contribuições e ajuda, mas já peço perdão se, por acaso, alguém não se sentir contemplado. Minha consideração por todos é muito maior que estas linhas!

Em primeiro lugar um agradecimento ao meu Deus pela força e capacidade que me foi dada para cumprir este objetivo.

Preciso agradecer todo o carinho e paciência da minha esposa, Jéssica Gondim, que sonhou comigo desde os primeiros dias do projeto para a seleção do mestrado até os momentos mais felizes e tristes desse longo percurso de pesquisa e escrita. Obrigado, amor, por suas leituras, suas sugestões e sensibilidade, sem isto a dissertação não teria chegado aqui. Sua compreensão foi essencial para mim. Te amo! Meu amor por você é incondicional.

A minha família, especialmente, a minha mãe, D. Elileide, a quem dedico este trabalho, e a minha avó, D. Conceição. Exemplos de mulheres, mães e que me deram uma educação linda, sem nunca deixar de incentivar os meus estudos. Mãe, hoje eu sei o esforço que foi feito para que eu chegasse até aqui e sou o que sou não por minha capacidade, mas por sua perseverança. Te amo! A todos os membros da família Almeida que são parte também dessa conquista e agradeço a cada um: tios e tias, especialmente, Soneide e Nonato, à pequena e linda Raquel que deixou o mundo melhor, aos primos e às suas esposas e à querida Cecília que chegou durante a escrita enchendo a casa de alegria.

Agradeço, imensamente, ao professor Antonio Luiz Macêdo Silva e Filho o senhor mostrou na prática o que é ser um mestre. Muito obrigado pela paciência, por todas as conversas, todos os livros sugeridos, os textos que levou para mim, as correções, o alívio que me deu depois de todas as boas orientações. Como foram reconfortantes todos os momentos de conversa sobre a pesquisa. Sua contribuição foi essencial e aprendi muito com o senhor, durante a graduação e durante o período de mestrado. Muito obrigado.

Aos amigos e professores dos tempos de colégio, pessoas essenciais na minha formação, especialmente ao professore de História: Carlos Henrique Teotônio Alves por ter me ensinado a amar tanto a pesquisa quanto o ensino de História.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos da Graduação em História, todos da turma 2008.1 da Universidade Federal do Ceará (UFC). Aos membros e fundadores do clube Mira Y Lopez Futebol Clube, um expoente da arte esportiva e boemia da turma. Especialmente, agradeço aos companheiros de jornada, Lucas dos Santos Nascimento, Anderson Carneiro, Anderson Wesley, Leonardo Ibiapina, Werley Soares, José Nilo e Antônio José, vulgo Tom Zé. A admiração que tenho por vocês é inenarrável. Obrigado pelas conversas, conselhos e companhia.

Aos professores do curso de História, durante Graduação e Mestrado, meu muito obrigado. Professora Ivone Cordeiro, primeira incentivadora dessa pesquisa ainda durante os estudos da graduação e todos os outros que marcaram meu percurso como estudante do curso de História: Prof. Carlos Henrique Barbosa, Mário Martins, Kênia Sousa Rios, Almir Leal de Oliveira, os dois últimos tanto na graduação como no mestrado. Ao querido e amigo Prof. Jaílson Pereira, com o qual troquei tantas ideias e comentários sobre história e assuntos diversos e que gentilmente aceitou participar da banca de qualificação, suas sugestões foram imprescindíveis, caro companheiro. A todos os participantes do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Teoria e Documento. Muito obrigado. Ao professor Clóvis Ramiro Jucá Neto agradeço-lhe por todas as conversas durante a disciplina no mestrado e por compor a banca de qualificação deste trabalho dando contribuições fundamentais. Assim também estendo os agradecimentos ao professor Helder Viana da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ler e contribuir na defesa, apesar de todos os imprevistos ocorridos. Muito obrigado.

À turma de mestrado mais unida e alegre que conheço. Amigos de sala de aula, das conversas na cantina, das trocas de materiais, que inúmeras vezes enviaram textos e bibliografia com o simples objetivo de ajudar. Queridos companheiros Anderson Galvão, Renato Mesquita, Ana Carolina Rodrigues, Igor Feitosa, Anderson Sousa, Suely Freitas, Paula Machado, Jocélio, Adriana Santos, Camila Queiroz, Aterlane Martins, Cristina Aguiar e Jamily, muito obrigado! Ficou marcado. Mestrado 2013.

Aos amigos que, próximos ou distantes, não posso deixar de citá-los por suas enormes contribuições: Erichsen Izídio Saboia, obrigado por ler e compartilhar comigo suas opiniões sobre os meus escritos; Cícero Avelino, grande amigo e professor; companheiros do Projeto Novo Vestibular (2011-2012) na área de História. Agradeço à Ana Carla Pereira, mestranda em História e Mayara Mendes, estudante da Faculdade de Direito, que tanto ajudaram disponibilizando fontes e indicando tantas outras por suas afinidades com o tema aqui tratado; à Professora Margarida Júlia Andrade obrigado pela conversa, pela

disponibilidade de seu material de tese e por seu carinho e preocupação com o andamento da pesquisa.

Agradeço enormemente ao colecionador Miguel Ângelo de Azevedo Nirez. Sua disposição em ajudar foi brilhante. Obrigado por ter se disposto a contribuir com seu acervo particular de fotos sobre a Praça Clóvis Beviláqua (Praça de Pelotas/ Praça da Bandeira). A conversa e seus arquivos são imensuráveis em palavras. À dona Madalena que conhece tão bem as precárias instalações da Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) e, apesar do estado da reforma, ainda assim trabalha para ajudar a pesquisadores que tanto precisam de materiais que ali se encontram. Muito obrigado por sua paciência tanto na BPMP como na Academia Cearense de Letras (ACL). Assim também agradecimentos registrados aos funcionários do Arquivo Público do Ceará (APEC), que mesmo trabalhando em condições não desejáveis para uma instituição pública tão importante, não medem esforços para ajudar aos pesquisadores que ali chegam. Aos funcionários e funcionárias das Bibliotecas do Centro de Humanidades e da Faculdade de Arquitetura da UFC, que inúmeras vezes resolveram pendências, ajustaram condições para o empréstimo de livros e dissertações. Alargo o agradecimento a todos os bolsistas e a secretária Luciana, do Programa de Pós-Graduação em História, que organizou e comunicou tudo que foi possível ao longo desse período e ao querido e amigo Gil da Xérox, muito obrigado.

Por fim, agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro, que sem este seria mais árdua nossa tarefa. Obrigado.

RESUMO

Neste trabalho procuramos compreender as mudanças de uso da atual Praça Clóvis Beviláqua (antiga, Praça de Pelotas e Praça da Bandeira) na cidade de Fortaleza-CE, no período compreendido entre 1888 e 1943, quando este espaço da cidade passou por incisivas alterações. Para tanto, buscamos mapear os usos da praça no final do século XIX e como se deram as alterações físicas e simbólicas no século seguinte quando aquele logradouro passou a ser completamente inserido nas dimensões urbanas da cidade, sendo escolhido como local de construções das caixas de água (reservatórios de abastecimento da cidade) e do prédio da Faculdade de Direito. Assim, tentamos mostrar como o crescimento da cidade modificou as formas de lidar com os espaços públicos. O trabalho parte da perspectiva de que os espaços são construídos pelos seus sujeitos e ganham novos significados à medida que estes sujeitos recriam novos símbolos e referências para si. Como recurso, utilizamos documentos de caráter variado: Almanaque, Códigos de Postura, Jornais, Décimas Urbanas, Crônicas, Fotografias, Guia da Cidade, Relatórios dos Presidentes do Estado e Plantas urbanísticas.

Palavras-chave: Espaço público. Cidade. Cotidiano.

RÉSUMÉ

Dans ce travail nous avons essayé de comprendre les changements (monnaies) d'utilisation de l'actuelle place Clóvis Beviláqua (vieux, Praça de Pelotas et Praça da Bandeira) dans la ville de Fortaleza inscrite dans la période entre 1888 et 1943, quand cet espace de la ville a passé par des changements incisifs. Pour accéder ce but, nous avons cherché des utilisations de la place à la fin du siècle XIX et comme se sont senti les changements physiques et symboliques jusqu'au siècle suivant où l'espace de cette zone (domaine) publique a commencé à être complètement inséré dans les dimensions urbaines de la ville, passant pour être choisi comme l'endroit (la place) des constructions des boîtes d'eau (les réservoirs de ravitaillement de la ville) et de la construction (du bâtiment) d'Université de Droite. Ainsi, nous avons essayé de montrer comme la croissance de la ville a modifié les formes de travail auprès espaces publics. Le travail part de la perspective que les espaces sont construits par leur sujet et à apportent des nouvelles significations, dans la mesure que ces sujets re-crément des nouveaux symboles et de références pour soi. En tant que ressource, nous utilisons le caractère varié de documents: Almanach, codes de posture, journaux, dixième urbaine, Chroniques, Photos, Guide de la ville et des plantes urbaines.

Mots-clés: Espace public. Ville. Quotidien.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888	34
Figura 2 – Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888. Trecho da linha Benfica – Praça do Ferreira (em destaque o trecho entre a Praça Visconde de Pelotas e a Praça do Ferreira)	35
Figura 3 – Planta da cidade da Fortaleza e Subúrbios, elaborada por Adolpho Herbster, em 1875	43
Figura 4 – Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo apozentado da Camara Municipal, 1888	45
Figura 5 – Praça de Pelotas: demarcação das ruas lindeiras ao perímetro da praça	48
Figura 6 – Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza 1922. Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1922	64
Figura 7 – Anúncio do Grande Circo Jardim Zoologico	70

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	– Praça de Pelotas	137
Fotografia 2	– Praça de Pelotas	139
Fotografia 3	– Praça de Pelotas	140
Fotografia 4	– Praça de Pelotas	141
Fotografias 5	– Cruzamento das Ruas General Sampaio e Meton de Alencar	144
Fotografia 6	– Cruzamento das Rua General Sampaio e Meton de Alencar	144
Fotografia 7	– Prédio da Faculdade de Direito (Praça de Pelotas)	147
Fotografia 8	– Inauguração do Obelisco da Vitória	149
Fotografia 9	– Inauguração das caixas d'água	151
Fotografia 10	– Praça de Pelotas/ Rua Senador Pompeu	152
Fotografia 11	– Rua Senador Pompeu. Vista do alto do Prédio da Faculdade de Direito	153
Fotografia 12	– Tubos do Encanamento de água	154
Fotografia 13	– Parada Militar em frente à Casa do Barão de Camocim	156
Fotografia 14	– Pose feminina na Praça de Pelotas	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Décima Urbana 1890	53
Tabela 2 – Primeiras indústrias inscritas na Junta Comercial do Ceará (JUCEC)	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ESPAÇOS DA CIDADE	23
2.1	Sair de casa e ir à praça/rua: os significados desse percurso no início do século XX	23
<i>2.1.1</i>	<i>As crônicas</i>	24
<i>2.1.2</i>	<i>O carro</i>	27
<i>2.1.3</i>	<i>O barulho</i>	30
<i>2.1.4</i>	<i>O bonde</i>	31
<i>2.1.5</i>	<i>Areias e calçamento</i>	38
2.2	A Praça de Visconde de Pelotas e sua relação com o entorno imediato	40
2.3	O circo e o futebol em Pelotas: o espetáculo no espaço público	66
3	APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO: A PALAVRA E O PODER	80
3.1	Toponímias da Praça: nomear também é usar	80
3.2	Um lugar honorífico na Praça? O prédio da Faculdade de Direito e o Obelisco	91
<i>3.2.1</i>	<i>Instalando uma Faculdade e fortalecendo a tradição bacharelesca no Ceará</i>	92
<i>3.2.2</i>	<i>A ‘Salamanca’ do Ceará e o Obelisco da Vitória</i>	96
3.3	Do ponto do chafariz aos reservatórios de água: o uso da Praça de Pelotas por meio da água	106
4	A APROXIMAÇÃO ENTRE OLHAR E ESPAÇO	123
4.1	Produzir imagens e construir sentidos	123
4.2	O ato de fotografar a Praça de Pelotas	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
	REFERÊNCIAS	166

1 INTRODUÇÃO

Em Melânia, todas as vezes que se vai à praça, encontra-se um pedaço de diálogo. [...] Anos depois, retorna-se a Melânia e reencontra-se a continuação do mesmo diálogo. [...] A população de Melânia se renova: os dialogadores morrem um após o outro, entretanto nascem aqueles que assumirão os seus lugares no diálogo, uns num papel, uns em outro. Quando alguém muda de papel ou abandona a praça para sempre ou entra nela pela primeira vez, verificam-se mudanças em cadeia, até que todos os papéis sejam novamente distribuídos. [...] Com o passar do tempo, os papéis não são mais exatamente os mesmos de antes; sem dúvida a ação que estes levam adiante por meio de intrigas e reviravoltas conduz a algum tipo de desfecho final, que continua a se aproximar mesmo quando a intriga parece complicar-se cada vez mais e os obstáculos parecem aumentar. Quem comparece à praça em momentos consecutivos nota que o diálogo muda de ato em ato, ainda que a vida dos habitantes de Melânia seja breve demais para que possam percebê-lo. (CALVINO, 1990, p. 76-77).

Este é um trabalho que convida o leitor a ir à praça. Em nosso caso, não à praça da cidade de Melânia do trecho acima, mas a uma das praças da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. As palavras de Ítalo Calvino, no clássico livro *Cidades Invisíveis*, no qual conta as aventuras de Marco Polo no Oriente descrevendo cidades imaginárias a Kublai Khan, apresentam a praça como o espaço primordial de trocas, conversas e transformações. Melânia – é um nome derivado do grego *mélanos* que significa ‘negro’, ‘muito escuro’; em que a morte, a troca, a substituição está sempre associada a um espaço de contínua e previsível mudança. Semelhantemente às praças de uma cidade que são receptoras e disseminadoras de pensamentos, de ações, de alterações, são espaços de passagens; às vezes, breves, outras, demoradas e produtoras e produtos de sentidos. Definimos as praças como um espaço público aberto, construído em camadas de tempo que, para estudá-las, é preciso uma arqueologia de seus usos.

A respeito das camadas de tempo que se sobrepõem às cidades, é válida a observação de Maria Izilda Santos de Matos:

Os estudos históricos entendem as cidades como territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas, passando a história da cidade a ser vista também como a história da especialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do seu transcurso. (MATOS, 2002, p. 35).

Analiso aqui estas “escolhas coletivas” dos usos da cidade através da Praça Clóvis Beviláqua, localizada na cidade de Fortaleza/CE, sendo a especialização do nosso tempo, a última década do século XIX e as primeiras décadas do XX, sobretudo o período entre 1888 e 1943.

A praça de Melânia e os papéis de seus personagens é uma metáfora para uma reflexão sobre as mudanças que ocorreram na atual Praça Clóvis Beviláqua e as ações dos sujeitos que frequentavam aquele espaço da cidade.

O período que compreendo estudar nesta pesquisa é um dos mais profícuos momentos de mudanças nas cidades. Londres ou Paris, Rio de Janeiro ou Fortaleza, dentro da escala proporcional aos seus tamanhos, nenhuma destas cidades passaram isentas pelas transformações que ocorreram, principalmente no Ocidente, naquela virada de século.

O crescimento da população da cidade de Fortaleza e a introdução de novos equipamentos urbanos mudaram sensivelmente a forma de utilizar o espaço público urbano. A população da capital cearense cresceu de 40.902 em 1890 para 180.185 habitantes em 1940. (AZEVEDO, 2001). A segunda metade do século XIX consolidou os lucros advindos das exportações, principalmente, da produção algodoeira, que dinamizou a economia e contribuiu para que a estrutura social da cidade sofresse importantes modificações. A capital do Ceará verificou a ascensão de novos grupos dominantes, a formação de uma camada média composta, principalmente, por profissionais liberais e um grupo sólido de trabalhadores que formavam um mercado de trabalho urbano na cidade (PONTE, 1993, p. 28).

Neste arco temporal de meio século (1890-1940), uma série de mudanças geográficas, econômicas, tecnológicas e sociais se desenrolou junto ao crescimento da população. Em Fortaleza, novas áreas foram ocupadas e espaços abertos, que ficaram cada vez mais raros dentro da cidade, passaram a ser palco de disputas ainda mais frequentes.

Para começar, é preciso compreender que este é um período que muda, ou pretende mudar, a relação dos sujeitos com a cidade. E a referência dessa mudança empreendida tomou como matriz as cidades europeias, principalmente Londres e Paris. O século XIX foi fértil em invenções científico-tecnológicas que não ficaram resumidas aos seus locais de produção, mas promoveram alterações significativas também quanto as perspectivas de futuro na vida de pessoas em várias partes do mundo. A crença do período era de um progresso positivo que não poderia ser impedida e, assim, seria possível o controle da natureza pela humanidade. Essa noção de dominar a natureza e racionalizar a vida em sociedade invadiu os espaços públicos como as ruas, as praças e até mesmo os espaços de vida privada, como as casas, passaram cada vez mais a sofrer a ingerências das autoridades públicas, a exemplo de regulamento e posturas públicas, que prescreviam enquadramentos normativos, por exemplo, os Códigos de Postura de 1893 e 1932, que preveem certas proibições na área urbana, como casas com fachada de taipa, cercas de madeira (em vez de

muros), janelas com rótulas, aberturas nas platibandas por onde as águas pluviais dos telhados eram lançadas nas calçadas (os jacarés).

Dessa forma, estas alterações que invadiam, modificavam e davam novos ritmos ao viver urbano também produziam muitos conflitos. É possível identificar diversos espaços em disputas na cidade daquele período. Observamos, através de pesquisas de vários autores, diversos resultados que apresentaram o fortalecimento dessa perspectiva de disputa no espaço público e pelo espaço público. Alguns deles são apresentados a seguir: Rodrigo Pinto identificou, em sua dissertação, o surgimento dos times de futebol suburbanos, no final da década de 1920, uma categoria do esporte que não faziam parte do contexto central elitista da cidade de Fortaleza, o que o autor evidencia é uma proliferação desse esporte nas camadas menos abastada da sociedade local, daí decorrendo uma disputa pelo espaço da prática do esporte, uma busca pela legitimação e profissionalização entre sujeitos de diferentes grupos sociais (PINTO, 2007). Mario Martins estudando as mulheres através da expansão material da cidade verificou a constituição e a hierarquização dos espaços e profissões de acordo com o sexo; em uma cidade que passava por forte crescimento material e, que concomitante, abria espaço para a atuação das mulheres, sendo através das experiências dessas mulheres que engendrava um forte alicerce para o desenvolvimento dessa mesma cidade (VIANA JÚNIOR, 2009).

Em especial, a tese de Margarida Andrade chama a atenção para um período de longa duração (1810 – 1933) no qual se nota a presença marcante do poder público na indução do processo de transformação urbana de Fortaleza. A especialização dos espaços foi fruto do zoneamento introduzido pelo poder público na capital, que delimitou a área central da cidade ao comércio e à prestação de serviços; e as residências dos novos bairros, as fábricas e os matadouros às extremidades da cidade (ANDRADE, 2012).

Ao mesmo tempo em que tentamos traçar uma história da ocupação da cidade, buscamos compreender como o espaço era apropriado pela população. O espaço aqui é analisado conforme enunciado por Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano*, “o espaço como o lugar praticado” pelos sujeitos (CERTEAU, 1999, p. 202). Estes sujeitos, especificamente neste trabalho, são frequentadores dos espaços públicos da cidade, que utilizam as praças como local de diversão, mas também como moradia em determinados casos; utilizam como espaço comercial, mas por outro lado como referencial de deslocamento, são as ações deles que nos interessa nos espaços da cidade; como eles passaram a reinventar maneiras de lidar com as praças, ruas, calçadas – burlando os códigos

de postura, se ‘adequando’ a eles, repetidas vezes driblando a fiscalização, recorrendo sempre que possível em busca de seus direitos, traçando táticas e estratégias.

Para entender os percursos trilhados na escrita dessa dissertação, é preciso fundamentar o conceito de *espaço*, que aqui será de uso fundamental. Entendemos que o sujeito precisa do espaço e esse não pode mais ser uma preocupação apenas da Geografia Urbana, atualmente se tornou extremamente útil também para a História, assim como já se fazia na Arquitetura, na Antropologia, no Urbanismo e tantas outras áreas do conhecimento.

Sobre isso, é importante atentar para as palavras de Raquel Rolnik (1993), que baseia a importância da questão do espaço na história urbana:

O ponto fundamental que articula a especificidade da história é a existência de uma variável fundamental: o espaço. O que caracterizaria história urbana (em contraposição a uma história na cidade) é a especificidade do foco sobre a configuração espacial. Reconhecer esta especificidade pode significar, dentro de uma leitura do processo de transformação ou da temporalidade, reconhecer um certo papel do espaço nesse processo. (ROLNIK, 1993, p. 27).

O espaço não é reduzido à paisagem, mas elevado ao posto de objeto. É nele que colocamos o foco de análise e expomos as leituras do tempo. Assim, compreendê-lo como dinâmico, produto do trabalho dos seres humanos, em movimento dialético e em contínua transformação permite avançar epistemologicamente nas pesquisas e estudos sobre o assunto.

Uma enorme contribuição ao conceito de espaço, aqui utilizado com tanta frequência, é fruto dos trabalhos do eminente geógrafo brasileiro Milton Santos.¹ Para Santos (2008), o espaço é uma dessas palavras que possuem uma multiplicidade de sentidos, o que torna necessário estabelecer uma definição conceitual apropriada, em seu caso, para a Geografia, em nosso caso, para a História.

A palavra dinâmica é muito utilizada quando se pensa construir uma definição de espaço, é utilizada para caracterizar justamente este movimento, a transformação, o vai e vem e até mesmo as contradições que se apresentam no cotidiano. Desta maneira, Milton Santos define espaço como:

[...] algo dinâmico, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

¹ O baiano Milton Santos é considerado um dos maiores estudiosos da geografia brasileira. Viveu no exílio e trabalhou em diversos países como França, Canadá, Estados Unidos, dentre outros. Voltou para o Brasil em 1977. Escreveu inúmeros artigos e livros, foi contemplado em 1994 com o prêmio Vautrin Lud, o Nobel da Geografia para muitos.

Esta célebre divisão do espaço entre sistema de ações e sistema de objetos poderá ser identificada ao longo do nosso estudo sobre a praça e os sujeitos que a frequentam. Os sistemas de objetos influenciam os sistemas de ações, os sistemas de ações reciprocamente influenciam os sistemas de objetos. Ambos estão indissolivelmente associados e a interação compreende o espaço.

Como dito anteriormente, na passagem do século XIX para o XX, as cidades foram sacudidas com mudanças de diversas ordens que puderam ser sentidas nos espaços da cidade. Politicamente, uma das mais visíveis mudanças foi neste campo, especialmente no Brasil que teve uma reorganização das camadas dirigentes após a Proclamação da República (1889) e um reaparelhamento após 1930 com Vargas e a política de interventores; sobrevieram também mudanças urbanísticas promovendo uma verdadeira “limpeza” de todos os males que pudessem criar obstáculos a esta reformulação nas áreas urbanas, acrescenta-se ainda consideráveis equipamentos técnicos aos espaços da cidade em concordância com o desenvolvimento científico da época; mudanças sociais também podiam ser observadas frente à nova maneira de diferenciação dentro da sociedade, principalmente após a abolição do trabalho escravo (1888), cuja diferença não estava mais na cor da pele. Todos, em tese, eram livres, as diferenças, a partir daquele dali, ficavam por conta do local onde morava, trabalhava e se divertia, ou seja, o espaço tornou-se ainda mais evidente meio de distinção; as técnicas modificaram a forma como usar o espaço público, diante da introdução de inúmeros elementos que necessitavam de um conhecimento prévio para a utilização, como carros, bondes elétricos, e mais tarde os ônibus, as máquinas fotográficas, os serviços de água encanada; o modo de promoção da diversão também não passou ileso, a criação de espaços específicos e de uso privativo (como teatros, clubes e cinemas) marcavam a sociedade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos podiam ser observados de perto a cada instante, fosse na rua ou em casa.

Dentro dela, como vimos, existiam múltiplas cidades e diferentes sujeitos que, no movimento de expansão citadina, buscavam sustentar suas posições privilegiadas, reforçando antigos e novos estigmas. Além do mais, dentro desse quadro de mudanças históricas em Fortaleza, existiam continuidades, tentativas de manutenção de poder e de formas de exploração que, com as modificações de ordem material, buscavam se adaptar e se manter vivas. (VIANA JÚNIOR, 2009, p. 207).

O período estudado é um marco histórico para as cidades brasileiras, foi nesta mudança de século que novas concepções de cidade foram processadas. É bem verdade que desde meados do século XIX as ideias de remodelar o espaço urbano aos moldes das reformas europeias, e principalmente parisiense, já vigoravam no Brasil. A fim de se modernizar, os

habitantes das cidades tiveram que torná-las salubres, fluídas e esteticamente atraentes. Para isto, uma limpeza precisou ser feita não apenas nas ruas, mas nos corpos dos sujeitos que habitavam nelas. Como o combate às doenças era encabeçado pelos médicos sanitaristas e higienistas, o controle dos espaços passou a ser outra tarefa importantíssima para os urbanistas. Desobstruir, ocupar ordenadamente, abrir novas ruas e endireitar as antigas, limpar as praças e arborizá-las estavam na ordem do dia para os primeiros anos daquele período. Nota-se a presença marcante do poder público na indução do processo de transformação urbana de Fortaleza, porém, ao contrário do que se possa imaginar, estas transformações, vistas como melhorias urbanas, beneficiavam não ao público em geral, o povo, mas sim àqueles que já tinham certos privilégios econômicos e sociais, justamente os que encabeçavam as ações políticas. A especialização dos espaços foi fruto de políticas de zoneamentos empreendidas pelo poder público, as áreas, gradativamente, mudam de residenciais para comerciais e institucionais; passando a novas áreas, antes consideradas inóspitas, perigosas, distantes, passaram a ocupar o posto de zonas residenciais, promovendo uma particular característica às cidades, a sua dinamicidade contínua.

A atual Praça Clóvis Beviláqua, chamava-se oficialmente Praça de Pelotas, que, no ano de 1938, passou a chamar-se Praça da Bandeira. Somente no ano de 1959 recebeu sua atual designação. Porém, foi também reconhecida popularmente como Praça do Encanamento, Praça do Chafariz e, atualmente, como a Praça da Faculdade de Direito ou Praça das Caixas D'água. Trataremos sobre estes nomes e as construções de usos no capítulo 2 deste trabalho.

É na Praça de Pelotas, nome que elegemos para identificar nosso objeto de estudo, o espaço onde ocorrem os “diálogos” entres os diferentes personagens que assumem papéis distintos nesta propalada transformação, como na praça de Melânia de Ítalo Calvino. Porém, é preciso salientar que a nossa visão de cidade não prevalece numa cidade como cenário, muito menos inerte; pelo contrário, quando enfatizamos as mudanças do espaço propomos aquilo que Rolnik sugeriu sobre ser o espaço uma variável histórica e uma variável teórica. “O espaço funciona como uma fonte na medida que se lê, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de relações sociais.” (ROLNIK, 1993, p. 28).

As transformações perceptíveis nas cidades promoveram uma remodelação do espaço da Praça de Pelotas, sejam elas estruturais ou de sentidos. É possível, através das leituras dos três capítulos seguintes, perceber a introdução e a modificação das táticas e das estratégias dos sujeitos que utilizavam seu espaço a cada novo contexto social, a cada mudança ou introdução de novos equipamentos.

O recorte temporal abrange um largo período que vai desde 1888 até 1943, como dito anteriormente, com o propósito de compreender como estas intervenções urbanísticas do período foram introduzidas naquele espaço. Delimitamos estas datas por ser 1888 o ano da última produção sistematizada de Adolpho Herbster² para a cidade através da planta urbana, largamente aqui utilizada para mapear, referenciar e especializar os usos da Praça de Pelotas no final do século XIX e começo do século XX. E 1943 por ser o ano de inauguração do Obelisco da Vitória, monumento construído pelos estudantes da Faculdade de Direito em um dos espaços da Praça a fim de homenagear os combatentes, do bloco aliados, da Segunda Guerra Mundial.

Muitas outras questões ficaram de fora, como as reformas que ocorreram na década de 1950 e 1960, que remodelaram completamente as estruturas da praça, devido à construção de estações subterrâneas e à construção de outro reservatório feito todo de alvenaria durante o período dos governos militares, mas, por questões de recorte temporal e objetivos metodológicos, escolhemos empreender uma leitura limitada até o início dos anos 40.

Utilizando somente os dois pontos temporais que delimitam este trabalho, já há consideráveis questões que problematizam o crescimento de uma cidade e os diversos usos que esta tem (de espaço residencial a lugar de memória de uma Guerra Mundial), porém, muitas outras incursões são feitas entre estas balizas a fim de entender uma versão da história da cidade de Fortaleza.

De maneira breve, apenas com o intuito de situar cada capítulo introduz-se cada um dos capítulos. Iniciando pelo primeiro, no qual se explicitam os usos do espaço da praça como ponto de diversão, comércio, residências e pelas disputas do espaço da cidade no período compreendido entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. No segundo capítulo, a preocupação é, basicamente, compreender as ações introduzidas pelo uso racionalizado do espaço da praça, como nomear oficialmente e intervir fisicamente nas construções de equipamentos tanto na passagem do século, como nas décadas de 20 e 30 e o começo dos anos 40. Por fim, o capítulo 03 é uma retomada de análises dos usos do espaço da praça através das fotografias, principalmente a partir do século XX, 1908 especificamente, ano da publicação do Álbum de Vistas do Ceará, no qual aparece uma das mais antigas imagens da Praça de Pelotas até à década de 1940. Concomitantemente este

² Adolpho Herbster nasceu em Pernambuco em 14 de maio de 1820 e veio para o Ceará em 1855, trabalhou como engenheiro da Província, assumindo assim a direção das obras públicas é responsável não somente por seus levantamentos cartográficos, mas também pela construção de edifícios e estradas como a Via Fortaleza – Maranguape.

período no Ceará é de intensa produção técnica fotográfica o que amplia nossas análises por entender como este recurso fora usado para captar os espaços da cidade.

Não há, portanto, uma cronologia linear que objetive construir uma “história da Praça de Pelotas”, mas é proposto um mapeamento dos usos daquele espaço da cidade e uma interpretação a cada nova mudança, em um vai e vem de ações e revisões por meio de tipologias diversas de fontes. O leitor não encontrará apenas um percurso para visitar Pelotas; se os sujeitos inventam seus passos, o convidamos a construir seu próprio percurso de leituras por este trabalho.

O espaço compreendido na pesquisa é prioritariamente a Praça de Pelotas (ou Praça da Bandeira) como já evidenciado, mas não deixa de ser também o espaço da cidade de Fortaleza com seus sujeitos que transitam por todos os níveis e contextos dessa cidade. A preocupação residiu também em encontrar os pontos de interseção e, principalmente, os de repulsão entre este logradouro e os demais espaços públicos da cidade.

Percebi que, assim como em outras praças, esta apresenta pontos singulares que só são possíveis encontrar nela como: as duas grandes estruturas físicas que modificaram sensivelmente a forma de ver a praça – os reservatórios de água e o prédio da Faculdade de Direito. Mas também pontos comuns com outras praças de Fortaleza, como as apresentações circenses que passavam pela cidade à época, as casas de palhas (palhoças) do final do século XIX, proibidas dentro da cidade, mas construídas nas áreas próximas as suas fronteiras urbanas, a área suburbana.

Além disso, ali se forma, no final do século XIX e na primeira década do século XX, uma zona de transição, uma fronteira entre o espaço urbano e o espaço suburbano de Fortaleza não muito bem delimitada, com todas as contradições que podiam ser observadas em várias áreas de limites, neste caso, se torna privilegiado por ser um espaço de praça e os sujeitos agirem de forma mais contundente, permitindo chegar ao presente os registros dessas mudanças.

Um cuidado metodológico, ao lidar com uma gama variada de fontes, nos permitiu traçar linhas paralelas e encontrar pontos comuns que serviram para construir uma teia narrativa sobre a praça. Os registros foram coletados, sobretudo, em jornais, revistas, Almanques, Relatórios dos Presidentes de Província e Estado, crônicas, décimas urbanas, fotografias, códigos de posturas, textos literários e plantas urbanísticas. Assim, a dificuldade da pesquisa empírica esteve mais na fragmentação do que na ausência de registros, o que exigiu uma paciente busca de indícios e sinais para uma leitura esmiuçada a fim de detalhar o implícito e, às vezes, o oculto, para descortinar as estruturas do cotidiano.

Os indícios e as possibilidades de cruzamento de fontes tornaram possível evidenciar as estratégias, as táticas de sobrevivência e a disputa de diferentes sujeitos pelo espaço. Tais registros permitiram um entendimento da construção material da cidade, não apenas da Praça de Pelotas, viabilizando assim nossa preocupação de entender o que significava aquele espaço para a cidade nesse momento histórico.

Os costumes usuais dos sujeitos que procuravam a praça como ponto de diversão, seja nas tavernas, nos circos, no campo de futebol ou utilizando a praça como endereço residencial irregular ao construir ali as palhoças que cercavam as zonas fora da área urbana, são elencados aqui através dos registros, chamados costumeiramente de “fontes”, que permitem fazermos uma leitura da capital Fortaleza.

No século XX, principalmente a partir de 1920, evidenciamos uma forma de lidar com o espaço daquela praça diferente do que foi observado no final do século XIX e o primeiro ano do século seguinte, de 1920 em diante, é possível perceber que a praça estava inserida no espaço urbano de Fortaleza. O crescimento da população evidencia a ocupação de áreas e, conseqüentemente, mudanças são empreendidas nessas zonas. A construção dos reservatórios de água, o prédio da Faculdade de Direito e a mudança de nome da praça demonstram uma nova postura de lidar com o espaço durante os anos 20 e 30. O arquiteto Sigfried Giedion chamou a atenção para estes “volumes” que ocuparam os espaços das cidades. Para o autor:

Não é só o tamanho das pirâmides ou a perfeição do Parthenon que tem significado. É a interação entre volumes que dá sentido à primeira concepção de espaço. Hoje estamos novamente sensíveis ao poder que os volumes têm de criar espaço, despertando assim para sua afinidade com as origens remotas da arquitetura. Novamente percebemos que os volumes afetam o espaço do mesmo modo que uma parede forma a um espaço interno. (GIEDION, 2004, p. 17).

Como a interação entre estas diferentes construções produziu um novo uso para aquele espaço da cidade? É possível, hoje, identificar a Praça Clóvis Beviláqua sem criar uma interação com estas referências? S. Giedion identificou certas semelhanças entre a mais antiga concepção de espaço, aquela que advém das construções egípcias, sumérias e gregas nas quais se valorizava os espaços como constituintes dos volumes e a concepção do recente século XX, quando há uma retomada desta noção. “Isto trouxe conseqüências fundamentais para a nossa concepção de arquitetura e cena urbana. As qualidades espaciais dos edifícios isolados podiam novamente ser apreciadas, o que sugere certa afinidade com a primeira concepção de espaço.” (GIEDION, 2004, p. 26).

Não foi à toa que o ponto do chafariz perdeu espaço para construções de volumes muito maiores – as *águas da intelectualidade* promoveram um uso canalizado não apenas do abastecimento, mas também da maneira de olhar a praça. Assim, uma das questões abordadas no capítulo 03 se refere justamente ao caráter de monumentalidade que estas intervenções físicas construíram e foram construídas pelas lentes das câmeras fotográficas. O ato de fotografar é tomado como uma ação repleta de sentidos e criadora de tantos outros.

Assim como o frequentador que vai à praça e nela desenvolve diversas ações no espaço, convido o caro leitor a cruzar palavras, traçar retas, subir e descer percalços e trilhar caminhos por esta história escrita da cidade.

2 ESPAÇOS DA CIDADE

2.1 Sair de casa e ir à praça/rua: os significados desse percurso no início do século XX

[...] partimos da Praça do Ferreira onde se localizavam vários quiosques com cafés, como o Java, entre outros, e lojas, como a Casa Americana, seguimos pela Rua Floriano Peixoto, a Intendência no fim da Sena (Madureira); à esquina o Armazém Paysandu. No mesmo sentido o prédio Assembleia à direita e à esquerda podemos parar para visitar a Casa Veneza. Seu vizinho da esquina é a Real Alfaiataria Zuca Acioli e do outro lado a loja de mesmo nome. Praça General Tibúrcio repleta de árvores, jardins e bancos onde podemos encontrar a estátua no centro da praça, os leões e o velho coreto. Na Rua Barão do Rio Branco hoje se vê a placa da fotografia Brito Bastos, o cinema Rio Branco e os fundos da casa Vilar; na quadra seguinte, o cinema de Júlio Pinto, vizinho a fotografia Rio Branco. Voltando a Praça da Igreja do Rosário, vemos os carros do último modelo da época. Regressando a Barão do Rio Branco vê se outros carros avançados e continuando na mesma rua, já na esquina com a Rua Castro e Silva, encontra-se a Garagem Elite; Fortaleza possui 300 carros no final desta década. Chegamos à Rua General Sampaio onde podemos ver o prédio da segunda diretoria do DNOCS, por lá desce o bondinho para o Benfica, nele, garotos se escondem dos cobradores para não pagar a passagem, podemos ver ainda a casa do Coronel Alfredo Salgado, patriarca da família Salgado, uma casa apalacetada, que ocupava quase meio quarteirão no caminho do bairro do Jacareganga. Estamos agora na Rua Major Facundo – o quarteirão das casas de ferragens - podemos encontrar a Casa Porto e em seguida a tradicional Conrado Cabral. Ao lado da garagem do Palace, olhando para a praça (do Ferreira), firma José C. Jereissati & irmão, ali estava o sobradinho do Edifício Oriente. Subindo a Rua Major Facundo chegamos à esquina da Rua São Paulo, onde ficava a casa Meziano. Chegamos à zona de exportação na Praia, armazéns e companhias, em podemos encontrar a Casa Boris – tradicional local de compra e venda de exportações. Voltando ao centro da cidade, podemos pegar um bonde e olhar a cidade com seus prédios e os trilhos dos bondes que corriam em paralelo. Subindo a Rua Alberto Nepomuceno encontramos a velha Fortaleza e também o Hotel Avenida. Em seguida a majestosa Sé, em frente à Sé, podemos ver a Praça Caio Prado, cercada de grades e ao centro a estátua de D. Pedro II, envergando o uniforme da Real Armada Brasileira. Em frente o antigo mercado das carnes e das frutas. Na Praça Visconde de Pelotas apenas as caixas d'água e bem em frente a residência da família Leite Barbosa e terminando, no outro extremo da cidade, o prédio da Estação João Felipe.³

A imbricação entre os espaços privado e público no começo do século XX desencadeou uma série de sinais e significados novos que já podiam ser percebíveis desde o último quartel do século XIX. Homens e mulheres que paulatinamente passaram a reconhecer que as marcas indeléveis de seu tempo, ironicamente, estavam a desaparecer ou a ganhar novas formas de uso. Estes sujeitos passaram a experimentar a sensação de um novo contexto espaço-temporal que ainda não estava bem demarcado sobre quais eram suas características.

³ Transcrição e adaptação do vídeo de Paulo Sales (1960) pela Produtora de Cinema Norte (PROCINORTE) sobre a cidade de Fortaleza na década de 1920. O vídeo, originalmente gravado em 1920, reconstrói a cidade a partir dos anos 1960, quando a produtora acima acrescenta a narração. O vídeo é disponibilizado de forma integral no link: <https://www.youtube.com/watch?v=FT-qt->.

Para dimensionar as transformações ocorridas nos espaços das cidades e na vida dos sujeitos que nelas habitavam na passagem do século XIX para o XX, é necessário acentuar a sensibilidade e esmiuçar os significados dos percursos urbanos nesta sensível transformação. Por isso, nossa intervenção começa como um convite a conhecer e reconhecer o que podia ser sentido nas ruas daquela cidade. O barulho, o frenético bulício, a sensação de incertezas e perigos são algumas das sensações desses espaços.

Tomando como exemplo as ações dos sujeitos da cidade de Fortaleza/CE e as transformações empreendidas no seu espaço urbano desde o final do século XIX e as primeiras décadas do século passado, inclino-me a avaliar a constituição de um tempo marcado pela percepção do novo e do moderno através da análise daquilo que era possível encontrar nas ruas da cidade. No entanto, estas acepções de novo e melhoramentos urbanísticos ficaram restritas somente a uma população limitada:

Por “expansão urbanística” podemos entender a estruturação da paisagem urbana, do ponto de vista físico, dentro dos padrões regidos pela modernidade de então. Avenidas largas, ruas calçadas, praças arborizadas, edificações alinhadas aos princípios estéticos da arquitetura vigente e espaços bem servidos de melhoramentos públicos (água potável, encanada, energia elétrica, esgotamento sanitário, etc) são exemplos de traços urbanísticos desejáveis e que deveriam acompanhar o crescimento da cidade. (SANTOS, 2014, p. 28).

Escolhemos dividir essa caminhada pelas ruas da cidade através de cinco experiências relatadas sobre as ruas naquele período: as memórias dos cronistas, a inovação do carro, o barulho das ruas, o bonde como meio de transporte e a diferença entre estar nas ruas onde a cidade era ainda um imenso areal e estar nas ruas onde já havia o calçamento. Estas acepções – completamente distintas entre si, são escolhas específicas entre múltiplas que poderíamos nos apropriar a fim de cumprir o objetivo de analisar quais eram as experiências de estar na rua no final do século XIX e no começo do século XX.

Começamos pelos escritores de crônicas que marcadamente utilizaram-se da palavra e do tempo para ler a cidade de Fortaleza. Dentre estes cronistas destacamos: Raimundo de Menezes, João Nogueira, Raimundo Girão, Otacílio de Azevedo por suas contribuições e sensibilidades no que diz respeito às narrativas sobre a cidade de Fortaleza.

2.1.1 As crônicas

Sobre essas crônicas vale fazer menção a alguns trechos destas para analisar como o espaço da cidade era evidenciado na escrita dos autores. Outras passagens de crônicas serão

encontradas ao longo de todo o trabalho, porém, aqui apresentamos de maneira mais concentrada.

Para Raimundo de Menezes⁴, a Fortaleza Antiga são as “coisas que o tempo levou”; a cronologia não se afasta do escritor, o tempo se materializa no objeto, no gesto que, naquele momento, tomou o aspecto do novo, pois é a passagem do tempo que nos faz notar a ausência do que um dia já esteve presente. A própria origem da palavra “crônica” apresenta uma ligação indissociável com a noção de tempo. Exemplifica isto o trecho da crônica “*Como Fortaleza enxergava à noite*”.

Os fortalezenses da época conseguiam enxergar à noite por meio de pálidas e minúsculas lâmpadas de azeite, que eram trepadas nas quinas, iluminando debilmente a via pública. [...] Foi daquele tempo em diante que nossos avós começaram a ver de noite a sua cidade. Até então, era aquela lástima: para andar, depois que o sol se punha, carecia-se de trazer à frente, clareando a rua, com uma lamparina à mão, um ou mais escravos. (MENEZES, 2000, p. 89).

Em outra crônica deleitável, Raimundo de Menezes dá conta da passagem do século, na noite de 31 de dezembro de 1900. O longo trecho justifica-se pela riqueza de detalhes da festividade que nos parece um interessante olhar sobre as ruas.

31 de dezembro de 1900. Fortaleza, contra seus velhos hábitos, não se deitou às 9 horas. Toda assanhada, toda casquilha, vestindo a melhor roupa domingueira, veio para a rua. Ninguém ficou em casa. Nem os velhos, nem as crianças. Toda a gente queria ver as festas que iam celebrar-se. A população estava arrepiada de curiosidade pelo programa das comemorações retumbantes, em regozijo da entrada do século XX, o qual era de deixar todo mundo sacudido de um nervosismo fora do comum. Festividades de estarrecer! A cidade já amanhecera toda engalanada. Bandeirinhas de papel por toda a parte. Galhardetes multicores. Baldezinhos policrômicos. Arcadas de palmeiras. E luzes e luzes em abundância, e quando anoiteceu, a capital parecia um grande incêndio. A Praça do Ferreira era o local mais enfeitado e mais iluminado. [...] Populares gritavam vivas com toda a força dos seus pulmões. E aclamações entusiásticas faziam Fortaleza vibrar, àquela hora histórica. (MENEZES, 2000, p. 116-117).

Nas palavras de Otacílio de Azevedo⁵, a cidade é o deslumbre do novo e a decepção da presença de certo atraso, a chegada à cidade é o acúmulo de um contraste. Primeiro, “é linda, porém ainda anda descalça”, o que o cronista esperava da cidade ao chegar

⁴ Raimundo de Menezes nasceu em Fortaleza/CE em 1903. Foi escritor, jornalista e dicionarista. Mudou-se e passou a viver na cidade de São Paulo, onde escreveu mais 3 livros de crônicas sobre a cidade paulista e biografias como as dos cearenses Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Paula Ney e José de Alencar. Faleceu aos 80 anos em 1984. *Coisas que o tempo levou* é sua única obra sobre a cidade natal. As crônicas aqui mencionadas foram publicadas durante os anos de 1930, primeiro no jornal *Gazeta de Notícias*, depois lidas em programas radiofônicos na PRE-9 (Ceará Rádio Clube) e ainda naquela década (1938) publicada sua primeira versão em livros.

⁵ Otacílio de Azevedo nasceu em Redenção/CE em 1892. Foi um autodidata nato, pois aprendeu sem escolas os ofícios que o consagraram como desenhista, pintor, fotógrafo, cronista e poeta. Dentro diversas obras artísticas, foi autor de livros como: *Dentro do passado* (1916), *Sugestão do Luar* (1921), *Desolação* (1947) e *Fortaleza Descalça* (1980). Faleceu aos 86 anos em 1978.

de sua terra natal? Requeria novos hábitos e novos modos a sua imaginação? O que teria o autor fabulado sobre o espaço da capital em 1910? A memória fixara um aspecto diferente do que se imaginava para a capital. Talvez o areal, tão comum ainda naquele período, principalmente em áreas menos centrais, fosse maior do que o esperado.

João Nogueira⁶, no seu ácido e contundente humor, o autor escreveu em uma de suas crônicas sobre os espaços mortos da cidade e as ocupações de lugares vazios, como as praças que foram “aproveitadas”. “Aproveitadas? Digamos, antes, obstruídas. Fortaleza tem o mau vezo de ocupar as suas praças em vez de abri-las” (NOGUEIRA, 1981, p. 25-26). E, exemplificando cada ocupação, passa a relatar o exemplo da Praça da Sé e a Igreja no seu centro, assim a Praça do Carmo, a do Patrocínio, que por “muito pouco não ficou com o Teatro impedindo a passagem”, e finaliza comentando sobre a construção do prédio da Academia de Direito na Praça de Pelotas, que se assenhorava naqueles finais da década de 30.

Sobre esta ocupação, particularmente, a que mais chamou a atenção, evidentemente pelos objetivos do trabalho, foi justamente a da construção do prédio da Faculdade de Direito no espaço da Praça de Pelotas, sobre a qual João Nogueira apresentou a seguinte opinião: “[...] em uma cidade, como esta, que não tem mais para onde se expandir, é natural, naturalíssimo, que se aproveitem esses vão inúteis, com alguma coisa útil.” (NOGUEIRA, 1981, p. 26). A Praça de Pelotas foi remodelada conforme a necessidade dos novos percursos, dos novos equipamentos da cidade; João Nogueira, utilizando-se largamente do recurso da ironia em muitos de seus textos, faz críticas a estas mudanças na cidade.

Otacílio Colares, comentando esta obra de João Nogueira, acrescenta importante elemento sobre os cronistas e a construção de suas peças literárias:

No caso de João Nogueira, não se trata de um escritor profissional; no máximo, de um cronista circunstancial, que ao longo de muitos anos, preenchia seus lazeres de engenheiro civil como o escrever, despreocupado de questões estilísticas, sobre o que, da sua infância até a maturidade, foi vendo, amando, anotando, na proporção em que os tempos, por sua vez, foram mudando, modificando-se a mentalidade das gerações e, como consequência, a feição da sua cidade amada. (NOGUEIRA, 1981, p. 9).

Uma possibilidade de entender o trabalho de rememoração da infância pelos espaços da cidade é perceber através daquilo que Michel de Certeau propõe quando avalia as metáforas de lugares, assinalando que “o memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar”; em se tratando de Fortaleza dá-se um movimento do objeto desaparecido ou em via de desaparecer (o bucólico, o silencioso, o apreensível apenas com o olhar imediato, nesse

⁶ João Nogueira nasceu em 1867 em Fortaleza/ CE. Formou-se como engenheiro, sabia latim, inglês e francês. Escreveu *Fortaleza Velha*, obra memorialística que dedica a capital cearense. Faleceu aos 80 anos em 1947.

começo de século parece trair as próprias sensibilidades). Certeau complementa seu pensamento com a seguinte reflexão “[...] praticar o espaço é, portanto, repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância.” (CERTEAU, 1999, p. 190-191).

Dessa forma, os cronistas são sujeitos que possibilitam uma percepção de mudança que ocorria na cidade e na própria visão de tempo.

As relações do presente (“agora”) com o passado e com o futuro podem ser percebidas não como uma inflexível e objetiva ordem cronológica (onde o ontem dá lugar ao hoje que por sua vez dará lugar ao amanhã), mas consideradas a partir de qualidades temporais que podem existir no presente sem que as coisas de que falamos quando as narramos ou as predizemos ainda existam ou já existam. (OLIVEIRA, 2010, p. 19).

A partir desta referência às mudanças na cidade registradas através das crônicas, passamos a observar um elemento que doava novos ritmos as ruas e que não passaram distante dos olhos e da escrita dos cronistas: o carro. Elemento importante para entender como os sujeitos e os objetos empreendiam novas sensibilidades a estes espaços públicos.

2.1.2 O carro

O percurso pelo espaço público urbano envolvia novas apreensões, tensões e conflitos antes não perceptíveis. O progresso material podia ser percebido na rua, dentro de casa, na calçada ou no passeio. A velocidade com que podiam ser observados os pontos de referência de dentro do carro ou do bonde era uma variável completamente nova; assim, lidar com o cruzamento desses diferentes níveis de aceleração nas ruas requeria uma atenção também nova. Essa configuração que, no primeiro momento, parecia bastante óbvia, guardava considerações importantes sobre caminhar pela cidade naquele momento. As palavras de Nicolau Sevcenko ajudam a entender essas novas maneiras:

Só um olhar que se arrogasse despreendido e imune aos efeitos turbulentos dessa transição das condições materiais de reprodução do cotidiano, poderia analisá-la pelos seus supostos efeitos de organização, racionalização, controle e harmonização do mundo contingente. O que ocorre é o contrário: os novos recursos técnicos, por suas características mesmo, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam. (SEVCENKO, 1999, p. 515-516).

Faz-se necessário uma pequena clivagem no percurso para analisar mais detidamente tais questões que envolvem o corpo e as maneiras de lidar com a rua. Tomando, metaforicamente, uma carona no automóvel, símbolo dessa aceleração, perceberemos que o mesmo fora incorporado paulatinamente à vida cidadina. A partir de 1909, quando da chegada do primeiro carro às ruas da cidade de Fortaleza, e depois por sua difusão entre as principais

famílias, este meio de transporte passou a ser figura recorrente de encontro daqueles que se arriscavam a sair de casa para as ruas, não raro este encontro era bastante dolorido, basta observar o número de relatos e notícias de colisão e atropelamentos nos anos seguintes a sua introdução.⁷

Sobre a introdução do automóvel nos espaços das ruas da cidade, as memórias de Gustavo Barroso⁸ são imprescindíveis para percebermos o que significava o novo ao sair de casa.

A última lembrança que conservo de Fortaleza daqueles ótimos tempos é a do primeiro automóvel que ali apareceu e causou sensação, Júlio Pinto, [...] comprou-o em segunda mão, no Recife. [...] Saímos aos pinotes, com uma barulheira infernal e soltando rolos de fumaça pelo pontiagudo calçamento da antiga Fortaleza. [...] Grupos formavam-se às esquinas. Corriam pessoas de toda parte. A molecada assanhada acompanhava-nos aos pinchos. (BARROSO, 2000a, p. 140).

Gustavo Barroso narrou em seu livro autobiográfico *Coração de Menino* o episódio relatado acima. Além dele, o automóvel de Júlio Pinto é mencionado em outras crônicas⁹ e trabalhos da historiografia cearense¹⁰, porém, a priori, nos interessa entender como as pessoas lidavam com a introdução daquilo que quebrava a rotina das ruas.

Sabe-se que a ruptura de um tempo mais previsível, reconhecível, familiar não implica, necessariamente, a emergência de novos costumes, contudo o automóvel, na descrição de quem enxergava de dentro dele as pessoas, as atrai como um polo magnético. É o símbolo da novidade, o objeto que altera a paisagem e a passagem. Não é apenas a rua calçada, de forma irregular, que denuncia que o meio de transporte não era comum àquele

⁷ Ver Guia da Cidade: veículos e acidentes. Relatório da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, 1939. Disponível no acervo das obras raras da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

⁸ Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza em 1888. Deixou o Ceará em 1910 e, indo morar na capital da República, concluiu o curso jurídico iniciado em sua terra natal. Voltou ao Ceará em 1914 para assumir um cargo público. É autor de quase uma centena de livros. Dentre suas obras, escreve os livros de memórias *Coração de menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *Consulado da China* (1941). Marcando um período de escritos autobiográficos do autor. Nestas obras, provavelmente, pelo recente afastamento das ideias e ações integralistas, o autor evidencia majoritariamente sua infância no Ceará, apesar de viver no Rio de Janeiro e condensa em sua narrativa momentos felizes e inocentes, de uma pureza infantil. “Há, no caso de Barroso, uma clara tentativa de construção biográfica, manejada de forma a resguardar o conveniente e silenciar o que foi julgado inconveniente pelo próprio sujeito e ator histórico. É necessário, portanto, adotar um procedimento de análise que leva em conta a memória como algo construído, permeado por relações de poder hierarquizantes, destinados a fins diversos e que, no caso de Gustavo Barroso, buscam ordenar de forma objetiva os fatos de sua vida.” (Odilon Caldeira Neto). Considera-se ainda perceber a leitura que Afonsina Maria Augusto Moreira fez em sua tese de doutoramento intitulada – *No norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*, defendida no ano de 2006 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que trata das ações de Gustavo Barroso empenhadas na formação de uma memória nacional.

⁹ Ver. Crônica *O primeiro automóvel*, de Raimundo de Menezes no livro *Coisas que o tempo levou* (MENEZES, 2000, p. 129-133).

¹⁰ Ver o livro de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (2006), *Rumores: a paisagem sonora de Fortaleza*. Além dessa obra, vale a pena também conferir o trabalho de Leonardo Ibiapina Beviláqua (2014) que tem dedicado esforço para entender a introdução do automóvel no cotidiano da cidade.

espaço, mas os sujeitos que se amontoam, correm atrás, se juntam nas esquinas, as crianças que se aproximam, que vencem a barreira do estranho e o acompanham. A necessidade imediata de narrar anuncia que o episódio não fora dos mais corriqueiros. E é justamente o significado desse novo que chama a atenção. O que essa novidade significou? Cada um trouxe, a sua maneira, respostas do que este novo elemento significou, por meio das fotografias, dos jornais, das propagandas, nenhum destes campos deixou de registrar o automóvel.

O automóvel, assim como outros objetos atraídos para o seio das cidades, mudaria constantemente, nos anos subsequentes, as relações dos sujeitos com seus espaços, a percepção da velocidade desmedida, os atropelamentos, as imprudências por parte dos motoristas levariam a novos mecanismos de agir e de viver nos espaços da cidade, vejamos, por exemplo, a seguinte denúncia feita duas décadas depois em um dos jornais da capital.

É velho o costume, de às altas horas da noite, grupos de indivíduos, que desconhecem as normas da boa educação, saírem pelas ruas afora em automóveis, a gritar com todas as forças dos pulmões, como se não existissem famílias nas ruas que percorrem. Contra esse clássico abuso urge uma reação forte e decisiva afim de não ter eliminado os nossos foros de gente civilizada. (CRONICAS..., 1927, p. 5).

O trecho dessa matéria publicada ainda em 1927 é extremamente rico. Primeiro, dormir antes das “*altas horas*” era um costume comum dos moradores da cidade de Fortaleza¹¹, salvo exceções, como nas noites de 31 de dezembro, conforme a crônica citada acima de Raimundo de Menezes. Ao final da década de 20, o horário do sono continuava a ser o mesmo da maioria da população, maior também é a sensação de perturbação; sons, inquietudes, qualquer espécie de desassossego registrado depois do habitual já remete à quebra da rotina e do aceitável das noites comuns na cidade. Muitas vezes, os jornais denunciavam que esse era o horário do furto, dos arruaceiros, mas também era o momento da boemia e das serenatas, das festas e serestas até a madrugada; a cidade era iluminada¹² com combustores que se alargava por todo o espaço urbano, mas não de forma homogênea. Assim, diante da dificuldade de identificar os arruaceiros por conta da rápida passagem do veículo, a ordem de silêncio era quebrada com a cumplicidade das dificuldades noturnas, o que facilitava a não identificação e, conseqüentemente, a não aplicação de possíveis penas cabíveis pela lei municipal. Provavelmente, os desertores seriam filhos de família rica,

¹¹ Raimundo de Menezes inicia a crônica – A passagem do século – justamente relatando em suas primeiras linhas os velhos costumes de deitar cedo: “31 de Dezembro de 1900. Fortaleza, contra os seus velhos hábitos, não se deitou às 9 horas.” (MENEZES, 2000, p. 116).

¹² Sobre a iluminação de Fortaleza ver a crônica – Como Fortaleza enxergava à noite (MENEZES, 2000, p. 89-92).

cogitamos isto tendo em vista possuir que estes poderiam possuir ou alugar um automóvel para exhibir-se pela cidade – nas primeiras décadas do século XX. Este tipo de prática seria inacessível a qualquer pessoa, principalmente de posses precárias. Assim,

Se por um lado, porém, a velocidade das máquinas urbanas modernas exigia uma redobrada precaução, pelo outro, ela se incorporava ao próprio subconsciente das pessoas e, inevitavelmente, como toda manifestação de adesão aos condicionamentos modernos, viravam um sinal de distinção daqueles que mais ostensivamente os exibiam. (SEVCENKO, 1999, p. 550).

O código de postura de 1932 reafirmou a proibição do ato de perturbação da ordem pública como digno de infração (FORTALEZA, 1932)¹³. Porém, através do caminho aberto pelo automóvel para perceber as ruas de Fortaleza, é preciso uma parada para apreender que é justamente em um veículo, talvez ao mesmo estilo daquele de 1909, que teria trazido tanto alarido e “barulheira infernal” conforme Gustavo Barroso, Júlio Pinto e outros, que, tempos depois, seria alvo de reclamações, por estar sendo usado para promover gritarias e badernas pelas ruas que percorrem. Este seria um conflito novo do período? Ou apenas há uma mudança de personagens? Quais diferenças há entre o barulho infernal do carro de Gustavo Barroso e o carro da denúncia? Em que sentido a rua passa a ser espaço de reivindicações de direitos? O carro considerado, primeiramente, uma festa, em seguida passou a ser motivo de reclamações.

2.1.3 O barulho

O sossego é algo reivindicado desde os tempos de Império e ainda mais pelo cidadão, na República. O direito ao descanso deveria ser cumprido, pois ali “se assenta pessoas que se encaixam aos padrões de civilidade”, como diriam – pessoas de família.

Não à toa “gente civilizada” é o argumento mais forte para que tal perturbação não se repita. Em um período eivado pela ideia de ordem e de progresso advindos com a República que procurava se firmar, o sujeito da família ordenada parecia ser o mais indicado a procurar os jornais e denunciar tal situação.

Outro exemplo que se passa na rua mantém ligações comuns com o barulho, a moral e a civilidade. Vejamos:

Ouvimos assobios e gritos. Vimos então uma pobre velha, que insultada por meninos vadios e mal educados, proferia as palavras mais immoraes que imaginar se possa. Notamos também o desandar da scena em um meio tão habitado por famílias de distinção que continuaram a suportar tamanha falta de moralidade, em suas

¹³ Código de postura de Fortaleza 1932. – Artigo 399º - É proibido, sob pena, de multa de 20\$000: 1 – dar gritos à noite dentro das zonas central e urbana, depois das 22 horas, sem necessidade ou utilidade.

próprias calçadas. A velha ofensora da moralidade pública é uma de nome ‘Siri’, muito conhecida pela obscenidade de suas palavras. No agrupamento havia desde o estudante ao operário, mas não vimos um só mantedor da ordem. (VELHA..., 1927, p. 8).

As possíveis interpretações da leitura desta notícia no jornal: envolvida em tal confusão uma velha pobre, imoral, ofensora da moralidade pública e obscena. O estilo descrito na notícia é completamente distante do ideal da época que valorizava a cordialidade, o novo, o abastado, a moral e o respeitável.

A velha Siri é o oposto, mas não apenas por sua falta de aproximação com o desejável, mas também por suas ações indesejáveis. A principal sujeita é fator de todo o despautério, no qual a mesma refugiava-se na explosão de suas palavras. Acompanhando o caso surgem os estudantes, os meninos vadios e mal educados e os operários. Reunidos em dois lados, todos os ‘problemas’ que poderiam ser encontrados nas ruas da cidade, se a civilidade era o desejo burguês, entravam pela tangencia no discurso do jornal aqueles que não permitiam ser “corrigíveis”, a correção parece ser algo necessário, mas ainda não alcançado por mais que as tentativas de coagir, refinar, remodelar tenham sido constantes como propõe o título da notícia.

A rua quebrava a reclusão padronizada do lar ideal, se há uma valorização pela elite da vida no âmbito privado é por que esta esconderia os modos incivilizados encontrados nos espaços públicos.

Quando o ato de caminhar é apregoadado, percebe-se nitidamente um destoar de ritmos, ora o inconformismo é denunciado pela não aceitação, ora essa não aceitação é acompanhada por um agravo, pois tais palavras imorais são ditas, exclamadas próximas às calçadas de famílias distintas, outra vez o espaço de uns e de outros é evidenciado como na gritaria feita a partir do uso do automóvel como cúmplice de transgressão. A cidade teria espaços onde tais ‘transgressões’ seriam aceitáveis?

Os espaços da cidade pertencem a experiências diversas, a inventividade própria é mais acentuada diante daqueles que se arriscam, e no fazer cotidiano essas formas plurais de vivenciar as transformações são sentidas, ecoadas e reverberadas de maneiras distintas.

2.1.4 O bonde

O automóvel permitiu reinventar as experiências de percorrer a cidade, mas não só ele; o bonde, outro meio de locomoção mais antigo que o próprio carro, já tinha sido figura incorporada ao espaço das ruas de Fortaleza desde 1880 (quando foi feita a concessão de

serviços à Companhia Ferro Carril que usava o bonde puxado pelos animais até 1913), a partir daquele momento, a eletricidade tornou os bondes elétricos possíveis e, assim como os automóveis, promoviam uma diminuição na escala da cidade, atravessando e cortando as principais ruas do perímetro urbano numa maior velocidade e em menor tempo.¹⁴ Essa combinação (espaço/ tempo) parecia diminuir o tamanho da cidade, permitindo o deslocamento por áreas consideradas mais distantes, como o Benfica.¹⁵

Antônio Sales publicou no jornal *O Pão*, da Padaria Espiritual, em 1895,¹⁶ o trecho sobre o percurso de um dos bondes que transitava nas imediações da Praça de Pelotas.

O bond de Pelotas acabava de parar diante da Maison. Alguns passageiros apeavam-se, e entre eles o Campos, que trajava de preto nessa noite e trazia uma cartola espelhante dando uma aparência nova à sua figura conhecida e vulgar. A Praça do Ferreira apresentava daquele lado seu costumado aspecto de movimentação, destoando da quietação geral da cidade. Eram 6 ½ da noute. (SALES, 1895, p. 4).

Publicado em 1º de dezembro de 1895, na edição 29 do espirituoso jornal literário de Fortaleza, o texto traz uma das poucas referências literárias à Praça de Pelotas. A referência ao personagem Campos, nesse enredo, foi mais rica, particularmente, devido às noções espaciais que Antônio Sales nos faz refletir sobre Fortaleza daqueles anos. A Praça do Ferreira, ou simplesmente *A Praça*, como foi chamada por Mozart Soriano Aderaldo, Blanchard Girão e outros cronistas que escreveram sobre ela¹⁷, onde indicaram, em concordância com diversos meios, ser aquele logradouro costumeiramente identificado como o espaço da movimentação, que mostrava em seu entorno uma cidade viva e pulsante com seus cafés e sua iluminação a gás carbônico no final do século XIX, era o destino certo de

¹⁴ A primeira linha de bonde ligava importantes pontos urbanos de maior circulação de produtos e pessoas: o centro, o porto e o matadouro, respectivamente os dois últimos, de leste a oeste. O aparecimento de bondes elétricos e de automóveis exigiu dos administradores públicos uma ampliação da área da cidade coberta por calçamento e uma adequação nas praças para o trânsito destes veículos e no comportamento de pedestres.

¹⁵ Ver interessante crônica – *Os bondes de burro* – de Raimundo de Menezes sobre a substituição dos bondes puxados a burro pelo bonde elétrico. Evidencia na mesma os descontentamentos da população, gerado inúmeras vezes pelo serviço irregular e as pilhérias ensejadas na atividade diária de abertura das novas linhas e execução do transporte. (MENEZES, 2000, p. 60-65).

¹⁶ Agremiação literária, fundada em 1892 e que publicou até 1898 o jornal *O Pão*, a imprensa literária foi ativa em Fortaleza no último quartel do século XIX destacando inúmeros grêmios literários, fazia defesa da vida *in natura*, esses autores foram além do “idílio bucólico”. Formada por poetas, escritores como Antônio Sales, Com verve pessimista, misantropa e mórbida, nos livros *Phantos* (1893) e *Dolentes* (1897) eles denunciaram as redes de sociabilidades do período através de metáforas, simbolismos e alegorias. As práticas comumente empregadas pelos intelectuais em relação às estruturas de poder, aos partidos políticos e à imprensa facciosa, durante os primórdios da República se defrontaram com o desencanto nos versos tristes e soturnos compostos por esses poetas, tanto em relação ao meio social que eles pertenceram quanto às promessas anunciadas naquele momento. Para aprofundar a leitura relativas à Padaria Espiritual recomenda-se o trabalho de Sânzio de Azevedo (2011), *Breve história da padaria espiritual*.

¹⁷ Abelardo F. Montenegro (1959), *A Praça do Ferreira: tentativa de interpretação do Ceará-Moleque*; Alberto Galeno (2000), *A praça e o povo: homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira*; Daniel Carneiro Job (1992), *Praça do Ferreira: o inédito, o sério e o pitoresco*; Juarez Leitão (2002), *A Praça do Ferreira: república do Ceará-moleque*; Mozart Soriano Aderaldo (1989), *A praça*; Eduardo Campos (2002), *O retrato da praça*.

muitos frequentadores das noites fortalezenses. Contudo, não é o destino do personagem que toma destaque, mas o local de onde vinha e o transporte escolhido para seu deslocamento à Praça do Ferreira. Neste caso, é importante destacar o bonde trazendo passageiros que “*apeavam-se*” vindo da Praça de Pelotas, em seu ponto de partida e chegada.

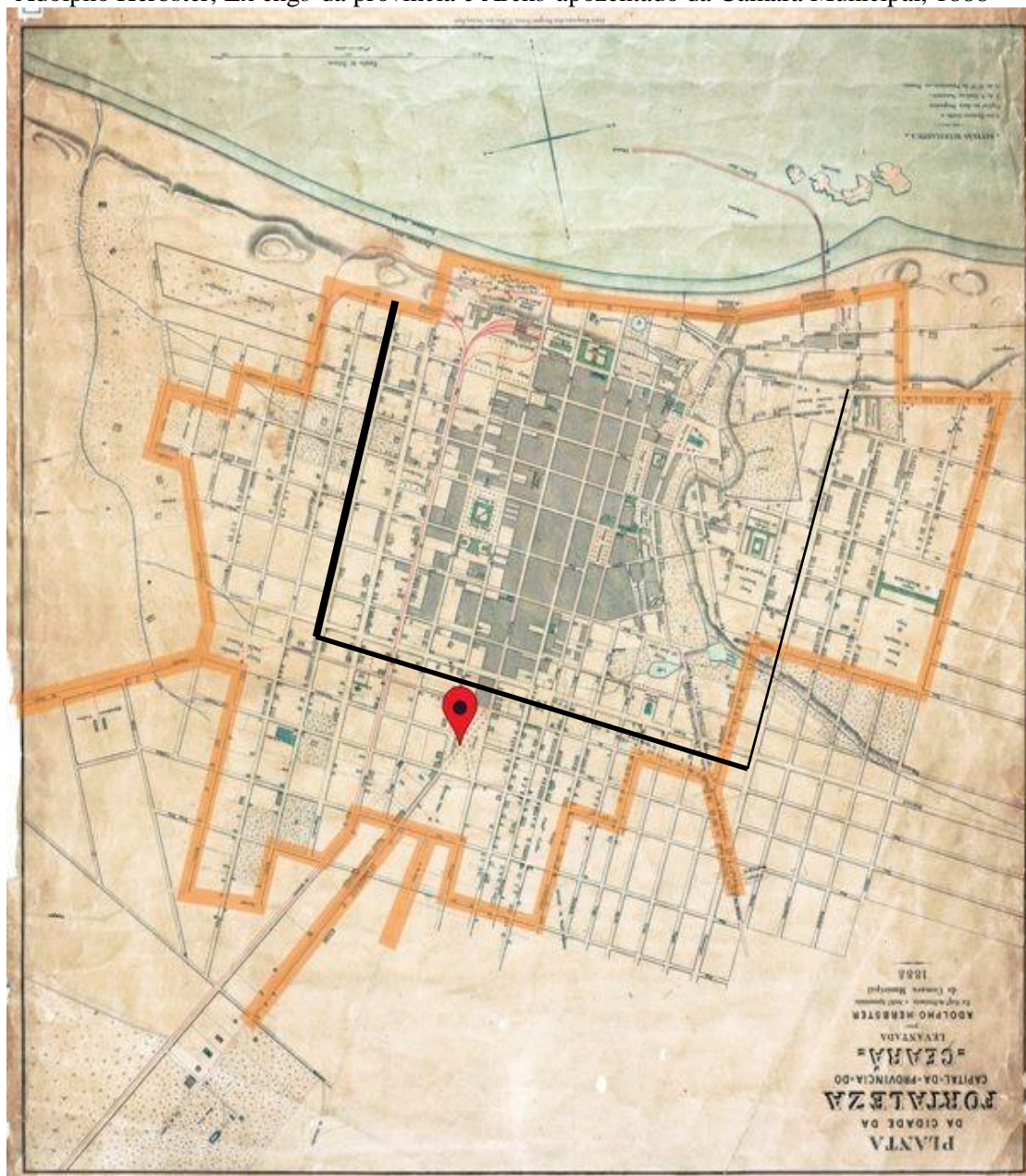
A Praça de Pelotas atravessou o final do século XIX e, a partir do começo do século XX foi, paulatinamente, sendo inserido à área urbana da cidade. Segundo levantamento publicado no Almanaque do Ceará¹⁸, a cidade de Fortaleza daquele tempo tinha em torno de 50 mil habitantes¹⁹ que ocupavam, principalmente, os espaços limitados a três bulevares, hoje nomeados como Av. Dom Manuel (antigamente denominado de bulevar da Conceição), Av. Duque de Caxias (Antigo bulevar do Livramento) e Av. do Imperador, em destaque logo adiante, onde usamos como base a Planta de Adolpho Herbster, de 1888. Desse perímetro para fora existiam os prolongamentos dos caminhos para onde seguiria, nos anos seguintes, a ocupação dos bairros, antes disso o que havia nessa região era *areal e arrabalde*²⁰ (Ver Figura 1). É muito pertinente que a cena narrada por Antônio Sales se passe em um bonde, apesar de visto em sua primeira versão, puxado por tração animal, este elemento já era um poderoso índice de urbanização, transformação tecnológica e ampliação do espaço público.

¹⁸ Trata-se de uma publicação anual, iniciada em 1895 com o nome de Almanack de Fortaleza e no ano seguinte ampliado o seu alcance de dados e referências para todo o Estado, passando a chamar-se Almanach do Ceará, cobrindo também as informações de vários, mas nem todos, os municípios do interior. Fundado por João Eduardo Torres Câmara, jornalista, partidário de uma facção liberal na capital cearense, conhecida como os ‘Pompeus’, participava de diversos jornais nos anos 60 e 70 no século XIX e no auge de sua maturidade jornalística passou a produzir o Almanaque do Ceara até 1906, ano de seu falecimento; a publicação do ano seguinte à sua morte é iniciada por ele mesmo, mas concluída por seu filho, Sófocles Torres Câmara, bacharel em Direito, que prosseguiu como organizador do Almanaque até o ano de 1932. O almanaque passa três anos sem publicação nesse interstício (1913-1915) por motivo de viagem do organizador, é o que informa a edição do ano de 1916. Mantendo uma regularidade de publicações daí em diante por toda a década de 20. Em 1932 o Almanaque novamente possui nova direção e propriedade pertencendo a Silveira Marinho. Ainda foram sócio-proprietários deste impresso, nomes conhecidos da sociedade fortalezenses à época como Raimundo Girão e Martins Filho diretores durante os anos de 1941 – 1947 – e outros publicadores em sua última fase, encerrando seus trabalhos no começo da década de 60. O Almanaque passou por transformações ao longo de sua própria história, a disposição das seções, o número de página, o conteúdo, a forma, contudo chegou ao século XX mantendo uma primeira vocação: oferecer uma sensação de regularidade para a vida individual ou coletiva. Começou como Almanaque Administrativo, Estatístico, Industrial e depois foi acrescentada uma nova seção que o tornava também Literário. Recentemente, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) organizou em forma de mídia digital (DVD) a coleção do Almanaque do Ceará contendo os números publicados durante sua história desde o final do século XIX até a década de 60, com exceção de alguns números que não foram encontrados no momento de realizar a compilação.

¹⁹ O Almanaque do Ceará na tentativa de coletar e mapear o crescimento populacional do Estado e da capital aponta para os números de pessoas que circulam em Fortaleza. Em 1890 – possuía 35 mil habitantes, já em 1900 esse número chega aos 50 mil habitantes e duas décadas depois em 1920 são quase 78 mil habitantes. Francisco Linhares Fonteles Neto chega a afirmar quase 100 mil habitantes durante a década de 20. As secas no interior contribuíram excessivamente para o aumento da população na Capital é preciso citar as secas de 1877-79, que trouxe inúmeros retirantes para um novo ambiente e também anos posterior como em 1899/ 1900 e 1915, quando leva de migrantes chegaram a Fortaleza, contribuindo para um alargamento na ocupação dos espaços urbanos (FONTELES NETO, 2005, p. 34).

²⁰ Raimundo Girão (1997), *Geografia estética de Fortaleza*. Nesse livro o autor apresenta a cidade em diversos aspectos, apresentando um mapa das ações espaciais desses sujeitos.

Figura 1 – Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo aposentado da Camara Municipal, 1888



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (1890) e Andrade (2012, p. 155). Adaptado pelo autor.

- Boulevard do Imperador
- Boulevard do Livramento (atual Av. Duque de Caxias)
- Boulevard da Conceição (atual Av. D. Manuel)
- 📍 Praça Visconde de Pelotas

Transcorrer a cidade saindo, no bonde, da Praça de Pelotas até a Praça do Ferreira, em 1895, permite não apenas pensar sobre a busca por espaço de diversão, mas entender como o bonde se tornava um dos meios disponíveis e possíveis para este percurso. (Ver Figura 2) A Praça do Ferreira reunia o final de todas as linhas, dessa forma foi um importante ponto de confluência e irradiação. Um exemplo desse polo atrativo que a tornava a principal

praça da cidade é a pequena linha que conduzia os passageiros entre a Praça do Ferreira até a Praça da Estação, uma distância pouco maior que dois quarteirões.

Figura 2 – Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engº da provincia e Archo aposentado da Camara Municipal, 1888. Trecho da linha Benfica – Praça do Ferreira (em destaque o trecho entre a Praça Visconde de Pelotas e a Praça do Ferreira)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (1890) e Andrade (2012, p. 155). Adaptado pelo autor.

Vivenciar a cidade é evidenciar seus sinais, o sujeito que procura a Praça do Ferreira reconhece aquele espaço como o da diversão, da brincadeira, da cantoria e declamação; encontra na cidade o burburinho da vida noturna animada, porém, *destoante* do restante. O bonde torna mais fácil a caminhada, assim como permite a leitura desses sinais, identifica na passagem a parada mais convidativa e revelada em cores²¹ às possibilidades de chegar a determinados lugares. O passar dos bondes remete a uma infinidade de significados. São estes meios de transportes que dão ritmo ao progresso e aceleram os passos da modernidade na opinião de alguns entusiastas do período, permitindo elaborar caminhos e percursos que convinham aos interesses do caminhante, apesar de que simultaneamente foi tido também como motivo de muitas reclamações, sinais de desconforto e insatisfação dos usuários (SAMPAIO, 2010).

Segundo as publicações do Almanaque do Ceará, a partir do ano de 1897, novas linhas de bondes passaram a transitar por Fortaleza, por exemplo, com destino a Fernandes Vieira e para as fábricas de tecidos, assim como, a linha da Praça de Pelotas fora incorporada ao trajeto daquela que se dirigia ao Benfica. A praça deixava de ser o local de chegada e partida e, naquele momento, tornava-se o espaço de passagem do bonde. Congruente à informação acima publicada, vale a pena perceber outra passagem de uma crônica sobre a cidade. Escrita por Blanchard Girão, a crônica dá pistas sobre os caminhos que estes bondes seguiram nas décadas seguintes.

Barulhentos, apinhados por dentro por fora. Sim, por fora. Porque sempre havia um pedaço mínimo de estribo para alguém colocar uma ponta de pé e agarrar-se ao balaustre e assim seguir viagem arriscadamente rumo à sua casa, nos então distantes bairros de José Bonifácio, Jacarecanga, Praia de Iracema, Alagadiço, Prado, Benfica, Prainha, Outeiro, Soares Moreno e até a Via-férrea – Praça da Estação – que tinha a sua linha própria não obstante ficar a apenas um salto da Praça do Ferreira. (GIRÃO, 1997, p. 25).

A lembrança sentimental e bucólica da cidade, no início da década de 40, é quebrada para falar sobre a polifonia urbana²² comum a todos os recortes feito nessas primeiras linhas de apresentações dos elementos mais corriqueiros das ruas e praças. Caminhar pelos espaços públicos com todas as novas propagações de sons, seja das máquinas ou das pessoas, ganha saliência, positiva e/ou negativa. Talvez, conjecturamos, devido a esse nível de ruído, corresponder a um fator extremamente novo, sons que competiam agora com

²¹ Estes veículos eram comumente identificados pelas cores, segundo o Almanaque do Ceará, as cores correspondiam às respectivas linhas. Bom pensar as funcionalidades de tais sinais e significados em uma população que continha a maioria analfabeta ou com pouca instrução de leitura.

²² Ver o trabalho desenvolvido por Gisafran Nazareno Mota Jucá (2011), *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*.

os sinais da natureza, antes únicos e quase exclusivos anunciantes desde o raiar do sol ao anoitecer.

Barulheira, repicar, gritar, propagar passaram a ser recorrentes o som ouvido nas ruas, o ranger de dentes, das conversas progressivas, do passo arrastado ao arranhar do bonde sobre os trilhos que detonava novas sensibilidades, o barulho reconhecido e transformado repentinamente em imagem garante a certeza da passagem do automóvel.

A quebra do silêncio se associa ao transitar de algo. Quando o dia era santo e a maioria das pessoas costumava se recolher no interior de residências ou igrejas, o silêncio era o que causava admiração. Sobre isso, o dia da sexta-feira da paixão é exemplificado por Gustavo Barroso como um “dia triste da cidade”, o emudecer passa ao sinônimo de luto – “o silêncio das ruas vazias espanta. Não se tem onde comprar cigarros ou tomar café”. Entre a passagem do bonde, o barulho provocado pelo mesmo e o silêncio que causa agora estranheza, verificamos como a cidade crescia e tomava forma e seus habitantes adquiriam novos hábitos.

Pelas linhas de bonde que, paulatinamente, eram estendidas aos “bairros distantes” denota-se o crescimento da cidade; a população que, até o final do século XIX, residia basicamente nos espaços traçados no planejamento das plantas de 1875 e 1888 de Adolfo Herbster. No começo dos anos 40 já são incorporadas, finalmente, as “áreas distantes” (os primeiros moradores já iniciavam as ocupações nos bairros como Jacarecanga, Otávio Bonfim, Aldeota).

Assim como o bonde trazia até a cidade, estava garantida por essa linha a certeza do retorno àquelas áreas distantes do principal centro comercial e residencial. O crescimento, que pode ser verificado pelo prolongamento da linha do bonde para além da Praça de Pelotas e chegando ao Benfica, é proporcional ao aumento das dificuldades de obter os serviços básicos que, pouco a pouco, melhoravam em algumas áreas da cidade como a eletricidade, o abastecimento de água encanada e esgoto, os serviços de bondes e transportes particulares; esses dois últimos eram bem menores em áreas afastadas.

Com o crescimento populacional, a sociedade também ampliava a sua escala de residir, ocupando cada vez mais as áreas limites entre a cidade e as regiões suburbanas, que, em poucos anos, seriam incorporados a área urbanizada da cidade. Esta ocupação nos interessa em particular, pois neste contexto começam as transformações específicas nos espaços ainda vazios da cidade, sendo um destes espaços a Praça de Pelotas.

2.1.5 Areias e calçamento

O alinhamento de novas ruas, as construções de novas casas e a habitabilidade, de forma contínua, em regiões mais distantes parece acontecer, mas ainda de forma tímida ao final do século XIX.

Na noite de sexta-feira santa para sábado de aleluia, sempre há o diabo pelas Areias, parte ainda não calçada da cidade, área extensíssima, onde começam a se alinhar novas ruas. Na Cachorra Magra, em *Pelotas*, na Rua da Cruz muita gente faz queima do Judas pretexto de festas, de comezainas e de bebedeiras. (BARROSO, 2000a, p. 68).

O autor nos dá pistas importantes sobre essa expansão material de Fortaleza. Através da festa que não ficava restrita aos centros tradicionais de ocupação como Passeio Público ou a Praça do Ferreira, percebe-se que outras áreas já recebiam incipientes ocupações. Os lugares das *areias* (denominação comum para regiões que não haviam recebido calçamento) atribuíam significados particulares às comemorações e que tal comemoração alavancava a participação de muitos populares, por exemplo, o destaque do autor quando, em outro trecho, comenta que os bonecos de Judas “[...] eram de todos os feitos e de todos os tamanhos, Judas ricos, Judas pobres, Judas de luxo, Judas da miséria.” (BARROSO, 2000a, p. 67). Assim como a festa era dos diferentes níveis sociais, os modos e os lugares de onde se realizavam também eram.

Três áreas, para este autor, merecem destaque quando o enredo trata da queima do Judas. Primeiro, na *Cachorra Magra* – atual região do Benfica, provavelmente a área da Rua Marechal Deodoro, hoje uma segunda região geograficamente mais próxima do centro da cidade, porém, ainda partícipe da região do areal em sua maior proporcionalidade naquela época. Segundo, na Praça de Pelotas, particularmente é nosso maior interesse pela proposta do trabalho; e, por fim, a Rua da Cruz, atual Rua Conselheiro Tristão, identificada assim por conta de uma antiga ermida que ali existia e veio a ser a Igreja Coração de Jesus. A redação de tal trecho nos permite entender que as moradias de Fortaleza assim como o crescimento da cidade e o alargamento dos serviços deste o final do século XIX seguiam minimamente os postulados de Adolpho Herbster.

Tanto o Benfica, quanto a região de Pelotas, era passagens obrigatórias para quem estava a caminho da cidade ou saía desta em direção as regiões interioranas. Em ambas as localidades, fronteiriças à área urbana de Fortaleza, o serviço de bonde já se fazia presente como nos mostrou o Almanaque, porém, foi nos anos seguintes que esse crescimento foi sistematizado tanto pelo poder das autoridades públicas, como pelos próprios sujeitos, que,

gradativamente, seguiram a necessidade de expandir as áreas de habitação devido o adensamento das regiões mais centrais.

O aumento da população vivendo em áreas urbanas de Fortaleza ou próximo a ela chegava a ser maior que 100 mil habitantes nos primeiros anos da década de 1920. Principalmente, neste momento, marcado pelas transformações socioeconômicas e políticas da capital cearense, houve uma estruturação da força pública no controle dessas áreas mais afastadas. Inclusive, a própria polícia passa a ser alvo de mudanças com novos aparelhos e serviços de comunicação, local específico de identificação civil e criminal. Apesar dessa introdução de novos equipamentos de trabalho, o serviço de segurança pública esbarrava em problemas estruturais da própria cidade como as *areias*, a falta de calçamento dessas regiões estava fadada a reduzir o deslocamento de policiais, pois nem “automóveis”, nem as “bicycletas” realizavam rondas nessas regiões, sendo o serviço executado basicamente a pé ou a cavalo.²³

Sair de casa e ir à rua dependia não apenas de desenvolver uma atividade físico-motora, mas uma série de mínimas percepções que, arraigadas ao comportamento da época, convergiam para os padrões estabelecidos para a esfera pública, instrumentalizados pela burguesia europeia desde o século XIX, principalmente, aquela classe burguesa que influenciava, sobretudo, os mais ricos e abastados cidadãos do período nas grandes cidades; Na contramão, tais comportamentos introduziam a percepção da exclusão, tão presente nas ações políticas e de cidadania no Brasil.

Ora, como os sentidos dos espaços públicos da cidade formam um ao outro? É esse questionamento que, apresentado de maneira simplória, promove a reflexão sobre como o comportamento de cada sujeito está intimamente atribuído à condição do lugar em que ele se encontra no momento. A construção dos espaços públicos urbanos está intimamente ligada aos sentidos que as pessoas atribuem ao ambiente urbano. A sensação do barulho, o incômodo gerado pela transformação, a poeira, o balançar do bonde pouco tempo depois de introduzido não eram mais a novidade, porém é captável aos olhos, ouvidos, nariz, boca, pele, numa experiência íntima, pessoal e subjetiva na qual se navega por entre as ruas da cidade, por isso cada cronista sente a praça, a rua, o banco, a balcão da taverna de maneira distinta. Destas associações sensoriais apreendidas quando se lança à rua, constitui-se a formação de ideias e decisões, sinais e simbolismo, os quais emergem na questão do espaço. Ao tocar o corpo, a

²³ Sobre a atuação da polícia em Fortaleza ler o trabalho de dissertação de Francisco Linhares Fonteles Neto (2005), *Vigilância, impunidade e transgressão: face da atividade policial na capital cearense (1916-1930)*. Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC.

rua também promove mudanças no âmbito social, sensorial, político, elaborando conexão entre eles nesta nova perspectiva.

Sair à rua naquela cidade que vivia em constantes transformações nos feéricos anos da passagem do século XIX/ XX implicava se deparar com uma série de elementos pouco usuais. Espaços públicos onde se confundiam os direitos, os ganhos e as demandas que, por vezes, geravam conflitos, reivindicações pelo sossego, espaços que antes vazios e poucos atrativos, cada vez mais passam a engendrar novos símbolos e sentidos para cidade. A Praça de Pelotas, praça localizada no areal, era da festa popular da queima do Judas, local de passagem do bonde para o Benfica no final do século XIX. Simultaneamente ao crescimento da cidade e a essas mudanças que podiam ser vistas e sentidas nas ruas, inevitavelmente, as transformações neste espaço também puderam ser percebidas.

2.2 A Praça Visconde de Pelotas e sua relação com o entorno imediato

Cada parte da cidade traz em si uma especificidade de composição, restrita e, muitas vezes, única. Mas, assim como em um corpo ao perder um membro e, de alguma forma, sofrer alterações no sistema, também na cidade, ao focar em um determinado espaço, enxerga-se em grau de diferença a importância de cada elemento que a compõe.

Conforme Bernard Lepetit (1998, p. 90), “[...] a dificuldade do manejo da escala provém dessa dualidade: dependendo da escala, mudamos também a óptica e o nível de informação, mas nada indica que os fenômenos e as estruturas mudam se o olhar que lançamos sobre eles se modificam.” Em concordância com estas observações identificamos nos jogos de escalas, propostos por Jacques Revel, a escolha de um método que toma como a prioridade a mudança da escala de análise e que produza uma redefinição dos pressupostos de análises, da estratégia social, da noção de contexto e dos níveis de observação (REVEL, 1998).

A Praça de Pelotas instiga a pensar, quais destas redefinições propostas através de um ‘jogo de escalas’ podem ser problematizadas dentro de um espaço específico da malha urbana diante de uma conjuntura de transformações e de introdução de novos equipamentos urbanos, baseados em um uso racional do espaço.

A Praça de Pelotas não estava evidentemente isolada da cidade de Fortaleza enquanto espaço geográfico, político, social ou que constituísse um cotidiano amplamente distinto, pelo contrário, cada vez mais aquele seria um local imbricado à cidade em crescimento. Evidenciamos que, na última década do século XIX, a capital cearense possuía

19 praças²⁴, algumas no núcleo central outras espalhadas por áreas próximas às fronteiras das zonas de maior concentração populacional e da materialidade construída.

A Praça de Pelotas, desde 1870, já era ponto referido de obtenção de água, por conta de um chafariz instalado naquelas localidades. Os usos do espaço daquele logradouro foram sendo modificados conforme o crescimento da cidade que lhe impunha novas necessidades.

Assim como as outras partes da cidade, as praças são objetos de construção dos seus frequentadores e podem materializar determinadas sensações de lembranças, afetuosidade, repugnância, medo, temor, dentre outros sentimentos, justamente através do que expressam seus frequentadores.

Estes sentimentos não são materializados em construções, nem acordados em documentos, mas tacitamente compreendidos e alterados de acordo com a conjuntura, com os interesses, as normas, chamadas aqui de alterações das *fronteiras simbólicas* da cidade. Sobre estes deslocamentos de sentidos no espaço público, Antônio Arantes apresenta o seguinte posicionamento:

Nesse espaço comum [espaço público], que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”. Os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros, como se formassem um gigantesco e harmonioso mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição. (ARANTES NETO, 2000, p. 106-107).

A Praça de Pelotas não configurava território central, mas uma fronteira não demarcada entre o fim do espaço urbano e regiões menos povoadas (ditas suburbanas até o final do século XIX). Porém, nas primeiras décadas do século XX, novos interesses passaram a sobrepor-se neste espaço, pois, foram modificados e introduzidos novos mecanismos e ações em seu meio.

Para além dos limites da área urbana, seguiam longos *areais*, *caminhos perigosos* e alguns estabelecimentos que obedeciam às regras dos códigos municipais, que os proibiam

²⁴ Alfândega, Barão de Ibiapaba (Cristo Rei), Caio Prado (Sé), Coelhos (polícia Militar), Colégio (Filgueira de Melo), Cristo Redentor (Senador Machado), Dr. Jose Julio, Ferreira, Gal. Tibúrcio, José de Alencar, (antiga Assembleia, atual Valdemar Falcão), Lagoinha (Cel. Teodorico), Livramento, Marques de Herval (Jose de Alencar), Mártires (Passeio Publico), São Sebastião, Senador Castro Carreira (antiga Campo da Amélia), Senador Paulo Pessoa (São Sebastião), Visconde de Pelotas, Voluntários. Ver: Azevedo (2001, p. 60), Nogueira (1981, p. 33-37) e Cunha (1990, p. 45).

de se instalar no interior do espaço urbano, por exemplo, matadouros, fábricas de sabão e óleos que exalavam desagradáveis odores.²⁵

Mesmo que as atividades industriais e comerciais fossem incipientes, as condições e a localização das fábricas na cidade mereciam, nesse momento, o rigor dos códigos de posturas, principalmente o de 1893. Trata-se de uma política da Primeira República, em continuidade à do Império; sobrepor evidências de um passado colonial e gerir novos espaços. É necessário, nesse sentido, afirmar também que a intensidade de transformações das cidades, principalmente as capitais, no começo da Primeira República teve uma maior abrangência, velocidade e virulência que as experiências de modelagem urbana protagonizadas no Império.

As plantas elaboradas por Adolpho Herbster em 1859, 1875 e 1888²⁶, apresentam expressivo sentido para entender o crescimento urbano fortalezense e as noções de representação do espaço à época, tendo sido elaborados em meio a evidente progresso.

Concordamos com as palavras de Sebastião Ponte (1993, p. 28-29), que inclui como decisivo “[...] nesse contexto, o plano de Herbster, com boulevards e disciplinarização da malha urbana, surgindo como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a Capital, embelezando-a e racionalizando-a.” Evidentemente, a elaboração destas plantas em xadrez alinhava não somente as ruas, mas também o conduto dos corpos, tornava reta ao caminhar e ao olhar do poder e do saber, além de deixar a cidade aberta ao deslocamento contínuo de seus fluxos.

²⁵ A determinação vem deste o período Império, mas são os códigos de posturas que enfatizam a organização da cidade, principalmente na postura de 1893, voltando a ser enfatizada tal proibição no código posterior em 1932.

²⁶ “As duas primeiras chegaram até os nossos dias por via de cópias, pois tiveram os seus originais destruídos ou extraviados. Da planta de 1888, por haver sido impressa em litografia, muitos colecionadores possuem exemplares remanescentes”. A referida planta recebe a seguinte denominação oficial: Planta da cidade da Fortaleza Capital da Provincia do Ceará Levantada por Adolpho Herbster (1888) Ex-Engº da Provincia e Archº Aposentado da Camara Municipal.

Figura 3 – Planta da cidade de Fortaleza e Subúrbios, elaborada por Adolpho Herbster, em 1875



Fonte: Andrade (2012, p. 141). Adaptado pelo autor.

A planta de 1875, aqui utilizada com adaptação do trabalho de Margarida Andrade (ANDRADE, 2012, p. 141), apresenta o plano de expansão da cidade, representando a cidade real e a projeção de ocupação para os anos seguintes das áreas ainda não efetivamente ocupadas. Naqueles tempos, Fortaleza limitava-se ao **norte** pela Rua da Praia e Misericórdia; ao **leste** pela Rua de Baixo (Conde d'eu); ao **sul** pela rua D. Pedro e ao **oeste** pela Rua Amélia (atual Senador Pompeu). “Fora deste âmbito, excetuados o Palácio do Bispo (2), o Colégio das Irmãs (4) e o Seminário (3), tudo eram areias, casas de palha (palhoças), uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência” (NOGUEIRA, 1981, p. 30), entorno dessa área

efetivamente ocupada, verificava-se uma ocupação espaçada da zona projetada por Herbster. O Outeiro da Prainha (1) “[...] ficava sobranceiro ao mar, em frente da reduzida faixa portuária, compreendendo a faixa mais avançada do tabuleiro sobre o qual a cidade se assenta.” (CASTRO, 1982, p. 67). Os caminhos que ligavam a cidade ao sertão não ficaram completamente distantes do processo de ocupação, mas lhes eram complementares, configurando as vias ortogonais predominantes como a estrada da Messejana (9) (atual Visconde do Rio Branco) e a antiga estrada do Cocó (5), nas proximidades da estrada da Messejana. Outros caminhos foram abertos “[...] para o exterior da área planejada como os que dirigiam para o Oeste, em busca do Barro Vermelho (Antônio Bezerra), do Alagadiço e do Urubu (atual zona industrial).” (CASTRO, 1982, p. 64).

A planta representa a área de uma materialidade construída (contínua e compacta), um pouco maior que a de 1859, indicando vetores de expansão para oeste e para o sul, cuja resultante se dirigia para o sudoeste (8), adiantando a direção de maior peso que a cidade iria conhecer no futuro (CASTRO, 1982), direção esta que anos depois ocuparia efetivamente os espaços da Praça de Pelotas (12).

Identificavam-se também os trilhos da ferrovia, cuja responsabilidade ficava a cargo da Cia Cearense da Via Férrea de Baturité, contratada cinco anos antes pelo Governo Provincial, os trilhos partiam da estação ferroviária, subia pela Tristão Gonçalves (antiga Rua do Trilho) (6), na direção sul, servindo como elemento indutor do primeiro processo de ocupação das áreas adjacentes ao eixo ferroviário por indústrias têxteis a partir de 1881. É importante perceber como estes elementos (a ferrovia e, a posteriori, o bonde) serviram como incentivo à ocupação de áreas distantes por fábricas e indústrias. Destacam-se também, na planta, alguns serviços públicos, como: a localização do gasômetro e o reservatório de “água do Benfica”, (alimentado por poços profundos), e, ao oeste da cidade, o Cemitério de São João Batista (fora do perímetro urbano).

Com relação às estradas do Arronches (10) (atual, Parangaba), da Pacatuba (11) (Marechal Deodoro), do Soure (7) (atual, Caucaia), Herbster “[...] tratou de dar a esses lugares logradouros um desenvolvimento retilíneo admitindo mesmo a viabilidade de nascimento de novas malhas referidas ortogonalmente a essas saídas.” (CASTRO, 1982, p. 64). Junto a esses caminhos é possível identificar uma série de chácaras, como as que pertenciam à região do atual Benfica (ANDRADE, 2012).

A Planta de 1888, base de nossos recortes e apoio espacial na primeira metade deste estudo, amplia nossas possibilidades de entender a localização da Praça de Pelotas na Fortaleza do final do século XIX. Principalmente, no que diz respeito à inserção de novos

espaços às áreas urbanas. Poucas mudanças podem ser verificadas entre a planta anterior de 1875 e a de 1888, mas é significativo o aumento da área do perímetro urbano.

Figura 4 – Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará levantada por Adolpho Herbster, Ex engo da provincia e Archo aposentado da Camara Municipal, 1888



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (1890) e Andrade (2012, p. 155). Adaptada pelo autor.

José Liberal de Castro comenta sobre as áreas de ocupação representadas na planta de 1888 e nos informa que “[...] nos dias da publicação da planta [...], a [cidade de] Fortaleza já apresentava uma estrutura urbana definida, embora a ocupação física dos baldios somente viesse a ocorrer meio século depois.” (CASTRO, 1994, p. 62).

A planta do engenheiro Adolpho Herbster revela que, apesar da área mais densamente construída ter se expandido, ainda não ocupava toda a área planejada em

1863 [e 1875], permanecendo nos arredores grandes chácaras no Jacarecanga e Benfica. (ANDRADE, 2012, p. 161).

O traçado desenhado no final do século XIX ainda teria sua serventia para organizar e minimamente ordenar a ocupação dessas novas áreas até a década de 30 do século seguinte. O traçado em linhas ortogonais, em xadrez e prolongando as vias radiais para além do usual, intencionava uma tentativa de ordenar o crescimento da cidade nos anos vindouros, uma característica da ciência urbanística daquele período.

Este levantamento urbanístico ainda dava conta do crescimento material da cidade e, por conseguinte, da geografia do espaço da Praça de Pelotas que final do século XIX aparece como zona urbana, veja na Planta de 1888 a delimitação inserida por Margarida Andrade, tomando como recurso de pesquisa o levantamento realizado pela Décima Urbana (1890)²⁷, apesar de ser uma área a ser efetivamente ocupada somente duas décadas depois.

A planta urbana de Fortaleza de 1888 para a escrita da história é um registro que possibilita dupla análise: primeiro como espécie de representação do espaço da cidade traçada a partir do conhecimento da época e projetando os interesses de mapeamento e controle do crescimento da cidade para o futuro; segundo, mais especificamente, permiti-nos visualizar como a Praça de Pelotas pode ser lida através dessa representação espacial, seu entorno, sua ocupação, a materialidade ali construída.

As linhas de bondes que apareceriam no desenho da Planta de 1888 é, indiscutivelmente, uma das mais importantes alterações nesta planta em comparação à planta anterior, a de 1875. Os traços em vermelho por toda a extensão da cidade indicam os caminhos por onde o bonde passava, acompanhando as principais ruas e lógico adensando e encontrando-se todos na região da Praça da Castro Carreira (Praça da Estação). Os bondes barulhentos, apinhados, abalroando com pedestre e com outros meios de locomoção, são os símbolos desse deslocamento pela cidade. Herbster não os perdeu de vista ao elaborar sua última planta para a cidade, indicando a interação dos sujeitos da cidade com os mais diversos espaços por onde passavam.

²⁷ A Décima Urbana foi o primeiro imposto predial, estabelecido para a Corte e principais vilas, cidades e lugares notáveis da faixa litorânea, pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz, incidindo sobre proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia. Para fins de tributação, resultou no arrolamento, em livro específico, de todos os prédios circunscritos no perímetro urbano, então definido para tanto, bem como na primeira numeração dos edifícios da cidade. (ANDRADE, 2012, p. 61).

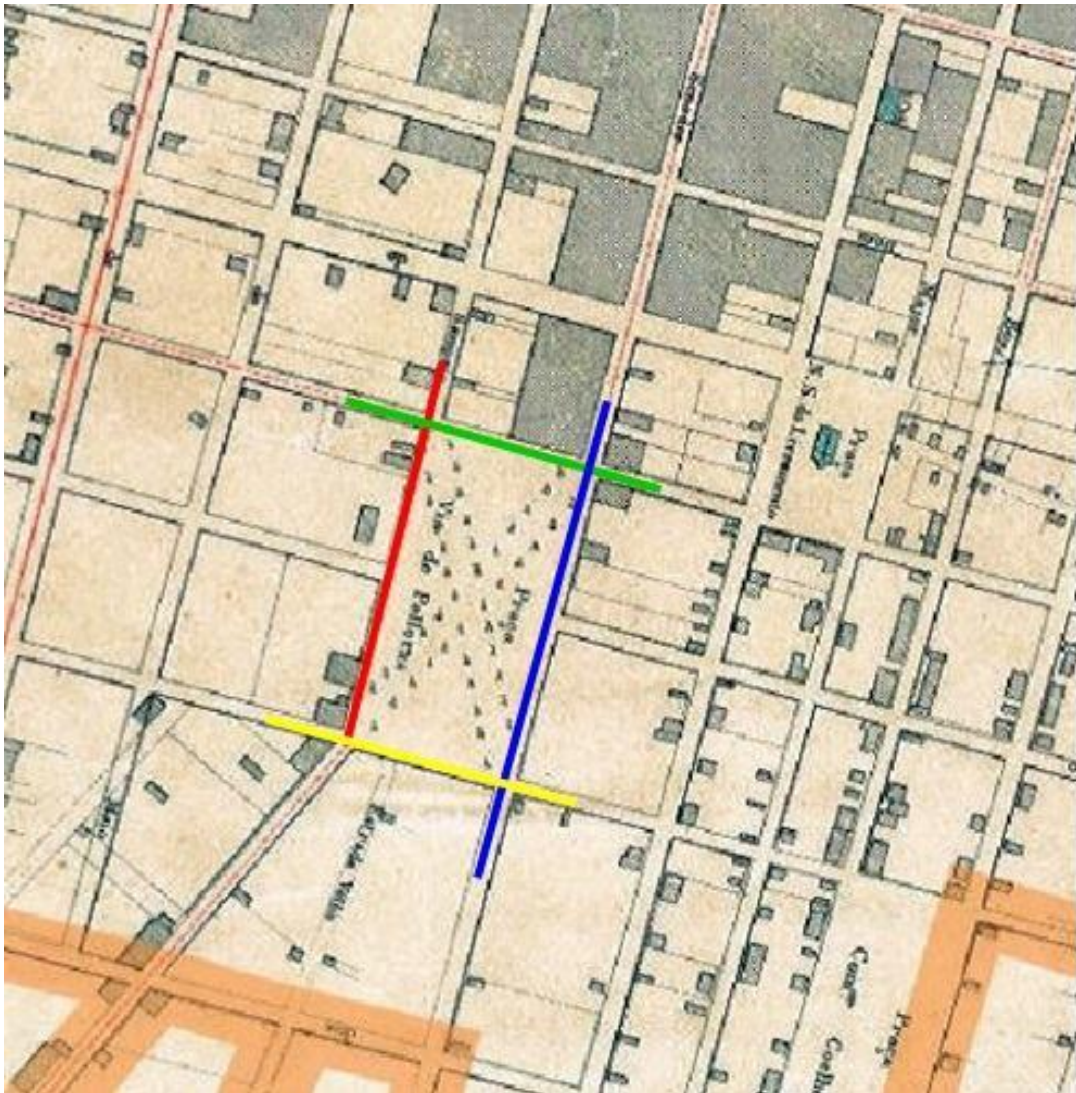
Além da Praça do Ferreira, ponto de todas as linhas do serviço de transporte, a Praça da Estação, a Praça Marques de Herval, a Praça dos Coelhoos, dentre outras também serviam como pontos de referência para a passagem do supracitado veículo. Percebe-se uma fina rede de locomoção dentro da cidade, dos pontos centrais (Praça do Castro Carreira – da Estação, Praça do Ferreira) aos mais afastados (Jacarecanga – a oeste) e Praça de Pelotas.

A Praça de Pelotas pode ser identificada por algumas características particulares na planta de 1888, uma delas é a passagem da linha do bonde por sua lateral oeste e ao norte, onde hoje se configuram a Rua General Sampaio e Rua Clarindo de Queiroz, respectivamente; não à toa, são as duas faces mais ocupadas naquela década, talvez valorizadas pela questão do bonde e da posição de sombra que doava ainda mais valor aos imóveis, como veremos mais adiante através das décimas urbanas (Ver Figura 2).

Outra e mais pertinente informação sobre a Praça de Pelotas na Planta de Herbster é a apresentação das delimitações das ruas lindeiras à praça e os traços que formam um cruzamento no interior desta praça, um destes caminhos ligavam a antiga Rua da Amélia (atual Rua Senador Pompeu) até a Av. Visconde do Cauípe (atual. Avenida da Universidade) que davam melhor celeridade e direcionamentos aos automóveis e pedestres que a atravessava; e, por fim, mas não mesmo importante, a amplitude original do espaço da praça que abrangia dois quarteirões e se estendia até a face da Rua Antônio Pompeu²⁸ (Ver Figura 5).

²⁸ Hoje esse logradouro quase não mantém nenhuma relação com a esta Praça devido aos equipamentos das caixas de água e o prédio da Faculdade de Direito, que na década de 30 por opção da gestão pública da cidade abriria uma nova rua e reduzindo a Praça ao espaço que conhecemos hoje, esta nova rua é justamente a Meton de Alencar que facilitou o acesso a Faculdade de Direito por sua entrada principal, pouco utilizada hoje, devido a insegurança.

Figura 5 – Praça de Pelotas: demarcação das ruas lindeiras ao perímetro da praça



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (1890) e Andrade (2012, p. 155). Adaptada pelo autor.

Legenda:

- Rua Clarindo de Queiroz
- Rua General Sampaio
- Rua Senador Pompeu
- Rua Antônio Pompeu

É preciso salientar que, na planta urbana a cidade, é representada, traçada, desenhada em escalas que captam o tamanho do local, mas insuficientes para organizar seu uso, pois não adentra, nem percorre ou corrói seu chão para entender como diferentes sujeitos doam significados para aqueles espaços. Espaços estes que, vistos de cima, parecem obedecer à norma ordenadora, exíguos de conflitos, controlados apenas no alçar dos olhos, um poder panóptico, uniforme e singular. A cidade poderia ser interpretada, a partir da planta, como um lugar neutro, subtraindo sua forma mais criativa e significativa: o espaço.

Na busca por vigiar e construir uma cidade “civilizada”, muitos esforços foram usados para padronizar as ruas, as praças, as cidades (como a própria elaboração de plantas urbanísticas), contudo, é necessário investigar os rastros daqueles elementos mais explosivos que geravam a necessidade do mapa racionalizado: os sujeitos.

É preciso chamar atenção para este tipo de projeção do espaço que são as plantas urbanas de uma cidade, adverte o professor Fernando Ramos (2010, p. 69).

Devemos entender que o espaço percebido desta maneira, primeiro se apresenta como uma redução bidimensional cuja finalidade é permitir a organização da planta, que só, posteriormente poderá ser elevada (seja no corte ou na fachada); e, segundo que este tipo de espaço nunca é um elemento de composição ativa no processo de representação. [...] Não é possível reduzir uma abstração (como o espaço) a um objeto, ou coisa material. Não podemos reificar o ‘espaço’ transmutando-o em ‘quadrícula’. ‘O espaço não é uma coisa – ele sequer poder ser instrumentalizado ou deliberadamente modelado’ (RYKERT, 2004, p. 13) Destarte, a quadrícula não é o espaço, mas resolve a indefinição e o sentido aleatório deste, dando um substrato lógico e inquestionável para a representação. A quadrícula é uma geometria congelada que representa o entendimento que do espaço (euclidiano, cartesiano, newtoniano) se tinha no século XVIII e que se manteve até o século XX, quando não até hoje.

É interessante atentar que o espaço não existe por si só, não se pode entender o espaço sem a presença dos sujeitos que os caracterizam, condicionam, utiliza-o, que são justamente aqueles elementos que as plantas não contemplam em suas apreciações.

A décima urbana serve-nos, nesse sentido, para melhor elaborar questões a níveis mais “terrenos” dos moradores e comerciantes da cidade de Fortaleza. A partir do imposto predial urbano, é possível evidenciar os diversos sujeitos e as distintas estratégias de uso do local de moradia, os transtornos e os desvios invisíveis nas plantas.

O levantamento da cobrança predial em 1890, quando interrogado, apresenta uma rede de comunicação entre poder público, propriedade privada, investimentos comerciais, modo de vida, habitações nas cidades e mapeamento do tecido urbano. As informações sobre a Praça de Pelotas ganham destaque por permitirem levantamentos de questões que até então por meio de outras fontes não nos eram permitidos fazer.

Significativamente, num curto período, são feitos os seguintes levantamentos em Fortaleza: Censo da Chefatura de Polícia (1887), posteriormente a elaboração da Planta Urbana da cidade de Fortaleza em 1888 e a Décima Urbana (1890), para a cobrança do imposto na cidade. Iremos deter nossa análise a esta última, justamente por inserir os moradores do entorno da Praça de Pelotas no tecido urbano de Fortaleza. Deste fato já podemos extrair uma série de questões.

Não acreditamos que tenha sido aleatoriamente que os citados levantamentos tenham sido preparados tão próximos; a necessidade de conhecer, mapear e ordenar as cidades na recente República era causa imediata. A realização de censos, levantamentos cartográficos da área urbana e cobranças de impostos são elementos que podem ser percebidos em várias cidades brasileiras, principalmente as capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Tanto a planta urbanística, quanto o relatório de cobrança de impostos urbanos guardam em si o objetivo de conhecer e controlar a cidade e as ações dos cidadãos, assim como o levantamento do Censo realizado pela Chefia de Polícia em 1887. Conhecer e listar os sujeitos, isto fica claro quando analisamos estes mapeamentos, geográficos e individuais, e verificamos informações trazidas neles como: endereço, proprietário, nome dos moradores da casa, tipo de moradia entre outras informações.

Se, através das plantas urbanísticas, não se tem a certeza do quanto a Praça de Pelotas era parte do meio urbano de Fortaleza, através do imposto predial da municipalidade há uma inserção daquele espaço no pagamento de tributos. Os moradores são arrolados no cadastro de informação tributária por estarem morando em área urbana. Com vários detalhes de informações, é possível uma “leitura” dos sujeitos que ocupavam aquela região e suas condições de moradias, além de especular outras questões tangentes ao objetivo da décima urbana.

Estes cadastros de moradores e residências levantavam informação sobre toda a cidade.²⁹ Informações sobre a localização das casas, os números destas ou a ausência destes, os proprietários, a quantidade de habitantes em cada casa, a tipologia (térreo ou sobrado), a finalidade (aluguel, uso próprio, em obras, cedido, outros), os usos (residencial, comercial, misto) e valores do imposto pago.³⁰ Entre outras informações sobre a região da Praça de

²⁹ “Os dados do Censo realizado pela Chefia de Polícia, em **1887**, revelam a população urbana de Fortaleza, bem como os respectivos endereços (rua, número), tipologia dos imóveis (casa, sobrado, choupanas), estado civil, idade, situação social (pai, mãe, filhos e agregados) por sexo, grau de instrução, profissão. O Censo registra **27.000 pessoas habitando o perímetro urbano**. Esse mesmo censo registra **4.352** imóveis, dos quais **3.496 são casas térreas, 60 sobrados e 796 palhoças**. As casas térreas correspondem a **80% do tecido urbano** e há apenas **60 sobrados**. Enquanto isso, as **palhoças totalizavam 18,0% dos imóveis**. Entre aquelas apontadas como casas térreas, estavam compreendidas as casas de porta de duas a cinco portas, algumas feitas de taipa, mas em geral de tijolos e cobertas com telhas de barro. As choupanas eram casas cobertas de palha e espalhavam-se, sobretudo, pelos arrabaldes e subúrbios.” (ANDRADE, 2012, p. 154-55).

³⁰ Verificou-se a possibilidade de trabalhar com os dados em várias vertentes, primeiro criando lista de questões a fim de apontar um tecido diverso daqueles que ocupava as proximidades da região nos fins do século XIX, depois assuntos tangentes às informações, que muitas vezes não estavam no objetivo principal do dado, mas que permiti por uma fresta enxergar questões não apenas da praça, mas de todo o espaço considerado urbano em Fortaleza. Apesar da possibilidade de estender o mesmo mapeamento para toda a cidade de Fortaleza, fico restrito a pensar as questões da Praça de Pelotas como meio de entender as modificações que aconteceram posteriormente naquele local. A partir da metodologia traçada pela pesquisadora Beatriz Bueno, repeti um relatório de considerações, como o elaborado pela autora em seu trabalho, porém no caso em estudo foi feito apenas sobre a Praça de Pelotas (BUENO, 2005).

Pelotas advindas da Décima Urbana, escolhemos mencionar, por prioridade, aquelas que informam a quantidade de residências total citada que correspondiam ao entorno da Praça de Pelotas. Do lado da sombra, 14 casas residenciais foram arroladas pelo(s) responsável(is) da cobrança do tributo, já do “lado do sol”, como costumavam chamar as casas que ficavam em áreas ensolaradas a maior parte do dia, foram 11 moradias ao todo. Atentamos para a questão que, apesar de uma pequena superioridade do lado mais valorizado, por ser sombra, o número de imóveis não era tão superior como em outras ruas da cidade (Ver Tabela 1). Destas 25 casas, apenas 10 já possuíam número em seus endereços.

O historiador Ismael Pordeus relata o intenso processo que se prolongou desde o século XIX para efetivar a numeração das casas e nomes das ruas e das praças da cidade, segundo ele “a numeração das casas de Fortaleza iniciou-se na segunda quinzena de março de 1865” (PORDEUS, 1963, p. 338-349) apesar de regulada pela Câmara desde o início da década, os dísticos das casas e ruas tratavam-se de uma dificuldade verificada em diversos pontos da cidade ao final do século XIX.³¹

Além disso, outra questão conflitante e há muito convivendo entre a proibição e a desobediência da lei eram as casas de palhoças – proibidas em espaço urbano pelo código de postura da municipalidade³² – muitas vezes eram assentadas em regiões próximas ao limite da cidade, onde eram toleradas e facilitavam aos seus moradores o acesso aos locais mais centrais.

Repetidas informações sobre as palhoças próximas à Rua do Trilho (atual Tristão Gonçalves) podem ser encontradas através de jornais e crônicas, mas não unicamente neste local; a Praça de Pelotas possuía, pelo menos, três destas moradias, inventariadas e citadas na Décima Urbana em 1890.

O conflito entre em qual o espaço é permitido morar e onde, de fato, a moradia é construída evidencia as subversões entre um poder público disciplinador (mas ineficiente) e uma população sobrevivendo aos riscos da lei, porém, inventiva. Ora, ao questionar que as palhoças eram proibidas de serem fixadas em regiões urbanas, como o imposto predial urbano

³¹ Alguns anúncios de estabelecimentos revelam que houve uma numeração antes de 1865, porém não consta se de uma iniciativa particular ou oficial. Segundo o autor: “Bem sabemos que em época anterior, ou seja, de 1835- até fevereiro 1865, muitos prédios de nossa capital foram numerados, sendo eu tal fato se processou no decorrer do tempo, com grandes interrupções.” (PORDEUS, 1963, p. 338-349).

³² Das 1.044 palhoças arroladas na décima urbana, 773 eram de aluguel e 271 de uso próprio. A concentração delas se dava no percurso da ferrovia, na Rua Tristão Gonçalves (118) e em suas imediações – *boulevard* Imperador (75) e Rua Tereza Cristina (72). Existia também um agrupamento na Praça Senador Paula Pessoa, próximo ao Matadouro Público. Nota-se diminuição gradativa das palhoças no perímetro urbano da cidade, em decorrência dos Códigos de Postura que a partir de 1875, progressivamente proibiram casa de palhas ou de taipa “[...]dentro do quadro limitado pelas ruas do Pajehú, Livramento e boulevard do Imperador, inclusivamente.” (ANDRADE, 2012, p. 165).

ainda assim citava a existência destas dentro dos seus limites? Apesar de citá-las, não acrescentava maior informação como as das casas “comuns”, por exemplo, se havia cobrança de aluguel ou pagamento de imposto predial ao valor de tal moradia. Apenas o número de estabelecimentos. Sem os nomes dos proprietários, sem quantidade de moradores.

Acentua-se o costume de leis que nada são cumpridas, seja pela falta de interesse ou impossibilidade de afastar de vez esses moradores e moradias “indesejáveis” da cidade. A determinação para que as casas de palhas fossem construídas longe do espaço urbano recorria ainda ao argumento destas casas serem fácil local de contaminação e “pouco higiênicas”, para os desejos da burguesia comercial fortalezense; é um exemplo de lei que exibia o preconceito acentuado de uma sociedade moderna no discurso, mas visivelmente assolada pelas lembranças de seu passado colonial.

Os moradores de casa de palhoça não têm, nesse levantamento, maiores identificações; conforme Maria Odila Leite – “[...] fontes escritas não são os meios mais eficientes para encontrar registros de pessoas predominantemente sem acesso à escrita, um universo de leitura e de escrita que não as contemplavam por serem analfabetas.” (DIAS, 1984, p. 8).

Ao contrário de outros proprietários na mesma região da Praça de Pelotas que permitem uma leitura mais aprofundada sobre os usos daquele espaço: Vicente Alves Nogueira, por exemplo, possuía cinco casas para aluguel em Pelotas, cada aluguel correspondia a 8.000 reis; assim como ele, Antônio Gonçalves da Justa possuía três casas com a finalidade de aluguel, cada uma custava 12.000 reis (com exceção de uma que cobrava 20.000 reis); Vulpiano Cavalcante de Araújo era possuidor de mais quatro casas, cada qual custando 15.000 reis e, pelo menos, mais três moradores possuíam duas ou mais casas para alugar na região da Praça. Verificava-se um aquecido mercado imobiliário na região, assim como em outras ruas e praças da cidade e em outras capitais. Beatriz Bueno, em estudo sobre a cidade de São Paulo, identifica através das décimas urbanas de 1809 essa valorização do mercado de alugueis de casas (BUENO, 2005).

De acordo com tabela elaborada por Margarida Júlia é possível saber onde mais se alugava casas e as mais caras, assim podendo ser identificadas dentro da cidade de Fortaleza as principais áreas desse mercado imobiliário que valorizava espaços em constante especulação do crescimento urbano (ANDRADE, 2012).

Tabela 1 – Décima Urbana 1890

A percentagem dos Imóveis alugados e de uso próprio em 1890 – Fortaleza/Ceará.			
Logradouro norte a sul	Percentual de casas alugadas	Percentual de casas de uso próprio	Total
Rua Barão do Rio Branco	84,1%	15,9%	291
Rua Senador Pompeu	78,8%	21,2%	283
Rua Major Facundo	80,0%	20,0%	249
Rua Floriano Peixoto	74,8%	25,2%	227
Rua General Sampaio	78,6%	21,4%	154
Rua 24 de Maio	81,3%	18,7%	139
*Praça de Pelotas	60%	40%	25

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (1890).

*Adaptação do autor para efeito comparativo com outras áreas da cidade.

A Praça de Pelotas possuía aluguéis modestos em comparação aos cobrados em pontos mais centrais de Fortaleza, contudo, a importância de fazer a leitura das décimas através das finalidades que eram doadas às residências nos demonstra que já existia em Fortaleza um trabalho rentável de aluguel de imóveis, principalmente nas áreas da cidade de maior materialidade construídas como demonstrado na lista da tabela acima.

Das 25 casas arroladas na Praça de Pelotas, 15 eram destinadas a aluguel. Número inferior ao das ruas centrais, mas que correspondia a uma forma de rentabilidade instalada e que nos parecia consolidada no mercado das cidades. Sejam de residências de moradia exclusiva ou uso misto (quando a própria residência podia ser usada para fins comerciais), a Décima Urbana não nos informa se, em Pelotas, houve em alguma residência com uso misto.

Outra possibilidade de análise é a densidade demográfica, ou o número de moradores por casa. Costume comum às habitações era possuir muitos moradores, habitantes por dono (hpD) – costumava ser a medida para o número de residentes - a sigla aparece nos documentos da Décima Urbana. No caso de Pelotas, existiam habitações como a de Ernesto de Alencar Araripe, o sobrenome é famoso no Ceará, que relatava possuir 30 pessoas morando em sua casa, segundo consta na décima urbana; em seguida, a casa de Antônio Pereira da Motta, que informava possuir 20 habitantes – em contraste, aparece a residência com um menor número de moradores – a de Geminiano Maia (Barão de Camocim) – que, à época, relatou apenas 6 habitantes, considerado baixo para os padrões de uma sociedade com muitos filhos e inúmeros agregados morando de favor. Outras propriedades aparecem na

décima urbana possuindo 10, 15 e 16 moradores, respectivamente é o caso de Keferino Hippolyto, Joaquim Henrique e Júlia Borges Vieira, reunindo uma densidade demográfica considerável.

Outra questão nos salta aos olhos: as mulheres que participavam dos negócios de alugueis das casas. De todos os donos de imóveis, apenas 3 são mulheres. Elisa Mota paga aluguel de 25.000 reis; Luiza Anunciada da Cunha – primeiramente escrito o aluguel a 8.000 reis, porém corrigido para 10.000 reis; e Júlia Borges Vieira com o aluguel de 10.000 reis. Podemos perceber que nenhuma é proprietária legal do imóvel, apenas responsável pelo pagamento do aluguel. A mulher inserida no espaço urbano como independente e autônoma, para esse início de República, ainda é questão sensível e pouco alastrada. Na maioria das relações econômicas, prevalece o homem como responsável por assuntos públicos.

É possível também anotar o patrimônio imobiliário na região da Praça de Pelotas no final do século XIX, a casa com maior valor de aluguel tinha exatamente 5 vezes mais que aquela de menor quantia na cobrança. Elisa Mota pagava 25.000 reis, enquanto os hóspedes de Antonio Gonçalves da Justa prestavam conta de aluguéis a preço de 5.000 reis. Esta tão grande variedade de preços poderia ser em decorrência de aquele espaço estabelecer-se às ‘lonjuras’ do Centro (como a Praça do Ferreira e, ainda mais, o Passeio Público) e a proximidade com o crescimento e valorização iminente aos próximos anos, além do tamanho das casas, infraestrutura, lados de sombra e soleira.

As questões imobiliárias suscitadas através das Décimas Urbanas, quando confrontadas com os dados das publicações do Almanaque do Ceará, permitem traçar vetores e pontos comuns ao espaço da Praça de Pelotas: enquanto o imposto predial organizava uma leitura de residências, o Almanaque do Ceará lançava olhares sobre o comércio, elabora uma matriz dos espaços da cidade e suas funções.

Estar entre o limite do urbano e/ou, posteriormente, ser embebido pelo crescimento da área central da cidade, faz parte das condições de viver e morar nos espaços de fronteiras. Por quanto, essa proposta permite avaliar como um microespaço da cidade é, ao mesmo tempo, produtor e produto de mudanças, pois, ao ser alterado, constitui também outras operações de mudança. É bem verdade que presumivelmente tocamos em uma pequena parcela das mudanças, mas possibilitando encontrar diálogos com outras grandes alterações mais alardeadas que as circunscritas àquela praça.

Através dos estabelecimentos comerciais, das atividades de lazer ou educacionais – dentre outros – fixados nas regiões próximas do perímetro daquele espaço e publicadas anualmente no Almanaque do Ceará, diversificamos os sujeitos que foram captados de

alguma forma como utilizadores do espaço da praça. O ano de 1895 apresenta uma primeira menção introdutória para entender os usos comerciais e as mudanças daquela região, na seção Indústria e Profissões, o consultório do Dr. Eduardo R. Salgado localizava-se em endereço próprio na Praça de Pelotas, anos mais tarde esse mesmo estabelecimento aparecerá em outra região da cidade, de fato mais central e de maior prestígio, o endereço ficava na Rua Formosa (atual Rua Barão do Rio Branco) e recorrentemente era anunciado no Almanaque o informe de sua mudança.

Em 1896 os estabelecimentos de grosso e retalho, assim como os estabelecimentos de modas, mercearias e tavernas que se achavam concentrados na seção comercial do Almanaque, também apresentam a Praça Visconde de Pelotas como endereço. São três as tavernas que se fixam neste espaço: primeiro: a taverna sem número de localização de propriedade de Francisco F. da Costa, a de Lucas José Brasilino (nº3) e a de Joaquim Gerardo da Cunha (nº5). Assim como no relatório da Décima Urbana, no qual as casas possuíam números entre 1 e 14, as tavernas e mercearias também acentuam o incipiente processo de ocupação daquele espaço; enquanto outras localidades dentro de Fortaleza já estavam completamente ocupadas, aquela região começava a receber os primeiros estabelecimentos, tão poucos que seus números de endereço ainda registravam a marca de apenas um algarismo, no máximo 2, e muitos ainda com a abreviatura s/n (sem número) como analisado anteriormente nas residências da região, o mesmo se repetia para o comércio. Quatro *quiosques* localizados na Praça eram, respectivamente, de propriedade de Antonio José do Nascimento, Floriano Xavier da Silveira, Paulino Fidélis Baracho e Vicente Rodrigues dos Santos (todos sem números de localização).

Os estabelecimentos comerciais citados anteriormente não exigiam de seus proprietários grandes recursos financeiros. Quando comparadas as informações publicadas no Almanaque do Ceará sobre o valor dos impostos cobrados de cada casa comercial na cidade. Pagava-se 50.000 réis de imposto por taverna, quiosques, casa importadora de grosso e retalho e mercearias. Este valor não é elevado quando comparado ao da fábrica de sabão, que se localizava no mesmo espaço que os demais, ou seja, não tinha favorecimento de maior valorização imobiliária, porém pagava nada menos que 150.000 réis para o tesouro da municipalidade.

Ainda na publicação de 1896 aparecem registrados da Fábrica de Sabão de P.A MOTTA e CIA, localizada na Praça Visconde de Pelotas. No mesmo período, e através do levantamento publicado no Almanaque do Ceará, é possível inferir que havia três fábricas de sabão na cidade, sendo uma dessas a da Praça Visconde de Pelotas e as outras duas, assim

como a primeira, localizadas em áreas afastadas das residências centrais, encontrando-se na Rua Visconde do Cauípe, a atual Avenida da Universidade, e na Estrada de Soure (estrada para a Caucaia), a atual Avenida Bezerra de Menezes, todas fora do perímetro urbano de Fortaleza.

Observando a lista das primeiras indústrias com firmas abertas na JUCEC (Junta Comercial do Ceará), as fábricas de sabão já eram responsáveis por investimentos na capital desde 1877 pelo mesmo ano em que foi fundada a Junta que reunia e organizava o cadastro dessas fábricas. Em paralelo à publicação do Almanaque do Ceará, a JUCEC³³ nos apresenta a fábrica de P.A MOTTA e CIA (ver tabela abaixo), infelizmente, sem a descrição de capital inicial investido.

Tabela 2 – Primeiras indústrias inscritas na Junta Comercial do Ceará (JUCEC)

Empresa	Sede	Capital *	Atividade	Sócios
Ferreira & Martins	Fortaleza	26	Fábrica de Sabão	Bernardo Ferreira da Cruz e Antonio Pereira Martins.
<u>P. A. Motta & Cia</u>	<u>Fortaleza</u>	-	<u>Fábrica de Sabão</u>	<u>P. A. Motta</u>
Cia Fabrica de Fiação e Tecidos “União Comercial”	Fortaleza	600	Fiação e Tecelagem	Manoel Teófilo Gaspar de Oliveira, Dr. Álvaro Teixeira de Sousa Mendes
Cia Fabril Cearense de Meias	Fortaleza	100	Fabricação de meias	Negociante José Albano Filho (presidente), proprietário Antonio Domingos dos Santos (tesoureiro) e Dr. Álvaro Teixeira de S Mendes (secretário)
Cia Cearense de Curtume	Fortaleza	100	Curtume	Capitalistas - Manoel Gomes Barbosa ²⁸³ , José Joaquim Simões ²⁸⁴ e farmacêutico Carlos Studart
Holanda Gurjão & Cia	Fortaleza	200	Fiação e Tecelagem	Clementino H. Lima e José Borges Gurjão
Álvaro Mendes & Cia	Fortaleza	45	Fabrica de Cal e Pedras de Mármore	Álvaro Teixeira de Sousa Mendes e João Octavio Vieira

Fonte: Nobre (1989, p. 148, grifo nosso).

* CAPITAL (em contos de réis).

³³ Em 9 de maio de 1877, instala-se a Junta Comercial (JUCEC) em Fortaleza, pois “[...] até então, os comerciantes cearenses eram obrigados a fazer a sua matrícula, na forma determinada pelo Código Comercial Brasileiro de 1850, na Capital de Pernambuco, onde funcionava um Tribunal do Comercio.” (NOBRE, 1989, p. 140).

Como já dito, a regulação da Intendência Municipal limitava um espaço de não abertura de firmas comerciais nas quais os estabelecimentos (como fábricas de sabão, óleos, açougues, curtumes e outras que gerassem excessivos odores) não deveriam se localizar na zona central da cidade, para evitar a contaminação e a respiração do mau cheiro provocado pelas atividades. Juntos, as publicações do Almanaque do Ceará e o registro comercial da JUCEC, possibilitam visualizar como se organizavam essas fábricas nas áreas permitidas para seu funcionamento e o capital que se investia nesses negócios.

É na Praça Visconde de Pelotas que Valente Alves de Oliveira possuía seu açougue registrado no supracitado Almanaque. Ao realizar uma análise sobre estes estabelecimentos dentro ou fora da cidade, procuramos entender os usos desses espaços e seus significados construídos naquele momento.

Apresentamos uma hipótese que, no começo do século XX, as cidades configuraram novas formas de segregar os sujeitos, demarcando, através da localização geográfica, as funções dos espaços e os indivíduos que ali poderiam frequentar. A questão claramente é anterior ao século XX, mas, neste momento, inauguravam-se novas formas de controle e segregação. Áreas afastadas dos centros urbanos recebiam tudo ou todos que não eram bem-vindos à zona central da cidade. Com o crescimento desta zona, tanto os sujeitos quanto os estabelecimentos indesejados deveriam, pois, manter distância da nova área incorporada. A Praça Visconde de Pelotas é o espaço em que novos usos passam a competir com usos anteriores, um típico conflito que se repetiu em outras áreas em crescimento nas cidades da Primeira República. Quando o distante vai se tornando relativamente perto é preciso estabelecer outros referenciais de distância, além dos hábitos mais “civilizados” que a nova área em valorização passa a adquirir através dos seus sujeitos.

Um açougue e uma fábrica de sabão não eram espaços detentores de hábitos higiênicos, devido à dificuldade de acesso a água que não facilitava a limpeza contínua, sendo isso fator de proliferação de odores e, para opiniões de muitos, também de inúmeras doenças.³⁴ Segundo Alisson Eugênio, em seu estudo sobre a saúde pública no Brasil:

³⁴ “A cidade demanda uma intervenção da ordem e disciplina das condições de vida e do próprio trabalho por meio da higiene pública. Utiliza-se dos discursos do progresso como uma utopia para que se possa disciplinar os espaços e corpos. Também a pobreza é associada às doenças causadas pela falta de higiene em moradias insalubres e aos odores exalados pelos ambientes propícios a propagações e manifestações perigosas de todo tipo, inclusive doenças contagiosas. Por isso, o estudo pela medicina será tão importante para compreender o corpo nos mínimos detalhes, para além da aparência. Geralmente, nesses ambientes, ocorre a degeneração do corpo físico e social.” (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 213).

O abate de rezes também deveria, segundo os médicos que escreveram sobre as condições de higiene pública no século XIX, ser afastado das povoações pelas mesmas razões que as inumações intramuros: produziam grande quantidade diária do pior tipo de miasmas, isto é, aquele derivado da decomposição dos restos mortais. [...] Porém, à medida que o espaço urbano dilatava-se, tais estabelecimentos precisavam ser afastados das habitações, como forma de prevenção de doença extremamente infecciosas, que de vez em quando se manifestavam de forma epidêmica, matando milhares de pessoas, como a cólera. (EUGÊNIO, 2010, p. 160).

A preocupação com as inúmeras doenças que assolavam as populações urbanas não era novidade, o discurso feito por uma classe médica letrada, mostrava a importância e a necessidade de haver limpeza de ruas, casas e quintais, assim como a criação de leis sanitárias. Além disso, a sociedade concordava que as posturas deveriam contar com encarregados de fiscalizar o cumprimento das leis e traçar medidas no combate aos miasmas, em colaboração com as ações do poder público para coibir certos estabelecimentos dentro do limite da cidade.

“A profilaxia dos espaços públicos e dos corpos deveria ser, portanto, acompanhada daquela dos lares e, por extensão, dos bairros e do centro, livrando a capital das convivências tachadas de insalubres e perigosas, sanitária e socialmente.” (MARINS, 1998, p. 144).

Ainda no século XIX, estes estabelecimentos eram bastante contestados dentro dos limites urbanos, pois serviam como atração para animais, por conta do acúmulo de vísceras que nem sempre eram destinadas a um local específico, muitas vezes, pela ausência deste. O problema aumentava devido à necessidade de tais atividades não serem exercidas muito longe das áreas residenciais, pois os transportes de alimento perecível não contavam com longo tempo de conservação. Diante disso, sob o risco de saturar a atmosfera urbana com os miasmas, permaneceu até aquele final de século a necessidade de um controle mínimo da saúde, mas também que garantia o abastecimento.

Assim como o corpo, que, nessa passagem do século XIX para o XX, foi alvo de limpeza, e constantemente associado à origem de doenças, o “corpo da cidade” teria também seus pontos de proliferação: justamente as áreas mais pobres e afastadas da zona central da cidade, não à toa a pobreza é constantemente associada à sujeira e a doenças.³⁵ De acordo com Hévila Martins:

As condições nas quais se encontravam os menos favorecidos, no espaço urbano, reforçavam a concepção existente com relação à presença deles enquanto indivíduos

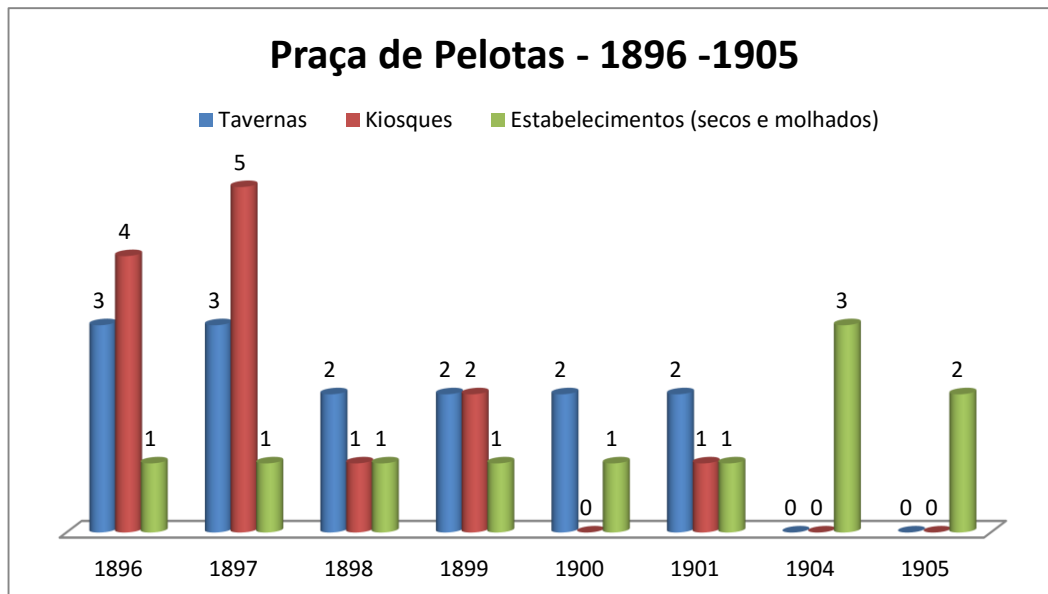
³⁵ Hévila Martins recentemente desenvolveu importante pesquisa envolvendo a questão do controle de variolosos no espaço urbano, entrando no Lazareto do Jacarecanga a pesquisadora apresenta como a doença, a pobreza e o controle da circulação nos espaços da cidade é uma questão pertinente às diversas classes sociais de Fortaleza no século XIX. (MARTINS, 2013).

comprometedores. Visto que seus modos de vida e hábitos eram tidos como prejudiciais a eles mesmos e aos demais. Vitimados pela fome, pela falta de asseio e por habitações precárias, os pobres estavam mais suscetíveis à aquisição de moléstias, fossem elas epidêmicas ou não. Em tempos de epidemia, a presença deles no meio urbano impunha desafios que exigiam soluções eficazes, segundo a concepção das autoridades públicas responsáveis pela manutenção da salubridade. (MARTINS, 2013, p. 113).

Assim, num único ano (1896), a edição do Almanaque registrou a presença do açougue de Valente Alves na Praça de Pelotas, não informando, nos anos seguintes, seus destinos, nem onde havia sido reinstalado (como feito pelo consultório médico de Eduardo Salgado).

Ao final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, as disposições dos pontos comerciais na Praça de Pelotas, publicados pelo Almanaque do Ceará, estavam em tavernas, quiosques e pequenos estabelecimentos³⁶, como mercearias e casas retalhadoras, assim como a fábrica de sabão, que fixara ponto naquele local até o ano de 1918, segundo o Almanaque do Ceará.

Gráfico 1 – Levantamento do número e tipos de estabelecimentos na Praça de Pelotas



Fonte: Almanaque do Ceará (1896-1905).³⁷

³⁶ Os estabelecimentos citados no gráfico acima aparecem no Almanaque como lojas importadoras de grosso e retalhos, secos e molhados e mercearias. Com as publicações no século XX apenas a denominação estabelecimentos de casas retalhadoras passa a ser usado.

³⁷ A ausência de dados referentes aos anos de 1902 e 1903 acontece por nossa limitação ao Almanaque do Ceará, pois respectivamente aos anos a edição não foi encontrada e no ano seguinte a Praça não é citada.

Fortaleza, no começo do século XX, possuía a maior praça comercial dentro do Ceará, dividida entre estabelecimentos de capital estrangeiro ou locais, era a cidade com maior dispersão e consumo de produtos fabris e com maior arrecadação tributária no Ceará. Nas anuais publicações do Almanaque do Ceará, alguns estabelecimentos dentro da cidade ganhavam destaque, eram aqueles que se localizavam na Praça do Ferreira, Praça Marquez de Herval (José de Alencar) ou nas atuais Ruas Barão do Rio Branco, Major Facundo e Senador Pompeu – são casas de tecidos, chapéus, boutiques de remédios e elixir – assim como as prestadoras de serviços (costureiras ou alfaiates, cocheiros, bedéis, grupos escolares) tecidos importados, casas bancárias, igrejas, comércios diversos. Na Praça de Pelotas funcionavam principalmente tavernas, quiosques e estabelecimentos com a venda de produtos importados, como as casas retalhadoras de tecidos grossos e as mercearias.

Os estabelecimentos publicados no Almanaque e identificados no Gráfico 1 despertam uma perspectiva de observar quem eram os sujeitos que frequentavam os estabelecimentos da Praça de Pelotas. São sujeitos diferentes daqueles que aparecem nos cafés da Praça do Ferreira. A taverna, maior estabelecimento comercial em quantidade no espaço da Praça de Pelotas, não tinha o mesmo ambiente que um café burguês. Propiciando estabelecer relações com os espaços de demarcação entre ambos, percebo mais que distinção de grupos, está presente uma configuração dos sentidos de uso dos espaços da cidade, uma hierarquização.

Ao visualizar as informações do Gráfico 1, perguntas surgem, por exemplo, sobre o desaparecimento das tavernas e quiosques da Praça de Pelotas (1905): seus frequentadores foram para quais locais? E por que há essa sensível diminuição na passagem do século XIX para o XX? Sebastião Ponte aponta, em seu estudos, que, “[...] no campo da saúde pública, a Intendência, em conjunto com a Inspetoria de Higiene, estabeleceu uma cruzada contra os quiosques anti-higiênicos que estavam afeando nossas praças.” (PONTE, 1993, p. 54).

Tanto as tavernas como os quiosques tiveram seus espaços historicamente identificados como locais de baderneiros, bêbados ou envolvidos com prostituição, vícios, contravenções e crimes. E indiretamente, aos excessos de falatórios e de comportamentos desviante do tecido social, estes espaços suscitavam na imprensa local conclamações à vigilância dos costumes daquela “gente grosseira” que perdia seus controles morais habitualmente. Segundo E. Hobsbawm, em *A era do capital*, a taverna foi a única forma de empresa privada que se dirigia a atender ao mercado de massa, com exceção do mercado e das pequenas lojas. E outros investimentos, inclusive o de construção de habitações, não se

dirigiam aos interesses das grandes populações, e sim a classe média urbana (HOBBSAWM, 2010).

Assim como a limpeza do corpo, tais locais eram medidos pela necessidade de limpeza social e, numa sociedade burguesa cristã, talvez, até de uma limpeza na alma de seus frequentadores. Enquanto na Praça do Ferreira ou no Passeio Público os cafés e centros literários são identificados facilmente em textos da literatura, em cronistas e jornais com um público frequentador que possuía elegância e garbo, diferente acontece com os frequentadores de tavernas e quiosques espalhados pela cidade e fora dela.

Na Praça de Pelotas, área restrita ao final do espaço urbano, às margens da cidade, parece ser esta, ao final do século XIX, um local estratégico para entender como a diferença entre zona urbana e zona central podem dizer muito mais que o crescimento da cidade e minuciosamente revelar as tensões entre palhoças irregulares, fábricas de sabão execradas e tavernas reunidas no mesmo espectro urbano.

A busca pelo cabaré, pelo boteco, pela taverna está associada à decadência do trabalhador seja ela moral ou familiar. Enquanto cidadão, o frequentador destes espaços vai, pouco a pouco, se entregando a força dos vícios e da bebida, perdendo os valores da sociedade, pois, estes ambientes são locais de pecado e vício. Esta perspectiva, do discurso ordeiro, aparece como antítese das representações da vida burguesa, que valorizam o convívio familiar (RAGO, 1997).

Assim, a pobreza e a sujeira estão vinculadas não apenas às doenças (como observadas na delimitação do local de instalação do açougue), mas também à degeneração social, ao atraso dos incivilizados e como fonte de aquisição de vícios físicos e morais. Os padrões de comportamento desejados pela sociedade eram determinados pela classe dominante, burguesa e comercial, que caracterizava as relações dos despossuídos como marcadas pela desordem e pela promiscuidade que invariavelmente culminaria com a desagregação familiar (CHALHOUB, 2008).

Em 1900, inicia, para o Almanaque, um baixo número de informações com respeito aos pontos comerciais localizados na Praça de Pelotas. Desaparecem da publicação a fábrica de sabão, reaparecendo anos depois, assim como o decréscimo no número de estabelecimentos das mercearias, reduzidos apenas a dois naquele ano, sendo ainda de propriedade dos senhores Avelino H. de Araújo e Joaquim Geraldo da Cunha. Desde as primeiras publicações de 1895, as mesmas informações se repetem para o ano de 1901, sendo acrescentado o reaparecimento de um *quiosque*, novamente, de propriedade de Manoel Paulino de Oliveira.

Uma hipótese apontada para estes lampejos de aparição e ausência eram os altos custos para manter no Almanaque todos os anos as informações de seus estabelecimentos, apesar do pagamento de impostos para tais pontos não serem tão altos, quando comparados às casas comerciais de outras áreas da cidade, mesmo assim se tinha algum custo para ano após ano aparecer no Almanaque do Ceará.

No ano seguinte os estabelecimentos vão desaparecendo cada vez mais, sendo registrados nos anos anteriores a este apenas 3 e, em média, duas casas de retalhos e grosso na Praça de Pelotas. Em 1906, aparecem pontos de recreação na cidade e, como deveria ser esperado, a Praça era um local de lazer, principalmente para a população de menor poder aquisitivo, contudo a Praça de Pelotas, para o organizador do Almanaque do Ceará, não era ainda um espaço de recreação. Será mesmo que ali não havia hábitos de diversão e lazer para alguns sujeitos da cidade?

A instalação de circos, prática de futebol e outras atividades nos anos seguintes podem ajudar a elucidar tais questões, como pode ser visto de maneira mais atenta no tópico 1.3. Porém, para João Câmara, dono e publicador do Almanaque do Ceará naquele período, os locais destinados de fato a essas atividades eram: o Passeio Público (primeiro da lista), é preciso reiterar que a maior parte da população que lia e retirava informações do Almanaque do Ceará era letrada, ou seja, pensamos aqui que o baixo nível de instrução pública levava a direcionar a publicação para os interesses de seus eleitores de primeira ordem; o Parque da Liberdade (atual Parque das Crianças); Praça do Ferreira; Avenida Nogueira Acioly - que atravessa a Praça Marquez de Herval, em seguida a Praça José de Alencar e a Praça Caio Prado, utilizando a planta urbana da cidade. Observamos que todas as praças identificadas como locais de lazer estavam dentro da área central da cidade.

Entre os anos de 1907-1910 reaparece o antigo estabelecimento da Fábrica de Sabão com novo proprietário, sendo responsável pela mesma COSTA MARTINS e CIA. Durante este interstício, a fábrica vai reaparecer nas publicações do periódico sempre com os mesmos sócios, que retomam as atividades de fabricação do produto. O período seguinte, que se estende de 1911-1913, não possui publicação por isso não aparecem aqui dados sobre a Praça.

Em 1914, novos pontos voltam a preencher alguns espaços das páginas do Almanaque, informando usos comerciais de outra ordem para o logradouro. É o caso da *Officina* de marceneiro, serraria e carpintaria de Manoel da Cunha Albuquerque ocupando dois pontos na Praça de Pelotas, respectivamente 3 e 5. Um novo estabelecimento, possibilidade de novas práticas, e um alargamento de outras atividades pela cidade, tendo em

vista que, em 1914, a região já estava muito mais inserida na vida econômica e social de Fortaleza que nos anos finais da década de 1890, ou seja, não era mais nesse período apenas uma zona suburbana, mas com o crescimento dos limites da cidade a praça encontrava-se inserida em uma expansão da zona urbana, não sendo mais um espaço a ser ocupado, mas em vias de ocupação.

Outras atividades distintas daquelas do começo do século foram identificadas e a fábrica de sabão pertencente Theophilo Gurgel e Cia tem seu último período de registro entre os anos de 1914-1918 no Almanaque do Ceará, contribuindo para a hipótese de consolidação do núcleo urbano da região da Praça e dando um destino mais distante àquele tipo de empreendimento. Posteriormente, outros proprietários de fábricas de sabão abriram firmas (como pode ser acompanhado nas páginas do Almanaque do Ceará), porém com estabelecimentos mais afastados do ‘centro’, tais fábricas se localizavam nos atuais bairros do Jardim América ou em São do Tauape – que, nesse período, ainda eram áreas incipientes quanto à ocupação.

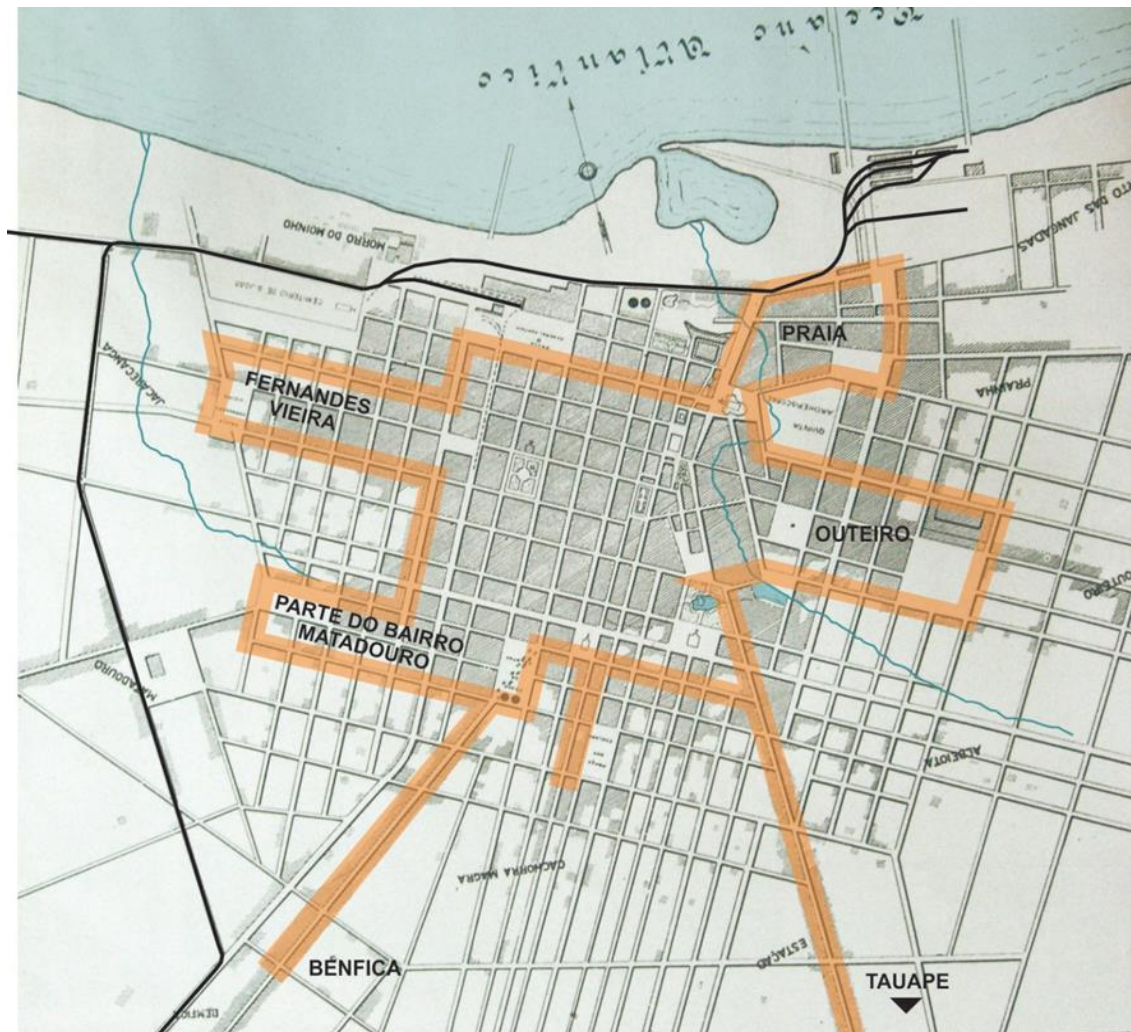
Em 1918, outras necessidades da população são tomadas como atividades, é nesse ano que, pela primeira vez, o Almanaque remete a informação das localizações de quatorze caixas *postaes* que existem na área urbana da cidade, (informação repassada pela Administração do Correios em Fortaleza), são estes os locais em que se deveriam alocar as cartas e os horários que seriam recolhidas para serem levadas ao posto central: Aldeiota, Alagadiço, Praças do Ferreira, *Pelotas*, Senador Figueira de Melo e Marquez de Herval, nos Boulevards Visconde do Rio Branco, Cauhype e Imperador, e nas ruas Senador Pompeu, Major Facundo, Praia, Municipal e Antonio Pompeu. As cartas deveriam ser recolhidas todos os dias – duas vezes ao dia – às dez da manhã e à uma hora da tarde (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1918).

Importante pensar o uso das cartas e seus espaços de circulação, arraigado em uma sociedade em que a prática de escrita de cartas era o principal canal de comunicação entre longas distâncias, um recurso que boa parte da população usava, apesar da contradição da maior parte do universo populacional não saber ler e escrever, inclusive o recurso de pedir para terceiros escreverem as missivas destes analfabetos era prática corrente. As caixas dos correios, espalhadas por diversos pontos da cidade, demonstra a importância destas para a comunicação da população. Entretanto, o interesse aqui é fazer perceber que as pessoas que utilizavam essas caixas *postaes* percorriam pela cidade determinados trajetos para depositar nos postos dos correios suas correspondências. Se a carta, enquanto objeto de circulação, percorria longos caminhos até chegar ao seu destino, parte desse deslocamento passa por

pontos da cidade, como a Praça de Pelotas. Impossível encontrar em Pelotas tais serviços postais no período Imperial, porém, na segunda década do século XX, a Praça apresenta-se imersa na conjuntura social e comercial da capital. Conforme comentário de Margarida Andrade:

A interpretação da planta esquemática de **1922** acrescida dos dados do regulamento da Diretoria Geral da Higiene, de 1918, e do Imposto Predial de 1922, permite verificar as áreas efetivamente ocupadas até esse momento. A parte central da cidade delimitava-se pelas ruas da Misericórdia, Imperador, General Clarindo e Sena Madureira; o bairro da **Praia** concentrava-se entre a Sena Madureira, Alfândega, Seminário e Sé; o bairro do **Outeiro**, desde a Rua do Sampaio até a Praça Benjamin Constant, bem como entre as ruas do Sol e de São Luiz; o **boulevard Visconde do Rio Branco** até o ponto terminal dos bondes na altura do Tauape; a Rua Major Facundo até o ponto do bonde da Praça dos Coelhos; o **boulevard do Cauipe** até o Benfica; parte do bairro do Matadouro, entre a Praça de Pelotas e Praça Senador Paula Pessoa e Rua Antônio Pompeu e Duque de Caxias e o de Fernandes Vieira até a praça deste nome entre as Ruas das Trincheiras, São Paulo e **boulevard Imperador** (Regulamento 1918, art.484). (ANDRADE, 2012, p. 175).

Figura 6 – Exercício de reconstituição cartográfica. Fortaleza 1922. Espacialização do perímetro urbano em Fortaleza, segundo a décima urbana de 1922



Fonte: Imposto Predial de 1922. Fortaleza (1922). Adaptado pelo autor, com destaque na localização da Praça de Pelotas.

Entre os anos de 1921-1924, a garagem de automóveis nomeada Marion, surgiu na praça, como novo ponto comercial de propriedade de Ildelfonso Amorim. O carro que, desde 1909, já era visto circulando pela cidade, ganhava agora espaço específico para o seu estacionamento, novos hábitos e novas formas de comercializar o espaço. Numa época em que as casas não possuíam espaço específico para guardar os carros. Este veículo tornava-se símbolo do crescimento e modernização visual da cidade.

A população de Fortaleza passou de 77 mil habitantes em 1919 para 123 mil habitantes, aproximadamente, em 1929 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1936). Com isto, outros problemas passaram a ser recorrentes para as autoridades, como a frota de carro em Fortaleza, a população também crescia, sendo necessárias reformas dos espaços urbanos para assegurar o percurso tanto de pedestres como dos veículos, que geralmente se encontravam de forma não muito cordial pelas ruas (BEVILÁQUA, 2014).

A Praça do Ferreira teve seu espaço racionalizado, durante a gestão do Prefeito Godofredo Maciel, que, com reformas e aberturas de ruas, tentava dirimir um novo problema urbano: o trânsito. A Praça de Pelotas e a garagem Marion nos dão pistas das mudanças que os cidadãos passavam a encontrar nas ruas.

Nesse período não era mais possível encontrar, quando folheados os Almanques do Ceará, os *quiosques, os bares, as mercearias e as tavernas* que faziam parte do ambiente da Praça de Pelotas no final do século XIX e no começo do século seguinte. Porém, é possível juntar elementos e identificar uma vida urbana bastante acelerada com o advento do automóvel, do bonde elétrico, a introdução dos ônibus e caminhões trafegando pelas ruas da cidade e, principalmente, no transbordo da Praça.

Em 1925, outro estabelecimento é encontrado pelas páginas do Almanque registrado com o endereço na Praça de Pelotas; o ateliê de D. Sinhá Pontes, que fazia e revendia costuras e confecções de *chapeos*. Importante perceber que este tipo de serviço sempre fora específico para uma parcela da população que podia encomendar suas roupas com medidas exatas, personalizadas, e localizava-se em endereços de destaque na cidade, não é difícil encontrar no almanque alfaiates, costureiras e lojas de confecção próximas à Praça do Ferreira ou às Ruas Major Facundo e Barão do Rio Branco, que eram os locais mais valorizados do comércio.

Considera-se que, após ter iniciado o regime republicano, Fortaleza continuou com os processos de remodelações sociais e medidas que objetivavam dar a capital a sensação de progresso. As transformações na vida urbana com o advento das linhas de bondes elétricos

(1913) e do automóvel (1909), da rede de esgotos e abastecimento de água - que tiveram seus equipamentos montados diretamente no espaço da Praça de Pelotas – como também a iluminação elétrica, o fornecimento de energia em instalações privadas, tudo isso contribuiu para a transformação da vida urbana. A urbanização não seria, portanto, apenas viver na cidade, mas desfrutar das condições de “civilidade” que esta apresentava. O centro foi então definido enquanto tal, tornando-se o lugar do comércio, dos serviços e do lazer, com a inauguração do teatro **José de Alencar** (1910) e dos cinemas **Polytheama**, (1911), **Majestic** (1917) e **Moderno** (1920), mas não único no comércio e/ou do lazer, a convivência de moradores e comerciantes ainda se alargaria por algum tempo simultaneamente na mesma região.

2.3 O circo e o futebol em Pelotas: o espetáculo no espaço público

Os cearenses sempre tiveram um dinheirinho amarrado na ponta de um lenço, para comprar um momento de diversão. Este costume, que de longe vem, já está na massa do nosso sangue e conhecido por toda parte, desde muito. Por isso é que, a partir dos meados do século passado, a Fortaleza vem-se tornando, mais e mais, o chamariz de quanto rebotinho há neste mundo e que aqui aportado tratado é como grande artista, recebe aplausos, ganha dinheiro e sai falando da terra.³⁸ (NOGUEIRA, 1981, p. 87).

O objetivo, deste último tópico do primeiro capítulo, é perceber como dois elementos de práticas relacionadas ao lazer – o circo e o futebol – foram figuras recorrentes no uso do espaço da Praça de Pelotas como palco de suas apresentações, principalmente na década de 1920, quando há uma consolidação daquele espaço como ponto de lazer e diversão. Sobre essa ligação entre os espaços e a sua utilidade para atividades de diversão vale a pena a menção a Mascarenhas:

Tal preocupação não é à toa: o movimento que difundiu amplamente a prática esportiva apresentou dois fortes apelos relacionados diretamente aos espaços públicos. De um lado, a busca de áreas amplas para reunir espectadores em torno de um espetáculo esportivo - e nesse aspecto as praças antecederam os modernos estádios. De outro, a busca da atividade ao ar livre, tendo o sol e a oxigenação como ingredientes de uma prática saudável. (MASCARENHAS, 1999, p. 14).

Tais questões se ligam ao desenvolvimento de uma cultura da atividade física do período capaz de ver no corpo a fonte de doenças que atormentavam a população urbana; mas nos esportes, principalmente, aqueles praticados ao ar livre, um meio de cura destas moléstias. É bem verdade que a prática de uma atividade que envolvesse o corpo não estava apenas

³⁸ Crônica: Teatro e Circos, 30 de janeiro de 1934, autoria de João Nogueira (1981).

destinada ao próprio corpo, ou seja, não estava restrito ao desejo apenas da cura física, mas também a ocupação da mente: *mens sana in corpore sano*.

Assim, com a proximidade temporal do conflito bélico nunca visto antes com tamanha proporção como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que demonstrou a capacidade de interligar o corpo à boa condição física para estar *sempre alerta*³⁹, o esporte, naquele momento, passou a ter a função de preparar o homem pela luta e para a luta. “É fácil imaginar o quanto as circunstâncias da Guerra contribuíram para difundir essa mentalidade. Mas é ainda mais fácil avaliar o quanto ela deve e o quanto ela se ajusta por si mesma ao panorama turbulento das tensões sociais.” (SEVCENKO, 1992, p. 42).

Desse modo, o futebol e o circo se utilizaram muito do corpo para atingir sua plateia, que ativamente passava a se relacionar de forma mais frenética com essa glorificação de um conjunto muscular escultural. Usamos plateia no sentido menor que este termo possa ter com a noção de passividade, pelo contrário, a plateia incorporava o espírito participativo dos esportes. Muito do que este público via e sentia, fosse atrás das grades e cercas que os separava do jogo de bola ou embaixo da lona, era repassado ativamente e reconhecido, muitas vezes, como novos conceitos de valores sobre o corpo, sobre a cidade e com os novos códigos. Nicolau Sevcenko (1992, p. 32) explica da seguinte forma:

Posta a ação como o âmago irradiador das significações na nova sociedade em formação, a herança cultural haurida dos séculos passados se torna obsoleta, ou só se mantém em circulação, com sua carga de prestígio, se reelaborada segundo os termos do novo código. O que a centralização da cultura requer das pessoas, em primeiro lugar, é o seu engajamento físico, em condições que rompam com a rotina do cotidiano e o consenso dos hábitos e ideias. Só desse modo elas podem vir a desempenhar um papel ativo, integrando uma força coletiva que adquire assim uma corporeidade extra-humana. Nesse desempenho físico, em que o corpo é peça central, os agentes da “ideia nova” se expõem a um intenso bombardeio sensorial e emocional, que se torna a substância energética em si mesma da ação, não devendo, pela lógica, da sua própria economia, se desdobrar em considerações reflexivas ulteriores. Nesse sentido, não é que a ação preceda o pensamento, mas do que isso, ela se nutre exatamente da abstinência dele.

Dessa forma, os circos se desdobravam para apresentar em suas sessões aquilo que era “espetacular” para a época, que envolvia a habilidade corpórea, o equilíbrio, a concentração e a coragem; sem, no entanto, deixar de existir uma resistência a essa “ideia nova”.

Sobre essa resistência, é significativo o trecho da crônica de João Nogueira, que abre este tópico, o autor expõe os tipos de artistas e atrações que, para ele, pareciam mais

³⁹ Sempre alerta foi um termo muito usado pelos combatentes da guerra e que o esporte, ou a prática esportiva, incorporou tão bem nas suas atividades.

espalhafatosos e pouco convidativos que espetaculares. De fato, os jornais alardeavam com grande veemência a chegada dos circos a diversos pontos da cidade, contudo o melhor da crônica é perceber como o escritor discorda desses anúncios, ao menos no tocante a qualidade das apresentações que aqui aportavam. A partir do fato de não gostar do que lhe é apresentado, o cronista nos faz perceber o quão complexa é a conjuntura cultural e o quanto as possibilidades do novo estão entrelaçadas em compromissos voláteis. Ortega y Gasset, citado por Nicolau Sevcenko adverte justamente sobre essas “visões distintas”, alertando que uma não exclui a outra, pelo contrário, “tendem a integrar”, não pelo valor de existir ou não, este esgota a realidade dos circos e espetáculos na cidade, “[...] é que, segundo Ortega, uma realidade que vista a partir de qualquer ponto permanecesse sempre idêntica, seria um conceito absurdo, pois cada vida é ponto de vista... E mais, a única perspectiva falsa é essa que pretende ser a única.” (SEVCENKO, 1999, p. 523).

É extensa a lista de circos que temos notícias através de jornais, crônicas e registros memorialísticos que montaram seus palcos na Praça de Pelotas e construíram ali um espaço de lazer. Apenas por caráter de exemplificação, passamos a relatar alguns que fixaram, por tempo determinado, suas apresentações em Pelotas. O circo Sampaio, instalado em 1924; dois anos depois foi a vez do circo Floriano, que teve como principal atração o filho do ex-presidente da República de mesmo nome e os lutadores da popularíssima, à época, luta greco-romana; neste mesmo ano o Coney Island Park, também escolheu a Praça como local de sua apresentação, um pouco mais adiante retornaremos especificamente a este circo para abordar algumas questões; outros circos instalados para temporadas foram: o circo Imperial Japonês em 1926; em 1927 o Circo Tatali; em 1929 o circo Internacional; já no ano de 1933 o Grande Circo Nerino toma espaço na praça; um ano depois o circo Stevanoviche e, por fim, o circo Ataíde em 1937 (AZEVEDO, 2001).

Estes são alguns que se tem registro e chegou até nós, certamente a lista é mais extensa se forem contados aqueles que se instalaram em outras praças ou em outros momentos.

Apesar de a lista não ser sucinta, é necessário, para compreender como o espaço de Praça de Pelotas foi entre a década de 20 e 30, um lugar de atuação desse tipo de diversão na cidade. Um dos fatores que encontramos para a escolha deste local como prioritário na instalação dos equipamentos foi a falta de espaços vazios em outras áreas do espaço urbano, devido o intenso preenchimento dos locais abertos, conforme referido na abertura deste capítulo. As outras praças intensamente centrais já haviam diminuído consideravelmente suas extensões, o que fez com que inúmeros destes logradouros desaparecessem, foi quando deram

espaço para a construção de prédios públicos e até ocupações particulares em locais abertos que antes eram praças ou descampados. Nas décadas de 20 e 30, a praça ainda constituía uma exceção frente a tais ocupações desenfreadas dos espaços públicos, favorecendo assim, a montagem e a possibilidade de receber grande público.⁴⁰

Entre os anos de 1920 e 1930, os circos que atraíram grande número de espectadores dirigiam seus palcos para a Praça dos Coelhos (Praça do Batalhão de Polícia), a Praça Capistrano de Abreu (Praça da Lagoinha) e a Praça de Pelotas (Clóvis Beviláqua), cuja inserção no espaço urbano se fez notar a partir do ajardinamento desta logo no começo do século e paralelo ao crescimento da malha urbana, que já ultrapassava os limites da Praça e tomava as direções da região das chácaras do Benfica.

É preciso perceber também que muitas praças receberam ajardinamento nas primeiras décadas do século XX, a própria Praça do Ferreira, Praça Marquez de Herval, Praça Castro Carreira dão pistas de uma maior utilização dos pontos da cidade. Este ajardinamento ocorreu em Pelotas por volta de 1933, segundo Relatório de Carneiro de Mendonça.

A ida a estas praças estava relacionada à busca por ambientes arejados e limpos. E, associado a isso, havia o desejo de estar na rua, na praça, em movimento. O que possibilitou que, dentro da cidade, novos espaços pudessem ser frequentados e abertos ao trabalho de artistas circenses e aos clubes de futebol profissionais ou amadores, que passavam a preencher, nos anos 20, estes espaços públicos. Apesar de analisar mais detidamente o circo e o futebol, outras modalidades e atletas variados também preenchiam pouco a pouco os espaços da cidade, atividades como o pedestrianismo, a natação e os passeios ciclísticos são algumas das competições que encontramos nos jornais e cronologia da cidade naquele período, porém, por questões metodológicas da pesquisa viabilizamos como o futebol e os circos puderam estar inseridos nessa conjuntura da cidade de Fortaleza e, principalmente, como suas práticas nos espaços da Praça da Pelotas ajudaram a criar novos usos para aquele lugar.

Destacamos dois casos mais acentuados para direcionar a atuação desses espetáculos circenses e as sensações provocadas por eles nos cidadãos. Primeiro, a partir da matéria publicada pelo Jornal *O Povo*, verificada logo abaixo, é possível entender boa parte das relações dos jornais impressos com as atividades de lazer. Em um segundo momento, será perceptível como a atuação de determinados circos provocavam verdadeira guerra de letras

⁴⁰ A construção das caixas de água (1926) e do prédio da Faculdade de Direito (1938) que analisaremos no capítulo 2 deixará claro que nem mesmo a Praça de Pelotas fora poupada da ação da administração pública em ocupar os espaços livres da cidade.

nos jornais da cidade, exemplo são as divulgações sobre o Coney Island Park. De todo o modo, queremos entender como as ações do uso daquele espaço proporcionam vislumbrar em fresta de luminosidade o cotidiano da cidade e o viver em uma área urbana aberta ao conflito e à disputa.

Figura 7 – Anúncio do Grande Circo Jardim Zoológico

Grande Circo Jardim Zoológico

dos Irmãos STEVANOVICH

-:- (Armado á Praça de Pelotas) -:-

HOJE -- Novas Estréas -- HOJE

Chegando hoje pelo Vitória,
as 25 féras dêste grande
Circo farão hoje as
suas estréas

Hoje--O maior Elefante em
Excursão pela América do
Sul, pesando 2,500 quilos--
O grande e único Kangurú
que joga Box--Zebras,
Zebroides, Tigres

Hoje, ao Circo
proibido pelas
exmas. Famílias
--Circo da Elite,
deverá acorrer o
Público de
Fortaleza

DOMINGO,
Grandiosa Mat-
inée Chic às 15 hs.

Acrobatas Troupe Irmãos Stevanovich
Nilo e Pedrinho

Kangurú da Austrália
que joga BOX

Fonte: Jornal O Povo (1934).

O excerto acima apresenta elementos variados reunidos na mesma chamada, avisava aos interessados para irem visitar o Circo Jardim Zoológico. O nome do estabelecimento já insinua a conjugação das proezas humanas e da variedade (exótica) do mundo animal. Além disso, não sem propósito e em sintonia com o divertimento, o fluxo dos transportes modernos, as novas atrações são apresentadas ao chegar a bordo do navio *Vitória* para estrear na cidade. À esquerda, no anúncio, a pose de dois acrobatas, em que é ressaltada a imagem do corpo, o porte físico e a sensação de prontidão necessária a um atleta. Um acrobata. Nilo e Pedrinho – os nomes denunciavam a brasilidade dos dois componentes da trupe dos irmãos russos, ou usavam os nomes para criarem uma maior simpatia com o público? Ao centro, o convite descreve quem o espectador deveria encontrar no picadeiro armado na Praça de Pelotas: animais atletas. Como o caso do Kanguru que “joga Box”, complementado com a ilustração à direita, o dito animal golpeando o corpo de um homem

que parece rendido e incapaz de reagir. O dia da estreia, não à toa, é um sábado, por ser este o melhor dos dias destinado ao lazer naquele contexto, prenunciado isto pela informação no quadro à direita do anúncio central, que não poupa elogios às famílias que frequentavam tal local – o circo da elite – preferido pelas famílias, talvez possamos conjecturar um preço mais elevado que o normal para o principal dia da semana no lazer e para reunir apenas tais famílias.

O antigo hábito de repousar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está. Não é que repousar não seja mais viável, é que se tornou obsolescência, uma caduquice. Não é descansando que alguém se prepara para a semana vindoura, é recarregando as energias, tonificando os nervos, exercitando os músculos, estimulando os sentidos, excitando o espírito. (SEVCENKO, 1992, p. 33).

O trecho acima sintetiza a ideia de o esporte envolver as melhores capacidades física e mental. No domingo, às quinze horas, o circo reuniria novamente membros de famílias finas e de classe. A praça torna-se o elemento simbólico a receber todas estas novidades e elementos incríveis – o lazer no espaço aberto da cidade passou a ter nestes locais o palco privilegiado para as suas realizações.

Em 14 de fevereiro de 1926, mais uma vez a Praça de Pelotas era palco para a instalação de um grande circo, o Jornal Diário do Ceará (1926b) apresenta pela primeira vez a propaganda do Coney Island Park, o “impressionante park americano” que trouxe a Fortaleza os melhores brinquedos os quais prometiam “tirar o fôlego” daqueles que fossem visitar o dito parque/circo instalado em Pelotas, com sessões abertas todas as noites. Em primeiro lugar, aquilo que vem de fora – o exportado, o estrangeiro – ganha uma relevância ainda maior nesse tempo, não por motivo de fazer parte de um ineditismo, mas os nomes, os termos em inglês, a americanização da mercadoria de importação, na década de 20, invadiram a cultura e as cidades no Brasil. Como demonstrado por José Evaldo de Mello Doin (2007, p. 103):

No decorrer da década de 1920, com a retomada da produção industrial por parte das nações cêntricas, mas em decorrência, principalmente, da alta competitividade dos produtos norte-americanos, ocorreu um verdadeiro derrame de mercadorias importadas nos portos e praças brasileiros, drenando as reservas de ouro amealhadas com sacrifício durante os anos de conflagração. A euforia de consumo no imediato período pós-beligerância esgotou rapidamente as reservas acumuladas durante o período de contenção forçada. A forte entrada de manufaturados norte-americanos, facilitada por uma agressiva política de créditos, por preços altamente competitivos e pela utilização inovadora e inusitada da propaganda superlotou o mercado brasileiro de bugigangas, de automóveis, de artigos domésticos e de gramofones e, com isso, provocou a aceleração da constituição da sociedade de massas. O viciante gosto pelo moderno era transubstanciado agora em novas formas.

Merece destaque a ligação entre os equipamentos americanos modernos, que neste período não ficaram restritos ao aspecto circense, pelo contrário, há um aumento de interesse do mercado americano pelo Brasil, inclusive no rentável mercado urbano do lazer, do tempo livre – relativo ao lucro gerado pelo entretenimento, este definido por mais horas sem trabalho (conquistadas nas reivindicações trabalhistas).

Por algumas semanas esse jornal noticiou, sempre na última página, no local destinado para as propagandas, o informe e convite a todos os fortalezenses para irem ao parque americano. Na semana seguinte, novamente anuncia, como na semana anterior, a propaganda do parque; porém, na primeira página do periódico um editorial tecia duríssimas críticas ao empreendimento americano.

Nos dias 20 e 21, o jornal publicou o texto que criminalizava “os abusivos preços cobrados dentro do Park”, no qual não havia cobrança na entrada, mas “o cidadão que lá está, desembolsa verdadeira fortuna”, chegando ao ponto do “dono do park lucrar por noite 28 contos” – denuncia o editorial, valor elevado para época, tendo aquele local recebido quase 1000 pessoas por noite, “não sairá daqui triste tal senhor” (JORNAL O POVO, 1926). O empreendimento se organizava em moldes incomuns para a população da cidade àquela época. Livre do pagamento no acesso geral ao local/espetáculo, porém, para realizar usufruto de cada equipamento/atração, pagava-se fracionado. Não deixa de ser uma estratégia de atrair as pessoas e lucrar com as despesas totais dos visitantes, o que poderia diminuir a resistência a conhecer o parque. As pressões feitas pelo jornal parecem ter sido, de alguma forma, acatada pelo tal “senhor” que, na última semana de atração, segundo conta o periódico, destinou a arrecadação daquelas noites para a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Fortaleza.

O melhor dessa contenda pública por parte do jornal como porta-voz defensor do cidadão fortalezense é a nítida possibilidade de entender como, na República, as condições livres e a possibilidade de empreendimento também eram sedimentadas em certos deveres, por mais que fosse cobrado o cumprimento de uns e outros não, mas a ampliação do sentido de cidadania gerou um maior rigor na menor das questões que pudessem infringir os direitos do cidadão.

Uma nova linguagem incidia na vida desses aficionados pelo esporte ou pela cidade e, daí, pela praça, pelo lugar onde a ação ritualizada pudesse ser concretizada, de preferência, assistida por olhos e corpos frenéticos, esse ritual precisava dessa dimensão coletiva, o espetáculo reunia mais que o corpo do atleta em ação, sorvia o corpo da cidade: a população.

A disciplina imposta para adquirir uma boa condição física pôde agora ser associada à necessidade de condicionamento da população às regras do espaço urbano, ou seja, a postura pública passava a associar as regras impostas para o esporte, que seguiam, em sua maioria, um conjunto de normas, com aquelas posturas municipais que uma parcela dirigente tentava, sem muito sucesso, assegurar os cumprimentos de leis públicas e próprios dos espaços da cidade. Assim, o esporte servia também como instrumento disciplinador.

Não apenas nessa associação do esporte com a ação correta, mas de outras maneiras também, a elite conseguiu se diferenciar da popularização do esporte, no caso específico o futebol, nesta modalidade o uso obrigatório dos equipamentos para a prática do esporte bretão diferencia-se o futebol, dito oficial por adequar-se às regras em detrimento daquele praticado por operários, vadios, moleques – que não atentavam diretamente para as obrigações, mas para a prática em si. Esta forma desvirtuada do futebol, evidentemente aparecia diversas vezes nas páginas dos jornais, porém não nas seções esportivas, e sim nas reclamações por quebrar a ordem dos espaços das praças, ruas e calçadas (PINTO, 2007).

“Encerra-se no dia 18 de outubro de 1931 o Campeonato Cearense de Futebol daquele ano, cujo último jogo realizou-se no Campo da Praça de Pelotas, quando sagrou-se campeão o Ceará Sporting Club.” (AZEVEDO, 2001, p. 159).⁴¹ A prática do futebol nos anos 30 já não era mais nenhuma novidade no Brasil. Em Fortaleza já havia diversos times organizados por clubes, grêmios e associações esportivas, dentre estes o mais antigo é o citado na passagem acima, o Ceará Sporting Club, fundado em 1914. Ao final do certame futebolístico de 1931, o time ganhou o título de campeão em plena Praça de Pelotas. Porém, ao contrário do que se possa imaginar, prevalecia na prática uma informalidade bastante acentuada no meio futebolístico, uma busca por espaços específicos para o jogo e jogadores que, espalhados pela cidade e arrabalde, ganhavam a cada dia um pouco mais de destaque.⁴²

Assim como o futebol, outros esportes invadiram as ruas, praças e espaços vazios das cidades promovendo, no bojo dessa desconstrução ou construção das cidades republicanas, novas práticas de valorização das atividades físicas. A população da cidade de Fortaleza já assistia a duelos de boxe e torneios de turfe quando, na década de 1910 e 20 o futebol se popularizou, ganhou notoriedade entre as camadas diversas da sociedade e seguiu

⁴¹ A notícia do jogo aparece no livro *Cronologia Ilustrada de Fortaleza* (AZEVEDO, 2001, p. 159).

⁴² Sobre História e o futebol nos seus primórdios de prática aqui no Brasil ver: no Rio de Janeiro e principalmente em São Paulo o estudo de Nicolau Sevcenko (1992) que aborda a difusão do esporte nesses centros do país, sobre o futebol cearense é útil a leitura de da dissertação de Rodrigo Márcio Sousa Pinto (2007) que trata da fundação do Ferroviário Atlético Clube um time de operários de Fortaleza no ano de 1933 em pleno Governo de Vargas. Não sendo nosso primordial objetivo, porém aproximando-nos das questões que envolve a Praça de Pelotas, o assunto do futebol e seus primeiros jogos pode ser ainda melhor comentado nos estudos citados acima, dos quais nos apropriamos para entender o ambiente que cercava tais jogos.

os trilhos impostos ao resto do mundo, ou seja, o futebol não era o único esporte que agitava as massas urbanas. Por todos os lados podiam ser encontradas modalidades, clubes, atletas, pessoas querendo entrar também na mudança corporal. Um pequeno exemplo disso é um anúncio publicado no jornal *A Lucta*, em 1920, que se referia a um comerciante da cidade de Fortaleza, com loja localizada na Praça do Ferreira nº 213, o jornal informava os produtos que este possuía e que eram úteis a:

Cultura physica [...]: sandou, halteres de vários pesos, bolas, camisas e meias para foot-baal, methodos de gynastica sueca com 50 posições, massas para o desenvolvimento dos músculos, injeções para cavalos de corrida, ditas contra a obesidade e contra o rachtismo, [...] aparelhos para patinar. (JORNAL A LUCTA, 1920, p. 2).

Percebe-se um variado interesse por diferentes práticas esportivas. As datas comemorativas usadas para reunir públicos em praças, campos e ruas serviam para a exibição dos atletas e para enfatizar as comemorações republicanas. Tal proximidade entre o fenômeno esportivo e a identidade nacional pode ser encontrada em diversas ocasiões, seja através das celebrações cívicas ou de espetáculos esportivos organizados pelo governo. Estas modalidades demandaram alterações inéditas na materialidade urbana até então desprovida de locais e equipamentos adequados. É o caso do clube de tiro (Tiro 38) que aproveitava o amplo espaço da Praça de Pelotas para realizar apresentações nas comemorações de datas cívicas, como o dia da Bandeira ou Proclamação da República.⁴³

Em 1928, a corrida de São Silvestre, realizada sempre no último dia do ano, aglomerava vários espectadores e participantes, à noite, nas ruas da cidade. Outra modalidade muito procurada e comentada era a corrida de cavalo, realizada no Prado, mesmo local onde depois seria construído o Estádio Presidente Vargas (daí a denominação muito usual, nas décadas de 1920 e 1930, nas páginas esportivas sobre os jogos de futebol no Campo do Prado).

Muitos desses hábitos já circundavam a experiência de vida na cidade e arrebanhavam praticantes desde o início do século, porém, a conjuntura que eles construíram levou a um efeito de energia nunca visto que os compôs de um modo de viver ainda não percebido, e que não guardavam experiências com o recente passado escravista, onde a rua não trazia boas recomendações sociais. Chega-se, então, à Praça de Pelotas e a outras. Sair de casa fazia sentido positivo ao corpo e ao social. Não deixando de perceber que as novas

⁴³ Sem deixar de receber críticas por parte dos moradores através dos jornais que afirmavam que devido o barulho de cornetas e treinamento militar ali em Pelotas, “logo muito cedo a Praça estará deserta, por conta do barulho ensurdecedor de tal atividade logo às 05h30minh da manhã”. (JORNAL A ESQUERDA, 1928).

atividades físicas afirmaram de uma forma diferente antigos resquícios da forma oitocentista da sociedade, de alguns modos a elite urbana se distinguiu nas ruas ou em determinadas atividades de lazer que a diferia do povo.

O futebol, praticado em Fortaleza desde o início do século XX, utilizou muitos espaços, através das crianças e jovens na brincadeira com a bola de meia ou a famosa bola nº 5, trazida pelos ingleses, rapidamente tornando-se febre e espalhando-se através dos campos da cidade até as periferias que se formavam. “A difusão mais efetiva da bola pelo território nacional [e cearense] só começaria, contudo, a tomar corpo nos anos seguintes, e pela ação de diferentes e desconexos sujeitos, em diferentes momentos e lugares.” (FRANZINI, 2009, p. 113). Entretanto, não ocorreu sem conflito e disputa pelo espaço, pois a existência de um punhado de adeptos não correspondia à existência de condições para a sua prática, e assim como o direito de jogar também, as diferentes classes sociais (como operários) tiveram que, literalmente, em alguns casos, brigar pelo futebol. Segundo Rodrigo Sousa Pinto, analisando os conflitos de classe dentro do futebol afirma:

O foot-ball, introduzido pelos “filhos ilustres” da cidade de Fortaleza, não obteve um caráter social abastado único e acabou convivendo com as classes subalternas durante toda a sua formação. O convívio com o proletariado favoreceu o surgimento dos clubes da classe. Foram esses primeiros momentos da formação do esporte na cidade de Fortaleza e a sua proliferação nos subúrbios que abriram espaços para que os trabalhadores socialmente periféricos pudessem se organizar diante de uma prática lúdica e associativa. É nessa “vulgarização” que o foot-ball da high-society citadina se tornou Futebol durante a década de 1920; o esporte se popularizou na periferia da cidade de Fortaleza e passou a ser expressão dos grupos de excluídos sociais. (PINTO, 2007, p. 113).

É importante entender que o futebol, assim como outros esportes, e também o circo, envolviam uma nova condição do espaço urbano, na qual as cidades cresciam assustadoramente em número populacional e em demandas por áreas abertas – dentro dessas áreas, o lazer passa a ser questão importante e, como já vimos, a cidadania e os direitos republicanos discutiam uma igualdade de todos na República, provocando sempre uma busca pelo direito de também estar inserido. Tal busca “[...] abrigava-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões – e espaços.” (MARINS, 1998, p. 132). O local onde estes esportes podiam ser praticados nos conta muito sobre estas demandas de direitos requeridas a partir de agora. Sobre isso a seguinte notícia é exemplificadora:

Durante o dia de domingo, e geralmente às tardes, reúnem-se inúmeros meninos desocupados e iniciam o seu inacabável football. [...] A match acompanha commumente os palavrórios dos mal educados jogadores. O barulho, as palavras indecentes e o fevor tanto dos praticantes como dos espectadores são concebidos como inconvenientes: assobios, gritos e palavras obscenas (das maiores) somos obrigados a ouvir. (PINTO, 2007, p. 49).

Percebemos traços de semelhanças dessa reclamação com o texto *Velha Incorrigível* do primeiro tópico deste capítulo, as reclamações são correspondentes: o barulho, o desassossego, as palavras obscenas, em ambos os textos é revelado como o ambiente público era cercado por conflitos. Entendemos que não é o futebol o caso aqui, ao olhar com cuidado os dois textos nos saltam aos olhos o público, a condição da rua, do espaço desta e como o conflito nela é iminente. O espaço das ruas e das praças da cidade é um lugar perigoso no imaginário porque é o local de disputas em todos os sentidos e nele se cruzam direitos e reivindicações antagônicas.

Não é difícil imaginar que essa expansão desordenada do futebol para além das fronteiras geográficas e sociais que separavam a elite do povo [...] devia incomodar bastante aqueles que se jugavam os donos da bola. Afinal, subúrbios, várzeas, e até mesmo fábricas, onde se tornava cada vez mais comum a organização de equipes entre operários, não eram espaços dotados da elegância e do refinamento que o esporte bretão supostamente exigia, ao menos a seus olhos. (FRANZINI, 2009, p. 121-122).

Em entrevista de Alberto Damasceno concedida ao historiador Rodrigo Sousa Pinto, o radialista comenta:

De fato as praças foram sendo ocupadas: Marquês de Herval (em frente ao Teatro José de Alencar), Castro Carreira (Praça da Estação), Praça da Lagoinha, [...], e a Praça Clóvis Beviláqua, que ficou conhecida para os sportsmen como Praça de Pelotas. (PINTO, 2007, p. 93).

Diante da perspectiva pouco atraente financeiramente, até aquele momento, os times e ligas ajustavam-se às necessidades. Essa informalidade se esvaía pelos espaços de atuação, absolutamente diferente das arenas atuais, os campos de terra batida e pouca grama se espalhavam pelos subúrbios das cidades.

O Campo do Prado fora o principal espaço de atuação, mas não restrito a este, como se pode perceber pelo caráter da notícia apresentada sobre a final do certame cearense em 1931. A Praça de Pelotas, constantemente era ocupada por público e atletas para os jogos de futebol e, acrescidos a estes, as notícias de narração radiofônica pela rádio que possuía prédio na esquina daquele logradouro alimentam nossas interpelações sobre os significados dessas práticas esportivas naquele espaço da cidade, é o que nos conta a matéria do *Jornal Unitário*: “A Rádio Educadora Cearense, de vida efêmera, [...] que chegou a transmitir jogos realizados na Praça de Pelotas, tinha em seu quadro diversos locutores como Pierre Luz...” (JORNAL UNITÁRIO, 1929, p. 2).

Dois distintos elementos nos chamam a atenção para entender as transformações da vida no meio urbano e as ressignificações do espaço no tempo. A presença da rádio, ainda

que de rápida permanência, nos dá pistas daquilo que, no final da década de 30, tornar-se-ia um dos principais meios de comunicação: o rádio, elemento tão importante na arremetida e controle das massas urbanas, principalmente no governo de Getúlio Vargas, que esteve fortemente apoiado na propaganda de massa. O segundo elemento é como estes jogos ganharam importância com a transmissão pelo rádio, bastando observar que anos mais tarde formariam um verdadeiro exército de trabalhadores do esporte. A crônica esportiva, que amplamente corria nas páginas de jornal e nos microfones das rádios, destacava os nomes, os locais, os times envolvidos nos jogos, os resultados e a forma como se deu determinado embate.

A Praça de Pelotas foi durante a década de 30 o endereço de eventos esportivos e dos jogos do time Fortaleza Sporting Club, equipe fundada por um dos incentivadores particulares do esporte aqui no Ceará, o Sr. Alcides Santos. Conforme a publicação do Jornal *O Povo* em 30 de maio de 1934.

Promovido pelo Fortaleza S. Clube, realizar-se-á amanhã às 13 horas, no campo da Praça de Pelotas, um sensacional torneio esportivo, no qual tomaram parte oito clubes suburbano, componentes da serie A [...] sendo entregue ao vencedor uma bola nº 5. No próximo dia 15 haverá um outro torneio que será disputado pelos times da série B. (JORNAL O POVO, 1934, p. 4).⁴⁴

Em primeiro lugar, a realização de dois torneios não era incomum, “[...] as novas entidades [de futebol] realizavam dois campeonatos diferentes para cada regime, um profissional e outro amador.” (DRUMOND, 2009, p. 229). Percebemos a concordância do comentário de Drumond para os times do Rio de Janeiro também em Fortaleza. Em segundo lugar, até a construção do primeiro estádio destinado à prática esportiva observa-se uma irregularidade nos espaços que poderiam ser utilizados para o jogo de futebol e pelo circo, por coincidência o mesmo jornal anunciava outro evento já aqui mencionado para o mesmo espaço com diferença de duas horas um para outro – o campeonato realizado pelo Fortaleza S. Clube era esperado na mesma tarde que o circo dos irmãos Stevanovich (Figura 7) realizava sua sessão para famílias da alta classe. Interessa-nos aqui o novo prestígio da Praça de Pelotas, muito diferente daquela área do final do século XIX, quando o que possuía de inovador era o bonde que levava as pessoas para a vida agitada na Praça do Ferreira, o crescimento da cidade remodelava também os caminhos e os tipos de diversão.

⁴⁴ Atente para o mesmo dia (domingo 8 de julho) que o Circo comentado anteriormente deveria reunir uma seção do seu espetáculo. O espaço da Praça suscita as diversas atividades e feérica busca pela atividade aberta, na falta de locais desse tipo a praça recebia no mesmo período dois públicos pelo menos com expectativas de assistir algo: podendo ser os jogos que iniciariam as 13h ou a matine do circo as 15h ou quem sabe os dois.

Faz parte da regulação e do controle do crescimento da cidade o investimento, no estádio, próprio para a prática futebolística, no caso, em Fortaleza, o primeiro foi o Estádio Presidente Vargas, inaugurado em 21 de setembro de 1941 - o local atendia ao desejo de uma arquibancada adequada ao público do “espetáculo”. Mais que isso, o local específico dá uma ordem para a utilização dos espaços diante do crescimento acelerado e o aparecimento de tantos times e praticantes informais, assim como o crescente público nos jogos, que não raras vezes terminavam em confrontos, muitas vezes, entre os jogadores ou estes com o juiz da partida ou entre os próprios espectadores. O termo “torcida” diz muito sobre a utilização do próprio corpo como parte do jogo, por mais que tais corpos não estivessem diretamente associados a este jogo, porém, ao torcer pelo time, a ação corpórea está intimamente relacionada ao movimento esportivo. Junto ao aumento do número de clubes, aumentaram também as confusões. Havia brigas entre times que marcavam jogos no mesmo local, visto que, na época, eram poucos os locais aptos para a realização do desporto, associado a isto se percebe uma política nacional de arregimentar multidões e controlar racionalmente estes ajuntamentos.⁴⁵

Este primeiro capítulo percorreu diferentes usos da Praça de Pelotas na passagem do século XIX para o XX. Mapeou-se aqui uma cidade em transformação deste o mais sensível experimento do barulho dos bondes que cruzavam as ruas de um lado para o outro, até os usos da praça como ponto de diversão de frequentadores das tavernas e quiosques, por mais que estes sejam referidos nos registros apenas como pontos comerciais. Acreditamos ser muito mais que comércio o que se praticava naqueles lugares. Usos diversos, que variaram desde a moradia até a fabricação de produtos indesejáveis na cidade.

A nossa leitura terminou identificado um processo de “*gentrificação*” do espaço urbano a partir dos usos para a diversão. A instalação de circos e suas plateias, os jogos de futebol e suas torcidas, interpelaram novas maneiras de lidar com a prática do espaço. Interessou-nos aqui muito mais a possibilidade de identificar por onde podiam ser vistos os usos da Praça de Pelotas que traçar uma periodicidade linear de sua história. À medida que a cidade cresceu em números de habitantes, modificaram-se também os usos de seu espaço. No capítulo 02, será possível identificar os usos muito mais formais, controladores e fundamentados, principalmente, pela organização pública da cidade; intervenções mais contundentes, como os nomes oficiais e equipamentos públicos que foram inseridos no

⁴⁵ O Estado Novo teve uma aproximação marcante junto ao esporte, principalmente o futebol, que se profissionalizava entorno das ligas e necessitava de espaços adequados à prática.

logradouro e que apontam para novas apropriações, obedecendo a uma eminente característica das cidades: a dinâmica.

3 APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO: A PALAVRA E O PODER

3.1 Toponímias da Praça: nomear também é usar

[...] o mais fascinante, na rua, é o nome. Há uma volúpia especial nesse ato nomeador, como sabia Adão, que nomeou as coisas com o nome que elas verdadeiramente têm. É nos nomes que está a magia das esquinas: interseção de nomes e não de ruas. (ROUANET, 1993, p.34 *apud* SILVA FILHO, 2004, p. 61).

No dia 31 de julho de 2012, o Jornal *O Povo*, um dos principais jornais de Fortaleza/CE, publicou a seguinte matéria: “Praça não passará por reforma”. [...] “Estava prevista reforma na Praça Clóvis Beviláqua (Bandeira) até o final deste ano, mas o projeto não tem mais data para ser executado [...]” (JORNAL O POVO, 2012, p. 2).

O texto da reportagem segue com as explicações das causas do adiamento da reforma; contudo, interessa-nos o trecho em que se apresenta a necessidade de explicar de qual praça se trata. O nome colocado entre parêntesis logo após a citação e apresentação do logradouro mostra como não foi suficiente a apresentação apenas do nome oficial pelo redator da matéria que, além disso, publicou o texto acompanhado da foto da praça na capa do jornal. Essa pequena inquietação na forma de ler a chamada de um dos maiores jornais de Fortaleza na atualidade, suscitou algumas questões sensíveis sobre a utilização dos nomes dos espaços da cidade: Por que houve a necessidade de explicar que a Praça Clóvis Beviláqua é a mesma antiga Praça da Bandeira? Por qual motivo o nome anterior continua acompanhando a descrição narrativa daquele local? O que isto pode revelar sobre como os sujeitos utilizam os espaços da cidade?

A atual denominação da Praça Clóvis Beviláqua foi decretada em 1959, em Fortaleza/CE, através do *Decreto Oficial do Município de nº 1649* em 13 de julho de 1959, quando o Prefeito Manuel Cordeiro Neto oficializou a homenagem ao jurista cearense, nascido em Viçosa do Ceará/CE e autor do Código Civil Brasileiro.

Não é incomum ocorrer nas ruas do Centro da cidade de Fortaleza encontrar alguém perdido por não saber onde fica a Praça Clóvis Beviláqua. Porém, com uma pequena referência ao nome popular “Praça da Bandeira” – por mais que há muitos anos não haja mais nenhuma bandeira hasteada no local – logo há um claro entendimento do referencial e local descrito. Esse campo da nomeação estabelece, portanto, duas questões prioritárias: reconhecer que há intenções que acompanham, ou mesmo tentam fundamentar a denominação da escolha oficial e que os nomes destas escolhas podem (ou não) ser apropriados pelos sujeitos que traçam suas experiências pela cidade.

A partir disso, entendemos que:

Pensar e enunciar os lugares da cidade, e nela se orientar por outros nomes, implica apropriar-se de seus territórios e dar-lhe significado, imprimir no traçado urbano as marcas subjetivas da experiência cotidiana, valer-se da linguagem como instrumento de contra poder ao insinuar a possibilidade de uma nomenclatura não cristalizada em placas de cobre esmaltado, mas mobilizada pela vitalidade presente na fala diária das camadas populares. (SILVA FILHO, 2004, p. 60).

Estudar a evolução da cidade através dos nomes dos seus espaços é tarefa já efetivada por pesquisadores do campo da Arquitetura, Linguística, Geografia, História, entre outras áreas científicas. Conforme enunciado por Dick,

O fazer toponímico é um procedimento de múltiplas facetas científicas, envolvidas na sistematização denominativa. Busca-se na História, na Geografia, na Antropologia, na Psicologia Social, por exemplo, os elementos que, intermediados pelas macro-estruturas da linguagem, fundamentam e justificam tendências e atitudes que envolvem o denominador no ato de nomear, em um tempo e em uma época precisos. (DICK, 1993, p. 61).

A análise dos topônimos costuma se restringir aos aspectos linguísticos e cronológicos da sua origem, sem levar em conta que a denominação dos lugares é, de fato, um processo político-cultural que merece uma abordagem para além do nome atribuído à localidade. Assim, torna-se objetivo permear as intencionalidades que levam as escolhas de determinados nomes em substituição de outros e como os usos desses nomes podem dimensionar um caráter pedagógico, ideológico e político dos usos do lugar. Dessa forma, entendemos que o ato de nomear é uma forma de perceber como sujeitos se organizam no espaço público. Este ato pode ser revelador de um “batismo” ou uma “tomada de posse” que orienta e referencia os usos e acaba por criar relações de pertencimento. Segundo Seemann, em concordância com Claval:

Todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores [...]. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2001, p. 189 *apud* SEEMANN, 2005, p. 209).

O nome do local não somente permanece atrelado ao aspecto físico ou de uso, mas constrói um aspecto subjetivo. O espaço é estruturado por diferenças práticas simbólicas, ou seja, as experiências ali traduzidas permeiam, em cada um, o desabrochar de memórias e imagens permitidas a partir da nomeação. Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira se preocupou em refletir sobre os usos antigos e nomes dos espaços da cidade de Fortaleza

(NOGUEIRA, 2006). E, a partir de suas análises, elaborou a seguinte reflexão sobre a experiência que a nomeação pode despertar na memória.

A pronúncia de um nome pode suscitar a recordação de odores, sons, paisagens, às quais ele foi ligado por força do uso e pela relevância dos fatos que provocaram tais associações. Assim acontece a Proust, quando nomes de certas localidades o faziam lembrar detalhes do ambiente onde passara momentos agradáveis ao lado da tia-avó. Ao passo que outros topônimos, por não dizerem nada de sua própria experiência, soavam de maneira estranha e sem cor. O escritor francês refletiu, em sua obra *Em busca do tempo perdido*, acerca das sensações ocultas em um nome, as quais podem ser chamadas a mostrarem-se no presente, através da simples menção. (NOGUEIRA, 2006, p.69).

Acompanhando a leitura de Marcel Proust, menciona:

E assim, aqueles nomes tão tristes, feitos de areia, de espaços ventilados e abertos, de sal, nomes de que se escapava seu último elemento, ville, como se escapa o vole quando se joga o pigeon-vole, em nada me lembravam os outros nomes parecidos de Roussainville ou Martinville; porque esses eu os ouvira minha tia-avó pronunciar tão seguidamente quando estávamos na “sala”, sentados à mesa, que chegaram a adquirir certo sombrio encanto, em que talvez se confundissem sabores de doces, cheiro de fogo de lenha e de papel de um livro de Bergotte e o tom cinzento da casa fronteira; tanto que hoje, quando sobem como uma bolha do fundo de minha memória, ainda conservam a sua virtude específica, através das superpostas camadas de ambientes diversos que tiveram de varar para chegar até a superfície. (PROUST, 1990, p. 70 *apud* NOGUEIRA, 2006, p. 69).

Se há um nome (ou modos de identificar o espaço) que não seja da maneira que ordena a municipalidade, essa inventividade não é única e muito menos inédita. Recorrendo aos períodos tanto da Colônia quanto do Império, percebemos que nomear as ruas, os largos e as estradas em concordância com o tipo de atividade desenvolvida no local se fazia em ato permanente. Questões semelhantes ocorreram em quase todas as cidades; Vivaldo Coaracy comenta sobre a toponímia do Rio de Janeiro e essa originalidade na nomeação, ao mesmo tempo, que a falta de permanência desses nomes os fazem desaparecer do uso popular.

A toponímia do Rio de Janeiro foi sempre muito confusa e fluída. À proporção que iam se delineando as ruas, dava-lhes o povo, espontaneamente, denominações derivadas ou de um acidente local ou, em numerosos casos, do nome do principal morador. Eram essas as designações primitivas, facilmente substituídas quando outro fato ou personagem mais impressionava a imaginação popular. Dessa inconsistência e versatilidade original derivou a facilidade com que, nas cidades do Brasil, são frequentes vezes que mudados os nomes dos logradouros. Sem respeito pela tradição e ignorando as razões de ser, as autoridades municipais crismam ruas e praças a qualquer pretexto. (COARACY, 1965, p. 427).

Não à toa, em Fortaleza, no século XIX, havia a Rua do Gasômetro, a Rua Formosa, a Rua da Cadeia ou nomes de lugares que ligavam a nomes próprios de pessoas do local, como a Travessa da Conceição, Beco do seu fulano ou beltrano. Ainda existiam as referências naturais que marcavam as características do local, por exemplo, Rua do Sol, Rua

da Praia e Rua do Cajueiro. Assim, a atual Praça Clóvis Beviláqua era identificada como a Praça do Encanamento ou Praça do Chafariz (ADERALDO, 1998; MENEZES, 2000; NOGUEIRA, 1981).

Praça do Encanamento é o nome mais antigo do local, talvez o primeiro de batismo popular, do qual temos referência; está diretamente atrelado à posição geográfica que favorecia o encanamento e a distribuição de água para Fortaleza no final do século XIX. O privilégio da topografia facilitava a chegada de água à cidade naquela localidade. Foi naquele espaço, o mais alto topograficamente até então, que a concessão feita a Paulino Hoonholtz e depois à empresa Ceará Water Company realizou-se a partir 1862 e 1863, respectivamente, a venda de água trazida da chácara do Benfica.⁴⁶ Posteriormente, a construção do chafariz consolidou aquele ponto da cidade como espaço de obtenção de água e tornou mais corriqueira a denominação Praça do Encanamento. No século XX, as caixas de água, construídas também no espaço da Praça, tornaram-se ponto de referência ainda mais visual. Não era rara a construção de chafarizes nas praças da cidade. Desde o século XIX, a autorização para esse tipo de empreendimento já era dada pela municipalidade, conforme relatos de Raimundo de Menezes, em *Coisas que o tempo levou* (MENEZES, 2000).

Primeiramente, as nomeações das ruas, becos, praças, largos e demais logradouros partiam do uso comum por parte da população visto que não havia uma iniciativa formal do poder público. Mesmo após passar a existir um poder regulador, a escolha do nome em termos oficiais, em alguns casos, não vingava. Dessa forma, a referência usual se fazia de acordo com o sentido que o espaço da cidade recebia de seus moradores, em concordância com os sentidos e as paisagens que este formava.

Dito isto, analisamos em que medida pode-se traçar um paralelo entre as motivações de nomeação da Praça do Encanamento (lá no século XIX) com as atuais nomeações informais como, “Praça da Faculdade de Direito” ou a “Praça das caixas d’água”. Está posta aqui a questão da explicação dos nomes na matéria do jornal *O Povo* de julho de 2012 e os usos do local. Ao reconhecer espaços, os sujeitos os utilizam de seu modo e não necessariamente de acordo com o estabelecido. Talvez essa possibilidade de “invenção” de leitura do espaço através dos nomes possa dar pistas para a pertinência da identificação ainda hoje do espaço como Praça da Bandeira e não como Praça Clóvis Beviláqua.

⁴⁶ Em 27 de novembro de 1862 foi concedido pela resolução nº 1.023 a Jose Paulino Hoonholtz o direito de explorar por 50 anos o fornecimento de água, oriunda do Benfica, obrigando-se a instalar quatro chafarizes na cidade. O mesmo contrato mandava fechar todas as cacimbas residenciais (poços). No ano seguinte o permissionário transferiu a concessão para a empresa britânica Ceará Water Company, de Londres. Somente em 1911 a construção dos reservatórios de água teve início, mas no ano seguinte fora interrompida pela deposição do então Presidente Nogueira Accioly, sendo concluído somente em 1926.

Sobre isso é relevante ampliar a questão para outros espaços da cidade de Fortaleza, pois o observado não se resume ao local específico. A luta dos nomes dos lugares entre a oficialidade e o uso cotidiano, corriqueiro, popular efetiva-se no dia-a-dia dos sujeitos.

Ainda é bastante comum perceber os nomes empregados pela população local, competindo com – e lançando no desuso – as denominações oficiais dos logradouros: a Praça Castro Carreira, que homenageia o destacado médico e político do século XIX, foi batizada pelo povo de Praça da Estação, pois tem ao lado um terminal ferroviário. A Praça Clóvis Beviláqua, que consagra o famoso jurista cearense, é popularmente chamada Praça da Bandeira. A conhecida Praça da Polícia é oficialmente dos Voluntários, por reconhecimento aos combatentes cearenses da guerra do Paraguai. De igual modo, poucos imaginariam que a Praça dos Correios se chama por lei Waldemar Falcão. Como se percebe, existem nomes de logradouros não gravados nas placas, mas criados e difundidos na fala cotidiana. Eles não precisam de uma forma escrita, pois justamente desaprovam a denominação oficial, mantendo sua força por um código de apreensão visual – um monumento, uma edificação, uma atividade econômica. (SILVA FILHO, 2004, p. 52).

O nome Praça Visconde de Pelotas (depois somente Praça de Pelotas) antecedeu o ainda hoje usual nome Praça da Bandeira. Aquela denominação vinha a fazer parte de um ordenamento da cidade já no último quartel do século XIX, quando diversas cidades no Brasil passaram a uma tentativa de ordenamento e melhoria urbana nas suas estruturas físicas. Marcava-se aqui um símbolo das novas urbes que visava se aparelhar a uma nova ordem interna e ser ponto nevrálgico para outras áreas, sepultavam-se os nomes de escolha popular, assim como em outras partes da cidade. Hoje, quase não existem nomes de ruas e praças originais. Nesse sentido, a reflexão empreendida por Seemann (2005) é pertinente, pois aponta para o conflito que há entre o nomeador e as tradições dos nomes populares.

A análise da toponímia brasileira, portanto, mostra um constante conflito entre nomes tradicionais e populares de um lado e denominações (às vezes, imposições) oficiais de outro, o que leva a pensar que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder” (CLAVAL, 2001, p.202), porque os nomes vêm a mudar brutalmente todo o espaço após a instauração de um novo poder, de uma invasão, ou do triunfo de novas modas. (SEEMANN, 2005, p.215).

Dessa forma, na placa não se encontra apenas uma escolha, mas um jogo de forças e intenções políticas e culturais do período. Francisco Benedito Sousa (1999), em *Caminhando por Fortaleza*, refere-se ao Visconde José Antônio Correia Câmara⁴⁷ e a escolha

⁴⁷ José Antonio Correa da Câmara nasceu em Porto Alegre em 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 1893, iniciou sua carreira militar em 1839, durante a Guerra Farroupilha, no 3º Regimento de Cavalaria Ligeira, lutando pelo Império, assim como esteve nas campanhas militares no Uruguai entre 1851-1852. Câmara casou-se com Maria Rita Fernandes Pinheiro em Porto Alegre no dia 2 de julho de 1851 ou 1852, sem data precisa. Portanto, quando partiu de Porto Alegre em direção à fronteira com o Uruguai, em fevereiro de 1864, aos 40 anos de idade, ele já possuía um estimável currículo de participações em conflitos bélicos a serviço do Império do Brasil. Através da leitura das cartas de Câmara à Maria Rita foi possível recuperar o trajeto percorrido por Câmara em direção a região da guerra. Identificamos que ele passou, ao longo do ano de 1864, liderando o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, pelas seguintes localidades – Santo Amaro, Rio Pardo, Cachoeira, São

do nome do mesmo como oficial da Praça. Segundo o autor, o espaço teria sido oficializado por volta de 1870 como Praça Visconde de Pelotas, logo após o retorno do militar dos campos de batalha no Sul do Brasil por ocasião da Guerra do Paraguai. Segundo Maria Noélia, em *Praças de Fortaleza* (1990), no qual também faz referência ao Visconde de Pelotas, esta denominação só entra em vigor a partir de 1880. De fato, permanece imprecisa a data oficial de nomeação daquele espaço. Porém, em concordância com José Liberal de Castro, arquiteto e estudioso da cidade de Fortaleza e para quem a data exata importa menos que o sentido da escolha, reiteramos seu comentário sobre os costumes que tiveram os administradores públicos no final do século XIX e início do século seguinte, quanto da escolha dos nomes de pessoas para as ruas e as praças públicas, que apesar dessa condição de ser do povo, pouco representava o povo e muitas vezes sequer tinham pisado na terra que lhe prestava a homenagem:

O Ceará muito se orgulhava da participação que tivera na Guerra do Paraguai, os comandantes das tropas, cearenses ou não, recebem constantes homenagens, dentre as quais figuraria a consagração de seus nomes na nomenclatura urbana da capital. Boulevard do Imperador, Boulevard Duque de Caxias, Rua General Sampaio, Praça Visconde de Pelotas [...] (CASTRO, 1982, p. 12).

Dessa forma, também se torna nome de praça General Tibúrcio, combatente da Guerra do Paraguai; além do nome, uma estátua do militar e seus restos mortais compõem o mausoléu localizado no centro desta praça (mais conhecida como Praça dos Leões) também na área central de Fortaleza e já citada aqui como um exemplo daquelas praças que pouco tem ligação entre o nome e o espaço para os moradores da cidade.

O Visconde de Pelotas foi militar, nobre e político brasileiro do Segundo Império – combateu na Guerra do Paraguai, principalmente contra os blancos na campanha do Uruguai. O historiador André Átila Fertig desenvolve trabalho de pesquisa sobre a vida pessoal e as cartas que o militar trocava com sua esposa durante o conflito na Bacia do Prata, permitindo conhecer, em parte, a intimidade do homem que viria a ser nome de Praça em terras tão distantes das suas. Interessante, no trabalho, para o estudo que aqui desenvolvemos é perceber a figura que Câmara viria a se tornar além do conflito bélico e entender os motivos da criação do seu nome nas placas da cidade. Segundo desenvolveu em sua pesquisa sobre o Visconde, Fertig (2012) explica:

Gabriel, Rosário, Alegrete, Santana do Livramento, Bagé, chegando, nos primeiros dias de novembro de 1864, ao rio Pirai-Grande, norte de Bagé, quando reuniu-se às tropas comandadas por João Propício Menna Barreto que dirigiam-se ao Uruguai para enfrentar os blancos. (FERTIG, 2012, p. 236).

Precisamos salientar que Câmara não só sobreviveu a intervenção brasileira no Uruguai como, sua atuação, logo depois, na Guerra do Paraguai, fez com que ele se tornasse conhecido como grande comandante militar. Cabe lembrar que sua participação no desfecho do conflito foi decisiva, visto que Câmara esteve presente na perseguição final à Solano Lopes em Cerro Corá, em março de 1870, e, quando o Conde D'Eu retornou ao Brasil, foi ele quem ficou como Comandante Geral das tropas do Império no Paraguai. No retorno do Paraguai, o General Câmara, como recompensa pelos serviços prestados na guerra, recebeu o título de Visconde de Pelotas. Além disso, após a guerra, ele se destacou mais ainda na esfera política, ascendendo a cargos políticos no governo imperial, como Ministro da Guerra no gabinete liberal de Saraiva e senador liberal entre os anos 1880-1889. Com a República foi o primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (15/11/1889-11/02/1890). (FERTIG, 2012, p. 244).

Acompanhando o nome há o projeto político, o plano ideológico; na placa que organiza o espaço da cidade esconde-se a intenção da escolha. O nome, Praça Visconde de Pelotas, reforça um projeto de nacionalismo do final do século XIX, de construir heróis para a nação, mesmo sem nenhuma ligação com o povo. Ao caminhar pelas ruas, contudo, os membros da sociedade civil podiam confirmar seu vínculo com as forças do Império e engrandecer os feitos destes “grandes” homens.

A permanência do nome da Praça, desde o final do Período Imperial até o Governo de Vargas, permite problematizar a transição entre Monarquia e República, quando muitos apoiadores do antigo sistema político apenas trocaram a “velha casaca” e mudaram de lado para o então nascedouro republicano. E como a República não foi capaz de romper com as forças organizadoras do antigo período, mas de reformular suas antigas estruturas, o nome parece ter sido permitido ao menos até a introdução de novos símbolos e conjunturas na década de 30 do século XX. Sobre isso, Lilia Moritz Schwarcz (2012, p. 25-26) descreve: “A instabilidade política dos primeiros anos republicanos gerava temor e saudades da Monarquia. Não de uma monarquia concreta, mas daquela que, agora, vista de longe, lembrava segurança e calma, e era prontamente transformada em mítica.”

Em 1890, logo se tentou, com a incipiente República, efetivar uma mudança extrema dos nomes das ruas em Fortaleza, mantendo-se apenas os nomes das praças, e promovendo a substituição de nome por números, tal qual a cidade de Nova York nos Estados Unidos. A tentativa não perdurou por seis meses de existência e logo houve uma nova nomeação das ruas por parte da administração municipal que levou em conta a população não respeitar e, frequentemente, confundir a numeração nada habitual.

Passada a Primeira República, o Brasil, o Ceará e a cidade de Fortaleza encontraram-se, politicamente, em um novo contexto social e forças políticas diferentes do início do século. Nesse período uma primeira mudança oficial se dá no nome da praça. Não

por acaso o nome anterior persiste até a conjuntura política de 1937, simultaneamente, são instauradas modificações físicas na praça e ideológicas na política local e nacional.

A construção do prédio da Faculdade de Direito ocorria no espaço da praça desde 1935 e, em 1938, seria inaugurado. O Prefeito Raimundo Alencar Araripe Girão, através do Decreto Municipal nº 351, do dia 26 de novembro de 1937, oficializou a mudança de nome do logradouro que, a partir de então, passou a homenagear o Pavilhão Nacional, alterando a toponímia de Praça de Pelotas⁴⁸ para Praça da Bandeira. E, segundo o decreto, a próxima praça aberta na cidade receberia o antigo nome que fora substituído. Assim foi feito quando nomeou no ano seguinte (1938) um novo espaço chamando de Praça de Visconde de Pelotas, mas o nome não “pegou” e, atualmente, o local é mais conhecido como Mercado dos Pinhões.

No jogo das placas não prevalece, na prática, apenas a vontade daquele que “batiza”, mas por ser justamente um jogo de forças, a contrapelo há a apropriação ou não de quem usa.

Com a mudança toponímica para Praça da Bandeira, novas questões passam a ser suscitadas. Por exemplo, como dito na abertura deste capítulo, o termo Praça da Bandeira é, ainda hoje, o mais usual e não foi suplantado pela denominação Clóvis Beviláqua. Por quê? Entre 1937, ano da modificação, e 1959 foram pouco mais de duas décadas, vinte e dois anos para sermos mais exatos; porém, mais de meio século depois parece não haver um reconhecimento do espaço com o nome do jurista (talvez pelo distanciamento que exista entre o eminente representante do Direito no Ceará e a população comum, que utiliza o espaço da Praça cotidianamente).

No ano seguinte, em 1939, o Almanaque do Ceará já aderiu ao novo nome da praça em suas publicações, foi assim, com o endereço do Ginásio Fortaleza que, apesar de ser localizado no “Benfica, nº 190”, estava a “um quarteirão da Praça da Bandeira”. (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1939, p. 253).

A mudança, em 1937, também ocorreu em um contexto de intensa disputa política, como enunciado anteriormente, no momento de uma construção de um ideal de nação, sobretudo, no governo do Estado Novo de Vargas, que queria romper com os primeiros anos republicanos. Interessante atentar para o termo República Velha, cunhado justamente nessa conjuntura, como exemplo dessa tentativa de criar um novo governo, no qual as camadas populacionais o reconheçam também através das placas da cidade.

⁴⁸ O termo Visconde já havia sido abreviado, principalmente nos jornais e Almanaque do Ceará.

O assunto da sistematização da nomenclatura urbana está intimamente ligado à constituição de novas formas de governo, [...] uma estreita associação entre a consolidação da burguesia e a instauração de uma série de minuciosos sistemas de controle urbano, um “tecido múltiplo”, que inclui a regularização das ruas e de seus nomes. Nenhuma mudança é gratuita e sua eficácia prática leva sempre consigo à [tentativa de] normalização da vida cotidiana. (RAMÓN J., 2001, p. 125).

Além disso, é necessário situar que esta mudança não ocorreu de forma aleatória. Outros espaços também passaram por modificação de nomes no contexto político do final da década de 30, inclusive nomes de cidades e vilas e não somente modificações locais como das ruas e das praças. O Decreto Lei nº 311 de 02 de março de 1938 dispõe sobre essa nova organização que deveria ser estendida aos nomes de cidades e vilas de todos os Estados do Brasil.

Pompeu Sobrinho presidiu a comissão estadual encarregada do trabalho de revisão dos nomes e, em 1944, através do Boletim Geográfico, assina significativas informações numa espécie de relatório dos serviços executados pela comissão estadual presidida por ele e encarregada desse trabalho de revisão dos nomes públicos. O volume das mudanças foi substancial: 17% dos municípios e quase 40% das vilas tiveram seus nomes alterados. Neste relatório de serviço ficam expostos os objetivos de tais mudanças.

O Governo Federal, visando melhorar a nomenclatura das cidades e vilas brasileiras, de modo a facilitar os serviços públicos, evitando confusões prejudiciais provenientes das denominações repetidas, ou comuns a varias localidades, determinou a revisão completa da toponímia correspondente. Estabeleceu como princípio básico a não repetição dos nomes. O topônimo repetido devia continuar apenas aplicado à localidade de mais elevada categoria, e dentro de cada categoria, com a mais antiga. (POMPEU SOBRINHO, 1944, p. 29).

A Era Vargas foi um período político ferrenho em defesa de um Brasil onde a pátria estivesse nas paredes. Opunha-se ao extremo regionalismo que marcava o Brasil, segundo seus decretos e ações. Exaltava uma nação não apenas de sentimento patriótico, mas nacionalista.

A ideia da modificação do quadro toponímico, sem dúvida, traz, além de um resultado prático, certa dose de sã brasilidade por que: concorre para aumentar o espírito de coesão nacional, lembrando aos brasileiros mais bairristas de cada província que o seu Estado não está só na comunhão brasileira, que outros existem com os mesmos direitos políticos, igualmente dignos de todos os respeitos. (POMPEU SOBRINHO, 1944, p. 30).

O norte-americano Skidmore, brasilianista, dizia que Vargas: “[...] apelava para o sentimento mais alto do nacionalismo, colocando-se, assim, em posição de superar as paixões regionais em conflito.” (SKIDMORE, 1996, p. 59-60). A cerimônia, em fins de 1937, quando

já instituído o Estado Novo, de cremação das bandeiras dos Estados parece ser o mais direto golpe aos regionalismos do Brasil. Vargas empreendeu uma política de ordenamento do território brasileiro pondo abaixo a federação e criando uma unidade nacional. Visava-se, assim, padronização, normalização e sistematização não restrita apenas às questões políticas, mas também sentida na toponímia das cidades.⁴⁹

No que se refere ao Ceará, o processo de revisão e aplicação de novas denominações das cidades e vilas que deviam perder os seus nomes de acordo com as regras e prioridades estabelecidas, foi confiando à Comissão da Divisão de Revisão Administrativa que se reúne de cinco em cinco anos. (POMPEU SOBRINHO, 1944, p. 29).

De certa forma, a mudança municipal, em novembro de 1937, já tinha posto em prática aquilo que, em março de 1938, seria decretado em nível nacional. Segundo o decreto nacional, ordenava-se a eliminação da duplicata de nomes, a redução dos nomes extensos, a eliminação dos nomes estrangeiros ou de pessoas vivas e a valorização de símbolos nacionais. O nome *Praça da Bandeira* viria a atender muito daquilo que passou a ser exigido na toponímia das cidades e substituía um velho símbolo do agora distante Período Imperial. É sintomático que a escolha pelo símbolo nacional tenha se dado justamente diante de tais orientações políticas. O tratamento dado pelas forças públicas da cidade à nomenclatura aponta, em grande parte, para o projeto urbano que se trama. Nesse sentido, a substituição de nomes repetidos visava depreciar a importância dos estados na vida prática, dispensando sua identificação em correspondências postais ou telegráficas. Sobre isso é possível observar que foram de grande volume as mudanças executadas pela comissão estadual no Ceará, conforme Pompeu Sobrinho. Em resumo, 14 das nossas 79 cidades e 114 das 310 vilas do Estado, tiveram que mudar os seus velhos nomes; ao todo, 128 denominações novas foram aplicadas: 17,7% das cidades e 37% das vilas (POMPEU SOBRINHO, 1944).

A Praça da Bandeira era assim nomeada com o mais alto símbolo do projeto de unidade da nação, o Estado Novo e, no fim da década de 30, atrelados de disputas políticas, ideológicas e bélicas, não pouparam sequer os espaços públicos. A própria construção do prédio da Faculdade de Direito modificava definitivamente os usos do local; extremamente

⁴⁹ Sobre as mudanças dos nomes das vilas e cidades, Pompeu Sobrinho, esclarece no Relatório apresentado no Boletim Geográfico à quais normas a comissão seguiu na escolha dos novos. “1º Sempre que possível o nome escolhido deveria pertencer à língua dos índios que habitavam a referida região. 2º O novo nome americano deveria ter significação adequada, ligada a qualquer circunstância local. 3º Os vocábulos novos não deveriam ser longos, preferindo os dissílabos. 4º Evitar expressões chocantemente cacofônicas”. São nomes de cidades que tiveram seus nomes alterados; Vila de São Bento, pertencente ao município de Itapipoca, passou a se chamar Amontada; Pacajus – ex-Guarani; Vila de Limoeiro do Norte, ex- São Bento; Amanari, no município de Maranguape, ex- Pocinho; Parangaba, ex- Porangaba e Caucaia, ex- Soure. (POMPEU SOBRINHO, 1944, 29-33).

política, aquela instituição parece destruir, no ano de 1937, novos usos agora letrados aquele espaço da cidade. O prédio da Faculdade de Direito construído em um dos lados daquela praça alarga seus usos para além do espaço físico que anteriormente pertencia à praça. A alusão à influência da academia jurídica é simbolicamente efetivada na nomeação do logradouro com o qual a faculdade mantém estreita relação.

As caixas de água, concluídas em 1926, transformaram fisicamente o lugar. O prédio da faculdade complementou essa mudança e aprofundou os sentidos de usos da praça. Existe, assim, um fio de condução não facilmente definido, mas que permite, através dos nomes, perceber um imaginário de poder que se apresenta na manutenção e alterações das toponímias.

Dessa forma, nosso pensamento é sintetizado com as palavras de Célia Ferraz de Sousa ao tratar, em seus estudos, sobre as mudanças dos nomes das ruas e praças em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Os nomes de logradouros têm realmente muito a ver com o imaginário da população. É aqui que ela expõe suas particularidades, seus tipos e seus valores, ligados às práticas do cotidiano. À medida que as mudanças vão sendo impostas, de cima para baixo, pelo Estado ou pela Edilidade, sem que haja qualquer envolvimento da população em relação a elas, os novos nomes passam a custar mais para serem assimilados ou se fixa o nome sem a menor relação com a história do local. (SOUSA, 2001, p. 152).

Assim, retornamos à primeira inquietação aqui proposta, o ato de nomear ser significativo no uso. Por vezes, este uso se dá de forma consciente da digressão; outras não, permitindo-nos apontar para as múltiplas facetas que se formam na cidade. Adesão imediata ou somente após um longo período de tempo, ou simplesmente a negação do local como o nome oficial, em prioridade de outro topônimo, que também é oficial podem nos fazer refletir sobre os usos dos nomes; porém, o reconhecimento popular do nome oficial ou o contrário, o “apelido” local que encolhe por completo a tentativa do Estado são formas múltiplas de ler as placas das cidades. Como afirmou Pompeu Sobrinho, reconhecendo que:

Evidentemente o novo topônimo vai encontrar uma natural resistência para firmar-se; o fenômeno é a consequência de uma força social conservadora, a inércia social, tão legítima e operante como a inércia mecânica. Mais ou menos forte ou resistente, o seu valor proporcional ao peso da tradição local pode ser capaz de neutralizar a iniciativa do Departamento de Geografia ou pelo menos modificar a denominação proposta e aceita, malgrado qualquer razoável justificação. (POMPEU SOBRINHO, 1944, p. 35).

Por fim, mostra-se aqui a importância de observar as práticas populares, seus significados e suas designações no tempo, que podem estar expressos no próprio nome de ruas e praças, ou seja, no ato de nomear.

3.2 Um lugar honorífico na Praça? O prédio da Faculdade de Direito e o Obelisco

Os 110 anos da Faculdade de Direito são um marco histórico do mais alto significado para esta Casa, para a Universidade Federal do Ceará e para o nosso Estado. Boa parte da história de nossa Instituição e sucessivos capítulos da crônica do Ceará foram escritos pelos ilustres personagens que, em sucessivas gerações, até os dias atuais, por aqui transitaram, estudando ou exercitando o ensino das Ciências Jurídicas. Com as sementes da inteligência lançadas em campo fértil, daqui brotaram grandes nomes da área do Direito, que exerceriam importante papel na sociedade, ascendendo aos tribunais de diferentes instâncias e mesmo ao Superior Tribunal de Justiça, para onde levaram os conhecimentos, o profissionalismo e a postura ética adquiridas nesta grande Escola. Com idêntico brilho, egressos da Faculdade de Direito passariam a atuar na vida política do Ceará, se espalhariam pelos escalões administrativos, ocupariam lugar de destaque nas empresas, nos sindicatos e federações, ou retornariam à vida acadêmica, ajudando a criar outros Cursos de Direito. Trata-se, em todos os casos, de uma prodigiosa corrente de talentos que se multiplicam e que, ao longo das décadas, foram moldando o Ceará moderno e modelando o que é hoje a própria Universidade Federal do Ceará. (FARIAS, 2013, p. 1).⁵⁰

As comemorações do cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará oferecem-nos um ensejo invulgar para refletirmos conscientemente sobre o que temos feito e o que deveremos realizar na extensão de nossas atividades culturais em defesa da Justiça e Liberdade. Debruçados com o devido acatamento sobre uma tradição de meio século de ministério profícuo, distinguimos a cada momento desse longo palmilhar as figuras ímpares de mestres devotados completamente à formação de elites intelectuais. De nossa Faculdade homens eminentíssimos têm saído para ocuparem posições de expressivo relevo político-social-administrativo nas diversas esferas da vida nacional. Assim, o destaque desse patrimônio de atividade vitalizadoras não se vem aquilatar pela significação do tempo, mas, sobretudo, pelo sentido altamente impressionante de uma tradição veneranda, donde repontam, em profusão, exemplos eloquentes de superioridade moral e profissional. (SOBREIRA, 1953, p. 53).⁵¹

É incontestável que o alargamento ou a difusão de noções jurídicas num centro, como esta capital, pela multiplicidade de espíritos subordinados à disciplina convenientemente cultivada, e depois, pela dispersão destes por aglomerações locais, desde o litoral às fronteiras mais longínquas do sertão e à penetração por vizinhos Estados, concorrerá eficazmente para levantar o senso jurídico e insinuar nas classes ignaras que, de par com os deveres, são seus direitos tão sagrados, tão intangíveis perante a lei quanto os da autoridade mais altamente colocada na hierarquia administrativa. Será pelo exemplo, pela imitação, que se operará essa transformação do alento moral. O legislador, o advogado, o estudante, serão as bandeiras dessa singular conquista. (ACIOLY, 1953, p. 217).⁵²

⁵⁰Discurso proferido pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará Professor Jesualdo Pereira de Farias por ocasião da sessão solene dos 110 anos da Faculdade de Direito.

⁵¹Texto do professor Amorim Sobreira no *Cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará. 1903 1953*. Fortaleza, 1953.

⁵²Discurso de inauguração (1903) da Academia Livre de Direito – Dr. Antonio Nogueira Pinto Acioly, em 1953.

Dentre as inúmeras possibilidades de análises dos três discursos acima transcritos, escolhemos uma que tangencia a problemática proposta neste capítulo: a percepção da influência não apenas intelectual da Faculdade de Direito do Ceará, mas também seu aspecto de interferência espacial e simbólica. Sensível a três momentos diferentes da história dessa instituição, os textos que abrem nossa reflexão apresentam, nas palavras do reitor, de um dos professores e de seu fundador principal, o desígnio primeiro que essa escola tem: alargar suas fronteiras para além do âmbito escolar ou jurídico.

Este tópico, basicamente, consiste em analisar como a Faculdade de Direito do Ceará foi elemento formador ou integrou a formação do espaço social de onde fora instalada fisicamente. Essa problemática nos leva diretamente ao recorte espacial de nosso interesse, a Praça da Pelotas (ou Praça da Bandeira e, oficialmente, Praça Clóvis Beviláqua) que compreende o espaço de expansão desta escola a partir do ano de 1935. Naquele ano, na praça, é lançada a pedra fundamental da construção do prédio oficial e dado início a intervenção física de modificação da área espacial.

É preciso conhecer a tradição jurídica do país e do Ceará e compreender como se instaura na Praça da Bandeira aquilo que denominamos de fundação de um lugar honorífico; nas palavras de Eric Hobsbawm seria uma “invenção das tradições”, com novos usos e significados para aquele espaço.

O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

A partir disto, recorreremos desde o período de sua instalação, que remonta aos anos iniciais do século XX (1903) até a instalação do Obelisco da Vitória, em novembro de 1943, elaborando uma possibilidade de compreensão das mudanças físicas, mas também, de sentido, visuais e principalmente simbólicas que foram introduzidas no espaço em estudo.

3.2.1 Instalando uma Faculdade e fortalecendo a tradição bacharelesca no Ceará

Nogueira Acioly, faz um pronunciamento, no dia 1º de março de 1903, no momento da instalação da Academia Jurídica, criada com o nome de Academia Livre de Direito em 21 de fevereiro de 1903.

Reuniram-se no salão da Assembleia Comercial de Fortaleza, com fim de dotar o Ceará com uma Academia Livre de Direito os Drs. Thomaz Pompeu, Antonio,

Augusto de Vasconcelos, Thomaz Accioly, Eduardo Studart, Sabino Monte, Virgílio de Moraes, Alcantara Bilhar, Paulino Nogueira, Joaquim Pauleta, Francisco de Assis Bezerra de Menezes, os quaes aclamaram por Director do novo Instituto ao Senador Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. (JORNAL A REPÚBLICA, 1903, p. 2).

Dentre os nomes dos envolvidos na instalação, aparecem figuras públicas e da política do Ceará, um grupo social abastado e importante naquele momento. A historiografia local⁵³ é fartamente contemplada com estudos sobre os nomes acima citados, principalmente, no que se refere ao Diretor da Instituição, o Sr. Nogueira Acioly, que era o principal representante no Ceará, da política oligárquica predominante na Primeira República.

Acioly esteve à frente da política do Ceará durante o período de 1896 a 1912,⁵⁴ constituindo, portanto, a principal liderança da República no Estado no período de transição da política imperial para o regime republicano. Como o primeiro diretor da Faculdade, não seria esquecido nos discursos do cinquentenário da instituição apesar de divergências político-partidárias que marcaram seu governo até o fim.⁵⁵

O clássico exemplo dessas querelas ficara a cargo de Rodolfo Teófilo, ferrenho inimigo de Acioly, e que não poupou tinta para deslustrar a figura do desafeto. Em *O Babaquara* encontra-se, de modo sarcástico e pernóstico, o Presidente, descrito em seu aspecto físico, intelectual e político como um velho. Ao modo cearense da molecagem, o escritor e político engajado nas questões da cidade o descreveu assim:

O Babaquara é physicamente horrendo, como se sabe. A caricatura tem longamente divulgado essa figura de pesadelo, digno de envulcro de uma consciência torpe. Macrocephalo, de enormes orelhas côncavas e pendentes, lívido, a cabeça metida nos hombros, com uma voz de sapo, myope e glutão, tal é o oligarca do Ceará.⁵⁶

O próprio Rodolfo Teófilo que, na obra supracitada, usa o pseudônimo de Martim Soares, fazendo alusão aos tempos de Ceará Colonial, escreveu duras críticas a Nogueira Acioly depois da Fundação da Academia Livre de Direito no Jornal Unitário, seu principal porta-voz de reclamações de críticas ao governo aciologista. Levantava questões como a ausência de um ensino primário mínimo que compreendesse as necessidades da população de ler e escrever e os altos custos e investimentos na fundação de uma escola que serviriam para

⁵³ Sobre o assunto é recomendado: 'À sombra das palavras': a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912), dissertação de Maria Emília da Silva Alencar (2008), defendida na Universidade Federal do Ceará.

⁵⁴ Pedro Borges governou o Ceará entre 1900-1904, porém muito mais parte da manutenção do 'aciolismo' do que uma ruptura.

⁵⁵ Não pretendemos tomar largo espaço de estudo sobre a figura pública de Nogueira Accioly. Apesar de ainda hoje levantar diversas questões sobre sua pessoa. Indicamos para aqueles que por ventura queiram ampliar suas leituras sobre esse sujeito e seu tempo a leitura dos seguintes trabalhos: Andrade (2008).

⁵⁶ Martim Soares é o pseudônimo de Rodolfo Teófilo na obra *O babaquara*.

formar apenas uma elite intelectual, Teófilo ironizou desde o nome da instituição até a real condição de recebimento de salários por parte dos professores.

Como entender-se uma Faculdade “Livre” de Direito? Pois Faculdade não é já consentimento de liberdade e licença para cada um fazer o que lhe der nas ventas? Há Faculdade captiva, ou dependente de alguém? Se houvera, então a adjectiva seria admissível; fora disto, é o mesmo que dizermos – jovem moço... O Direito que se fala ali, e do qual a Faculdade se diz “livre”, tem dado lugar a muitos commentos, “livre de direito” que dizer – livre ‘por’ direito? ... Não que a Faculdade já veio depois da lei 13 de Maio e tudo nasce forro... “Livre de Direito” que dizer isento de direito, não sujeito a direito, nem a qualquer outro mal... Para nós sim a Faculdade está ‘livre’ de tudo, que cheire a direito, mais livres estão os professores de tudo, que cheire a dinheiro. (JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ, 1926d, p. 2).⁵⁷

Qual a nossa preocupação em evidenciar as questões políticas no contexto temporal da fundação e instalação da Faculdade de Direito do Ceará? Primeiro, situar as transformações físicas e o crescimento da cidade junto ao contexto político de inovações da intelectualidade. As mudanças introduzidas por Acioly fizeram com que Girão (1984) apontasse os aspectos positivos do Presidente como “um notável líder” daquele momento, ou seja, nem todos viram nas ações de Acioly um total despautério, isso justifica muito o respeito que o mesmo adquiriu principalmente dentro da Faculdade de Direito. A segunda necessidade é a de entender como a população também foi inserida ou se inseriu nas mudanças desses primeiros atos públicos de instalação de tal instituto de ensino.

Conforme novos aparelhos estatais eram instalados e as maiores parcelas dos sujeitos não podiam, não deviam ou não eram incorporados a eles – outros modos de participar dessa vida cidadina agitada também eram criados. A Faculdade, portanto, reuniu em sua criação e desempenho de funções duas questões primordiais: a inovação (renovação) da intelectualidade fortalezense e a anulação de participação direta das camadas populares na inserção no ensino superior. Como se percebe, o acalorado debate político em volta da criação da “Livre” e as circunstâncias em que fora fundada revelam o quão influente foi essa instituição no começo do século XX.⁵⁸

Muito antes da instalação do prédio da Faculdade de Direito, na Praça da Bandeira, a dita escola jurídica já prenunciava suas influências políticas e cotidianas na vida dos fortalezenses. A população, de algum modo, procurava entender a instalação da “Livre”

⁵⁷ Jornal Diário do Ceará (1926d), de 27 de maio de 1926, edição de Resumo do Jornal Unitário de 13 de março de 1903.

⁵⁸ A tradição bacharelesca no Brasil remonta aos anos iniciais do século XIX. Costumava-se dizer que uma família deveria ou ter um padre, ou um médico ou um bom advogado. Muitos que ingressaram na carreira jurídica tornaram-se personalidades da administração pública de suas cidades. Assim em São Paulo, também em Pernambuco e no Ceará não fora diferente.

em 1903, mesmo que como público, assistindo com alvoroço, e se fazendo presente. De acordo com trecho da obra de Andrade:

A cidade de Fortaleza estava em festa. Populares se aglutinavam no largo da Assembleia Legislativa para assistirem à solenidade. Convidados chegavam e adentravam nas dependências do prédio. Era solenidade de inauguração da Faculdade. (ANDRADE, 2008, p. 156).

Nos jornais, nas ruas, amontoados pelas esquinas e em frente à Associação Comercial do Ceará, os populares assistiram “[...] às autoridades que deveriam se fazer presentes ao primeiro ato de construção do projeto da referida instituição.” (ANDRADE, 2008, p. 158-159).

A população de Fortaleza acusava, em 1903, segundo o Censo, 53.051 habitantes e foi mais uma capital do Norte a receber uma Faculdade de Direito; anterior a ela, a tradicional Faculdade de Direito de Olinda, em 1827, e depois em Recife (1857).⁵⁹ Belém também abriu o seu curso de ciências jurídicas (1902), um ano antes da instalação e fundação no Ceará. A diferença entre aquela capital e a do Ceará era o número populacional e o volume econômico; segundo estudos, no ano de 1907, “[...] naquela capital [Belém] observa-se um crescimento demográfico vertiginoso que alcançou a casa dos 192.230 habitantes.” (DAOU, 2000, p. 22 *apud* ANDRADE, 2003, p. 82), ou seja, quase quatro vezes maior que Fortaleza.⁶⁰ A referência a Belém não se faz sem propósito, a capital do Pará obteve um próspero crescimento econômico e físico:

O período, oportunamente, qualificado como faustoso para a economia nortista, foi representado e também simbolizado pela *Hevea brasiliensis*, conhecida vulgarmente por seringueira ou árvore da borracha. Há, portanto, a partir de 1870 até aproximadamente a segunda década do século XX, a instauração e consolidação de um intenso e lucrativo comércio do látex amazônico para a Europa e Estados Unidos da América. O fruir de recursos monetários proporcionou o surgimento de uma forte elite social em um parco intervalo de tempo. A mesma, logo se tornou o fuste de sustentação de uma sociedade rotulada por cronistas e historiadores de a *Belle Époque Tropical*. Por sua vez, a equação que aqui formaliza pode ser demonstrada pela economia gomífera + elite emergente + oligarquia política. (ANDRADE, 2003, p. 4).

Apesar do longo trecho, o trabalho acima permite visualizar o enriquecimento de uma oligarquia burocrática, assim como no Ceará. Enquanto no Pará Antonio Lemos e Lauro Sodré rivalizavam suas participações e investidas políticas, Nogueira Acioly e Franco Rabelo eram exemplos dos produtos resultantes dos projetos republicanos no Ceará. Percebe-se que o

⁵⁹ Decreto Imperial de 1827 que criara também a Academia Jurídica de São Paulo. Atendia aos interesses de uma classe política que não precisaria mais formar seus filhos nas escolas da Europa. Convencionalmente o Estado brasileiro veio buscar no seio da massa dos bacharéis sua elite política.

⁶⁰ Segundo Ângelo de Azevedo (Nirez), Fortaleza só ultrapassaria este número populacional em 1944. O que demonstra as dimensões físicas e os investimentos econômicos para instalar tal instituição aqui no Ceará.

projeto de constituição de uma Faculdade de Direito não era específico do Ceará, mas, se levarmos em consideração os números financeiros e populacionais, era mais audacioso, apesar das críticas de Teófilo e opositores a Acioly.

Após sua instalação, por força da Lei Estadual N° 717 e fundação no dia 01 de março de 1903, a Academia de Direito do Ceará desenvolveu suas atividades no prédio da Assembleia Legislativa (que hoje abriga o Museu do Ceará), situado em um dos lados da Praça General Tibúrcio (dos Leões) em Fortaleza. Passaram-se trinta e dois anos até que fosse dado início ao trabalho de construção do prédio próprio e, três anos depois, em 1938, instalada na Praça da Bandeira, onde ainda hoje é sua localização.

3.2.2 A “Salamanca” do Ceará e o Obelisco da Vitória

Costumam me chamar de “Salamanca Cearense” em referência à mais antiga universidade espanhola e instituição extremamente respeitada em todo o mundo. O que dizer? Ruborizo minhas paredes - já rosadas - com tamanha honra. Só tenho a agradecer. (JORNAL O POVO, 2013, p. 14).⁶¹

A construção do prédio da Faculdade no entorno da Praça da Bandeira somente aconteceu entre 1935 e 1938 e não poderia ser analisado apenas de forma isolada do circuito de crescimento da cidade de Fortaleza. É preciso lançar mão de alguns pressupostos de mudanças que já ocorriam na conjuntura política e no perímetro urbano para entender que a escolha por aquele espaço não se dava simplesmente por uma opção aleatória, mas consubstanciada por elementos políticos, econômicos e sociais da trama urbana.

Sobre a conjectura de ordem política, tanto nacional como estadual, a matriz da Primeira República havia sido modificada. Aquela oligarquia burocrata e emergente, posterior ao do período de passagem do Império que predominou durante a Primeira República, tinha sido substituída por outra oligarquia que apoiara a chegada ao poder de Getúlio Vargas com o Golpe de 1930. Porém, apesar das mudanças, alguns nomes continuaram sendo partícipes das ações políticas no Ceará. É o caso do Interventor Federal Menezes Pimentel, um político de direita, intelectual católico, vinculado aos meios mais retrógrados da Igreja Católica e antigo professor e diretor da Faculdade de Direito; foi justamente no período em que esteve no cargo, bastante conturbado como fora o Estado Novo, que o prédio atual da Faculdade foi concluído e inaugurado na antiga área da Praça.

⁶¹ No dia que a Faculdade de Direito completou 110 anos de existência no Ceará, o Jornal O Povo publicou um texto no qual a própria Faculdade contava a própria história. Escrito em primeira pessoa, a faculdade ‘ganha vida’ ao relatar seus primeiros e principais episódios.

Sobre a conjectura espacial e demográfica, observamos o crescimento do perímetro da cidade de Fortaleza, durante a década de 30, acompanhado de uma contínua progressão populacional. No ano de 1938, a cidade contava com 146.992 habitantes.⁶² De acordo com Margarida Andrade,

Ao contrário das décadas precedentes, em que as diversas atividades se misturavam num mesmo espaço, a partir de 1920, delineia-se em Fortaleza uma estrutura com áreas mais definidas para cada grupo social e uso. Na década de 1930 observa-se a aceleração do processo, com a ampliação de novos bairros ao longo das antigas estradas, então transformados em vias radiais. As moradias foram gradativamente deslocadas: primeiramente para novas áreas próximas ao centro (ao longo das ruas Senador Pompeu, 24 de Maio, e em torno de algumas praças) e, num segundo momento (com a realocação da via férrea em 1919), ao longo da Rua Guilherme Rocha (antiga Municipal) entre a Praça da Lagoinha e a Praça Fernandes Vieira. No final da década de 1920, a área urbanizada espalha-se até as margens do riacho Jacarecanga, ao longo da Avenida Filomeno Gomes (antigo boulevard Jacarecanga). Outros pontos da cidade foram também ocupados, como, por exemplo, o bairro do Benfica, fruto do parcelamento da chácara do empresário coronel João Gentil Alves de Carvalho (Gentilândia). Nota-se a aceleração da ocupação também do bairro Aldeota. (ANDRADE, 2012, p. 251-252).

Neste recorte de seu profícuo trabalho, Margarida Andrade atenta para a especificidade dos locais dentro da cidade e o fato do parcelamento dos bairros, como o do Benfica, caminho de extensão da cidade de Fortaleza, e que, naquele momento, abrigava o ponto de crescimento. Justamente à porta de entrada desse bairro, antes só de chácara, agora cada vez mais residencial, é que a Faculdade de Direito terá seu prédio construído. A inauguração do parcelamento de terra e expansão das áreas urbanas na República projetou uma valorização de terrenos e uma especulação desses espaços da cidade.

O local escolhido por dirigentes políticos e institucionais não deixa de ser um espaço em plena expansão econômica. A Praça de Pelotas (Bandeira) expandia-se até o antigo calçamento do Visconde de Cahuype (atual Av. da Universidade) com a construção do prédio da Faculdade e, somado às caixas da água, que, desde 1926, tinham tomado parte da Praça, tornando este espaço cada vez mais reduzido.

Um espaço que ia se tornando privilegiado, fosse pelo crescimento demográfico ou pelo adensamento da materialidade construída no chamado “centro” da cidade, este crescimento resultava na ocupação de espaços ainda abertos, muitos deles em praças públicas e fora do antigo território que se constituía no século XIX. Liberal de Castro⁶³ dizia que isso

⁶² Ângelo de Azevedo (Nirez) explica que no ano de 1938, que tomamos como referência por conta da inauguração do prédio da Faculdade de Direito, a população de Fortaleza caiu em relação ao ano anterior. Baixou de 150.516 habitantes para 146.992 (AZEVEDO, 2001).

⁶³ “No fim do século, medida semelhante já seria desnecessária porque começara o hábito de se levantarem prédios públicos no meio das praças [...] Esse tipo de decisão lastimável, ainda hoje posta em prática, se tornaria comum, principalmente por volta da década de 30, neste século” (fazendo alusão ao século XX). (CASTRO, 1982).

era sintomático desde o século XIX, o costume de se construir em praças públicas prédios particulares ou do governo, confirmando a perda da população. Conforme verificamos no Capítulo 01, a Praça de Pelotas (Bandeira) no final do século XIX era ponto de tavernas e bodegas, nos anos 20 do século passado, era o espaço do futebol e dos circos, e, à medida que o perímetro central foi sendo ampliado, os usos e os sujeitos passaram também por uma remodelação. O chamado perímetro central, definido pela cobrança de impostos como a décima urbana e o imposto predial, demonstra um novo processo que modificava a tipologia edilícia.

De predominantemente residenciais e térreos, os imóveis do centro foram progressivamente se verticalizando, cedendo lugar ao comércio, aos serviços, aos edifícios da administração pública e ao lazer. Nenhum grande plano de remodelação urbana foi realizado, de modo que o centro não mereceu cirurgias urbanísticas de tipo haussmanniana, transformando-se ao sabor dos intentos da iniciativa privada. Única exceção é o pequeno prolongamento da Rua Liberato Barroso e Assunção em 1938, realizado de acordo com o plano da Secção Técnica da Diretoria de Viação e Obras Públicas Municipais. As intervenções públicas de caráter urbanístico no centro de Fortaleza restringiram-se a melhoramentos de logradouros públicos (arborização das ruas, calçamento, ajardinamento das praças, iluminação pública). Somente a partir de 1927 algumas novas vias de comunicações foram realizadas: do Outeiro ao Mucuripe e da Praça Fernandes Vieira às novas oficinas do Urubu na zona oeste. (ANDRADE, 2012, p. 252).

Significativo perceber que muitas praças da cidade foram alvo de remodelações e/ou construções. Interessa-nos aqui aferir a valorização dos espaços abertos através de fundação de lugares de fácil reconhecimento dentro da cidade. À medida que a cidade crescia, novos referenciais eram invocados tanto pelo controle da administração pública como pelo reconhecimento dos cidadãos.⁶⁴

A construção de prédios específicos para determinadas atividades indicava uma especialização do tecido urbano, porém, sendo mais sensível à experiência cidadina, podemos ainda pormenorizar que estes novos pontos referenciais em áreas que há tempo bem próximo pouco era especializado, facilitava o caminhar e o localizar-se dentro da cidade. A escala, outrora reduzida, promovia o reconhecimento imediato sem maiores necessidades de descrição, porém o alargamento das áreas de circulação necessitava de símbolos e signos que amenizassem a sensação de labirinto que a cidade tornava-se.

⁶⁴ Um retrospecto proposto por (SILVA FILHO, 2002, p. 59) investe melhor definição em números desse crescimento da cidade entre as décadas de 20 e 40. “O censo de 1920 indica 78.536 habitantes, ao passo que em 1929 o Relatório da Prefeitura Municipal estabelecia uma estimativa em torno de 117.000. Já segundo o censo de 1940, a população alcançava a cifra de 180.000, o que significa um crescimento censitário superior a 100 em apenas vinte anos. [...] A área da capital também sofreu uma expressiva ampliação, passando de 6 Km² (início do século XX) para aproximadamente 40 Km² (zonas urbanas e suburbanas) em princípio da década de 1940.

Em 1910, o Teatro José de Alencar, na época entre o Batalhão de Segurança e a Escola Normal, é inaugurado na face Sul da antiga Praça Marquês de Herval e atual Praça José de Alencar.⁶⁵ A Praça dos Coelhos (atual Praça José Bonifácio) circunscrita na mesma região da Praça da Bandeira (Pelotas), ficando mais a leste desta, teve também parte de seu espaço subtraído para a construção do já citado prédio do Batalhão de Segurança em 1927. A Praça Gustavo Barroso (antiga Fernandes Vieira) também recebeu o edifício de outra instituição tradicional de ensino – desde 1937, o Liceu do Ceará passou a funcionar naquela localidade do bairro de Jacarecanga, acolhendo cerca de 4.100 alunos, segundo Blanchard Girão (1997).

A Praça de Pelotas abrigou, a partir da década de 20, as caixas d'água, posteriormente, além do prédio da Faculdade de Direito, também foi construído o prédio da Assistência Municipal,⁶⁶ no ano de 1938, que fica defronte a ela, na Rua Senador Pompeu atualmente.

Temporal e espacialmente, percebemos que esta região que, no final do século XIX, era fronteira com o *areal*, conforme visto no capítulo 1, nas primeiras décadas não apenas estavam incorporadas ao espaço urbano, como se tornavam pontos privilegiados de ligação entre a área historicamente construída e adensada, seja por residências ou casas comerciais e a nova zona de loteamento e parcelamento da terra para onde deveria crescer a cidade nas próximas décadas.

A Praça do Ferreira, a mais conhecida e propalada praça da cidade, também foi alvo de remodelação ou alteração que não se deu apenas na construção de prédios ou inserção de novos elementos esporádicos como os coretos. Talvez por sua visibilidade extensiva, os interventores municipais não poupavam esforços para deixar um legado de sua gestão no “*coração da cidade*”. Em 1933, o interventor Raimundo Girão empreendeu uma reforma na qual mandou demolir um coreto que nem era tão antigo assim, vale lembrar que, do ponto de vista estritamente cronológico, o coreto era recente, pois resultante de reforma daquela praça em 1925, quando Godofredo Maciel estava à frente do Executivo Municipal, tornou-se antigo quando confrontado com os elementos arquitetônicos da remodelação empreendida sob a admiração de Girão. Foi então substituído pela Coluna da Hora, monumento que era formado por relógios com mostradores para cada uma de suas laterais. Ainda era possível identificar na Praça do Ferreira o prédio do Majestic Palace (1917), primeiro cinema da cidade, e o prédio

⁶⁵ Atualmente estes dois últimos prédios não mais funcionam que estas atividades. O primeiro transformou-se nos jardins do teatro e o segundo é ocupado pelo IPHAN.

⁶⁶ A Assistência Municipal atualmente é o Hospital Dr. José Frota e devido as construções laterais e abertura de ruas e colocação de gradis, hoje não guarda qualquer relação com a Praça.

do Cine Moderno (1921), primeira casa cinematográfica a exibir filmes sonoros.⁶⁷ Sobre as praças e as transformações que estas são passíveis, destaca-se que as praças são, com certeza, um dos espaços urbanos mais visíveis e, por isso, extremamente sensíveis à transformação de caráter modernizante por parte do Poder Público, que, tanto nesses anos como em tempos passados e futuros, empreende sucessivas e drásticas substituições de velhas e tradicionais estruturas paisagísticas por outras ditas modernas.

A integração entre três áreas é que permite entender a formação dos espaços de convivência desde as cidades antigas até a modernidade, as praças são as junções de morfologia, estética e apropriação. A Praça de Bandeira tem as três áreas alteradas em duas décadas e é nisso que se forma a ideia de um local simbólico e de referencial na cidade, aquele que faz a cidade viver, ser reconhecida, e estar em transformação contínua. Os locais guardam em si experiências distintas dos sujeitos que os “experenciaram”, lugares de famílias e de gerações, que mantêm símbolos, relação estreita com o subjetivo, tradições que impregnam a vida das pessoas com sua história e vivência.

Em 1927, no Relatório do Presidente do Estado do Ceará – José Moreira da Rocha – aparece com detalhes o desejo de construção de um prédio específico e maior para as atividades desenvolvidas pela Faculdade.

Resente-se a Faculdade de Direito de um prédio com as acomodações necessárias às exigências do ensino. A Directoria, a Inspectoria, a Secretaria e o Archivo funcionam no mesmo compartimento, que mal se prestaria para uma dessas dependências. Há apenas três salões onde as aulas funcionam, fazendo-se preciso ocupar as salas das congregações, que é também o gabinete de leitura dos estudantes. Ademais, não existe na Faculdade um salão de espera, onde se reúnam os alunos, aguardando o início das aulas. (CEARÁ, 1927, p. 17).

José Moreira da Rocha continua a mensagem demonstrando a tentativa anterior já dirigida “[...] ao Poder Legislativo, solicitando autorização para construção de um prédio à altura dos elevados fins a que se destina o nosso intuito de ensino superior, pedido esse que agora renovo.” (CEARÁ, 1927, p. 17). Naquele ano de 1927, o Diretor da Faculdade era justamente Francisco de Menezes Pimentel, que implementaria a construção de um prédio próprio uma década depois quando de posse do cargo de Interventor durante o Estado Novo. Naquele ano, segundo consta no relatório, existiam 90 alunos matriculados, número que se mostrou crescente nos anos seguintes. Em 1928, aumentara para 99 – de acordo com as informações do Presidente do Estado, em 1929 e 1930, ultrapassando o número de 100

⁶⁷ Em seu livro sobre a cidade de Fortaleza no tempo da Segunda Guerra Mundial o autor ainda lança mão de uma nota explicitando as mudanças empreendidas pelo Prefeito Godofredo Maciel em 1925, assim como sobre a inauguração da Coluna da Hora que se deu no exato momento da passagem do ano de 1933 para 1934 a zero hora (SILVA FILHO, 2006).

matriculados e assim consolidando essa instituição dentro e fora do Ceará (CEARÁ, 1928, p. 32), segundo o Presidente. Em 1930, último ano dos Relatórios de Presidente do Estado, José Carlos Peixoto, finaliza a seção sobre ensino superior com as últimas palavras tratando sobre o espaço da Biblioteca da Faculdade de Direito, no qual torna a mencionar os interesses de “[...] localizá-la em prédio mais amplo e de melhores acomodações, como é propósito do governo.” (CEARÁ, 1930, p. 15).

Esses relatórios, não obstante de ser uma versão oficial do Governo para aquela instituição, observam o interesse latente ainda antes da década de 30 em conferir um espaço próprio à escola. Talvez os empecilhos maiores tenham sido, de fato, aqueles mencionados por meios como os jornais e as crônicas – as constantes secas, os baixos índices econômicos que conturbaram os últimos anos da Primeira República e a baixa arrecadação estadual.⁶⁸

Entre o lançamento da pedra fundamental do prédio, em 1935, e a sua conclusão em 1938, poucas informações foram encontradas inclusive em fotos, como poderá ser observado no capítulo seguinte. O Jornal *O Nordeste*, na véspera da inauguração, noticia o convite enviado a redação do dito periódico pelo Interventor Federal Menezes Pimentel e o Diretor da Instituição Gomes de Matos, bem como pelos alunos do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua (CACB), representado por Flávio Livino de Carvalho. Um trecho da notícia dizia: “[...] amanhã, às 20 horas, na Praça da Bandeira, a inauguração do novo prédio da nossa Escola Jurídica.” (JORNAL O NORDESTE, 1938, p. 2).

No dia 14 de março de 1938, a edição do jornal *O Nordeste* trazia estampado na capa a foto com a pose de todas as autoridades públicas presentes, acrescido do texto que dizia:

Realizou-se sabado a inauguração do novo e imponente prédio da Faculdade de Direito do Ceará. O majestoso edifficio, de simples e nobres linhas architectonicas, ergue-se à Praça da Bandeira, dominando o vasto quadrangulo com seu grandioso aspecto. De dois andares, o térreo e o superior, possui, além do corpo principal, duas asas lateraes e, como dependência, vastíssimo pátio interno. No andar, além de grande átrio, estão installadas a Directoria (Sala Farias Brito), com elegante mobiliário moderno e a Secretaria (Sala Soriano de Albuquerque), cujos moveis são todos de um mesmo tipo e linhas severas e distinctas, a Sala de Espera, a Sala dos professores, o Auditório do Centro Acadêmico, na sala Clóvis Beviláqua, as salas de aulas do 1º anno (Sala Antonio Augusto) e 2º (Thomaz Pompeu) e Archivo. No andar superior, a que dá acesso uma ampla escadaria de dois lanços, nota-se o salão nobre e o da Congregação, a Bibliotheca (Sala Nogueira Acioly) e as salas de aulas do 3º, 4º e 5º annos, respectivamente Salas Rui Barbosa, Bezerra de Menezes e Eduardo Salgado. As salas de aulas são vastas e bem arejadas, com cadeiras individuais e grandes quadros negros situados à direita da cathedra. (JORNAL O NORDESTE, 1938, p. 3).⁶⁹

⁶⁸ Edgar Carone (1975) elaborou um detalhado levantamento econômico de cada Estado durante a Primeira República.

⁶⁹ A inauguração do novo prédio da Faculdade de Direito.

A longa descrição do prédio no jornal impressiona pela riqueza de possibilidades de compreender aquele novo espaço. A narrativa pormenorizada dava a perceber onde se localizava geograficamente na Praça, a maneira como se dividia cada departamento da escola, as figuras homenageadas com nome nas salas e a disposição do próprio ambiente da sala de aula. A ambientação espacial corresponde intrinsecamente a que comportamento desenvolver ao entrar fisicamente na Faculdade.

Pelo menos uma ausência foi percebida pelos redatores do jornal e essa se fez notar por fazer lembrar os nomes daqueles que já passaram pela Faculdade: “por angustia do tempo ainda não se tinha formado a elegante galeria de quadros de formatura que constitui a tradição ilustre do nosso principal instituto de ensino”. A solenidade também não se fez com menos rigor e pompa:

Teve início precisamente às 20 horas, no salão nobre, com a presença da fina flor da intelectualidade e da família cearenses. Sentaram-se a mesa da presidência o exmo. Sr. Interventor federal, Dr. F. de Menezes Pimentel, o sr. Director Dr. Gomes de Matos, monsenhor João Alfredo Furtado representante de Sua excia. Revdma o Sr. Arcebispo Metropolitano o Dr. José Martins Rodrigues [...] Como primeiro acto da solenidade o monsenhor [...] lançou a benção sobre ao edificio. Em seguida [...] foi lida acta de instalação da Faculdade Livre de Direito, que é o mais importante documento histórico dos annaes daquele instituto de ensino superior [...]. O Director de Viação e Obras Públicas do Estado o qual fez uma longa exposição das realizações do actual governo, historiou os trabalhos para a construcção da nossa Faculdade, dizendo que as obras haviam sido feitas com toda a economia, não se elevando o custo a mais de 670 contos de reis. Encerrando a sessão, falou o sr. Interventor Federal que produziu eloquente improviso. Disse que, tornando realidade os anseios da mocidade, não fizera mais do que attender a um imperativo categórico. (JORNAL O NORDESTE, 1938, p. 2).

O termo “lugar honorífico” dá conta desse tempo que passa a existir através da invenção de algo, em um lugar montado, preparado (ASSMAN, 2011, p. 326). Um local fundado e essencialmente político. Hobsbawm (1997, p. 291) observa que “[...]as tradições políticas mais universais inventadas neste período foram obras do Estado.” Há muito, a Faculdade de Direito, com seus bacharéis, evocavam um lugar para si dentro da cidade, um lugar que não fosse apenas de reconhecimento social, mas também geográfico.

O propósito aqui é pensar como, desde a fundação da Academia e com o desenvolver de suas atividades os estudantes, professores e bacharéis em Direito, instauraram um lugar honorífico na cidade de Fortaleza, através de símbolos latentes de suas experiências e que, a partir de 1938, essas novas experiências passaram a incidir diretamente sobre a Praça da Bandeira.

O prédio construído com uma mescla de características arquitetônicas, desde a art deco e com traços do modernismo, teve suas características narradas com referências descritivas ao prédio da Faculdade de Direito de Salamanca na Espanha, por conta da semelhança de sua arquitetura e cores. Por exemplo, na obra comemorativa pelo cinquentenário da Faculdade em 1953, na qual se faz questão de mencionar carinhosamente a ‘Salamanca do Ceará’, que para o autor é um “[...] empreendimento de grande volúpia para a cidade, pois desde o início do século muitos influentes políticos deixaram seus nomes guardados nas paredes e arquivos de formados por aquela instituição.” (FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ, 1953, p. 4). É preciso fazer ponderações com esse tipo de afirmação feita por Girão, que sugere a noção da cidade como espécie de sujeito coletivo, orgânico, dotado de vontade própria e plenamente integrado em termos de aspiração, funcionamento e projeção de futuro. Uma cidade, qualquer cidade constitui um emaranhado de relações sociais materializadas no espaço; só na cabeça abstrata de planejadores e daqueles munidos de poder de intervenção, ela passa a receber a textura de um ser harmônico, inteiriço, ordenado, plenamente funcional.

Um segundo momento de apropriação da instituição de Direito no espaço da Praça se dá, cronologicamente, cinco anos depois de inaugurado o prédio, em uma exemplificação de suas atuações políticas para além do âmbito espacial de ensino, mais numa intervenção pública e direta na praça. A tentativa de “guardar” na memória o combate na Segunda Guerra Mundial motiva os acadêmicos, no ano de 1943, a organizarem um concurso que melhor criara um monumento em homenagem aos combatentes de guerra pelo Brasil, do qual saiu vencedor o projeto de Ruben Diniz.

O Obelisco da Vitória, como foi batizado, e que até hoje está defronte à entrada principal da Faculdade, foi o marco simbólico da luta dos estudantes de Direito contra as forças do Eixo. “Era o poder da força [nazifascismo] contra a força do poder [Direito]”.⁷⁰ Esse monumento foi inaugurado no dia 19 de novembro de 1943, por iniciativa da mocidade universitária, cuja comissão, que também escolheu o projeto vencedor, era composta pelos acadêmicos Álvaro Lins, Tomás Pompeu, Marijeso de Alencar Araripe.

É necessário retomar que, em 1943, episódios importantes que marcariam o conflito já haviam ocorrido, como a Batalha de Stalingrado e a rendição das tropas alemãs. Ou seja, a força dos Aliados já se preponderava sobre o Eixo, ao menos nos campos de batalha. No caso do Brasil, somente em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) efetivamente

⁷⁰ Frase dita por um professor durante uma conversa informal enquanto pesquisava nos arquivos da Faculdade.

foi lançada na Guerra, contribuindo para a libertação da Itália com uma tropa de 26 mil homens (SEITENFUS, 2000).

A primeira pergunta que nos fazemos é: quais intenções esta postura pública queria denotar, além daquela de se posicionar claramente contra as ações dos soldados alemães e seus aliados na Guerra Mundial? Buscamos começar a responder essa questão através do trabalho de Cristina Freire, quando relaciona os monumentos ao tempo que neles está contido:

Como documentos, os monumentos são criações marcadas social e historicamente; testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar. A utilização de materiais, os estilos de execução privilegiados são indícios do “espírito do tempo”. Têm função informacional e resgatam o sentido etimológico de *docere*: ensinar. Feitos para durar, seriam a expressão tangível da permanência. (FREIRE, 1997, p. 95).

O monumento marca o tempo, portanto muito mais a sociedade e os sujeitos que o veem do que a quem se pretende reviver. Pensando na experiência da cidade de Fortaleza na Segunda Guerra, apesar da distância de onde se travavam as batalhas, o burburinho na cidade explodia e esquentava ruas e bancos de praças; destruição de armazém e protesto contra alemães e italianos fizeram puderam ser vistos nas ruas da cidade. A Faculdade de Direito, por meio de seus alunos, se fazia representar em público e na Praça que, ao menos geograficamente, se estendeu como sua área de maior influencia. O Obelisco da Vitória tornou-se a forma daquela instituição se posicionar diante da guerra que abalava a Europa e que podia ser minimamente sentida nos indivíduos da cidade. Não há como negar o caráter ideológico do monumento. “Vale lembrar que os períodos pós-guerra foram privilegiados para essas construções e as figuras homenageadas apareceram ora como heróis, ora como vítimas.” (FREIRE, 1997, p. 95-96).

Implica-se na fundação de uma história, o local honorífico para os combatentes de guerra e, principalmente, para acentuar as influências dos bacharelandos, contudo nas palavras de Assman “[...] esses locais, são carentes de explicações; seus significados precisam ser assegurados completamente por meio de tradições orais.” (ASSMAN, 2011, p. 327).

Para o caso de Fortaleza e, especificamente, para a Praça da Bandeira, complementamos que seu significado continua assegurado por meio de uma placa que explique à população do que se trata para a Faculdade por meio de um discurso que reafirme sua importância e tradição.

Na Praça da Bandeira, em 12 de março de 1938, outros discursos foram feitos, não tão diferentes como os três que abrem este tópico; na ocasião discursaram bacharéis,

professores e o Interventor Federal, representantes da igreja, que necessitam narrar a fundação de uma tradição.

É lá, no lugar honorífico, que se conserva algo que não existe mais, mas que pode ser reavivado pela recordação, que, sendo assim, marca uma descontinuidade. Há, neste lugar, algo presente que indica, acima de tudo, uma ausência. No local ainda está presente algo que sinaliza, em primeira linha, o fato de haver passado.

A consciência do passado que se detém num local honorífico tem um caráter muito diferente daquela consciência do passado que pertence ao arraigamento em um local vinculado à terra. Aquela tem como fundamento a experiência da descontinuidade; esta, a experiência da continuidade. (ASSMAN, 2011, p. 329).

Proferir discursos significa explicar aquilo que apenas com o lançar de olhos não permaneceu completamente compreensível. Aqui entendemos mais de cada um dos discursos de inauguração e fundação. O local honorífico é, antes de tudo, um lugar carente, necessitado de narrativa. É o lugar que precisa ser narrado para ser entendido para ou com a qual função pertence. Lança-se com a modernidade uma tradição pública e, ao mesmo tempo, essa modernidade vai incorporando passados que são construídos através de obeliscos, estátuas, monumentos públicos. Nem sempre a criação desses novos usos é incorporada pelos sujeitos da cidade, aliás, quase sempre outro caminho desviante é criado para interpretar aquilo que a modernidade não deixou compreendido.

Não obstante, os paladinos dessa modernidade arrivista teriam conta a acertar. Sua capital progressista e civilizada continuava entremeada por uma multidão de sujeitos sociais um tanto alheios ao projeto hegemônico, cujas reações seriam as mais diversas: avessos, recalcitrantes, céticos, reticentes, desconfiados, críticos, nostálgicos, moralistas, galhofeiros, incomodados, indiferentes ... Na urdidura do cotidiano, esses homens e mulheres encontrariam espaço para pôr em xeque certas ambições modernizantes, ao constituir temporalidades e territorialidades à revelia do poder. Contudo, em (in) determinados momentos, também veriam nas aspirações modernas um estuário que acolhesse seus sonhos e fantasias, suas expectativas e desejos. Para estes, o moderno ganhava legitimidade... quando calhasse bem. (SILVA FILHO, 2002, p. 66).

Possivelmente, essas percepções ajudem a responder o interesse dos estudantes de Direito em promover tal concurso e construir na Praça da Bandeira um novo uso do local.

Espera-se que os olhos do observador reconheçam, ao se deparar com o objeto, um passado remanescente visível e que uma centelha desse pretérito possa canalizar um fluxo em direção ao presente – apesar de todas as rupturas e os esquecimentos causados pela transformação do visível e a cristalização do olhar. (ASSMAN, 2011, p. 330).

3.3 Do ponto do chafariz aos reservatórios de água: o uso da Praça de Pelotas por meio da água

É preceito fundamental de hygiene publica, que sem abastecimento farto de agua potavel, e sem um serviço perfeito de esgotos aos excrementos humanos e aos restos culinarios, não se pode manter o núcleo populoso em condições regulares de salubridade. Grandes partes das epidemias devastadoras e mortíferas se propagam por via liquida ou por contaminação de fezes. (CEARÁ, 1905, p. 35).⁷¹

O trecho acima, do Relatório dirigido à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1905, pelo Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, vem a constatar demandas do começo do século XX, mas que há muito fazia parte do cotidiano da população de Fortaleza. Tais demandas, como água potável e esgoto sanitário, de necessidade imediata, são avaliados no relatório como indispensáveis a condição humana. Estes dois assuntos estão engendrados com outros temas em voga desde meados do século XIX e começo do XX. Por exemplo, políticas higienistas e sanitárias, o desenvolvimento da microbiologia⁷², o combate às doenças e às epidemias como a varíola e a febre amarela, o aumento demográfico das principais cidades, além de assuntos tangenciais, como a eugenia e as teorias raciais.

Dessa maneira, discutimos como o sistema de abastecimento da cidade de Fortaleza transforma a Praça de Pelotas em uma referência – quando a questão é o abastecimento de água, e como este tema atravessou a virada do século XIX para o XX trazendo consigo preocupações de inúmeros administradores públicos urbanos, principalmente nas cidades brasileiras com o combate às doenças e a implantação das políticas de higiene e sanitarismo. Posteriormente, o interesse maior será perceber a conjuntura da introdução do sistema de abastecimento de água e esgoto da capital; diante desse contexto, encontramos ainda as disputas político-comerciais sobre a utilização dos aguadouros públicos por grupos e instituições particulares que exerciam, ou tentavam exercer, algum monopólio sobre as formas de uso da água. Estabelecemos uma espécie de *cartografia* das áreas da cidade onde era possível buscar água. Muitos destes locais já não podem ser encontrados nos dias atuais; infelizmente, as inúmeras lagoas, lagos, fontes e chafarizes foram prejudicados. Por fim, analisamos a introdução do sistema de abastecimento de água como um atributo de modernização, urbanização e civilização dos costumes e os impactos correlatos no espaço geográfico, nos sujeitos, na visibilidade e nos usos sociais da Praça de Pelotas.

⁷¹ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, 1905.

⁷² “A saúde pública, de maneira geral, favoreceu a consolidação da microbiologia nos meios institucionais da ciência médica, visando detectar a especificidade etiológica das doenças e eventual imunização ou vacinação. Nesse sentido as políticas de saúde pública tiveram um papel fundamental e inovador ao estabelecer novas frentes de atuação sanitária a partir das inovações microbiológicas.” (TEIXEIRA, 2003, p. 126).

Em Fortaleza, as cacimbas, os poços, os chafarizes e, em determinados períodos, as concessões de venda de água foram meios aliados da população para obter esse indispensável elemento para a sobrevivência humana. Na primeira metade do século XIX, em inúmeras cidades brasileiras, essa obtenção estava diretamente ligada a uma das atividades exercidas por negros cativos de famílias mais abastadas ou por meio dos mais pobres. “A coleta de água e o despejo de lixo e das águas servidas eram, em geral, tarefa de escravos, trabalhadores pobres e crianças. Eram eles, portanto, os frequentadores assíduos de rios, córregos, reservatórios e chafarizes.” (SANT’ANNA, 2007, p. 71). Era através dos esforços destes que a água chegava à casa dos mais abastados. A utilização da água por ricos e pobres se dava de maneira bastante diferente, tanto em quantidade como em qualidade, apesar de não ser parte dos nossos objetivos aqui, é válida a constatação, pois, se traçarmos um paralelo entre os usos dos espaços públicos, verificamos, outra vez, a utilização desigual daquilo que em tese deveria ser um direito de todos. Os chafarizes instalados em praças públicas, às vezes, na frente da Igreja Matriz de uma cidade, no terreiro, nos cruzamentos das ruas principais das vilas, se tornaram locais de trabalho para alguns, mas também de sociabilidades, encontros e brigas. Funcionavam como espaços de referências para os moradores das vilas e cidades. Não obstante, não é difícil encontrar registros de locais como a Rua do Chafariz (muito comum essa denominação nas cidades do período Colonial e Imperial).⁷³

Nesse contexto, a Praça de Pelotas era um espaço fundamental no processo de obtenção de água em Fortaleza. Primeiro, devido o pensamento científico do período no qual os espaços da cidade, principalmente as praças, eram tratadas como locais de cura. Significativo perceber que muitas praças foram arborizadas, calçadas, receberam fontes, lagos e foram organizadas para servir não apenas como espaços de lazer, mas também a serviço da saúde pública, contribuindo de forma direta para a limpeza e a salubridade da população. Segundo, pela geografia do lugar, que permitia a possibilidade de distribuição da água para a cidade, tanto pela topografia (a Praça de Pelotas encontrava-se geograficamente na área mais alta da cidade de Fortaleza daquele período), quanto pelo solo (arenoso). Dessa forma, a Praça que desde a segunda metade do século XIX já era caminho de passagem dos carregadores e vendedores de água que vinham do “Bemfica” para Fortaleza, no transcorrer do final do século XIX, e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, foi tomada como um espaço de referência pelo uso da água na cidade.

⁷³ Em Fortaleza, a antiga Rua do Chafariz é atualmente a Rua José Avelino.

À medida que houve um crescimento do núcleo populacional, a necessidade de abastecimento de água se tornou ainda mais indispensável. Porém, esse serviço era deficiente, quando não problemático. Nos diversos Relatórios de Presidente de Província ou de Estado, a questão da água, muitas vezes, aparecia como problema de primeira ordem para resolução, porém ao longo dos anos muito pouco ou quase nada era feito para solucioná-lo de fato. Como exemplo disso, em 1838, o Presidente da Província, Manuel Felizardo de Souza e Melo, por meio do Relatório à Assembleia Legislativa Provincial, fazia saber das dificuldades e problemas que aquela administração passava com relação à situação de poços, cacimbas e chafarizes espalhados pela cidade e das medidas que tomara para solucionar tal questão.

Huma das primeiras necessidades humanas he a de agoas potaveis, e até março do corrente anno estava a cidade muito má provida deste gênero. [...] Mandei consertar o ultimo [chafariz] que hoje fornece em abundância huma das melhores agoas conhecidas para embarque [...], mandei abrir um grande poço no lugar denominado - Cacimba do Povo – e agora tem a Cidade agoa de excellente sabor e muito limpa. (CEARÁ, 1838 *apud* BARBOSA, 2009, p. 98).

O que parece solucionado naquele momento, com o conserto de um chafariz e a abertura de um grande poço, volta a ser recorrente em jornais e falas de outros Presidentes nos anos seguintes. Carlos Jacinto Barbosa cita em seu trabalho *Administrar a precariedade: saúde pública e epidemias em Fortaleza*, um trecho do Jornal O Cearense, no qual, em 1846, a população reclamava a necessidade da abertura de poços e chafarizes na cidade, pois, segundo o jornal, havia a necessidade dos moradores irem buscar água em localidades distantes a fim de providenciar o necessário abastecimento (CEARÁ, 1838 *apud* BARBOSA, 2009).

Em 1862, a administração pública concedeu a um particular os serviços de venda de água na cidade. José Paulino Hoonholtz recebeu tal concessão para explorar as águas dos sítios da localidade do ‘Bem Fica’, com o direito de revender a água na capital.⁷⁴ Raimundo de Menezes, na crônica *Chafarizes e cacimbas*, narra o “privilégio” concedido a Jose Paulino Hoonholtz de revender, por um período de 50 anos, a água daquela região através de encanamento “para os chafarizes espalhados pela cidade” e adquirindo a responsabilidade de não deixar faltar água na capital, principalmente nos prédios de repartições públicas, como a Casa da Câmara, a Cadeia e o Hospital de Caridade. Esse acordo foi “celebrado em contrato a 27 de maio de 1863.” (MENEZES, 2000, p. 85).

Não foi medida incomum retirar da administração pública a responsabilidade de distribuição e captação da água e repassar a particulares. A concessão feita a José Paulino

⁷⁴ O Benfica, atual bairro de Fortaleza, à época era um arrabalde vizinho a zona urbana da cidade.

Hoonholtz não obteve o êxito desejável e, ainda no mesmo período, a permissão da venda de água e instalação de chafarizes passou a ser da empresa The Ceará (North Brazil) Water Company. Segundo o Relatório do Presidente da Província, em 1888, esta empresa teve a concessão quase exclusiva desses serviços sem interrupção até o ano de 1877, quando a fatídica seca sobreveio e, por escassez de água, outras medidas tiveram que ser colocadas em prática no intuito de suprir o abastecimento da população.⁷⁵ A construção de reservatórios de água potável foi uma das medidas apontadas na época por Guilherme Capanema,⁷⁶ em 1878, para suprir as necessidades dos cearenses em meio ao flagelo.

As concessões de comercialização da água na cidade não se davam de forma tão harmoniosa e aceitável; nem por parte dos populares, nem pela administração da Província. É o que demonstram as reclamações feitas pela The Ceará Water Company junto à Presidência da Província. Por ofício encaminhado aos conhecimentos do Presidente da Província, em 02 de julho de 1864, a empresa reclama que vendedores de água concorrem de porta em porta vendendo o líquido de procedência duvidosa em canecos e barris sobre o lombo de jumentos (muars), desobedecendo à ordem de exclusividade das vendas da água encanada do Benfica (CEARÁ, 1864).⁷⁷ Da mesma forma, em 1888, a mesma The Ceará Water Company volta a reclamar e exige o fechamento de aguadas e cacimbas abertas no período da seca (1877-1879). Apesar da pretensão, a administração pública não concede o retorno, nem autoriza o fechamento das aguadas públicas ou particulares, por não haver ainda quantidade de água suficiente para abastecer toda a população que crescera desde o período da seca devido as correntes migratórias advindas do sertão (CEARÁ, 1888).⁷⁸ Segundo Geraldo Nobre, o fracasso dessa empresa contribui para o aumento da crise de abastecimento da capital, “[...] ficando os habitantes da cidade, por conseguinte, na dependência dos aguadeiros, que vendiam líquido de potabilidade sempre duvidosa, e da iniciativa de construir cacimbas, nos quintais das residências, ou de instalar bombas.” (NOBRE, 1981, p. 39).

A preocupação com os vendedores de água se tornou, então, uma questão de saúde pública; a salubridade do produto vendido era exigida por meio de diversos artigos do Código de Postura. Em 1893, previa-se multa de 20 mil réis para “[...] os que venderem água,

⁷⁵ Em estudo sobre a seca de 1877-1879, Cicinato Ferreira Neto comenta que no final de 1877 uma comissão foi designada com a finalidade percorrer toda a província do Ceará e examinar como era feito o abastecimento de água tanto na capital como no interior. Essa comissão, chefiada por Beaurepaire Rohan, verificou as condições dos sujeitos atingidos pela seca e possibilidades de soluções, como a condição de açudagem, criação de sistemas de irrigação, entre outros (FERREIRA NETO, 2006, p. 268).

⁷⁶ Autor de Apontamentos sobre as secas do Ceará, 1878 (FERREIRA NETO, 2006, p. 255).

⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Ceará, Fundo de Obras Públicas, Prateleira 14, Caixa 06. Pasta: Water Company, de 2 de julho de 1864, da f. 12.

⁷⁸ Relatório do Presidente da Província do Ceará, em 1888, à Assembleia Provincial.

ou quaisquer outros líquidos alimentícios, em vasilhas que não estejam limpas, ou seja, de metal cuja oxidação prejudique a saúde.” (FORTALEZA, 1893, Art. 25, §2º). Além disso, a venda de água deveria ser previamente examinada pelo médico da Intendência e julgada se essa seria boa para o consumo, da mesma forma deveria ser feito exame junto ao poço de onde provinha. Cada vendedor deveria portar consigo a autorização da venda para apresentar quando exigido (FORTALEZA, 1893, Art. 32, § 1º).

As águas vendidas advinham, principalmente, dos poços localizados nos sítios do Benfica. No começo do século XX, havia ainda a fonte de água de Zuca Acióli, esses locais de captação serviam para a retirada de água que assim eram trazidas por vendedores que nem sempre eram certificados pelo médico da Intendência. Estes vendedores atravessavam a Rua Visconde do Cauípy (atual Av. da Universidade) e tomavam rumo à cidade de Fortaleza, cruzando a Praça de Pelotas, que interligava estas duas zonas.

Existiam diferentes formas de abastecimento, porém a principal forma de captação da água acontecia por meio de cacimbas instaladas, muitas vezes, nos quintais e através dos chafarizes espalhados pela cidade.⁷⁹ Algumas praças já serviam como espaço de obtenção desse líquido. É o caso das praças: da Municipalidade (atual Praça do Ferreira), Garrote (Parque da Independência – Cidade da Criança⁸⁰), Praça Capistrano de Abreu – ou mais significativo ainda Praça da Lagoinha e Patrocínio (Praça Marquês do Herval). No século XIX existe, portanto, uma geografia das águas⁸¹ na cidade que se utiliza das diversas praças como ponto de irradiação.

Essas águas públicas, como fontes, poços e chafarizes em Praças eram alvo de constantes regulamentações dos seus usos. O controle dos espaços da cidade era colocado em prática através dos Códigos de Postura (Art. 29), proibindo, por exemplo, lançar nas fontes e nos poços públicos substâncias orgânicas ou imundices, podendo o indivíduo que cometer a infração incorrer no pagamento de multa (FORTALEZA, 1893). Assim como a proibição de lançar águas servidas, materiais fecais em lugares públicos da cidade como praças e ruas (Art. 77) (FORTALEZA, 1893). A regulamentação e o controle das praças e ruas permitem

⁷⁹ O chafariz nem sempre era utilizado apenas para o abastecimento de primeira necessidade, para beber, mas também para outros fins, como o banho. A proibição de “banhar-se em lugares publicos ou de transito”. Podendo o infrator pagar multa de 10 a 20 mil reis. Código de Postura de Fortaleza, 1893, Art 111, § 8º. A proibição reaparece já no ano de 1932 em novo Código de Postura da cidade no Art. 406 incorrendo em multa de 50\$000 todo aquele que “banhar-se em lugares publicos, estando completamente despido”.

⁸⁰ O atual Parque das Crianças (Cidade das Crianças) antiga Lagoa do Garrote foi transformado em 1890, pelo engenheiro Romualdo de Barros, em um lago. Seu amplo espaço servia como local de diversão e salubridade.

⁸¹ Sobre os poços, Geraldo Nobre, os identificou nas seguintes áreas: Outeiro (Praça Benjamin Constante), nas Praças dos Coelho (José Bonifácio), São Sebastião e Marquês de Herval (José de Alencar) e no Barro Vermelho (depois Antônio Bezerra), além de um privativo do Quartel da Força Federal (10º Região Militar). (NOBRE, 1981, p. 41).

perceber a trama dos espaços abertos e o risco de contaminação pela sujeira. A relação entre a doença e a limpeza das ruas e praças é também uma preocupação da saúde dos corpos. Contudo, a repetição das proibições no Código de Postura, de 1932, permite perceber que nem sempre as multas e as fiscalizações mudavam hábitos facilmente.

Os códigos são esferas que põem em conflito as regras e os costumes. Diante da exigência de novas posturas, há a imperiosidade das camadas superiores em uniformizar os usos. O costume passa a competir com um conjunto de leis escritas que, para muitos, não fazem sentido nenhum; enquanto isso, o costume está garantido como uma prática legal. Sobre isso, E. P. Thompson observava:

Se de um lado, o ‘costume’ incorporava muitos dos sentidos que hoje atribuímos à ‘cultura’, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei. (THOMPSON, 1998, p. 15).

No começo do século XX, alguns chafarizes são transferidos para outros espaços da cidade e colocados em outras praças. Por exemplo, o chafariz que foi transferido da Praça da Municipalidade para a Praça de Pelotas. “A demolição ou a mudança de seus lugares representaram a aniquilação de alguns pontos de referência, de sociabilidade, comércio e identificações com os moradores com certas regiões” (SANT’ANNA, 2007, p. 99) onde era recebido, por vezes, podia avigorar a região. Alguns índices apontam para tais mudanças de chafarizes em Fortaleza, tais como o crescimento da utilização do espaço onde havia um núcleo populacional de maior concentração, o aumento das atividades urbanas nas Praças, exigindo outras funções como comercial e administrativa, e o embelezamento de algumas outras que passaram por mudanças sensíveis. Entre 1902 e 1903, na administração do Intendente Guilherme Rocha, algumas praças tiveram a inserção de jardins, de modo a tornar convidativos à população os espaços abertos, embelezados e limpos. Guilherme Rocha, Intendente de Fortaleza durante todo o governo de Nogueira Acioly, é considerado na historiografia cearense como um dos mais empenhados administradores municipais que fizeram diversas reformas para o embelezamento e melhoramento da cidade.⁸²

O abastecimento de água, de forma canalizada, e os serviços de esgotos sanitários tornam-se, ao menos na fala, assuntos recorrentes na administração de Nogueira Acioly de 1896 até a sua deposição, em 1912.⁸³ Durante quatro mandatos existem justificativas e

⁸² Raimundo Girão cita como exemplo das Praças que sofreram mudanças nesse período a Praça do Ferreira – Jardim 7 de setembro, Praça Marquês de Herval (atual Praça José de Alencar) – Jardim Nogueira Acioli, que foi destruído na revolta de 1912 e nas Praças Pedro Borges e Caio Prado (GIRÃO, 1997, p. 227).

⁸³ Nesse período, relembro a Presidência de Pedro Borges no quadriênio entre 1900 – 1904.

projetos na tentativa de resolução do problema na capital. Porém, as dificuldades para a realização de tal serviço somavam-se ao lento processo de tomadas de decisões e na resolução paliativa. Assim, os investimentos públicos ou privados se tornavam “de risco”, bem como a questão primordial: de onde viria a água para abastecer toda a capital? Isto se tornou uma incógnita para engenheiros sanitaristas, não somente isto, mas também a qualidade da água, que há muito gerava reclamação e, quando pior, doenças. Nesse período, as obras de abastecimento público se resumiam a abertura de poços em período chuvoso, medida esta que resolvia os problemas parcialmente.

O serviço de esgoto sanitário, tão necessário para o combate das doenças e limpeza da cidade, dependia diretamente do abastecimento de água. E este último se fazia apenas mediante volumosa quantia. Em 1897, segundo o Relatório do Presidente Nogueira Acioly, a proposta de projeto para obras de estações subterrâneas destinadas aos esgotos, encaminhada por um único engenheiro, Roberto Bleasby⁸⁴, fora negada por uma comissão de profissionais⁸⁵ que julgaram carecidos de reparo o projeto, por não haver água suficiente para limpar todas as galerias projetadas. “Água, e muita água, insiste o llauo dos ilustres profissonaes, eis o elemento indispensável, imprescindível mesmo, à uma rêde de esgoto de materias fecaes, qualquer que seja o systema adoptado.” (CEARÁ, 1897, p. 22).⁸⁶ Inúmeras vezes, o negócio parecia arriscado e os investimentos eram poucos; as irregulares chuvas e os valores elevados levavam a abertura de concorrência pública para determinadas obras e sem sucesso de nenhuma proposta de realização. É esta a reclamação do Presidente: “Não é esse o systema estudado, contractado e que caducou pela desconfiança dos capitalistas que não querem embarcar dinheiro em empresa duvidosa?” (CEARÁ, 1896, p. 7).⁸⁷

Diante de tais questões, a comparação entre outros sistemas de abastecimentos de outras cidades se tornava prática imperiosa. Dessa forma, a área de Fortaleza é comparada com a área da cidade de Memphis (nos Estados Unidos).

A área compreendida entre o boulevard da Jacarecanga, ao poente, a Praça Benjamin Constant, ao nascente, a Praça de Pelotas, ao sul, e Praia, ao norte, formam um quadro com 3 kilometros sobre 1 ½. A extensão tubulagem nesse circuito será de 3 kilometros, mais ou menos, 25 por cento inferior a da cidade de Memphes, onde as despesas com os 65 kilometros da sua rêde e demais obras complementares atingiram a menos de 1.500 mil francos, ou 1500 contos de nossa moeda.

⁸⁴ Identificado através do texto de Geraldo Nobre (1981), que comenta sobre a Lei nº 334 de 04 de setembro de 1896, que recomenda abertura de concorrência pública para os serviços de abastecimento.

⁸⁵ A comissão fora composta por: José Faustino da Silva, Victor Guilhobel, Antonio Theodorico Filho, José Lino da Justa e Alfredo Novais.

⁸⁶ Relatório do Presidente do Estado, de 1897.

⁸⁷ Relatório do Presidente do Estado, de 1896.

Cumprindo advertir que o salário nos Estados Unidos o salário operário é 150% mais elevado do que em Fortaleza. (CEARÁ, 1897, p. 25).⁸⁸

O trecho acima, mais uma vez do detalhado relatório de 1897, é rico em variadas questões. Primeiramente, a comparação com o sistema de água e esgoto da cidade americana é reveladora da influência não apenas política e econômica, mas também, não ao acaso, da influência da ciência higiênica que “falava inglês e francês”. Anos mais tarde, João Felipe, engenheiro contratado para as obras de abastecimento da capital, embarcaria para a Europa a fim de proceder à escolha e à aquisição do respectivo material utilizado no serviço de água e esgoto desta capital. Em segundo lugar, a delimitação do espaço da cidade de Fortaleza colabora para demarcar suas fronteiras, pois nesta delimitação incorpora-se, no final do século XIX, a área que compreenderia a do abastecimento incluindo a Praça de Pelotas ao Sul da capital, corroborando para nossa tentativa de mapear os usos daquele espaço através do crescimento da cidade e como a própria administração pública incorpora em seus planos o uso mais sistemático daquele local, modificando-o significativamente tanto em estrutura como em significado. Em terceiro lugar, é esta a primeira vez que, na fala do Presidente, existe uma citação daquele logradouro, apontando para uma inserção deste espaço nas preocupações por um sistema de encanamento. E, por fim, a proposta de executar o sistema adotado na cidade de Memphis não se concretizou por inúmeros fatores, dentre eles, a falta de águas limpas⁸⁹ no subsolo e as condições arenosas do solo da capital cearense, que facilitava a retirada de água, mas também acolhia com a mesma praticidade os dejetos jogados em seus lençóis freáticos.

Quando retorna à Presidência do Estado, em 1905, após o quadriênio administrativo de Pedro Borges (1900-1904), Nogueira Acioly comenta que “[...] anda lento e sem objetividade os serviços sanitários e de abastecimento da capital.” (CEARÁ, 1905, p. 40).⁹⁰ Verificando que, nos anos anteriores, pouco fora realizado para solucionar tal empreitada. A quantidade de água e sua qualidade são novamente assuntos de seu relatório. Segundo o Presidente, através do relatório, os poços seriam capazes de produzir aproximadamente 100 mil litros diários, quantidade suficiente para uma população que, à época, não ultrapassava 50 mil habitantes. Cada morador usaria entre 6 a 8 litros de água por

⁸⁸ Relatório do Presidente do Estado, de 1897.

⁸⁹ Houve uma série de consultas realizadas junto ao médico-sanitarista Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, sobre a procedência das águas que abasteciam a cidade de Fortaleza. Essa prática remetia ao século XVIII, quando foi iniciado uma das primeiras tentativas de classificar cientificamente as qualidades e os problemas da água. “Interessante observar que os exames científicos ainda costumavam sublinhar qualidades que a ciência higiênica em desenvolvimento no final do século tenderia a considerar insuficientes: além dos diagnósticos alertarem que as águas podiam ser argilosas, salgadas, frias, ácidas ou férreas, também era tido como importante determinar o quanto elas serviam para a lavagem de roupas, e o quanto elas eram de ‘boa ou má cor’, de gosto agradável ou ruim.” (SANT’ANNA, 2007, p. 55).

⁹⁰ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1905.

dia para os serviços de limpeza, sendo assim o necessário, não ultrapassando os 300 ou 400 mil litros, “[...] conclue-se serem precisos 3 a 4 poços em sítios apropriados para suprirem as necessidades do mesmo serviço.” (CEARÁ, 1905, p. 41).⁹¹ Em parte, esse serviço resolvia o problema sanitário, mas tornava ainda mais necessária a execução imediata do encanamento da água.

Há uma cronologia dos serviços de abastecimento de água pelo Brasil, a necessidade em Fortaleza não estava isolada, nem devido às questões sanitárias, nem sobre o desenvolvimento técnico de tais obras. Vejamos, portanto, como se deu essa dinâmica nas principais cidades do Brasil no mesmo período: em 1857, em São Paulo, é contratado um especialista francês para executar obras a fim de dotar a cidade de água encanada; em Porto Alegre, em 1861, foi criada a Companhia Hidráulica Porto-alegrense, para explorar os serviços de água na cidade; em 1870 e 1871, as cidades de Santos e Recife, respectivamente, criavam seus sistemas de abastecimento; em São Paulo, no final da década de 1870, era constituída a Companhia Cantareira de Água e Esgoto, assim como a construção da primeira adutora; em 1880, a cidade de Campos, no Rio de Janeiro, instala o moderno sistema de filtros para depuração das águas, sendo a primeira cidade a utilizar o equipamento no Brasil; em 1887, a cidade de Campinas, em São Paulo, passava a possuir um sistema de abastecimento público; em 1913, era construída a adutora de Cotia na capital paulista; e, em 1920, Porto Alegre recebe sua primeira estação de tratamento (TAMBASCO, 2006, p. 129-130).

Em Fortaleza, o problema do abastecimento foi encarado de maneira sistêmica a partir de 1911, quando se firmou contrato com o Engenheiro Dr. João Felipe. Para a escolha do dito engenheiro foi aberta concorrência pública na qual duas propostas foram apresentadas no ano anterior. A primeira, através do “[...] lente cathedrático de Hydraulica, Abastecimento de Água e Esgotos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, Dr. João Felipe, escolhido para dirigir a necessária obra, a outra pela City Improvements Limited, de Londres.” (CEARÁ, 1911a, p. 32)⁹²

O contrato firmado em 22 de abril de 1911 estabelecia o prazo de dois anos e meio para a conclusão do encanamento para o abastecimento de água, bem como dos esgotos sanitários e do açude do Acarape. O projeto previa ainda o encanamento das águas do açude a ser construído no Acarape (Acarape do Meio), localizado cerca de 90 km da capital, até dois

⁹¹ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1905.

⁹² Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1911.

reservatórios que seriam erguidos na Praça Visconde de Pelotas, de onde seria feita a distribuição da água para a cidade.

A grande explosão tecnológica, ocorrida a partir de 1870, e presenciada pelo mundo envolveu a produção em escala industrial do tubo de ferro fundido, logo este produto passou a ser parte das preferências dos engenheiros para a instalação das redes de adução e distribuição das águas.⁹³ As propriedades desse material tornavam possível escoar a água sem o risco de contaminação, pois suportavam a corrosão e os choques mecânicos com maior propriedade nos solos onde eram dispostos.⁹⁴

Saturnino de Brito se sobressaiu nesse período como figura ímpar na questão da Engenharia Sanitária no Brasil. A difusão do tubo de ferro na Europa, principalmente na Inglaterra, França e Bélgica, iniciou a era da canalização de água sendo adotadas em diversas cidades brasileiras, como exemplo, Recife e Santos, nesta última Saturnino de Brito dirigiu grande projeto de remodelação da cidade e administrou pessoalmente a operação dos serviços. (AZEVEDO NETTO, 1986, p. 39).

Definitivamente, os fatos econômicos estão condicionados a atender as necessidades específicas de cada estrutura social e cada época da história, para somente então obterem permanência, como afirma José Carlos Tambasco (2006, p. 133).

Acreditamos que todas as ocorrências não espontâneas da natureza, jamais serão induzidas senão pelo próprio homem, diante de suas necessidades; e serão essas transformações sugeridas pelas ideias, que definem o próprio trabalho humano, no afã de prover às necessidades geradas pela vida social do próprio homem. Na medida em que as transformações caracterizam as necessidades do indivíduo histórico, o trabalho constitui-se no meio através do qual elas são levadas a cabo. A experiência, por outro lado, mostra que as ideias visando a satisfação das necessidades humanas, são engendradas pouco-a-pouco, tornando-se também determinantes do prosseguimento e das modificações das ações que visam satisfazê-las; assim, as ideias são levadas continuamente a graus superiores de complexidade. Dessa forma, na medida em que mediatizam as relações de trabalho, por outro lado as ideias as impulsionam sempre para formas mais complexas e produtivas.

O Engenheiro Dr. João Felipe sinalizava, em sua obra de abastecimento da capital, a utilização de materiais que, à época, eram de grande serventia em diversas cidades do Brasil, que empreendiam construções de canalização, tais como São Paulo, Rio de Janeiro,

⁹³ “A relação dos materiais importados do estrangeiro para o período de um anno, destinados à construção das obras de Abastecimento d’Agua e dos Esgotos da cidade da Fortaleza, capital do Estado do Ceará, obras, que vão ser construídas e exploradas por administração do mesmo Estado”. Inclui na lista de materiais a quantidade: “oito mil metros de ferro fundido [...] 0,150 m de diâmetro. [...] Dez mil metros de encanamento de ferro fundido, de 0, 135 m de diâmetro. [...] Quatro mil metros de tubos de ferro fundido para a rede de distribuição com 0,120 m de diâmetro.” (APEC. Fundo: Obras Públicas, Caixa 06, Prateleira 14, Dossiê 01, Cópia da lista de material, p. 7, 29/07/1911) (CEARÁ, 1011c, p. 7).

⁹⁴ Sobre a produção de tubos de ferro e a sua utilização no Brasil vê o artigo de José Carlos Vargens Tambasco (2006).

Santos e Recife. O tubo de ferro fundido possibilitava a ligação entre grandes distâncias, por meio de um material seguro e livre de contaminação. Desse material, boa parte fora trazido por vapores ingleses e em quantidade ainda não vista em uma obra pública no Ceará.

Para o encaminhamento das obras, algumas questões do contrato deveriam começar a ser postas em prática. Em 14 de Dezembro de 1911, em ofício dirigido ao Secretário dos Negócios do Interior e Justiça do Ceará, roga-se “[...] as providências para que sejam adquiridas pelo Governo do Estado, em cumprimento às cláusulas [...] os seguintes lotes de terrenos requisitados pelo Empreiteiro [...], os quaes são necessários não só à execução como à conservação dos respectivos serviços.” (CEARÁ, 1911b).⁹⁵ Na lista de aquisições aparecia a compra de um terreno na meia encosta da serra do Acarape, à margem esquerda do rio, além de adquirir o terreno da marinha compreendido entre a Rua Sena Madureira e a Alfandega, para os serviços da usina elevatória dos esgotos na Praia e “[...] meia quadra na Praça de Pelotas. Este terreno pertence à Municipalidade de Fortaleza e destina-se a instalação dos reservatórios de distribuição d’agua.”

As notícias do ano de 1912 relatam o adiantado estado das obras tanto no açude de Acarape, quanto na construção das usinas de esgotos na Rua Sena Madureira, próximo à Prainha, além dos reservatórios da Praça de Pelotas, em Fortaleza.

Vão bem adiantadas as alvenarias para os dois grandes reservatórios de distribuição, devendo a base do primeiro d’elles ficar concluída dentro de poucos dias. As torres e os reservatórios de distribuição também já estão nesta Capital, e a respectiva montagem terá início assim que terminem as alvenarias da base do primeiro reservatório. (CEARÁ, 1912, p. 17).⁹⁶

Foi minoritária a ação publicada como manifestação contrária às obras de construção dos reservatórios na Praça de Pelotas. João Brígido escrevera sobre os elevados gastos de tal empreendimento e seu real benefícios que não atingiria nem metade da população de Fortaleza.

Merece aplausos êsse empreendimento só daqueles que não sabem o que vem a ser tudo isso, e ao numeroso público, que sempre prefere o agradável e o supérfluo ao necessário e urgente, e tem o fútil e o fantástico, em conta do positivo e real. [...] Nesse suposto é que divergimos do Govêrno estadual, não vendo mesmo que se trate de uma cidade que mereça sacrificio de uma dívida de nove mil contos, inúteis para o resto do Estado, ou vastos campos que devem produzir para a prosperidade deste, mesmo para as extravagâncias dum Govêrno de malucos e zangões, que a nossa má fortuna sempre nos tem dado. [...] Quando se diz grande cidade, se tem dito – campos em derredor sugados, indústria rural enfêrma. (CARVALHO, 1969, p. 224-227).

⁹⁵ Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC, Fundo: Obras Públicas, Prateleira 14, Caixa 06, Dossiê 01, Ofício 09, 14/ 12/1911 (CEARÁ, 1911b).

⁹⁶ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1912.

O encanamento da água e a construção dos reservatórios é um benefício pontual, que, na prática, não alterou a maneira de obtenção da água, que durante muito tempo ainda, mesmo após os serviços concluídos, resistia às cacimbas nos quintais das casas e aos poços particulares ou públicos instados em praças.

Em 20 de agosto de 1912, um relatório enviado à Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça do Ceará apresentava, em detalhes, as várias etapas do serviço de encanamento e instalação dos coletores de esgotos. Sobre os reservatórios na Praça de Pelotas, comenta-se:

Acham-se em grande adiantamento as alvenarias de concreto dos dous reservatórios de distribuição d'água. Um deles já está com 1 metro e 45 centímetro de altura, e em condições de receber as 24 columnas que sustentam a grande caixa metálica de 750 metros cúbicos. Quanto ao segundo reservatório, está o seu alicerce construído em quase duas terças partes. (CEARÁ, 1911d, p. 3-4).⁹⁷

As palavras animadoras de 1912 são um verdadeiro contraste a 1913. As despesas contadas aos números vultosos⁹⁸, um ano depois tornam-se verdadeiras preocupações públicas. Porém, a grande interrupção se dá no âmbito político – há uma mudança fundamental na política cearense com queda da oligarquia de Nogueira Acioly, principal contratante dos serviços de abastecimento de água e esgoto. Raimundo Girão observa que Acioly deixou “[...]algumas notáveis realizações, tais como o Teatro José de Alencar, inaugurado em junho de 1910; a instalação da rede telegráfica no interior; e encaminhou, sem poder terminá-los, os serviços de água e esgotos da Capital.” (GIRÃO, 1971, p. 228)⁹⁹. Os serviços foram paralisados no ano de 1913, segundo o relatório de Franco Rabelo, em mensagem de 1º de julho daquele mesmo ano, por conta dos exames realizados em Fortaleza e no Rio de Janeiro, junto aos médicos sanitaristas, entre eles Oswaldo Cruz, sobre a qualidade da água. Não havendo um consenso nos relatórios, há uma retomada dos serviços no mesmo ano e sem muitos prejuízos (CEARÁ, 1913, p. 21)¹⁰⁰. Em 1917, em mensagem à Assembleia Legislativa, o Presidente João Thomé de Saboya e Silva, informa que os serviços encontravam-se totalmente paralisados, primeiro devido à seca de 1915, que assolava,

⁹⁷ Arquivo Público do Estado do Ceará, Fundo: Obras Públicas, Prateleira 14, Caixa 06, Dossiê 02, Ofício 14 (CEARÁ, 1911d).

⁹⁸ Até 1912 tinha sido gasto com as obras de abastecimento da capital a quantia de 1.102.857\$723, sendo 1.060:590\$430 de material importado e 42:167\$293 com trabalhadores (CEARÁ, 1913).

⁹⁹ Além disso, a criação da Faculdade de Direito, assunto aqui já exposto, também entra na lista dos investimentos da administração de Acioly (GIRÃO, 1971).

¹⁰⁰ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, 1913.

novamente de surpresa, a população que há muito vivia uma prosperidade bastante acentuada e, por conseguinte, a escassez financeira que sofrera o Estado (CEARÁ, 1917).¹⁰¹

Passando esse período de crise política e de escassez de finanças e de abastecimentos hídricos, outro elemento se juntou à dificuldade de retomada dos serviços, que nesse momento já havia ultrapassado os prazos estabelecidos em 1911: o conflito bélico na Europa se estendeu ainda nos anos de 1917 e 1918, quando quase todos os recursos foram destinados à produção de armamento e muito sofreu a importação de produtos provenientes do velho continente. O impedimento da continuidade da obra, tanto pela falta de material quanto pela presença dos que aqui existam, mas não podiam ser usados por sucessivos levantamentos de dúvidas a respeito da potabilidade da água do açude de Acarape, leva à rescisão do contrato realizado entre o Estado e o Dr. João Felipe. O acordo de rescisão de 1919 previa imediata restituição de valores ainda não pagos pelo Estado e total ausência de multas que fosse de responsabilidade do contrato.

Em 1922, a Presidência do Estado, através do Presidente Justiniano de Serpa, assume novo compromisso de contrato para a continuidade das obras que já se prologavam há mais de uma década pelas ruas da Capital e na Praça de Pelotas, bem como no açude do Acarape. O novo contrato foi firmado com os Srs. C. A. D. Bayley & C^o. Inc, por força de um empréstimo financeiro de um banco americano da cidade de Nova Orleans. Passados dois anos, entretanto, sem a finalização das obras novamente, há um esgotamento financeiro e o Estado, recusando-se a pagar pelas rendas ordinárias dos contratos, rompe novamente com outro contrato dos serviços em 16 de julho de 1924. No mesmo dia, o senhor Victorino Borges de Mello assume, através de nomeação do então Presidente do Estado, Idelfonso Albano, a direção do dito trabalho. O período final das obras é mencionado no Relatório do Presidente, em 1925, da seguinte maneira: sob a direção de Victorino Borges de Mello “Desde 4 de setembro de 1924, estão sendo executados os trabalhos para o abastecimento d’água e para os esgotos desta Capital, através dos maiores esforços.” (CEARÁ, 1925, p. 7).¹⁰²

Contudo, coube a José Moreira da Rocha, Presidente do Estado do Ceará, em 1926, inaugurar os serviços de água e esgoto nesta Capital. O Jornal *Diário do Ceará*, em 08 de Maio de 1926, noticiou, com amplo destaque, a matéria transcrita a seguir sobre o ato de inauguração.

¹⁰¹ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, 1917.

¹⁰² Relatório do Presidente do Estado do Ceará, 1925.

Foi inaugurado oficialmente o serviço de água e esgotos de Fortaleza. Com intenso júbilo popular foi, no dia 03, às 15 horas, inaugurado oficialmente o serviço de abastecimento de água e esgotos de Fortaleza. Esse acto se effectou ao lado Sul da Praça Visconde de Pelotas, em frente aos dois altos reservatórios ali existentes, num elegante pavilhão improvisado e que se achava graciosamente embandeirado. Enorme massa popular se aglomerava nas imediações, onde a banda da Força Pública, em artístico coreto, executava escolhidas peças. Presidiu a solenidade o Exmo. Sr. Presidente Desembargador Moreira da Rocha. [acompanhado de muitos representantes políticos, engenheiros, membros do clero e outros] Em seu discurso acrescentou “nós não precisamos nem do ouro, nem da ciência dos estrangeiros e em face desse emprehendimento ora ultimado, todo nós deveríamos colocar os interesses do Estado acima de tudo”. Concluiu declarando inaugurado o serviço, sendo as derradeiras palavras de S. Exc. acolhidas com demonstração de alegrias e palmas. Logo em seguida S. Exc. deu volta à chave e a água em grandes jorros, surgiu num elevado penacho, espalhando-se pelo solo, saudada com delirante aplauso pelo povo. (FOI..., 1926, p. 3).

A narrativa do jornal sobre o acontecimento permite-nos inferir questões preciosas. A referência direta aos estrangeiros e sobre o ouro (empréstimos) e a ciência (o conhecimento técnico) que esteve diretamente ligada às paralisações e retornos das obras, é riquíssima. Não há como negar a influência daqueles em tal serviço, principalmente dos americanos e dos ingleses, mas justamente a negativa de uma possível necessidade é que torna presumível que havia alguma precisão. Os empréstimos e os materiais utilizados denunciariam a fala esfuziante do Presidente. A presença marcante da população na inauguração, segundo o jornal, é interessante. O “júbilo popular” e a “massa popular” junto ao “aplausos do povo” cria uma harmonia difícil de ser homogênea, principalmente, devido às constantes reclamações pela demora da obra e depois por conta dos preços elevados para a instalação dos serviços. Por fim, em uma terra marcada por constantes secas, o jorro de água no chão da Praça, parece batizar não apenas o lugar, mas mais que isso, é o romper com anos de escassez, que agora pareciam vencidos pelo domínio da técnica sobre a natureza. A expressiva declaração “surge et ambula” servia bem a Capital do Ceará, após a conclusão das obras.

A água chegou aos reservatórios da Praça de Pelotas pela primeira vez no dia 4 de Março de 1925, apesar disso, o serviço apresentou defeitos em tubos e necessários reparos em vários pontos. E, apesar de inaugurado em Maio daquele ano, não ficou completo o trabalho nos dois reservatórios, pois “[...] apenas os serviços da caixa nº1 encontrava-se concluído e bastante adiantado o da nº 2, não tendo sido efetuado ambos a um só tempo, por falta de recursos pecuniários.” (CEARÁ, 1926, p. 65).¹⁰³

A falta de conservação durante 12 anos, desses reservatórios metálicos, fez com que as ferrugens atacassem suas peças constitutivas a tal ponto que se impunha uma

¹⁰³ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1926.

das três soluções seguintes: a) a substituição de todas as peças estragadas. b) restauração por envolvimento em concreto, com substituição do fundo metálico das caixas por outro de concreto armado; c) construção de novos reservatórios de concreto armado. A primeira, que importava na quase completa reconstrução metálica não se justificava na era do concreto armado. A terceira parecia menos econômica, d'onde resultou por exclusão, a adoção da segunda solução. (CEARÁ, 1928, p. 61).¹⁰⁴

Por conta de vazamentos nas comportas e vazão da água por furos e pontos enferrujados, novos reparos continuaram sendo feitos no ano de 1926, tanto nas comportas do açude em Acarape como nos tubos condutores. Procedendo ainda à revisão da quilometragem e o nivelamento de todo o encanamento adutor pelo percurso até Fortaleza. Por fim, a última obra implantou o serviço de comunicação: “Concluiu-se, por contrato, a instalação da linha telephonica com suas 7 estações: no escriptorio central, na Praça de Pelotas, em Maracanhú, Guayuba, Água-Verde, Redempção e Acarape do Meio.” (CEARÁ, 1926, p. 64).¹⁰⁵

Apesar de não ter sido concluído no ato da inauguração, confirmando o costume de inaugurar sem terminar a obra, no ano de 1927, aparecem no relatório como em via de conclusão a caixa d'água oeste da Praça de Pelotas. “Nessa caixa d'água, cuja armadura do fundo em calotte espherica está concluída, resta fazer apenas a armadura da parede cylindrica vertical, internamente com vergas de ferro e externamente com o metal self-sentering, e o lançamento de concreto.” (CEARÁ, 1927, p. 68).¹⁰⁶ A Praça de Pelotas consolidava assim duas estruturas que marcam não somente sua remodelação física, tendo em vista que boa parte da Praça pelo lado da Rua Antônio Pompeu foi ocupada pelos reservatórios, ainda mais quando da construção do pavilhão de manobra e do gradil em torno das caixas d'água.

Pouco tempo após a conclusão das obras definitivamente, o serviço já dava sinais de esgotamentos, apesar de não ter sido estendido o serviço de distribuição para todos os domicílios – pois se fazia de modo particular e não pouco custoso – ainda assim o uso da água teria quadruplicado na cidade após a instalação dos reservatórios. O projeto, proposto em 1911, pelo Engenheiro João Felipe, quase duas décadas depois, em 1930, já não atendia a demanda da população. Inicialmente, previa um abastecimento de 5.000 casas com caixas d'água com até 1000 litros, porém, após inaugurados cerca de três quartos dos domicílios, não havia caixas e o uso se dava de maneira livre, aumentando a pressão.¹⁰⁷ Os reservatórios da

¹⁰⁴ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1928.

¹⁰⁵ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1926.

¹⁰⁶ Relatório do Presidente do Estado do Ceará, de 1927.

¹⁰⁷ Até 1929 as instalações totalizavam 3.626, sendo desse total, 387 somente de água e 3.239 com água e esgoto. 9 Praças e Jardins públicos havia sido recebimento as instalações de água, inclusive Pelotas, além de 6 chafarizes públicos. A maior parte destinava-se a prédios particulares num total de 353 somente água e 3.200 água e esgoto. Segundo o Relatório do Presidente do Estado (CEARÁ, 1929, p. 30).

Praça de Pelotas eram insuficientes para tal demanda, sendo sugerida uma nova construção na Praça de um terceiro reservatório, bem como a obrigatoriedade das caixas domiciliares e o aumento da adução. Apesar da proposta e da iminência de uma nova crise de abastecimento, não se tornou concreto imediatamente, somente décadas depois, outros dois reservatórios construídos em nova modificação da Praça.

Nunes Neto comenta a respeito de cidade de Salvador, nas três primeiras décadas do século XX, durante o mesmo processo de canalização e abastecimento para aquela cidade. É válido observar como as questões são pertinentes em diferentes espaços, apesar de suas singularidades.

A maioria das fontes, assim como os chafarizes outrora existentes em diversas localidades da cidade foi substituída, em nome de uma modernização, pela a introdução de um sistema de abastecimento hídrico que incipiente e caótico à época causou verdadeiro transtorno na cidade. [...] Ingressamos num processo de civilização dos códigos de conduta sociais e das práticas e culturais para atender sobremaneira as demandas então operacionalizadas na ordem econômica internacional, mas não conseguimos docilizar nem tão pouco civilizar nessa cidade as relações sociais que a todo instante sinalizavam para as desigualdades nas ocupações dos espaços e serviços em sua cartografia. (NUNES NETO, 2014, p. 156).

Em 1928, Alba Valdez, escritora cearense de Itapajé, nascida no ano de 1874, escreveu sobre a Praça de Pelotas no Almanaque do Ceará. Um texto longo e descritivo sobre o espaço que recentemente tinha sido alterado. A aproximação entre a descrição da natureza do lugar e a especificidade da Praça marcam as palavras da romancista.

A primeira vista o local delinêa-se sob a figura de triangulo rectangulo, cujo lado do norte se formaria do trecho sombreado do casario que se prolonga a dextra de quem ruma o antigo Matadouro pela grande via do Alagadiço. Essa forma geométrica não passa, entretanto de simples equivoco visual, por isso que a praça se subordina ao clássico molde das cousas da sua natureza – o traçado quadrangular. Vão lá fiar-se em apparencias! O engano da vista é engendrado pela singularidade das arvores componentes da suposta hypothenusa, não por que se se deparem com especimens exóticos de aspectos jamais vistos transportados de outra flora. Ao contrário, tudo ali são mongubeiras, vegetaes encontradiços em diversos pontos da cidade, familiares aos garotos que se aproveitam da agradável sombra e dos grandes fructos cadentes para pretexto de brincadeiras e travessuras. O que é singular nos vegetaes, alias vigorosos pelo favor dos agentes naturaes que os servem, é a disposição que se acham: perfilam-se transversalmente em duplo renque, formando alameda, desde o ponto onde desemboca a rua do Senador Pompeu até as caixas d’agua, donde se dobra para o Bemfica. (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1928. p. 215).

Alba Valdez observa e descreve a Praça de Pelotas com o olhar de quem a enxergava de dentro da cidade de Fortaleza indo para o “Bemfica”, é essa a trajetória de seus passos, em suas palavras. A vista enganosa do formato da Praça logo é corrigida quando se

percebe que seu este é clássico, como o de outras inúmeras praças, e não em traços triangulares; as árvores, estas sim, eram dispostas desta maneira singular. Enquanto o espaço da Praça é delimitado como o ponto que interliga ruas distintas da capital até as caixas de água ali construídas, já quase caminho fora da cidade. Que imagens teriam sido construídas pelos fortalezenses sobre a Praça de Pelotas após as construções dos reservatórios?

4 A APROXIMAÇÃO ENTRE OLHAR E ESPAÇO

4.1 Produzir imagens e construir sentidos

“O que é fotografia? Diante da pergunta, o menino hesitou um instante e lascou: – Fotografia?... É quando a televisão para de mexer, fica tudo paradinho e a gente pode olhar as coisas devagar. É o maior barato.” (KUBRUSLY, 1983, p. 7). O trecho acima é rico em questões que envolvem o tempo, o fluir da própria vida e o sentido que as “coisas” ganham com o “passar do tempo”. Foi com essa pequena narrativa que chegamos à inquietação que norteia este capítulo: como a fotografia pode ser ferramenta nas construções de diferentes sentidos com o transcorrer do tempo? Para o menino é impossível pensar a fotografia como um instante de transitoriedade, para ele é justamente o contrário, é o momento da redução, da desaceleração do movimento, do estático.

Para Cláudio Araújo Kubrusly autor de *O que é fotografia*, o menino acima é apenas uma figura para pensarmos novas dimensões do sentido da fotografia. Em uma época onde a produção de imagens é elevada e que, em sua maioria, o movimento e a rapidez são marcas da produção de nossas imagens no século XXI. É preciso pensar como nossos avós percebiam de maneira distinta os sentidos construídos pela fotografia. Através daquela novíssima matéria, o papel fotográfico, que parecia obra de outra natureza, a fotografia criava “sem o auxílio da mão do homem” incríveis reproduções. A novidade não foi tarefa fácil de explicar, as reproduções da imagem em um suporte impresso, de maneira tão rápida e que captava o que estava em constante mudança eram estranhas como qualquer novidade. Para explicar, muitos recorriam ao sobrenatural e, assim, a fotografia só poderia ser uma obra de bruxaria ou de mágica. Do nosso menino da era do cinema (ou da televisão, como queira) aos nossos avós, o sentido da imagem passou por significativas mudanças. Daquele pedaço de papel que capturava o real, hoje há uma velocidade contínua diante dos olhos que, para ser vista, precisa ser desacelerada.

O que pretendo retomar aqui são as maneiras de uso do espaço da Praça de Pelotas, mas de maneira distinta do que já foi feito nos capítulos anteriores; para isso, tomamos como apoio de estudo um novo elemento: a fotografia. Apesar de todos os desafios dessa fonte (indício) cara (o) aos historiadores, arriscamo-nos a evocar um lugar de uso do espaço construído a partir e por meio da fotografia.

Ao mencionar o lugar honorífico (tópico 2.2), a construção do prédio da Faculdade de Direito, os reservatórios de água no espaço da praça (tópico 2.2 e 2.3,

respectivamente) fomos impelidos, durante todo o percurso de escrita, de elucidar questões que se estabeleceram, com a preocupação de entender como a perspectiva de olhar (ver) a praça, ganhou novos sentidos. E justamente o olho tornou-se figura importantíssima nesse suporte de reprodutibilidade técnica que é a imagem fotográfica. O olho que vê e mostra aos outros olhos. Olho que cria sentidos de aprovação ou desaprovação. O olho seletivo do fotógrafo, que num instante de escolha seleciona, recorta e depois, inúmeros pares de outros olhos que as visualizaram com sentimentos e sentidos distintos novamente selecionaram e recortaram, invertendo ou reforçando sentidos.

Diante dessa preocupação do olhar, o ato de fotografar, a ação de registrar através da objetiva, a escolha do fotógrafo, aquilo que foi preservado em arquivos ou em acervos pessoais e chegou ao nosso tempo, ganhou sentido necessário em nosso texto, pois não apenas pormenoriza o interesse de ver a praça, mas também cristaliza aquilo que se vê. Em outras palavras, o objeto da fotografia do espaço da cidade não se reduz aqui ao instante fotográfico, mas aos sentidos que aquele instante elabora noutro tempo. Foi assim que Peter Burke analisou os usos das imagens nos trabalhos de história, foi lembrando que o uso das imagens não pode e não deve ser limitado pela evidência no sentido estrito do termo. Deve-se deixar espaço para o que Francis Haskell denominou o impacto da imagem na imaginação histórica. (BURKE, 2004).

Portanto, após esse breve comentário introdutório, é momento de deixar explícito nosso interesse pela busca do lugar da fotografia na história. Mais precisamente, na história da cidade. Não serão, portanto, de primeira ordem as questões que envolvem o caminho da história da fotografia e seu processo de aprimoramento técnico; seja com o espirituoso Niepce ou o capitalista Daguerre¹⁰⁸, ou mesmo Hércules de Florence no Brasil.¹⁰⁹ Nesse sentido, a fotografia é apresentada “[...] como uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como indireto do passado” (MAUAD, 1996, p. 73); deixando explícito que a documentação é essencialmente artificial, uma construção da realidade.

Airton José Cavenaghi comenta o contexto histórico do aparecimento desse material no século XIX.

A fotografia como forma de representação do ambiente urbano é fruto de um modelo histórico que nasce com o advento da Revolução Científica e Tecnológica da

¹⁰⁸ Sobre a História da técnica de fotografia, faço a sugestão da leitura do seguinte texto: *Arte e ciência no século XIX: Um estudo em torno da descoberta da fotografia no Brasil*, de Rosana Horio Monteiro (2004).

¹⁰⁹ Sobre Hércules Florence ler: *Brasil, 1833: a descoberta revisitada da fotografia*, de Rosana Horio Monteiro (1997). Dissertação de mestrado.

segunda metade do século XIX. Este período, também chamado de 2º fase da Revolução Industrial, foi marcado tecnologicamente pelo uso da eletricidade, de derivados de petróleo e novos elementos químicos, entre eles os fotossensibilizantes. (CAVENAGHI, 2003, p. 148).

No começo do século XX, em Fortaleza, a fotografia estava alargando suas fronteiras de alcance, o Álbum de Vistas do Ceará de 1908 já demonstrava isto, tanto é que a primeira fotografia da Praça de Pelotas que temos registro foi publicada justamente neste álbum que reuniu uma série de fotos das ruas, praças, prédios públicos, igrejas, estação de trem e construções em Fortaleza e no interior do Estado. Anos depois, o uso dessas fotografias como postais ganhou diferentes caminhos. Por exemplo, como item de coleção, peça de exposições e (ou) para fins comerciais.

Um anúncio da loja Trianon, de Manoel Guilherme, anunciante da Revista *A Jandaia* (1925, p. 22), serve-nos como exemplo desses usos comerciais da fotografia, indicando, que de alguma maneira, a fotografia passava a ser comprada e vendida; consistia em avisar aos leitores que se encontravam a venda “postaes artísticos e com vistas do Ceará” em 1926.

Sobre as vistas urbanas¹¹⁰, estas “[...] começaram a ser produzidas com propósitos variados: o de documentar as intervenções resultantes de planos urbanísticos; registrar o que seria transformado, demolido ou preservado.” (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 399). É neste contexto, graças à facilidade de reprodução, que muitas obras são editadas com o objetivo de mostrar o “antes” e o “depois” de determinados espaços da cidade. Essa comparação se tornou comum em narrativas visuais a partir do começo do século XX.

Existia ainda, atrelada a esse uso da fotografia, uma cultura do retrato pessoal ou familiar, advinda da pintura do século XIX, basta pensar que retrato se tornou quase sinônimo de fotografia e quase toda família possuía pelo menos um. Às vezes, o esforço de um bom tempo de trabalho possibilitava registrar no papel o que serviria de lembrança para gerações futuras. Um interessante anúncio exemplifica essa relação familiar com a fotografia. O esposo ideal era “aquelle que manda fotografar sua família na Photo Freire” (REVISTA BA-TA-CLAN, 1926a, n. 1, p. 12), situada à Rua Floriano Peixoto, Fortaleza – Ceará. Assim, o fotógrafo não apenas fazia a propaganda, mas denunciava o grau de qualidade do esposo a partir do interesse pela fotografia, requisito hoje banal em quase todas as famílias. Já o estúdio Photo Ribeiro fazia “polycromias esmaltadas, retratos em cores, impressos sobre anéis,

¹¹⁰ Vistas urbanas, conforme Zita Possamai, são as imagens da cidade que permitem observar as mudanças no espaço através do tempo. As vistas urbanas construíram representações ideias da cidade, afastando de seus enquadramentos, muitas vezes, os sujeitos e elementos urbanos indesejáveis. (POSSAMAI, 2007, p. 255-263).

pulseiras, braceletes, passadores, carpetes, broches e chatelaines.” (REVISTA BA-TA-CLAN, 1926, n. 1, p. 12). A propaganda dos fotógrafos profissionais preenchia as páginas dos anúncios dos jornais e das revistas. Exemplo disto eram as fotos dos estúdios Photo-Sales e Photo-Freire, além dos amadores que, vez por outra, cediam suas fotografias para revistas. Segundo Mauad (2007, p. 67):

Neste período, a profissão de fotógrafo era bastante valorizada pelo caráter artesanal e artístico que eles imprimiam ao seu trabalho e principalmente porque a maior parte do material utilizado na confecção dos clichês era feito pelos próprios fotógrafos. Aos poucos, no entanto, o processo fotográfico industrializou-se e o fotógrafo deixou de confeccionar o seu material de trabalho, uma vez que poderia ser adquirido nas recém-inauguradas casas comerciais de material fotográfico, reservando-se, somente a bater chapa e revelá-la.

No Almanaque do Ceará, é possível vislumbrar, ainda que parcialmente, parte desse circuito comercial que começava a ser formar em Fortaleza com a fotografia. Em 1905, são duas as “officinas photographicas – Moura Quimeau” (localizado à Rua Formosa, 69 – atual Barão do Rio Branco) e Niel Olsen, também mesma rua, 21. Em 1910, o número de “Officinas photographicas” sobe para três, segundo a publicação do Almanaque do Ceará: sendo a primeira a Norte do Brasil – de Ribeiro, Moura & Martins, localizada, Rua Barão do Rio Branco, 134; novamente a oficina de Niel Olsen, na mesma rua, mas agora no número 49; e a officina Americana – de Floriano J. Serra, na Rua Major Facundo, 144. Em 1920, novamente três oficinas, sendo repetidos os trabalhos fotográficos de Niel Olsen, Ribeiro, Moura & Martins e Brito Bastos, sendo acrescentado nas relações de casas destinadas ao comércio desse artigo, todos com endereço na Rua Barão do Rio Branco (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1920, p. 126, 134, 278).

Mas, nem só das oficinas de fotografias viviam os que trabalhavam no ramo da produção técnica da imagem. A Loja Parente, localizada na Rua Coronel Guilherme Rocha, 88, se orgulhava de ser a “[...] única a receber da EASTMAN KODAK COMPANY – N. Y. – variado e completo sortimento de materiais do ramo photographico, recebendo por meio de vapores e vendendo por preços sem competência.” (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1920, p. 68).

E era elegante sair nas revistas sociais posando para as lentes dos fotógrafos profissionais, principalmente. Para servir de porta-voz aos valores dessa sociedade considerada moderna e em construção, são criadas, na década de 1920, as revistas de moda, “arte e elegância”, responsáveis pela divulgação de novos costumes. Dentre essas revistas que propagandeava o ideal de homem e mulher modernos e civilizados, estavam as revistas *A Jandaia* (1925-27), *Ceará Ilustrado* (1925-27) e *Ba-ta-clan* (1926), esta última mantinha em

seus números a seção Instantaneos, na qual apareciam senhores, senhoras e, principalmente, senhoritas e até o Presidente da República Washington Luís (quando esteve de visita ao Ceará) capturados pelas lentes dos fotógrafos da revista. Dentre os espaços preferidos para ser fotografado, o mais recorrente era o Passeio Público e o principal dia da semana era os domingos (pela manhã, depois da missa). Este é também o espaço que mais aparece no *Álbum de Vistas do Ceará* (1908) e na *Revista Ba-ta-clan* (1926). “Depois da missa, as almas estão mais leves e os rostos mais sorridentes. Ditosos os que rezam, mimosos os que sorriem para Bataclan [...]”. A quadrinha acima é um exemplo do que era publicado abaixo de cada fotografia da revista que, geralmente, publicava imagens de jovens moças elegantes e acompanhadas, a cada número, de nova descrição abaixo da foto. Todos estes indícios da prática da fotografia e dos seus significados nas primeiras décadas do século passado permitem montarmos um roteiro cultural dos empregos das fotografias seja no álbum de vistas, ou nos retratos de família, nas propagandas das revistas e nas seções de fotografias, são elementos para pensarmos onde a fotografia era empregada nestes circuitos de aparição.

Eduardo Campos, memorialista da cidade de Fortaleza, relembra os anos 20 e 30 em seu livro *O inventário do cotidiano*, onde passa pelos usos e atributos do retrato posado e da fotografia nesses tempos.

É lembrança que tenho do ateliê (não se dizia estúdio, veio a começar do advento da Aba Filme), sim, do ateliê do J. Ribeiro, na Praça do Ferreira 220, lado sul, ao mesmo tempo em que porfiavam na fotografia Benjamin Angrert, Foto Freire e Foto Sales. [...] O Almanaque do Ceará, de 1930, reúne três belos trabalhos fotográficos dessa época, arte de J. Ribeiro; de Miss Ceará, Maria Nazareth da Silveira; Berenice Moraes, “fada maravilhosa da Praia de Iracema”, eleita “Miss Fortaleza” e Valkiria Rodrigues Peixoto, filha do Presidente Matos Peixoto. São “perfis artísticos”, como define a publicação, “bicromados em papel “couché” nas oficinas gráficas da revista carioca “O Cruzeiro”. Na oportunidade e no mesmo lugar reproduzidos trechos de estudo escrito pelo próprio fotógrafo, “Pedagogia Estética”, onde se vai ler, por exemplo, que o artista “deve procurar o sentindo íntimo das coisas, estudar a harmonia e a relação das partes com o todo, abranger as coisas em seu conjunto, enfim, generalizando, estudar os grandes fenômenos da vida universal”. (CAMPOS, 1996, p. 68-69).¹¹¹

A descrição de cada foto opera como símbolo de um dos elementos dessa modernidade introduzida pela fotografia. O suporte em que é produzida não assinala um entendimento por completo do que se trata no simples olhar. Quem é? Onde é? O que está fazendo é aceitável ou reprovável? Qual a intencionalidade? Estas perguntas são respondidas,

¹¹¹ Sem entrar nas questões que envolvem os percursos de seleção e ressignificação da memória e sua utilização pela a História, recomendo apenas atentar para a correlação entre o uso da palavra estúdio (stúdio) e a fundação da Aba Films, que ocorreu somente em 1934, quando a utilização do termo já acontecia. Conferir os exemplos citados sobre as revistas sociais que nas suas propagandas já em 1926, diferentemente do que Eduardo Campos afirma já utilizavam o termo estúdio.

às vezes, em legendas que acompanham as fotografias em revistas, álbuns e jornais. Nas revistas, as legendas se tornaram imprescindíveis, com caráter perfeitamente diferente do título da pintura, “[...] as diretivas que o observador de imagens recebe da legenda das revistas ilustradas se tornarão em seguida mais precisas e imperativas no filme.” (BENJAMIN, 2013, p. 292). Em outras tantas fotografias há um verdadeiro silêncio. E devemos nós, historiadores, ouvir dentro desse silêncio os ecos dos que foram calados. Como nos diz Philippe Dubois (2012, p. 179), “[...] o que uma fotografia não mostra é tão importante quanto o que ela revela.” Consciente ou inconscientemente, a imagem, principalmente a fotografia, e a legenda doam sentido, juntas, ao conteúdo mostrado. Ver, nesse sentido, não é apenas olhar, mas criar significado, imaginar o que se vê. Nisso, concordamos com Martine Joly que expressa: “[...] se persistimos em nos proibir de interpretar uma obra sob o pretexto de que não se tem certeza de que aquilo que compreendemos corresponde às inquietações do autor, é melhor parar de ler.” (JOLY, 1994, p. 44).

A fotografia possui seu próprio código de leitura, os seus signos e indícios, sem estes é impossível compreendê-la; porém, é vista por um público muito amplo, que nem sempre possui o conhecimento técnico de leitura da imagem, e devido o alto grau de circulação. Há a necessidade de legendas que narrem e apresentem o desconhecido. Dessa forma, as imagens fotográficas pouco ou nada dizem sem o recurso da narrativa. (POSSAMAI, 2007, p. 58) A fotografia e a comunicação verbal são linguagens complementares, e não equivalentes, além de serem imprescindíveis no mapeamento destes indícios. “A palavra é racional, dissertativa, prolixa. A imagem é emocional, sintética, direta.” (KUBRUSLY, 1983, p. 77). Conforme Ana Maria Mauad (1996, p. 74),

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sócio-cultural. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar.

Para compreender essas fotografias, é preciso mais que a leitura de legendas; estas, por si sós, não explicam o objetivo a que queremos chegar. A teoria que nos permite ultrapassar as categorias funcionais da imagem é justamente a teoria semiótica¹¹². A fim de abordar as imagens da Praça de Pelotas (Bandeira) pela perspectiva da significação, e não

¹¹² A etimologia da palavra ‘semiótica’ e da ‘semiologia’, termo também empregado comumente, é de origem americana que designa a semiótica como a filosofia das linguagens. O segundo é de origem europeia e corresponde ao estudo de linguagens particulares, como a fotografia. Do grego semeion quer dizer signo. (JOLY, 1994, p. 30).

pelo estético ou emocional, passamos a apresentar, minimamente, possibilidade de leitura de sentido da imagem.

O que seriam então os signos? Charles Peirce ampliou a teoria dos signos linguísticos, propostos por Saussure, incorporando outras tipologias; para ele, o signo seria “[...] algo que está no lugar de alguma coisa para alguém, em alguma relação ou alguma qualidade.” (JOLY, 1994, p. 33). Partindo desse pressuposto, percebemos que, para o estudo desse espaço da cidade, os três polos solidários de leitura de uma imagem são bastante válidos na busca por entender os interesses e significados das escolhas fotográficas. Fotografar a praça teria três problemas para perceber nesse ato de usos: o significante (representamen), o referente (objeto) e o interpretante (significado). O que nos chama a atenção é justamente a possibilidade de enredar um sentido de interpretação a cada um deles. “Essa coisa que se percebe está no lugar de outra; esta é a particularidade essencial do signo: estar ali, presente, para designar ou significar outra coisa, ausente, concreta ou abstrata.” (JOLY, 1994, p. 33). É, sobretudo, uma preocupação da representatividade, tão cara aos estudos da História Cultural.

Um objeto real não é um signo imediato do que é, mas pode ser de outra coisa; por exemplo, um poste de luz é índice significante de claridade e um símbolo de energia elétrica (dependendo da época). Partindo deste exemplo simples, entendemos que os signos ajudam a ler e perceber os indícios de uma fotografia que, por vezes, não se revelam como preocupação imediata.¹¹³ Em síntese,

Não se deve esquecer, que, se qualquer imagem é representação, isso não implica que ela utilize necessariamente regras de construções. Se essas representações são compreendidas por outras pessoas além das que as fabricam, é por que existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, em outras palavras, elas devem boa parcela de sua significação a seu aspecto de símbolo, segundo a definição de Peirce. A teoria semiótica permite-nos captar não apenas a complexidade, mas também a força da comunicação pela imagem, apontando-nos essa circulação da imagem entre semelhança, traço e convenção, isto é, entre ícone, índice e símbolo. (JOLY, 1994, p. 40).

Pode-se, então, elaborar uma verdadeira semiologia da imagem? (VOVELLE, 1991). A pergunta não tem resposta unívoca, pois, ao interpretar imagens do passado, o historiador não pode ficar preso apenas à leitura presencial dos significados da fotografia. A fonte não-verbal requer o estudo das práticas cotidianas, o papel da ideologia significativa da sociedade da época, a hegemonia como processo de disputa social que se estende à produção de imagem. Assim, estes constituem elementos atrelados à leitura semiótica da fotografia.

¹¹³ Roland Barthes, quando estudou as imagens propôs uma leitura diferente ao encontrar um significado e significante para estas, conforme Saussure a tinha definido para a linguística.

Mais uma vez o campo da História é convocado a esclarecer os problemas impostos pela limitação da semiótica.

Sobre isso, Ana Maria Mauad comenta, demonstrando que muito mais que a leitura dos significados semióticos isolados, é preciso uma aproximação da leitura semiótica-histórica a fim de compreender seu significado social:

Não se deve descartar também o fato de que a avaliação das redes sociais da fotografia envolve uma abordagem em que produtores e consumidores da imagem fotográfica possuem um "locus" social definido.

Tudo isso, aliado a necessidade de se analisar o conteúdo da mensagem fotográfica que demanda, por sua vez, conceitos de disciplinas, cujo diálogo não se faz com a frequência das acima indicadas, compondo, assim, metodologias coordenadas, tais como uma abordagem histórico-semiótica da fotografia.

Nessa perspectiva, a fotografia é interpretada como um resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautados sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constitutivas são culturais, mas assume funções sígnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto como o local que ocupam no interior da própria mensagem. (MAUAD, 1996, p. 80).

A fotografia urbana se tornou, no início do século XX, uma excelente referência para fotógrafos amadores e profissionais. Como visto no capítulo 01, inúmeras capitais brasileiras passaram por transformações urbanas e implantação de serviços que previam uma melhoria de vida, principalmente para as classes mais ricas. Como disse Gilmar de Carvalho (2007, p. 10), “[...] os registros fotográficos viriam no início do século XX e já incorporariam as remodelações e muitas interferências para fazer de Fortaleza uma capital.”

Diante disso, capturar o que estava em transformação não era incoerência, o que se transformava era cristalizado no olhar do fotógrafo. Os fluxos destas modificações do período eram materializados em imagens fixas, recortadas e selecionadas do espaço. A própria limitação do equipamento propiciava a escolha por alvos estáticos, o movimento ainda era um problema por deixar a imagem com vultos e embaçada, como veremos nas próximas páginas a respeito das fotografias com carros em movimento. Substituía-se a imagem da cidade do período colonial por fotografias que privilegiavam a aparição dos novos equipamentos urbanos. Muitos destes esforços eram, de fato, mais para tornar invisíveis os indícios coloniais, que não eram poucos na cidade, a fim de recortar os símbolos desse novo urbano para aparecerem na foto.

Fotos dos trilhos por onde passam os bondes nas ruas calçadas do começo do século XX são recorrentes em vários álbuns de fotografias de cidades, bem como de carro parado à porta de um edifício com mais de dois andares, a fotografias de praças, principalmente aquelas que foram arborizadas e que tinham passado por um processo de

urbanização destinado ao lazer era outro aspecto privilegiado. Elementos estes relativamente novos nos espaços da cidade (carro, bonde e prédios) tornavam-se latentes nas imagens das cidades.

É possível pensar uma “cultura fotográfica”¹¹⁴ brasileira, assim apresentou Oliveira em sua pesquisa sobre a fotografia no Maranhão, ante à questão de haver uma constante na hora de representar as cidades, neste período, por diferentes profissionais e em diversas regiões, privilegiando as fotos de objetos estáticos e de pessoas em poses como alvos preferíveis dentro da cidade (SILVA FILHO, 2009).

A preferência por fotografar este ou aquele local é um ato de seleção de espaços que, ao mesmo tempo, gera uma exclusão de tantos outros; a percepção de que, ainda hoje, alguns espaços da cidade são mais representados em um acervo fotográfico que outros são questões primárias para perceber uma hierarquização dos lugares na cidade. E quiçá esta hierarquização se estenda pelos diversos estratos sociais e econômicos dos usos dos espaços. Estes espaços ganham significados no tempo e seus significados estão diretamente ligados aos seus indícios, que, por sua vez, foram mais ou menos registrados de acordo com o interesse dos daqueles que promoviam prática da fotografia à época.

Portanto, dentro desse mundo de interesses diversos e de registros parciais, o que chegou até o presente como registro imagético da Praça de Pelotas é um refugio da produção fotográfica e de condicionantes impostos antes mesmo da feitura da fotografia. Esses registros, por um motivo ou vários, foram preservados, catalogados, arquivados e, com certeza, ganharam novos sentidos desde a época em que foram produzidos até hoje. Outras tantas imagens fotográficas devem ter sido produzidas na Praça de Pelotas e daquele espaço, mas como o historiador trabalha com as migalhas das marcas do tempo, temos a consciência que tudo que chegou até esta pesquisa não significa tudo o que houve.

Não apenas o que foi selecionado e arquivado interfere na tessitura do texto histórico, cabe lembrar que a precisão conferida à fotografia, durante quase toda sua existência, remete à ideia de impessoalidade, de reprodução automática e mecânica do universo, supostamente excluindo as marcas da existência de um autor e também, no caso da imprensa, de um editor de imagens. É necessário reafirmar que os produtores de imagens (contratados e contratantes) estão sempre submetidos a ações de campos de influências,

¹¹⁴ Sobre isso ver: *Imagens em circulação: os cartões postais produzidos na cidade de Santos pelo fotógrafo José Marques Pereira no início do século XX*, de Maurício Nunes Lobo (2004), dissertação de mestrado; *Os caminhos do olhar: circulação propaganda e humor, Recife 1880-1914*, de Noemia Maria Queiroz Pereira (2008), tese de doutorado em História; *Um fotógrafo na mira do tempo Porto Alegre: por Virgílio Calegari*, de Sinara Bonamigo Sandri (2007), dissertação de mestrado.

filiações, referências, códigos de leitura e de determinações sociais, conforme avaliamos acima com as ideologias de cada tempo. Daí, toda síntese pressupõe um recorte, que certamente sofreu influência de seus autores e realizadores, como observou Jeziel de Paula (1998, p. 32):

A interferência conotativa na imagem não é exclusiva do operador da Câmara, prevalecendo apenas o seu ponto de vista. Vários outros sujeitos atuam de forma concomitante na operação, e a subjetividade ideológica do fotógrafo não é o único elemento que compõe o universo da imagem fotográfica, mas um entre vários.

Outra questão envolve o grande risco de se trabalhar com a fotografia, que é a tentação de tomá-la como uma dimensão do “real”. Entretanto, para os historiadores, é preferível percebê-las como representações – pois estas são a medida do fragmento de um real. Entre as lentes da câmera e o objeto fotografado, há um leque de possibilidades, de escolhas, desde um momento específico a ser fixado e congelado, o local deste momento, os ângulos, os sujeitos que deveriam aparecer ou não; estes se constituem como escolhas do fotógrafo ou do fotografado e na medida dos significados do seu tempo e não do nosso, destronando qualquer tentativa de ver a fotografia como um atributo do que realmente é.

Assim, é mais compreensível perceber que as fotografias são elementos utilizados como forma de veiculação de ideologias a serem absorvidas e consumidas como “testemunho do real.” É preciso tomar os devidos cuidados, pois a imagem se torna sedutora, devido às possibilidades que se apresenta a seus consumidores. É lida como “representação visual do real”, desperta a imaginação, a lembrança, a saudade, atua como objeto mobilizador da memória, amplia o alcance de compreensão. Conforme Giulio Argan, “[...] sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta, como o mundo do pensamento o é dos mundos dos fatos.” (ARGAN, 1998, p. 34).

A fotografia está permeada pela temporalidade, o passado e o presente, o que lhe dá múltiplos sentidos de interpretação, um destes múltiplos sentidos interpretativo é aqui elencado para tornar-se a base de nossa discussão quando tratarmos mais adiante diretamente das fotografias da Praça de Pelotas; este sentido diz respeito ao ato essencial de fotografar a praça a partir de determinada perspectiva e como estas fotografias cristalizaram o olhar para os tipos de usos daquele espaço no presente. Nossa intenção, portanto, é perceber como o olho é condicionado ao meio de comunicação, aqui a fotografia, que não representa uma realidade, mas cria um sentido do real através da representação.

Nota-se que, ao estruturar o momento visível presente na representação fotográfica, o fotógrafo encontrava-se imbuído de aspectos inerentes à sociedade da qual fazia parte. Esses elementos de *ordem imaterial* são aspectos constitutivos e formulam as

bases da representação presente. A cidade é vista pelo olhar do fotógrafo, registrada e eternizada, naquele momento, pelo contexto conduzido pelo autor/ ator. A sociedade representada é influenciada ao mesmo tempo que influencia. Assim, na verdade absoluta estampada na fotografia é questionável, na medida em que seu ‘processo de construção da representação’ envolve elementos diversos e possuidores de histórias próprias. (CAVENAGHI, 2003, p. 150).

Conforme Telma Campanha de Carvalho, sobre o referente do real e o olhar, é válido o relato de que:

A fotografia é um referente do real, mas não a realidade recriada. O processo de reproduzir a realidade, através da fotografia ou de qualquer outra técnica de copiar, captar, gravar, será sempre um artefato artificial e parcial de percebermos a realidade. Tenho como parâmetro que, a partir de nossa percepção, do momento que apreendemos mentalmente uma imagem ou cena, ela já não corresponde à realidade, mas a uma realidade decodificada pelo nosso olhar e processada por nosso intelecto. No nosso simples ato de olhar demonstramos o quanto privilegiamos aspectos que representam nossos interesses e conhecimentos acumulados ao longo de nossas vidas. (CARVALHO, 1999, p. 265).

Sem perder de vista o exposto acima, passamos a instrumentalizar nossas reflexões na aparição da Praça de Pelotas em fotos de álbuns, revistas, jornais e nas coleções particulares de colecionador. O ato de fotografar é posto como o ato de produzir usos e, talvez, de regular seus usos. Se a fotografia não é a dimensão pura do real, ela pode instituir formas de se antecipar a ele, mesmo sem o conhecer.

4.2 O ato de fotografar a Praça de Pelotas

Contrastando com as suas congêneres, a Praça de Pelotas apresenta habitualmente feições sossegada, discreta, quiçá triste; a sua história se não contém os lances imprevistos, por vezes trágicos da Praça do Ferreira, focaliza-se, contudo em acontecimentos que logram ficar na retentiva. (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1928, p. 216).

É um consenso, em nossa sociedade, a crença de que “ir a determinado lugar e não visitar algo ou não comer um alimento característico do local ou ver certa atração principal, é como não ter estado lá”. Quando isso foi inventado? Ir a Roma e ver o Papa nem sempre foi uma questão de ordem, muito menos visitar Paris e não visitar o Museu do Louvre ou a Torre Eiffel; aproximando de nós, o exemplo fica mais singelo como ir ao Rio de Janeiro e não visitar o Cristo ou o Maracanã; ou à Bahia e não comer acarajé; o mesmo é estar em Fortaleza e não passear por suas praias. Os lugares são inventados pelo homem cada um à sua maneira. No passado, o homem esteve em todos estes locais e estas referências não se faziam obrigatórias, nem o menor sentido. Muito pelo contrário, algumas até se evitavam por riscos à

saúde, é o caso das praias. Mas as transformações dos usos doam novos sentidos para a prática do espaço naquele lugar.

A pergunta “quando os lugares começam a ganhar significados diferentes?” nos inquietou durante todo o processo de escrita deste trabalho. O que explica que determinados espaços ganhem novos sentidos mediante a introdução de determinados elementos? A Praça do Ferreira, em Fortaleza, por exemplo, só teve a Coluna da Hora erigida na década de 30 (1934 – inauguração); bem como à Praça José de Alencar, que só foi brindada com a construção do Teatro (que recebe o mesmo nome) em 1910. Mas, hoje, é quase impossível afirmar que visitou estes dois espaços da capital cearense e não tê-los visto ou fotografado, sob pena de receber comentários que desvelem uma desatenção irreparável. Assim acontece com a atual Praça Clóvis Beviláqua. Nitidamente seus pontos de referências são as caixas d’água e o prédio da Faculdade de Direito, não sendo admitido transitar naquela área da cidade e não reconhecer essas duas estruturas como pontos de referência. Mas, como já foi visto neste trabalho, nem sempre ambas as estruturas estiveram próximos à região da Praça de Pelotas. Ou seja, guardadas as proporções, a exigência que hoje parece intransigível, um dia nem fora cogitada. Nem sempre em Roma houve um Papa, a estátua do Cristo Redentor nem sempre esteve no Rio, nem os reservatórios da Praça de Pelotas estiveram sempre ali. Houve uma resignificação destes espaços.

Susan Sontag, após discorrer sobre a fotografia como forma de comprovar a experiência do ato de estar em algum lugar, convertendo a imagem “[...] numa recordação [...]”, sintetiza: “A fotografia tornou-se um dos principais meios de acesso à experiência fotográfica, [...] uma ilusão de participação.” É nesta ilusão de participação que se vê uma necessidade de inserção por parte dos autores/personagens. A cidade em si representa uma ligação com algo conhecido. Ela, assim, torna-se elemento de identidade. (CAVENAGHI, 2003, p. 166).

Essa pequena reflexão nos ajuda como ponto de partida inicial sobre os usos que determinados locais ganham a partir da narrativa tradicional verbal ou não-verbal. A fotografia pode ser uma das portas de entrada para responder a questão colocada no início sobre a produção de referências indispensáveis ao pedestre. Outra possibilidade é estudar os processos de patrimonialização, disputas de memórias, ou os lugares de memória. Certamente, não reduzimos a fotografia como responsável por criar referências. Mas compartilhamos da ideia de que, por meio dela, o leitor visual seleciona previamente o que vai querer ver e conhecer quando elabora seu roteiro de caminhada. O ato de fotografar engendrou não somente a necessidade de conhecer do estrangeiro, como também a obrigação de cristalizar como referência aqueles que vivem na própria região. Assim, através da fotografia, se criaram

espaços que tornou-se inadmissível não os reconhecer; e, de maneira geral, competiriam para os sentidos de uniformidade, reduzindo as experiências subjetivas.

As fotografias que aqui utilizamos foram encontradas em diferentes suportes impressos – dentre estes, os álbuns pessoais, Álbum de Vistas do Ceará, Relatório do Interventor Federal Carneiro de Mendonça, no Almanaque do Ceará e no livro Cronologia Ilustrada de Fortaleza publicado pelo colecionador de fotografias da cidade – Miguel Ângelo Azevedo (Nirez) e outras fotografias (em formato digital) que nos foram concedidas pelo mesmo colecionador.

Não houve uma repetição das fotografias encontradas nesses diferentes suportes com as fotografias cedidas por este colecionador. As fotos de seu acervo estão organizadas pelo nome do logradouro, sendo quase que uma cartografia da cidade através de fotos. Atualmente, a maior parte dessa coleção de Miguel Ângelo está arquivada em pastas digitais que são nomeadas pelo espaço a que se referem as imagens, sem distinção de data ou autor da fotografia.¹¹⁵

Apesar de serem imagens distintas daquelas encontradas nas publicações impressas, estas imagens, especificamente as do período que acompanhamos, com maior precisão, entre as décadas de 1920 e 1930, guardam certas características em comum: foco principal da fotografia, posição imersa do fotógrafo na praça, tentativa de captação de uma visão plena da praça e, conseqüentemente, da cidade; além de registros de carros, prédios, jardins da praça, parada militar e a ausência de pessoas, priorizando o espaço.

Evidentemente, não utilizaremos todas as imagens no presente texto. Nossa escolha partiu de uma questão metodológica, seguindo uma orientação do que até aqui já foi escrito nos capítulos anteriores.¹¹⁶ Das fotos recolhidas destes diversos suportes e do acervo de Miguel Ângelo, o número bastante expressivo de 17 fotos tem como captura principal, ou de fundo, as caixas d'água antes da construção do prédio da Faculdade de Direito, isto é, vistos os reservatórios desde a Praça de Pelotas no sentido Norte/Sul da cidade; em seguida, o prédio da Faculdade de Direito, não poderia deixar de ser, com um número de 9 fotos, mas bem menor se comparado aos reservatórios – sendo, portanto, o outro símbolo destas fotos na

¹¹⁵ O acesso à essas fotografias se deu diretamente na casa de Miguel Ângelo, através de uma agradável conversa com o mesmo, após explicar as finalidades do trabalho e motivo de querer conhecer tais fotos. Aqui ficam meus sinceros agradecimentos à cordialidade de Nirez, como é conhecido, em se propor a ajudar a diversos pesquisadores que se dirigem à sua residência em busca de informações para seus estudos e pesquisas. Agradeço a gentileza.

¹¹⁶ Algumas fotos cedidas por Miguel Ângelo datam do período da década de 50. Nestas fotos podem ser visualizada parte da reforma total, que a praça passou, naquele período, bem como a construção das outras caixas de água empreendidas durante o governo dos militares no Brasil na segunda metade da década de 60. Porém, não foram utilizadas aqui devido objetivos distintos.

Praça. Percebeu-se que, boa parte das fotografias que produziram números elevados em nossa pesquisa empírica, foram realizadas do início ao final da década de 30. Um período de expansão da própria fotografia no Ceará, com o aumento de máquinas e recursos e, coincidentemente, da construção daquelas estruturas no entorno da Praça.

Por uma classificação particular, mas muito influenciada pelos trabalhos de Zita Rosane Possamai, classificamos em grupos as fotografias em menor quantidade, que estas duas primeiras categorias (caixas d'água e prédio da Faculdade de Direito), com isto, ficamos com 8 fotografias, as quais nomeamos de “vistas da paisagem”. Estas “vistas” permitem visualizar um horizonte distante, uma paisagem construída pelo homem e eleita pelo fotógrafo, da mesma forma nos chamou a atenção ser esta a terceira categoria com maior número de registros. Totalizando, entre essas três escolhas (reservatórios, prédios da faculdade e ‘vistas da paisagem’), nada menos que 68% das fotos. Estas imagens da cidade têm por objetivo passar ao leitor visual uma inserção da cidade nos tempos modernos. Essa “qualificação urbana” possuía uma dimensão física, mas também de costumes, perceptível nas fotografias (SANTOS, 2014).

Outras fotografias que destacamos, com menor quantidade, foram aquelas que apresentam como tema principal: arborização do local (6), obelisco da vitória (3), veículos (2), poses femininas (2), busto de Juvenal Galeno, prédio da Rádio Uirapuru, Assistência Municipal (atual Hospital Dr. José Frota), multidão de populares e obras de encanamento, estas temáticas foram regatadas com uma foto cada. Além destas fotos, mais duas fotos nos foram concedidas pela bisneta do Barão de Camocim (Geminiano Maia). O senhor Geminiano possuía uma residência, que fora construída por volta de 1870, bem defronte a praça; as duas fotos são da fachada da casa do então Barão e datam do começo da década de 20. Entre estas últimas fotos há o fato comum de não serem da Praça de Pelotas, mas de elementos constitutivos de seu entorno. Há também a única foto publicada no Álbum de Vistas do Ceará sobre a Praça que compõe os dados levantados para este trabalho.

Quanto à datação correta de cada fotografia, infelizmente não podemos ser comprovar, apesar do esforço empreendido. Apenas a fotografia do Álbum de Vista permite uma datação próxima, que, no caso sua impressão, de 1908; nas outras fotografias, foi identificada uma data aproximada através das estruturas do local ou através de outros elementos, como carros e roupas.

Outra questão em aberto é a origem de cada foto que respondem a perguntas extremamente necessárias, tais como: por quem foi produzida? Quem encomendou? Onde teria sido publicada? Qual a circulação dessas imagens dentro e fora de Fortaleza? Todas

essas informações poderiam, indubitavelmente, contribuir para ampliar nosso leque interpretativo, porém, nem todas as perguntas puderam ser respondidas em todas as imagens.

Até aqui, todas as questões que foram apresentadas, previam costurar uma tessitura de indícios sobre os usos da Praça de Pelotas pela fotografia em paralelo ao processo de transformação de sua estrutura física. As fotos que problematizamos abaixo servem como eixo norteador do problema levantado no começo desse capítulo, que trata basicamente de pensar como estes ares de mudanças significaram, de algum modo, uma maneira particular de usar a praça para a fotografia, bem como usar a fotografia para a praça.

Principalmente, este uso “[...] enquanto registro expressivo de um cenário urbano, arquitetônico e social em processo de mutação, se vê utilizada pelos meios de comunicação impressa na época, e em que medida se refletirão nessas imagens os anseios de modernidade daquela elite.” (KOSSOY, 1993, p. 18).

Fotografia 1 – Praça de Pelotas



Fonte: Arquivo particular (Miguel Ângelo – Nirez).

Passamos a ler a produção visual do fotógrafo a partir de uma escolha particular, mas muito significativa. Chamou-nos a atenção os seguintes temas: a posição do fotógrafo, um contraste entre temporalidades, a materialidade construída da cidade de Fortaleza, a disposição espacial da Praça (arborização, casas no entorno, campo de futebol, coreto, pequeno lago) estes itens serão analisados em particular a partir de outras fotografias.

A opção por registrar a imagem com a câmera alta nos suscita algumas considerações iniciais: o distanciamento de quem observa a imagem é notável, o objetivo é promover muito mais uma tentativa de fazer uma contemplação da paisagem urbana que inserir o indivíduo no espaço da Praça.

A tomada alta só foi permitida pela construção dos reservatórios em 1926, a posição do fotógrafo deixa perceber que os próprios reservatórios passaram a ser usados com outra finalidade, ganhando, ao menos por um instante, um novo sentido de uso.

Há um exemplo pequeno, mas muito significativo para o estudo da cidade nesse período. Se o leitor atentar para o centro da imagem poderá facilmente visualizar uma ‘avenida’ (denominação da rua que cortava as praças diagonalmente e era muito comum no início do século XX) que a tonalidade mais escura permite observar o caminho mais utilizado pelos carros devido às marcas de borracha dos pneus que a percorriam. Nesta transversal da Praça há dois elementos que, talvez, por opção do fotógrafo, ou mesmo sua desatenção, ficaram reunidos no mesmo enquadramento. Acima, no canto direito um carro corta no sentido Norte/Sul, abaixo, na mesma diagonal, porém na posição central da foto há um indivíduo a cavalo atravessando o mesmo caminho. A fotografia capta um momento exato e nada mais revela. Entretanto, inquietações fervem em nosso imaginário sobre essa dinâmica, que, mesmo sendo estática em sua materialidade, revela-nos dois tempos de fluxos, captado em um fixo. O carro e o cavalo, dois meios de deslocamento comuns às ruas do começo do século XX em muitas cidades brasileiras. O cavalo e outros animais não foram imediatamente substituídos pelo veículo a motor, que não era nada acessível, mas conviveram por algum tempo em disputa por espaço nesse novo modelo de transitar. São maneiras distintas de usar o mesmo espaço. Não se sabe quanto tempo depois o carro ultrapassou o homem a cavalo, (se tiver ultrapassado!), acrescente-se ainda o ônibus, que transitava no momento da foto, na Rua Clarindo de Queiróz, e o bonde (à esquerda da foto) que atravessa a Rua General Sampaio, que, provavelmente, cumpria o trajeto Praça do Ferreira – Benfica, que, segundo o *Guia da Cidade de Fortaleza*, cumpria a seguinte rota: “(Ida) Rua Guilherme Rocha, Rua General Sampaio, Praça da Bandeira, Av. Visconde do Cauípe. (trajeto inverso na volta)”¹¹⁷, elementos bastante significativos, as velocidades empreendidas por carros, bondes, ônibus e

¹¹⁷ Outra linha passava bem próxima as regiões da Praça da Bandeira naqueles anos. Segundo a mesma publicação a linha Praça do Ferreira – Alagadiço tinha a seguinte rota: Ida: Rua Major Facundo, Rua Gal. Clarindo de Queiroz, Praça Paula Pessoa, Otávio Bonfim, Av. Bezerra de Menezes. Volta: a mesma via até a Rua Gal. Clarindo de Queiroz, Praça do Carmo, Av. Duque de Caxias e Praça do Ferreira. Outra linha exemplifica como a passagem era importante para a entrada e saída da cidade. Linha Praça do Ferreira – Prado: (Ida) a mesma via da linha do Benfica até a Av. 13 de Maio. Volta: a mesma via até a Praça da Bandeira, Rua Gal. Clarindo de Queiroz e segue a volta do Alagadiço. (FORTALEZA, 1939, p. 319 -320).

cavalos faziam referência aos novos fluxos das cidades, que se abriam para as novas experiências da modernidade.

Além disso, como nos diz Possamai (2007, p. 88), “O contraste entre dois tempos dá a ver a transformação operada no espaço urbano, valoriza a imagem da cidade moderna e cria uma determinada memória da cidade colonial.”

A materialidade construída da cidade de Fortaleza, também salta aos nossos olhos, quando atentamos para esta fotografia. No final da segunda década do século XX, a cidade estava repleta de construções, residências de uso misto ou alugadas, comércios, conforme visto nas décadas urbanas. Destacam-se, na fotografia, as casas residenciais e comerciais que circundavam a Praça; pequenas, baixas, de uma porta e uma janela, contrastando com as caixas d’água imponentes. Essas casas levam traços materiais, como platibandas em suas fachadas, predominam as casas térreas e no mesmo enquadramento deixam à mostra a dinâmica e o movimento das vias urbanas. No lado esquerdo da fotografia, é possível identificar o muro e parte da casa do Barão de Camocim, repleta de árvores, assim como era a Praça. O conjunto fotografado promove uma visão geral, horizontal do espaço em questão, dispõe sobre elementos que mesmo sendo simultâneos, são contrários a sua natureza e, ainda assim, complementam-se na dinâmica da cidade.

Fotografia 2 – Praça de Pelotas



Fonte: Coleção particular (Miguel Ângelo – Nirez).

Diferentemente da fotografia que avistamos a cidade de Fortaleza e a Praça de Pelotas / Bandeira do alto, somos agora imersos no espaço territorial. É a visão do pedestre que transita, atravessa, elabora o espaço. A visão particular do autor da imagem, permite-nos ‘descer’ da fotografia 1 e ver a praça na perspectiva de quem senta em um dos seus bancos e como um *flâneur*, que perambula seu olhar pelos mais recônditos detalhes da cidade, como nos diz Benjamin (1989, p. 122.). Necessitamos vaguear nosso olhar na tentativa de criar significados para a imagem aqui disposta. A intenção do fotógrafo parece-nos estratégica, ao posicionar a câmera quase ao chão, tornar ainda mais evidente o destaque que os reservatórios têm na Praça de Pelotas.

Um menino, usando calção ou bermuda, no centro-direita da imagem, sentado no banco observa o trabalho de registro desempenhado bem a sua frente, olhando diretamente para foto e, dessa forma, não parece se incomodar. É possível identificar, (embaçado devido a movimentação do mesmo), um veículo que corta a praça em sentido diagonal. Mais um carro é captado pela fotografia, um índice desse novo fluxo da cidade. O espelho de água, bem próximo de onde a foto foi registrada denota uma tentativa de demonstração do interesse da administração pública pela limpeza, higienização, salubridade do espaço aberto, embelezamento e arborização, assim como os postes de iluminação, que possibilitam o transitar de veículos mesmo quando a iluminação natural já não estava disponível.

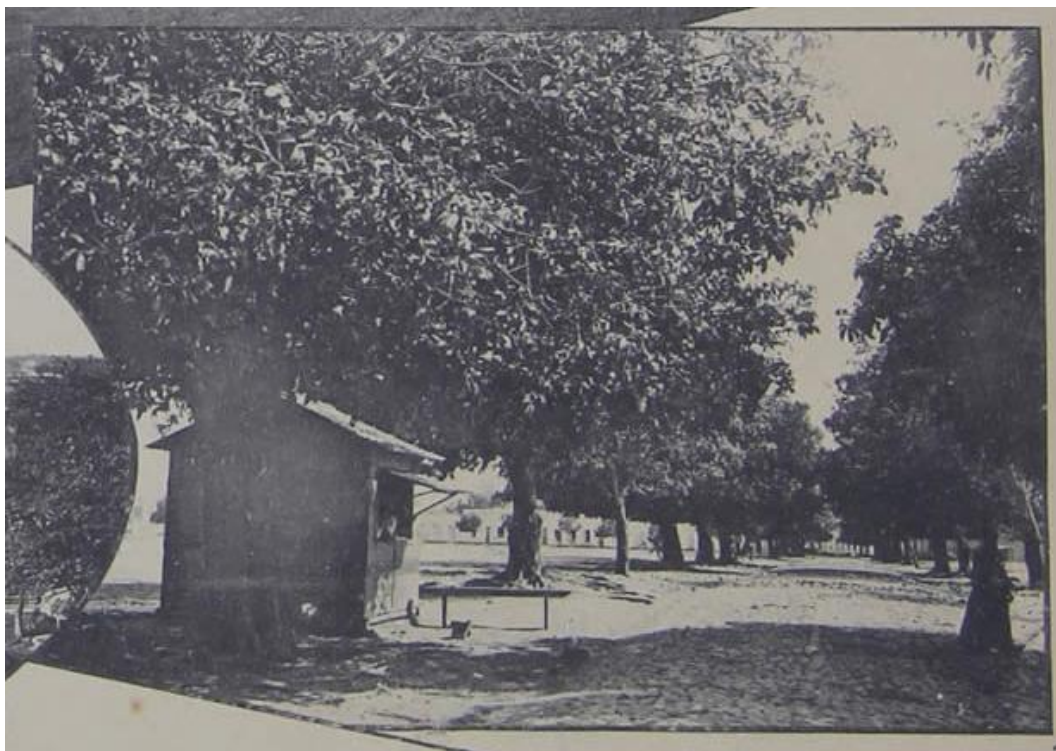
Fotografia 3 – Praça de Pelotas



Fonte: Ceará (1936).

Provavelmente, as fotografias 1 e 2 foram produzidas entre os anos de 1933 e 1938. A identificação temporal não é precisa, mas alguns elementos ajudam a delimitar este recorte temporal, inclusive outra imagem que dialoga diretamente com as duas anteriores. A fotografia 2.1, publicada no Relatório de Carneiro de Mendonça, aparece justamente acompanhada da informação que “[...] foi concluída em 1933, o ajardinamento da Praça de Pelotas, que constitui um aprazível recanto da cidade.” (CEARÁ, 1934, p. 284). O ajardinamento da Praça e a arborização são elementos identificados da reforma de jardins e logradouros da cidade, informados no ano de 1933, através do Relatório do Interventor Federal Carneiro de Mendonça.¹¹⁸ A ausência do prédio da Faculdade de Direito, inaugurado somente no ano de 1938, ajuda a delimitar os prováveis anos em que a foto fora produzida. Promove-se, assim, uma necessária questão resultante do contexto sociopolítico dos anos 30 no Brasil. Se a produção de imagens relaciona à cidade e ao seu urbano são reflexos do panorama socioeconômico do período e uma consequência direta da busca de uma identidade própria, necessária à administração municipal, ou mesmo aos membros de uma elite dirigente no período. (CAVENAGHI, 2003, p. 166).

Fotografia 4 – Praça de Pelotas



Fonte: Ceará (1908).

¹¹⁸ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça. Correspondente ao período de 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934. (CEARÁ, 1934, p. 284).

A fotografia 4, publicada em 1908, no *Álbum de Vista do Ceará*, impresso em Nancy, França, material que servia como um guia de ruas, praças e monumentos da cidade de Fortaleza, principalmente, mas também com imagens do interior do Estado. As diversas fotografias agrupadas ao longo de suas lâminas revelam uma Fortaleza e um Ceará de intensos contrastes, sejam eles sociais ou espaciais. O Passeio Público, espaço muito mais valorizado pelos cidadãos fortalezenses naquele início de século, é apresentado como um dos principais espaços de sociabilidade. Os sujeitos que aparecem ali são bem distintos dos trabalhadores que, por exemplo, apareceram construindo as linhas do trilho para a estação de trem de Baturité ou mesmo o sujeito da bodega da foto acima, que não permite reconhecer sua identidade. Os *Álbuns de Vistas* permitem

Uma aproximação aos modos pelos quais os processos históricos estão sendo vistos e vivenciados na dimensão cotidiana da cidade no início do século XX. Nesse aspecto, a publicação é particularmente especial por explicar as estratégias que os agentes sociais promotores e produtores desta cidade adotaram para equacionar as rupturas representadas pelas mudanças na morfologia, infraestrutura e desenhos urbanos; pelo crescimento populacional, pela presença estrangeira trazida pela imigração, pelo afluxo e circulação de mercadorias, com as continuidades expressas na sociabilidade e no modo de gerenciar a vida econômica, que mantém um caráter ainda marcadamente patriarcal. (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 423).

A fotografia acima aparece no álbum na lâmina 8, do total de 16 lâminas de fotos. Está agrupada com um total de 10 imagens, não reproduzimos na íntegra a lâmina do álbum, mas pode-se observar que outras imagens se sobrepõem na lateral da foto, principalmente à esquerda da imagem. Neste agrupamento de 10 fotos aparecem outras praças da cidade, dando a entender uma narrativa proposital do editor do álbum sobre as praças que poderiam ser vistas estando na capital do Estado.¹¹⁹

Ao analisarmos uma fotografia, seja em *Álbum de Vista* ou em um jornal impresso, no catálogo comemorativo ou até mesmo resguardado em acervo pessoal, como acontece com várias das imagens aqui utilizadas, é preciso levar em conta o que salienta Kossoy:

Será no oculto da imagem fotográfica, nos atos e circunstâncias à sua volta, na própria forma como foi empregada que, talvez, poderemos encontrar a senha para decifrarmos seu significado. “Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível”. (KOSSOY, 1999, p. 135).

Vale a pena levar em conta uma passagem digna de nota sobre a utilização destes álbuns de vistas, difundidos largamente no começo do século passado; é válida a explicação

¹¹⁹ As outras praças são Praça do Ferreira (2 fotos) e Rua Major Facundo, Praça do Martyres (2 fotos), Praça José de Alencar, Praça do Patrocínio, Praça do Palácio, Praça dos Voluntários e Praça da Sé.

de Possamai para compreender as sequências de escolhas que se elaboram pelo editor para o leitor visual ter não apenas uma coleção de imagens, mas um guia da cidade.

O álbum é, sem dúvida, a feição mais remota que adquiriu a coleção de imagens fotográficas. Nele, como em qualquer coleção, é estabelecida uma escolha arbitrada pelo colecionador. Assim, o álbum fotográfico configura uma seleção de determinadas imagens, entre tantas outras vistas por aquele que o elaborou, e, dessa forma, implica sempre determinado olhar. Esse viés não é ingênuo, pois segue critérios, ideias ou intenções, pautadas, por sua vez, pelo imaginário social da época em que foi produzido. (POSSAMAI, 2007, p. 57).

O que a historiadora Zita Possamai nos aponta é que, neste caso, a produção do álbum e a ordenação das fotos não se fazem única e exclusivamente pelo indivíduo do ato fotográfico; pelo contrário, assim como a própria imagem é uma elaboração do autor e da sua visão de mundo, a eleição de determinadas imagens também lança mão de determinados sentidos particulares. Neste sentido também é necessário assinalar que tanto o álbum como suas imagens apresentam a construção e a disseminação de um imaginário determinado por diversas escolhas, que lança mão da visualidade, neste caso, do elemento fotográfico para a construção de um imaginário social.

O que esta foto pode nos ajudar a compreender dos usos da Praça de Pelotas? Uma primeira possibilidade de reflexão é quanto aos sentidos que este espaço tinha para a cidade na primeira década do século XX para figurar entre as praças da capital no Álbum de Vista. Segundo, a série de fotos das praças no mesmo álbum mostra uma materialidade construída que ainda não se mostra efetivamente na Praça de Pelotas naquele momento. Para o fotógrafo, o que lhe chamou a atenção fora o caminho de calçamento sombreado pelas folhas das inúmeras árvores do local, valorizando mais os traços da paisagem natural que aspectos modificados pelo homem. Embora menos rica de elementos visuais, vale considerar certos traços que poderiam ser agradáveis ao olhar daquela época: a generosidade das sombras; a visão das árvores em perspectiva, formando uma fileira que sugere certa ordem do espaço; a presença (já mencionada) do calçamento na via que se desenha ladeada pelas árvores. Uma exceção disso eram as pequenas vendas (bodegas ou tavernas) que havia em números consideráveis no local, conforme discutimos no capítulo 1, que sintetiza todo o possível modo de usar o espaço daquele local. A Praça de Pelotas aqui ainda guarda sinais de um uso tranquilo, sonolento, como nas palavras de Alba Valdez (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1928, p. 216), muito próximo das regiões suburbanas, quase fora da agitação da cidade. Além disso, vale levar em considerações as limitações técnicas, Mirian Moreira Leite observa:

A ausência de flash aproximadamente no ano de 1917, em São Paulo, fez com que as fotos anteriores precisassem ser sempre externas, ou contassem com um estúdio

com uma claraboia, capaz de iluminar com a luz solar, através do vidro, o interior para as tomadas internas. No caso das fotografias externas, o tempo bom (a luminosidade ideal) era uma exigência fundamental e limitadora para as tomadas, e as cenas noturnas eram quase sempre impossíveis. (LEITE, 2001, p. 39-40).

Fotografias 5 – Cruzamento das ruas General Sampaio e Meton de Alencar



Fonte: Coleção particular Miguel Ângelo (Nirez).

Fotografia 6 – Cruzamento das ruas General Sampaio e Meton de Alencar



Fonte: Coleção particular Miguel Ângelo (Nirez).

As fotografias 5 e 6, por opção metodológica, estão inseridas na mesma sequência, por entendermos que compõem uma captura não apenas do espaço físico da cidade, mas por captar seus tempos através do trânsito. Se em 1908, a imagem da Praça de Pelotas para o Álbum de Vistas é uma região ainda de pouca movimentação e aparente tranquilidade, as fotografias 4 e 5, anos depois, já tomam elementos da transformação das ruas da cidade de Fortaleza nos anos 20 e 30.

A introdução do carro na paisagem urbana modificou substancialmente a forma de relações no fluxo no espaço da cidade. Lembremo-nos de Gustavo Barroso, que no capítulo 1 foi mencionado por narrar em suas memórias à chegada do primeiro carro nas ruas da cidade e o conseqüente alvoroço que se deu, não obstante, anos depois o fotógrafo se preocupou em capturar não apenas um, mas a movimentação de vários veículos. A confluência de diversos vetores, diferentes velocidades e acelerações. O trânsito no entorno da Praça, neste momento, reunia carros, ônibus, bicicletas e pedestres.

Essa dinâmica de variadas velocidades repetia uma série de acidentes comuns nos diversos cruzamentos da cidade. Segundo a estatística do ano de 1939, da Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará sobre os veículos e os acidentes, naquele mesmo ano na “Linha Benfica – entre a Praça da Bandeira e o ponto terminal” foram registrados 9 atropelamentos e 4 abalroamentos. Especificamente, na Praça da Bandeira, os números são 3 atropelamentos e 6 abalroamentos.¹²⁰

As fotos captadas na direção Sul/Norte da cidade, com as lentes apontadas para quem vai entrar no centro da capital e de costas para o bairro Benfica, foram tiradas em dois momentos possivelmente contíguos. Na fotografia 5, é possível deduzir um primeiro momento da captura, quando o veículo se aproxima da câmera, de frente, sem obstáculos. O carro é, sem dúvida, o elemento central da fotografia. Diferente ocorre com a fotografia 6, pois há uma nova dinâmica dessas posições, não apenas a aproximação do veículo é detalhada, mas, principalmente, os novos elementos que passam a compor a imagem, que provavelmente data dos anos 40, dedução esta apontada pelas características do modelo do carro.

A dinâmica das duas fotos é apresentada em comparação ao tentar enxergar as imagens numa micro série (que foi, a nosso ver, a provável intenção do fotógrafo), as fotos,

¹²⁰ Se somados estes números (12 atropelamentos e 10 abalroamentos no total) e comparados com as áreas de maior ocorrência em Fortaleza, por exemplo, a Rua Guilherme Rocha (14 atropelamentos e 19 abalroamentos) e a Rua General Sampaio (4 atropelamentos e 14 abalroamentos) em toda a sua extensão, desde a Praça da Estação até a altura da Praça da Bandeira, verifica-se que o trânsito no entorno da área era bastante intenso, principalmente em concorrência de acidentes. Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará, 1939, 42-43.

possivelmente, estão separadas por minutos, esse tempo já permite que uma nova imagem seja composta com elementos que não seriam acessíveis na primeira. Exemplo disso: um ônibus cruza a Rua General Sampaio, provavelmente a caminho da Rua Meton de Alencar (que cortava a Praça de Pelotas até o outro lado na Rua Senador Pompeu). Sobre a questão dos estímulos visuais, é interessante a passagem do texto Lima e Carvalho (2009) sobre a visão:

A quantidade de estímulos e o caráter fragmentário da experiência visual a que o homem moderno se vê submetido motivaram, segundo Crary, proposições que estariam na base do treinamento da atenção. Tratava-se, naquele momento, de encaminhar o problema da visão numa direção oposta àquela do modelo panóptico tratado por Foucault. Não mais a visão abrangente e contínua, mas aquela capaz de focar para apreender visualmente e, ao mesmo tempo, ser capaz de mudar este foco no ritmo exigido pela experiência fragmentária da vida urbana moderna. O transeunte ou o leitor ou o espectador tornam-se observadores. Devem escrutinar e mensurar o que veem, pois sua visão serve para aprender com o que é visto. (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 413).

Na fotografia 5, ainda é possível identificar um transeunte de bicicleta, utilizando o espaço paralelo aos outros carros (lado direito) e alguns populares à sombra das árvores da casa do Barão (lado esquerdo); já na fotografia 6, dois pedestres aparecem atravessando o cruzamento bem no instante da captura. Um instante entre um intervalo e outro, e tudo foi modificado. Como, no intervalo entre duas fotos, o cruzamento de ruas da cidade passou a mudar a posição dos seus elementos numa dinâmica ainda não experimentada? Teria sido este o objetivo, ao captar as fotos em sequência?

A captura do automóvel é símbolo incontestado da modernidade, não representa apenas uma nova tecnologia que transporta o homem através do espaço, mas a dimensão do tempo é reconsiderada, pela velocidade empreendida, baluarte daqueles anos feéricos. Sobre isso, mais uma vez, Possamai promove apreciável reflexão:

Na cidade moderna, ao contrário, multiplicaram-se as confluências e intersecções de vias de circulação no traçado urbano, assim como aumentaram os fluxos de veículos e pessoas. Captar essa dinâmica dos deslocamentos, representando a mobilidade urbana na imagem, foi uma das tarefas da fotografia. Esse objetivo foi alcançado pela incorporação de elementos em movimento no espaço urbano, como transeuntes e veículos, assim como pelo deslocamento do ponto de observação em relação ao objeto a ser fotografado. (POSSAMAI, 2007, p. 71-72).

Ao comparar uma imagem a outra, imputamos a evidência de coadunar signos e criar, de maneira efetiva, uma interpretação dos modos de usos da cidade e, principalmente, da Praça de Pelotas; o contraste entre as fotografias 4, 5 e 6 é a mudança contundente dos novos atributos daquele espaço da cidade que deixa de ter sua paisagem bucólica, quase inalterada e tranquila e, em duas ou três décadas, ao menos por um instante, movimenta-se na dinâmica de uma cidade que aspira ser moderna.

Fotografia 7 – Prédio da Faculdade de Direito (Praça de Pelotas)



Fonte: Coleção particular (Miguel Ângelo – Nirez).

A Faculdade de Direito do Ceará, com seu prédio próprio, a partir de 1938, colocava-se no rol das instituições de ensino consolidadas e já requeria sua tradição jurídica no Ceará. Sua construção ali, em um dos lados da Praça de Pelotas, modificava consideravelmente a visão simbólica da praça (assim como o seu tamanho físico). Conforme o mapa utilizado no capítulo 01, é possível perceber que a praça perdeu um quarteirão após as construções das caixas d'água e do prédio da Faculdade. Essa perda significativa de espaço é um dos elementos dos novos usos que antigos espaços da cidade.

O novo prédio, construído às bordas da Praça, doava novos usos ao espaço, não apenas do ensino, mas às redondezas de seu estabelecimento. Assim, a referência a Praça da Faculdade de Direito se consolidou na memória dos fortalezenses, como também a nomeação oficial da Praça (Clóvis Beviláqua), que invoca uma expansão para além dos muros da academia jurídica. O ato fotográfico é dispositivo dessa consolidação, ao criar determinado mecanismo de referências somado a outros modos de apropriação do espaço. O ato de captar o prédio de uma visão de quem está dentro da praça é significativo para compor a influência daquela instituição no espaço do logradouro. Fotografou-se, na imagem 7, o prédio, mas a visão não foi de um ponto qualquer, foi justamente do novo espaço da cidade que passara por grandes modificações. É possível identificar que, apesar de ter perdido boa parte de seu espaço físico, à época, já Praça da Bandeira, denominação oficial a partir de 1938 (ver tópico 2.1), ainda mantinha o pequeno coreto e uma ampla arborização do seu espaço, um sujeito

sentado em um dos bancos parece pacientemente atravessar seu próprio momento de fruição e não se importar com o registro fotográfico.

Nelson Schapochnik, suscita ainda a pensar sobre o consumo dessas imagens como os novos espaços da cidade que se transformava, mencionando o Rio de Janeiro, no começo do século passado. O autor sugere que:

Uma outra série de postais se integrava num tempo que poderia ser denominado de futuro presente, isto é, configuravam-se em imagens que deveriam ser consumidas como o novo cenário da cidade remodelada. [...] Fruto das intervenções e matéria para a fruição dos viajantes, esses cartões remetiam para os grandes edifícios públicos construídos. (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 443).

Os prédios altos (com maiores números de pavimentos), como o da Faculdade de Direito, também eram exceção. Em um contexto urbano marcado por construções baixas (ver fotografia 1), torna-se ainda mais significativo a existência deste de frente para a Praça de Pelotas. Perceba que o fotógrafo teve a preocupação de captar, na posição diagonal e na vertical (da mesma forma que a fotografia 2 e é de dentro da praça que parte), assim, a dimensão da fachada da frente do prédio foi toda incorporada à foto juntamente com os detalhes do espaço do logradouro. Novamente um carro aparece na fotografia, estacionado estrategicamente em frente à faculdade.

Ao isolar o restante de seu entorno da fotografia, a imagem parece que confere o mesmo significado ao restante da cidade, apesar de não ser este o desenho estrutural das edificações lindeiras à praça. O ato de isolar o edifício do seu contexto tenta conferir novo aspecto à cidade e, principalmente, à praça. Reparemos que o destaque, ou isolamento, conferido ao edifício da faculdade tornou-se possível ao preço de não abarcar a inteireza de sua fachada frontal: a copa da árvore no canto superior esquerdo da foto serviu de anteparo à visão de uma das caixas d'água, a qual, de outro modo, sobrepujaria em altura o porte do edifício que se quis valorizar. Por esse mesmo artifício, o caramanchão da praça figura no primeiro plano. Essa percepção é possível em outras fotografias que ampliam os espaços construídos nas redondezas das praças. Vale menção ao trabalho de Míriam Moreira Leite sobre essa leitura do espaço na fotografia.

Chegou-se a conclusão de que a noção de espaço é a que domina as imagens fotográficas explícitas. Não apenas as duas dimensões em que a imagem representa as três dimensões do que comunica. Mas toda captação da mensagem manifesta se dá através de arranjos espaciais. A fotografia é uma redução, um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante. (LEITE, 1993, p. 19).

Fotografia 8 – Inauguração do Obelisco da Vitória



Fonte: Arquivo pessoal de Thomaz Pompeu Gomes de Matos.

Esta imagem sintetiza o momento de inauguração do Obelisco da Vitória (tópico 2.2) e relaciona-se diretamente às ações da Faculdade de Direito no espaço da Praça da Bandeira muito além do espaço físico ocupado por esta, mas os usos simbólicos começam a ser demarcados. Grupos escolares, militares, representantes da política local e principalmente populares se aglomeram na Praça, em novembro de 1943. Naquele ano se aproximava o fim da guerra, era esperada uma vitória dos Aliados e, no Brasil, as representações da vitória contra a força do Eixo começam a preencher os espaços urbanos.

A ordem do Estado Novo, ainda vigente naquele momento, mas não por muito tempo, é uma extensão dos ideais das paradas militares que ali ocorriam com frequência nos antigos anos da Primeira República. Por diversas vezes, a Praça de Pelotas (e depois da Bandeira) foi ponto de saída das marchas comemorativas ao 7 de Setembro ou ao 15 de

Novembro, em 1942 foi o local de saída para a Passeata da Vitória, que se dirigiu à Praça do Ferreira.¹²¹ Porém, o local não era simplesmente o ponto de saída, era o destino dos jovens acadêmicos da mocidade jurídica do Ceará, como bem afirmou, no discurso proferido no ato de inauguração, um dos estudantes daquela Faculdade.

No palanque, à sombra das árvores, professores e líderes do Centro Acadêmico se revezavam em discursos seguidos de aplausos, conforme narrativa já apresentada sobre tal ato. De pé, ao lado e por trás do obelisco, grupos escolares participavam da homenagem. O fotógrafo da ocasião enquadrava toda a extensão da principal causa da reunião junto aos estudantes convidados e populares. O símbolo dos estudantes do Direito, agora para além das paredes de sua Faculdade – o Obelisco – como ponto norteador, assinalava novos tempos de usos da antiga Praça de Pelotas. Os meninos de pé, próximos ao obelisco, entre os degraus, parecem defender e assegurar que nada deveria tirar dali aquele marco. Pequenas reproduções, fixadas ao pé do obelisco edificado, com diferentes tamanhos chamam a atenção do que poderia estar representando cada combate feito na guerra.

A historiadora Vania Cristina Silva destacou a importância dessas atividades, que envolviam alunos para além dos muros escolares e os colocavam nas ruas e nas praças como simbolismo de uma integridade entre todos os grupos da nação.

Para os jovens e crianças que ali participavam, enquanto personagens principais não bastavam marchar, eram também orientados e ensaiados para executar saudações e posturas, “havia um detalhamento sobre cada tipo de saudação, sobre cada posição exata das mãos, dos braços, dos dedos, do corpo em cada uma delas e ainda a significação patriótica de cada gesto”[...] Ao trabalhar com a voz e os gestos sincronizados do conjunto de milhares de crianças, o Estado buscava imprimir ainda seus signos, suas formas, seus anseios. Assim buscava inculcar o gosto pelos ideais que ele mesmo perseguia, atuando no imaginário do povo, garantindo assim a permanência dos seus objetivos enquanto poder de Estado. Multidões infantis louvavam a Pátria com sua voz e seu corpo. Cada ação dos alunos na massa do coral recebia uma grande relevância na organização da sua totalidade, imersa num simbolismo que busca o louvor da Pátria em cada detalhe de seus gestos. A música e os gestos sincronizados atuaram em favor da política do Estado Novo, em busca da unificação dos sentimentos pátrios. (SILVA, 2011, p. 117).

É preciso ter em mente que a captura dessa imagem não é simplesmente a fixação de uma inauguração no espaço público, é sim um momento político e de reafirmação de poder, estes momentos cívicos “[...] trazem em si a intenção de educar o imaginário popular e, através de seus conteúdos, atingem o sentimento da sociedade que normalmente se faz

¹²¹ Sobre isso, Carlos Renato Freire elaborou interessante trabalho de entrevista com vários organizadores destes movimentos como Thomas Pompeu Gomes de Matos, estudante da Faculdade de Direito, organizador do concurso do Obelisco, participante e fotógrafo da Passeata da Vitória. Ver a dissertação de mestrado do autor intitulada O quebra-quebra de 1942: um dia para lembrar. (FREIRE, 2012, p. 71-100).

presente, a presença da população é considerada condição imprescindível para o sucesso das festas.” (SILVA, 2011, p. 111).

Fotografia 9 – Inauguração das caixas d’água



Fonte: Acervo particular (Miguel Ângelo – Nirez).

Um dos ‘personagens’ mais evidentes do conto de Edgar Allan Poe é a presença da multidão nas cidades. Reunir um aglomerado de pessoas e captar esse momento é uma tomada simbólica da utilização dos espaços públicos da cidade pelos homens irreconhecíveis, sem identidades, sem rostos definidos, típicos da modernidade. Maria Stella Martins Bresciani sobre isso comenta, “[...]o homem perdido no anonimato da multidão, se dilui nessa massa informe dos habitantes das grandes cidades, se assemelha a todos, quando o que mais deseja é expressar sua diferença.” (BRESCIANI, 1982, p. 27).

Não é um grupo esparsa de pessoas frequentando a Praça de Pelotas, mas dezenas de espectadores transitando em um dia de inauguração de um novo equipamento urbano. O que torna esta Praça única não são os seus sujeitos, mas as ações que só podiam acontecer ali. Assim, em termo de fotografia, a imagem denota a atividade de uma grande cidade, já constatada por outras lentes, numa cultura semelhante de fotografias urbanas. A Praça consolida a função explícita de receber grandes populações, já recebia antes com as paradas militares e desfiles escolares que por ali passavam rumo à Praça do Ferreira. Fotografando a

multidão, o autor da imagem ainda fortalece os significados do alto dinamismo urbano, dos riscos de se perder na multidão, do nível de interação corpo a corpo nesse ambiente.

Fotografia 10 – Praça de Pelotas/ Rua Senador Pompeu



Fonte: Acervo particular (Miguel Ângelo – Nirez).

Novamente, ensejamos uma leitura entre duas imagens – a fotografia 10 e a 11 (próxima) captam diretamente objetos iguais sob ângulos e tempos distintos. Primeiro, é necessária rápida análise sobre o aparecimento deste grupo de fotografias, ao qual denominamos de vistas da paisagem. Ver a cidade por completo fazia parte de uma das principais questões da recém-criada ciência urbanística. O urbanista planejava, ordenava, mas esbarrava na limitação de enxergar seu objeto como um todo, em uma só vista. É muito por isso que logo que o avião é consolidado como meio de deslocamento, este será usado para produzir fotografias aéreas, mais uma das inovações a fim de esquadrihar a cidade. Enxergava-se antes disso a parte e a primeira possibilidade de visualizar como os sujeitos se movimentavam visto de cima, uma visão panóptica, se tornaria uma das vistas mais privilegiada dos fotógrafos. Mostrar o que mais ninguém podia ver, de um ângulo que poucos se atreviam a arriscar. É assim que essas duas produções permitem-nos discutir seus usos como ferramentas na construção dessa história da cidade. A fotografia 10 reúne o aspecto visual da Praça de Pelotas, com destaque para seu lado paralelo à Rua Senador Pompeu. Provavelmente, a foto foi captada durante a década de 30, quando ainda havia significativos elementos que depois se perderiam nas constantes reformas empreendidas. O campo de futebol, que servia como espaço de lazer de uma população, que, no tópico 1.3, dividiu espaço com outra atividade de divertimento, o caso dos circos que constantemente eram instalados ali, o coreto, palco de improvisação dos *tipos populares* são identificados nessa tomada.

Em composição a esta imagem, o fotógrafo captou a Rua Senador Pompeu que se alargava bem no espaço da Praça e depois tomava nova dimensão quando seguia em direção à praia. As residências, quase todas da mesma altura, com características próximas, distinguem dos novos aspectos que podiam ser vistos no logradouro. Vale a pena pensar nestas casas com seus múltiplos usos: moradias, oficinas, repartição pública, casa das sombrinhas e, quem sabe, bordel. Os aspectos abordados logo no início desse trabalho quanto à moradia, não permitiam o registro visual do que foi denominado palhoças (tópico 1.2), que, naquele momento, já eram encontradas em áreas mais distantes da cidade.

Do outro lado da Praça, um conjunto de casas ocupa o espaço da Rua Clarindo de Queiroz, uma rua de travessa, de sentido leste-oeste, objetos da análise do professor José Liberal de Castro:

As condições de ventilação e insolação, aplicadas à malha ortogonal da cidade, tinham conduzido à valorização social dos lotes situados no “lado da sombra” (face oeste) das ruas que corriam de norte a sul [como a Rua Senador Pompeu, destaque nosso], em detrimento das ‘travessas’, dispostas de leste a oeste. Esse sistema, gerando um lote padronizado ensejara a difusão da chama casa-corredor, cujo plano se repetia sem alterações em quaisquer lotes. Em consequência, nas casas de esquina, desenvolviam-se longos muros correspondentes aos quintais, muitas vezes transformados em edículas ocupadas por pequenas moradas, quartos alugados para atividades de artesanato ou por pequeno comércio. Por tal razão, morar em casa de travessa representava um demérito social. (CASTRO, 1987, p. 219 *apud* HOLANDA, 2007, p. 26).

Fotografia 11 – Rua Senador Pompeu. Vista do alto do Prédio da Faculdade de Direito



Fonte: Acervo Fortaleza em Fotos (RUA..., 2015).

A fotografia 11 permite-nos a comparação das modificações ocorridas principalmente nas frontarias das casas. Importante lembrar como os códigos de postura intervinham diretamente em como deveriam ser essas construções; a casa, tratada como um objeto material do cotidiano, que sofre alterações, bem como a Praça e a cidade. O sossego da foto é quebrado com a identificação do carro, que parece se dirigir à Rua Clarindo de Queiroz, contrastando com o momento de tranquilidade e quase nenhum movimento da rua.

A rua adquiriu, visualmente, novo significado, vindo a constituir outro espaço, o espaço do trânsito, da passagem, do perigo. Desse modo, “[...] é a rua que melhor caracteriza a experiência mundana da modernidade, por jogar no âmbito público a presença do indivíduo, tornando-o passível dos olhares que o rodeiam.” (POSSAMAI, 2007, p. 74)

O que nos chamou a atenção até aqui foi a ausência de sujeitos, indivíduos que compusessem, de fato, a imagem fotográfica da praça; quando apareceram, sempre foi em um grupo numeroso, como na inauguração do obelisco e das caixas d’água (fotografias 8 e 9, respectivamente). Nas imagens, pouco se dá a notar a presença de grupos populares em ações ‘desviantes’. Dessa forma, entram em discussão os interesses do que deve ser visível ou não.

Fotografia 12 – Tubos do Encanamento de água



Fonte: Acervo particular (Miguel Ângelo – Nirez).

Não é possível observar, nestas imagens, homens trabalhando na construção das caixas d’água, apesar de haver sido feito registro dos tubos de encanamento (fotografia 12) durante a execução das obras. Caso semelhante aconteceu com a construção do prédio da

Faculdade de Direito. Outra questão ainda pode ser levantada; teria a fotografia 12 um caráter denunciativo? O abandono do espaço público que era a praça entregue aos materiais se degradando na ação do tempo? A fotografia poderia ser para um flagrante de desperdício de recursos públicos, levando em conta a morosidade da construção da obra (tendo em vista as várias compras de novos materiais devido o desgaste dos mesmos ou sua não utilização). (Conferir tópico 2.3).

Há uma uniformidade de ações e rostos que chegaram ao presente através dessas fotografias, gestos quase que ritualizados, sem a captura de uma flagrante transgressão ao cotidiano, uma massa amorfa e sempre bem comportada, e uma ausência de interesse pelas fotografias de grupos populares. As ruas e a própria Praça foram registradas sempre com um número reduzido de pedestres, transeuntes quase nenhum. “As imagens fotográficas, assim, dão visibilidade a sujeitos e comportamentos socialmente desejados, retirando da cena urbana aqueles sujeitos e situações que se desejavam invisíveis.” (POSSAMAI, 2007, p. 73).

Quando apareceram as pessoas no espaço da Praça e foram captados pela fotografia, os autores da fotografia produziram um registro que a leitura mais inocente verá apenas a presença de uma ordem e, muitas das vezes, uma hierarquia de uso desse espaço público. Outros momentos de ocupação de pessoas no entorno da Praça, dignos de ser captados pela lente do fotógrafo, foram os desfiles militares que aconteciam naquela região em datas cívicas, principalmente, 7 de Setembro e 15 de Novembro. Havia, na cidade toda, um grande burburinho causados por estes momentos: o comércio, as escolas, os militares estavam integrados nestes momentos de civismo. Mas por qual motivo as fotografias não engendram rostos comuns? É preciso levantar a questão já clássica de Bertolt Brecht – Perguntas de um trabalhador que lê. Quem construiu o prédio da Faculdade de Direito? Quem usava a praça e que não foi fotografado?

Fotografia 13 – Parada Militar em frente à Casa do Barão de Camocim



Fonte: Acervo Particular (Família Maia).

A fotografia acima é um bom registro desse momento de ocupação do espaço público no entorno da Praça, que reúne grupos da sociedade numa amostra de poder e política; caracterizado pela roupa, porte, posição (seja na rua ou na sacada da casa) a que grupo pertencia cada indivíduo presente na foto.

Para entender os motivos da fotografia, é preciso termos em mente que um desfile pela cidade nunca é só um ritual de passagem, é uma demonstração de valores. A casa do Barão de Camocim, palacete construído a partir de 1879, em estilo renascentista, apesar das alterações físicas sofridas ao longo do tempo, serviu como paisagem construída para reunir pessoas anônimas, civis e militares disposto lado a lado nas comemorações. Defronte a uma das casas da fidalguia da cidade a foto se tornou ainda mais imponente. Não acreditamos em uma inocência no ato de fotografar, mas escolhas muito bem orientadas pelo que se deve guardar; a prioridade do enquadramento foi conferida a casa, pois o ajuntamento de pessoas extrapola o recorte efetuado pelo fotógrafo. O lugar onde se encontra guardada a fotografia também permite enxergar certos contornos da memória dessa fonte. Diferentemente da maior parte das fotos, esta pertence ao acervo particular da família do Barão de Camocim, foi impressa e publicada no panfleto elaborado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2011, quando aconteceu a aquisição da casa do barão pelo governo municipal e que, a partir de

então, esforço estão sendo empreendidos a fim de reconstruir a memória da casa e da família na cidade.

Fotografia 14 – Pose feminina na Praça de Pelotas



Fonte: Acervo particular (Miguel Ângelo – Nirez).

Sobre as fotos de pose femininas, entre as poucas fotos de particulares, apenas duas fotos apresentam como foco principal a figura humana feminina. Escolhemos este registro por ser uma síntese das ideias expostas acima. Nele apenas uma mulher (senhorita, talvez) posa para as lentes da câmera em meio à Praça vazia e sossegada. A ausência de movimento concorda com as palavras de Alba Valdez, no Almanaque do Ceará em 1928, “[...] a praça era tão sossegada que às vezes parecia triste.” (ALMANAQUE DO CEARÁ, 1928, p. 216). Mas também é discordante, pois o crescimento da cidade, as moradias, o bonde, os circos que quebravam a rotina do cotidiano, o futebol jogado na Praça minimamente utilizavam aquele espaço de forma ativa. A foto, diferente do que se possa imaginar como uma tomada do real, pode ser também uma representação do ideal.

Eduardo Campos, narrou os diversos comandos e habilidades do fotógrafo para com o fotografado diante do momento de realizar o retrato posado.

A um olhar e ver o retrato de minha mãe, que acabo de rever, remete-me à arte fotográfica dos anos trinta, quando perseverava, inteligente e caprichoso, o fotógrafo J. Ribeiro. Em moda o retrato posado sob indicação cansativas: “Olhe pra mim” –

“Não se mova, agora” – “É só um instante” – “Assim vai bem, não se mexa”. E entre uma frase ou outra de comando, a habilidade do artista. (CAMPOS, 1996, p. 68).

Ao folhear revistas, jornais e o próprio Álbum de Vistas, encontramos muitas senhoras e moças descontraídas no Passeio Público, porém, em Pelotas, houve uma ausência de nossos achados a respeito de fotos com sujeitos identificados. Como já dissemos, este silêncio clama mais alto que muitas vozes. A ausência não se faz à toa, acreditamos que a própria noção de fotografia do espaço urbano, em local aberto como a Praça invertia a ordem de prioridade do fotografável. Para Walter Benjamin, comentando sobre a ausência de pessoas nas fotografias de Paris em 1900, a comparação se dá com uma cena de crime: “[...] o local de um crime também é deserto. Seu registro se realiza graças aos indícios.” (BENJAMIN, 2013, p. 291).

Por fim, ao narrar uma história dos usos da Praça de Pelotas, por meio da fotografia, consideramos que se repetiam neste espaço da cidade, as leituras sociais que identificamos em outros trabalhos: a valorização de determinados elementos, neste caso, fica evidenciada uma propensão ao registro do material construído em detrimento dos gestos e usos da população. Uma Fortaleza de contraste na letra e na imagem, e imagens de uma cidade que queria ser diferente, mas que se assemelhava com muitas outras. A construção imagética de uma cidade, de uma praça, do urbano condiciona-se:

Às tentativas de esquecimento do passado, para assimilação de novos e constantes contextos relacionados ao seu suposto desenvolvimento e progresso. Essa exaltação contínua do progresso mostra uma necessidade de afirmação do presente como único elemento passível de permanência e recordação. Tal fato recria a memória de maneira a negar-se todo o passado não condizente com a proposta desenvolvida para o momento. (CAVENAGHI, 2003, p. 167).

A cidade é um espaço de fluxos contínuos em suporte material fixo que é moldado a cada novo fluxo. Observamos a partir de um suporte técnico que é a fotografia, como se é possível enxergar a cidade em suas ininterruptas mudanças. O suporte fixo da praça que é atravessada pelos fluxos políticos, sociais, cotidianos, artísticos, memoriais e tantos outros que atravessam o tempo puderam ser captados pelas lentes de fotógrafos, que utilizando os espaços da Praça permitiram engendrar uma leitura possível destas mudanças.

Atrevi-me a olhar a praça por meio da fotografia e a conciliar um uso do espaço, que as vezes, passa despercebido – o uso do olhar. Este uso que desperta tantas sensibilidades não poderia ser ‘perder de vista’ neste último capítulo. A Praça não consistiu somente no lugar, mas efetivamente nos diversos usos que foram atribuídos aquele espaço ao longo tempo; a fotografia permitiu-nos ver não somente a praça, mas de que perspectiva os homens

da década de 30 e 40 em Fortaleza se interessavam em vê-la. Consideramos pertinente ainda indagar: como a sensibilidade visual e outras podem nos ajudar a tecer uma história da cidade? Aqui, fica a proposta de uma leitura que desafia a nós historiadores ainda a refletir como a dinâmica de um espaço em meio ao cotidiano da cidade altera a forma como os homens se apropriam da cidade e lidam com as suas alterações sensitivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando eu era bem pequeno, lembro-me de segurar com muita força a mão direita de minha mãe e caminhar a passos largos e rápidos, para uma criança de 6 ou 7 anos e percorrer ruas e esquinas do que considerava outra cidade olhando assustado para quase tudo. Tinha medo que se esquecesse de mim ali ou ficasse perdido no meio daquela multidão, perguntava a minha mãe os nomes de todas as ruas, na minha inocência era uma forma de não ficar perdido. Na verdade, ali se tratava do ‘centro’ da cidade de Fortaleza, a parte mais antiga da cidade, verdadeiro ponto de comércio durante o dia e total abandono durante a noite, por isso não ser tão estranho o que ainda diz minha avó e alguns moradores antigos hoje quando vão ao Centro: “vou à cidade”.

Naquela Praça da Bandeira (sempre fui ensinado que o nome daquela praça era este) me impressionavam, as caixas de água que sempre tiveram pergunta certa na boca de um menino curioso: ainda funcionam? E minha mãe, sempre sincera respondia – “nem sei se um dia funcionou.” Olhava o prédio da Faculdade e mesmo sem saber do que se tratava dizia que queria entrar para conhecer. Não menor era o não da minha mãe sempre efusivo e justificado na resposta “tenho mais o que fazer”. E ficava tempo olhando os detalhes, enquanto esperávamos na parada de ônibus a linha Parangaba/ Montese a fim de voltarmos para casa ao final de uma manhã de compras ‘naquela cidade’.

Estas lembranças pessoais do medo que tinha quando criança e estas considerações finais dessa pesquisa foram afloradas após ler o texto *Nossos canhões imaginários* do jornalista Henrique Araújo (2015), que se remetendo às comemorações de 289 anos do aniversário da cidade escreve sobre os canhões imaginários que esta hoje possui.

Numa cidade, a face mais visível do medo não é a quantidade de homicídios, um número que exige tradução, mas a arquitetura, sempre explícita no seu propósito. É no desenho urbano que o medo se encontra fielmente plasmado e vestido com sua melhor roupa: as fachadas azulejadas e guaritas espetando quem vai na calçada. O medo está nas correntes elétricas de baixa voltagem e na concertina encrespada nos paredões que se espicham além da copa das árvores. Está na constelação de aparatos tecnológicos a serviço da clausura e na diversificada oferta de serviços intramuros. O medo está na gramática dos novos empreendimentos imobiliários, cheia de referências antipânico. Está nas catracas eletrônicas e muretas guarnecidas com brigada armada. Está nesse som urgente e quase metálico da trava da porta do carro à presença do flanelinha. Está na estática dos interfonos. Está no zumbido da cerca eletrificada. O medo urbano tem som, cheiro e cor. (ARAÚJO, 2015, p.1).

Hoje, ao passar pela Praça Clóvis Beviláqua, talvez a sensação de insegurança se repita como em outros pontos da capital cearense. O fato de estar em um espaço aberto, público, exposto não apenas aos olhos dos outros, mas aos possíveis disparos de uma arma de

fogo, aos buracos das calçadas, aos carros desgovernados, aos imprevistos da vida urbana, gera, em muitos, a sensação do medo.

Conseqüentemente, se assiste a uma ampliação dos espaços públicos fechados, ‘resguardados’ e ‘seguros’ como os shopping centers, que promovem a reunião de aglomerados humanos com as mais diversas finalidades. Dos trabalhadores aos consumidores, pessoas que procuram diversão, alimentação ou apenas o momento de passar o tempo ‘dando uma olhadinha’ nas vitrines de cada loja.

As praças antigas da cidade de Fortaleza padecem de usos efetivos, de programações culturais que as ocupem, de tavernas, quiosques, circos e futebol que repouse de novo o povo dessa cidade e que convide este povo a ocupar estes espaços públicos de direito. Com exceções de programações pontuais que resistem na Praça do Ferreira e mais recentemente aos domingos no Passeio Público e Praça dos Leões, o que temos para o presente são usos completamente desarraigados das histórias desses lugares, sejam na Praça Clóvis Beviláqua, ou em tantas outras que encontramos no velho centro da cidade.

O que acontece com os espaços públicos como as praças da cidade diante destas questões? Cada vez mais olhamos as praças antigas, localizadas no Centro de Fortaleza, entregues à sorte do investimento do poder público, diga-se de passagem, quase escasso.

Espaços que durante o dia ganham vida dos pedestres que os percorrem ligeiramente, agarrados em suas bolsas e mochilas e com olhos atentos a todos que se aproximam. E durante a noite ficam povoadas de sujeitos invisíveis aos olhos da sociedade, que vivem em situação de rua, mas não são vistos nela durante o dia. Entretanto quando a escuridão noturna chega, eles podem ser identificados nas calçadas das praças, embaixo das marquises, junto aos pés de árvores, em grupos de 3, 4, às vezes, até mais de 10, amontoados sobre papelões que utilizam para amaciar a dureza do chão, cobertos por panos velhos em suas casas de céu aberto. Tem sim ainda hoje a praça os seus mais diversos usos. Apenas não são mais os mesmos frequentadores que ativaram seus costumes do começo dos anos 20 do século passado.

Essa agorafobia amparada pelo confinamento e propaganda de segurança em locais reservados, privados, leva a cada dia mais pessoas a deixar de se identificar com os espaços de domínio coletivo, públicos e se tornam cada vez mais frequentadores de espaços fechados, reservados, inevitavelmente uma característica da contemporaneidade.

Assim como, Henrique Araújo, tomamos para nós as suas perguntas.

A cada ano que vê chegar, Fortaleza se pergunta: conseguirá se reconciliar com o espaço público? Terá ânimo para desfazer as pontes levadiças? Destruirá os seus

canhões, reais e imaginários? Deixará para trás essa herança de cidade fortificada dentro da qual os poderosos se abrigam, erguendo os seus enclaves contra a fúria nativa? Ou, pelo contrário, estamos condenados a parecer cada dia mais com o retrato doente de uma metrópole refugiada no próprio medo? (JORNAL O POVO, 2015, p. 18).

Talvez, boa parte das motivações deste trabalho tenha sido perceber como usamos os espaços públicos ao longo do tempo. Como uma materialidade fixa é alterada pelos fluxos que as perpassam? E como se encontra hoje essa praça e seus usos sociais para a cidade?

O que acontece para que determinadas atividades pareçam quase que impensáveis de serem praticadas em uma praça nos dias atuais, como dirigirem-se a ela apenas para sentar em um dos seus bancos e apreciar um fim de tarde? É bem verdade, que os mais idosos ainda cumprem esse ritual quase que sagrado ao final de cada dia em algumas praças, principalmente nos bairros mais sossegados da periferia de Fortaleza. Se os tempos são outros, os usos também ganham outros significados, infelizmente de abandono e quase com nenhuma ligação de nossa história com estes espaços.

Para um trabalho de História que se propõe a discutir os usos dos espaços públicos na cidade a relevância dessa discussão se dá nas circunstâncias que percebemos ao longo do tempo, a maneira como os homens criam mecanismos para justificar os usos dos espaços coletivos, a partir do momento que começam a empreender características, normatizar, permitir ou inibir práticas, ordenar e reordenar as forças que competem dentro da cidade, vigiar e coibir as ações de sujeitos que alteram a determinação vigente e, principalmente, a maneira como se apropriam ou rechaçam estes espaços.

As transformações urbanas que foram implementadas no começo do século XX, em parte, pela necessidade de adequar o espaço da praça à nova demanda de usos populacionais, em sua maior parcela não trouxeram como benefícios a presença da população nestes lugares de lazer, sendo uma característica do começo do século XXI a perda da ligação entre as pessoas e a rua.

As praças, o ajardinamento, as grandes avenidas tinham como função, naquela época, trazer para dimensão pública um setor elitizado da população; já hoje, há um abandono deste setor nestes espaços públicos e um refugio dos usos comuns por parte da população de menor poder aquisitivo. Por outro lado, existe sim, uma busca por mais qualidade de vida o que tem gerado na atualidade aberturas de espaços públicos propícios a atividades físicas e de lazer, porém estas intervenções em sua maioria acontecem em espaços novos, renegando outros espaços já em estado de abandono e mais identificados com a história da cidade. Estes espaços se tornam empobrecidos se comparados à riqueza de usos que tiveram no passado.

Como colocou Régis Lopes a respeito de tudo se transformar nessa cidade em mercadoria, inclusive o passado e os espaços: “[...] a cidade cresceu sob o comando improvisado de ‘novos ricos’, o passado não ganhou o valor simbólico que é possível encontrar em outros lugares. O que prevaleceu foi o peso das novidades, inicialmente vindas de Lisboa e Paris e agora trazidas de Miami.” (LOPES, 2015, p. 1).

Com esta última parte do texto, esperamos não finalizá-lo, mas apreender objetivamente o que pretendemos analisar através desse estudo da Praça Clóvis Beviláqua.

São contundentes as limitações deste recorte. Evidenciamos que outras praças pudessem fazer parte dessa leitura de transformação da cidade; seria possível pensar em uma cidade em transformação apenas por meio do areal? Talvez, seja uma leitura para aqueles que se sentirem instigados a fazer após esta. As praças urbanizadas nesse período refletiram a complexidade da estrutura urbana alcançada com o desenvolvimento das grandes cidades, modificando notadamente o seu perfil espacial.

Em linhas gerais, buscamos responder algumas perguntas que coincidiam não apenas com os estudos de História na academia, mas também com interrogações que prescindiam de qualquer estudo mais detalhado e que partiram da vivência pessoal com o espaço aqui problematizado. Como recordei no início destas considerações boa parte do empenho em pesquisar e conhecer partiu de um medo que a cidade me trazia, mas que ao mesmo tempo me fascinou à medida que a conhecia paulatinamente.

Em síntese, este trabalho é fruto do objetivo de pesquisar a trajetória de uma das praças da cidade de Fortaleza e sua importância como elemento compositivo do espaço urbano desta capital, a partir da noção de espaço como lugar praticado.

Foi necessário, para tanto, compreender a dinâmica de transformação da cidade. Para entender as alterações visuais e memoriais na praça, os jogos de escalas aqui propostos buscavam um método de aproximar a um contexto social, um conjunto de ações em um microespaço e em paralelo debater com uma historiografia da cidade já bastante efetiva sobre o crescimento do espaço urbano e seus fenômenos.

Nesse sentido é que a praça, como manifestação da espacialidade urbana, integra parte da cidade e reflete uma forma de ocupação, organização e apropriação típica das sociedades capitalistas.

Como parte de uma estrutura que parecia se naturalizar no espaço da cidade, passamos a desnudar a construção daquele espaço e, simultaneamente, a empreender outras visões sobre ele. Enquanto as estruturas físicas, como as caixas d’água e o prédio da Faculdade de Direito, emergiram dos espaços da Praça, pudemos vislumbrar o que estava

sendo colocado a reboque para que tais manifestações fossem alocadas. A existência naquelas areias antes da inserção daquele espaço no tecido urbano da cidade, quando ainda no final do século XIX encontrava-se nos arrabaldes de Fortaleza, e logo depois foi usado como ponto de lazer expresso em atividades diversas como os circos, tavernas e o futebol.

Foi somente naquela segunda metade do século XIX que Fortaleza passou a ter um perfil das cidades que apresentavam uma organização urbana mais consolidada, distante das primeiras aglomerações coloniais. O próprio caráter de cidade, anteriormente de entreposto e local de eventos temporários, modificou-se, adquirindo estruturas permanentes. Desenvolveu-se uma vida urbana em função da maior concentração e permanência de pessoas na cidade, com uma maior intensidade de eventos sociais. Com isso, a própria vitalidade dos espaços urbanos passou a ter uma preocupação constante.

Tratando-se de um trabalho de múltiplas possibilidades de olhar, procuramos estabelecer uma leitura que, além de abordar o seu desenvolvimento formal como o desenho, as alterações espaciais, apresentasse uma trajetória do ponto de vista funcional, associado às principais mudanças nos usos e na apropriação da praça. Vimos os casos detalhadamente da Faculdade de Direito e dos reservatórios de água, ao desenvolvimento do seu contexto para a cidade, bem como ao seu caráter simbólico, a partir dos nomes oficiais ou usais daquele espaço da cidade, marcadamente a característica do capítulo 02.

O trabalho com as fotografias ajudou a trazer outros aspectos da praça, que o público de frequentadores e passantes pouco conhece. Fotografias estas, assim como as demais fontes, nos desafiaram a enxergar mais que uma simples reprodução técnica, uma leitura não apenas visual. Mas ao mesmo tempo um duplo entendimento do que significava fotografar e fotografar a cidade naquele espaço. Através dela, pudemos visualizar como os fotógrafos cristalizaram, seja na memória, ou no olhar, os pontos fundamentais da Praça da Bandeira nas décadas de 20 e 30.

Esperamos ter contribuído para aquilo que o historiador Régis Lopes alertou a respeito da compreensão histórica da cidade, que esta possa enfim promover uma reflexão sobre a nossa história, “[...] gerando as reviravoltas que só a reflexão histórica pode gerar, caso contrário o nosso devir será aquilo que já se vê hoje: o crescimento do inferno urbano.” (LOPES, 2015, p. 1). Assim, novos usos para as praças do Centro da capital cearense se tornam uma necessidade iminente, pois se as atuais tendências continuarem os próximos anos prometem praças ainda mais desoladas, expelindo ainda mais medo em seus passantes e extirpando seus últimos frequentadores.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Antonio Nogueira Pinto. Discurso de inauguração (1903) da Academia Livre de Direito. *In: FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza: Ed. Faculdade de Direito do Ceará, 1953. p. 217.
- ADERALDO, Mozart Soriano. **A praça**. Fortaleza: R. Esteves Tipoprogresso, 1989.
- ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. 3. ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1998.
- ALENCAR, Maria Emília da Silva. **À sombra das palavras: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- ALMANAQUE DO CEARÁ: administrativo, estatístico, industrial e literário. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1895-1942.
- ANDRADE, Francisco Ari de. **Luzes e sombras na educação: o aciologismo e a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912)**. Fortaleza: INESP, 2008.
- ANDRADE, Margarida J. F. de S. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANDRADE, Valci Rubens Oliveira de. **Antonio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém: a Praça da República como estudo de caso**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- ARANTES NETO, Antônio A. **Paisagens paulistanas: transformação do espaço público**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARAÚJO, Henrique. Nossos canhões imaginários. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 6 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/especiais/fortaleza/289anos/2015/04/06/notfortaleza289,3417403/nossos-canhoes-imaginarios.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, José M. de. Notas sobre a evolução hidráulica no Brasil. **Revista DAE**. São Paulo, v. 46, n. 144, p. 124-202, 1986.

AZEVEDO, Miguel Ângelo (NIREZ). **Cronologia ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

AZEVEDO, Sânzio de. **Breve história da padaria espiritual**. Fortaleza: Ed. UFC, 2011.

BARROSO, Gustavo. **Coração de menino**: memórias. 3. ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 2000a.

BARROSO, Gustavo. **O consulado da China**. 3. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000b.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: DUARTE, Rodrigo (Org.). **O belo autônomo**: textos clássicos de estética. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua responsabilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BEVILÁQUA, Leonardo Ibiapina. **O que vai pela cidade**: automobilidade e crime de trânsito em Fortaleza na década de 1920. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUENO, Beatriz. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v. 13. n. 1, p. 59-97. jan./jun. 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano**: breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza: PMF, 1996.

CAMPOS, Eduardo. **O retrato da praça**. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Gilmar de. Fragmentos de um almanaque de Fortaleza. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ (Org.). **O sobrado do Dr. José Lourenço**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

CARVALHO, Jáder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Terra do Sol, 1969.

CARVALHO, Telma Campanha de. **Fotografia e cidade: São Paulo na década de 30.** São Paulo: [s. n.], 1999. (Projeto História, v. 19).

CASTRO, Jose Liberal de. A cidade: cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. *In*: FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Fortaleza: a administração** Lucio Alcântara (março 1979/maio 1982). Fortaleza, 1982.

CASTRO, Jose Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo 108, p. 43-90, 1994.

CAVENAGHI, Airton José. São José do Rio Preto fotografado: imagética de uma experiência urbana (1852-1910). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 147-169, 2003.

CEARÁ. **Álbum de vista do Ceará (1908).** Fortaleza, 1908.

CEARÁ. **Álbum de Vista do Ceará (1908).** Fortaleza, 1908.

CEARA. **Relatório do Interventor Federal do Ceará apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal Carneiro de Mendonça.** Fortaleza, 1934. p. 284.

CEARA. **Relatório do Presidente da Província do Ceará à Assembleia Provincial:** relatório com que o exm. sr. dr. Enéas de Araújo Torreão, passou a administração da província do Ceará ao exm. sr. dr. Antonio Caio da Silva Prado no dia 21 de abril de 1888. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1888. p. 30-31.

CEARA. **Relatório do Presidente da Província do Ceará:** falla que recitou o Exmo. Sr. Felisardo de Sousa e Melo, Presidente da Província do Ceará na ocasião da abertura à Assembleia Legislativa Provincial. Fortaleza, 1 ago. 1838.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará José Carlos de Matos Peixoto:** mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Ceará à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da décima legislatura. Fortaleza, 1930. p. 15.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará:** mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza, 1927. p. 17, 68.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará:** mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Cel. Antonio Frederico de Carvalho Mota. Fortaleza, 1 jul. 1912. p. 17.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará:** mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Ten. Cel. Marcos Franco Rabelo. Fortaleza, 1 jul. 1913. p. 21.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará:** mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Dr. João Tomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado. Fortaleza, 1 jul. 1917. p. 26.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará**: mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza, 1 jul. 1925. p. 77.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará**: mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza, 1926. p. 64-65.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará**: mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza, 1928. p. 32, 61.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará**: mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly. Fortaleza, 1 jul. 1905. p. 35, 41.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado do Ceará**: mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly. Fortaleza, 1 jul. 1911a. p. 32.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado José Carlos de Matos Peixoto**: mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Ceará à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da décima legislatura. Fortaleza, 1929. p. 30.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado**: mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly. Fortaleza, 1 jul. 1897. p. 22, 25.

CEARA. **Relatório do Presidente do Estado**: mensagem do Presidente do Estado do Ceará Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle. À respectiva Assembleia Legislativa. Em sua 5ª sessão ordinária da 1ª Legislatura. Fortaleza, 1896. p. 7.

CEARA. **Relatórios da Presidência da Província**: relatórios, falas e mensagens dos presidentes de Província e do Estado do Ceará. Fortaleza, 1887. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

CEARÁ. Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. **APEC Fundo de Obras Públicas, prateleira 14, caixa 06, pasta Water Company**. Fortaleza, 2 jul. 1864.

CEARÁ. Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. **APEC Fundo Obras Públicas, prateleira 14, caixa 06, dossiê 01, ofício 09**. Fortaleza, 14 dez. 1911b.

CEARÁ. Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. **APEC Fundo Obras Públicas, prateleira 14, caixa 06, dossiê 01, cópia da lista de material**. Fortaleza, 29 jul. 1911c. p. 7.

CEARÁ. Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. **APEC Fundo Obras Públicas, prateleira 14, caixa 06, dossiê 02, ofício 14**. Fortaleza, 1911d. p. 3-4.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Lar, trabalho e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Unicamp, 2008.

COARACY, Vivaldo. **Memória da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. v. 3.

CRONICAS da cidade: um velho costume. **Correio do Ceará**, Fortaleza, p. 5, 23 jan. 1927.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1990.

DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a história**. Campinas: Editora Unicamp; Piracicaba: Editora da Unimep, 1998.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DICK, M. V. P. A. A Ciranda dos nomes na toponímia de São Paulo. **Cadernos de História de São Paulo**, São Paulo, v. 2, p. 61-71, 1993.

DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930): a proposta do Cemumc. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, 2007.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. *In*: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (Org.). **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo; Editora UNESP, 2009. p. 213-244.

DUBOIS, Philippe; APPENZELLER, Marina. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012.

EUGÊNIO, Alisson. Saber médico, cultura e saúde pública no Brasil do século XIX. **Saeculum**, João Pessoa, v. 1, p. 160, 2010.

FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. **Cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceara, 1903 - 1953: estudos, discursos, palestras, entrevistas, páginas de evocação e outros elementos históricos relativos à fundação, instalação ...** Fortaleza: Ed. Faculdade de Direito do Ceará, 1953.

FARIAS, Jesualdo Pereira de. **Discurso proferido pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará por ocasião da sessão solene dos 110 anos da Faculdade de Direito**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.direito110anos.ufc.br/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

FERREIRA NETO, Cicinato. **A tragédia dos mil dias: a seca de 1877-79 no Ceará.** Fortaleza: Premium, 2006.

FERTIG, André Átila. Minha querida Maria Rita: o General Câmara na campanha do Uruguai (1864-1865) através de cartas a esposa. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 22-42, dez. 2012.

FOI inaugurado oficialmente o serviço de água e esgotos de Fortaleza. **Jornal Diário do Ceará**, Fortaleza, p. 4, 8 maio 1926.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: face da atividade policial na capital cearense (1916-1930).** 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FORTALEZA. **Código de postura de Fortaleza.** Fortaleza, 1893.

FORTALEZA. **Código de postura de Fortaleza.** Fortaleza, 1932.

FORTALEZA. **Decreto Lei nº 311 de 02 de março de 1938.** Fortaleza, 1938.

FORTALEZA. **Decreto Municipal nº 351 do dia 26 de novembro de 1937.** Fortaleza, 1937.

FORTALEZA. **Decreto Oficial da Intendência Municipal. 27 de novembro de 1862:** Resolução nº 1.023. Fortaleza, 1962.

FORTALEZA. **Decreto Oficial do Município de nº 1649 em 13 de julho 1959.** Fortaleza, 1959.

FORTALEZA. **Planta da cidade de Fortaleza de 1922.** Fortaleza: [s. n.], 1922.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Décima Urbana (1890).** Fortaleza, 1890.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Guia da cidade de Fortaleza.** Fortaleza, 1939.

FRANZINI, Fábio. A futura paixão nacional: chega o futebol. *In*: DEL PRIORE, Mary, MELO, Victor Andrade de (Org.). **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 109-131.

FREIRE, Carlos Renato Freire Araújo. **O quebra-quebra de 1942: um dia para lembrar.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

GALENO, Alberto. **A praça e o povo: homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira.** 2. ed. Fortaleza: Multigraf, 2000.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura**: o desenvolvimento de uma tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

HERBSTER, Adolpho. **Planta da cidade da Fortaleza capital da Província do Ceará**. Fortaleza: [s. n.], 1888.

HERBSTER, Adolpho. **Planta da cidade da Fortaleza e subúrbios**. Fortaleza: [s. n.], 1875.

HOBBSAWM, E. J. **A era do capital**: 1848-1875. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, E. J. **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. A rua, sua morada e os números. *In*: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ (Org.). **O sobrado do Dr. José Lourenço**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil 1936**. Rio de Janeiro, 1936. v. 2. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=10>. Acesso em: 29 set. 2014.

JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira**: o inédito, o sério e o pitoresco. 2. ed. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1992.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1994.

JORNAL A ESQUERDA. Fortaleza: [s. n.], 1 fev. 1928.

JORNAL A LUCTA. Fortaleza: [s. n.], n. 341. p. 3, 9 jun. 1920.

JORNAL A REPÚBLICA. Fortaleza: [s. n.], 22 fev. 1903. p. 4.

JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], 13 maio 1926a. p. 2.

JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], 14 fev. 1926b. p. 4.

JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], 20 fev. 1926c. p. 4.

JORNAL DIÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza: [s. n.], 27 maio 1926d. p. 3.

JORNAL O NORDESTE. Fortaleza: [s. n.], 11 mar. 1938.

JORNAL O NORDESTE. Fortaleza: [s. n.], 14 mar. 1938.

JORNAL O POVO. Fortaleza: [s. n.], 1 mar. 2013. p. 4.

JORNAL O POVO. Fortaleza: [s. n.], 31 jul. 2012. p. 2.

JORNAL O POVO. Fortaleza: [s. n.], 7 jul. 1934.

JORNAL UNITÁRIO. Fortaleza: [s. n.], 12 mar. 1929.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza: Premius, 2011.

KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográfica: decifrando a realidade interior das imagens fotográficas. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 12-82, jan./dez. 1993.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KUBRUSLY, Claudio Araújo. **O que é fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: república do Ceará-moleque. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**. São Paulo: Edusp, 1993.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 2001.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Vistas urbanas, doces lembranças: o “antigo” e o “moderno” nos álbuns fotográficos comparativos. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). **Antigos e modernos**: diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009.

LOBO, Maurício Nunes. **Imagens em circulação**: os cartões postais produzidos na cidade de Santos pelo fotógrafo José Marques Pereira no início do século XX. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

LOPES, Régis. O desaniversário de Fortaleza: passado e futuro. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/especiais/fortaleza/289anos/2015/04/06/notfortaleza289,3417397/o-desaniversario-de-fortaleza-passado-e-futuro.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: o Estado de S. Paulo. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 61-91, 2007.

MARINS. Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando, SEVECENLO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 132-212.

MARTINS, Hévila de Lima. **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda**: varíola, poder e assistência na cidade de Fortaleza (1820-1880). 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23. p. 17-39, 1999.

MAUAD, Ana Maria de Souza. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/labhoi/tdss01.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98. 1996.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

MONTEIRO, Rosana Horio. Arte e ciência no século XIX: um estudo em torno da descoberta da fotografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 51-70, jul./dez. 2004.

MONTEIRO, Rosana Horio. **Brasil, 1833**: a descoberta revisitada da fotografia. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Campinas, 1997.

MONTENEGRO, Abelardo F. **A Praça do Ferreira**: tentativa de interpretação do Ceará-Moleque. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1959.

MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta**: a experiência brasileira, 1500-2000: a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Água para o progresso de Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso e memória**: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha: crônicas**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC: PMF, 1981.

NUNES NETO, Francisco Antonio. Entre fontes, chafarizes e o dique: a introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 4, p. 134-157, 2014.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a ideologia higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto alegre, v. 15, n. 32, p. 87-123, 2013.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. **Tempo moderno conforme narrativa ou a memória, a crônica, a história, o cotidiano**: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PEREIRA, Noemia Maria Queiroz. **Os caminhos do olhar**: circulação propaganda e humor, Recife 1880-1914. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do passeio público à ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945). 2007. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

POMPEU SOBRINHO, Tomás. A nova toponímia cearense. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 2. n. 13, p. 29-34, abr. 1944.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORDEUS, Ismael. Fortaleza: casas e ruas numeradas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo 72, p. 335-352, 1963.

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 55-90. 2007.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMÓN J., Gabriel. Com a pátria nas paredes: a regularização da nomenclatura urbana de Lima (1861). In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 121-136.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA A JANDAIA. Fortaleza: [s. n.], 3 maio 1925.

REVISTA BA-TA-CLAN. Fortaleza: [s. n.], n. 1, 12, 15, 1926.

ROLNIK, Raquel. Cidade e história. *In*: FERNANDES, Ana; GOMES, M. A. A. F. (Org.). **Cidade & história**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1993.

RUA Senador Pompeu. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SALES, Antonio. O BONDE de Pelotas. **Jornal O Pão**, Fortaleza, n. 29, 1 dez. 1895.

SALES, Paulo. **Fortaleza em 1920**. Fortaleza: Procinorte, 1960. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FT-qt-YnYHw>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SAMPAIO, Jorge Henrique Maia. **Para não perder o bonde**: Fortaleza e o transporte da Light nos anos de 1913-1947. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANDRI, Sinara Bonamigo. **Um fotógrafo na mira do tempo**: Porto Alegre por Virgílio Calegari. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo. São Paulo: SENAC SP, 2007.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. **Comemoração, pobreza e cultura letrada no centenário de Teresina (1952)**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. *In*: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetivo, 2012.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios no Estado do Ceará. **Vivências**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 207-229, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. *In*: NOVAS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 3.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. *In*: SOUSA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Org.). **Comportamento**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v.1, p. 59-96.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Fortaleza**: imagens da cidade. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceara, 2004.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Rumores**: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950). Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA FILHO, José Oliveira. **Tramas do olhar**: a arte de inventar a cidade de São Luís do Maranhão pela lente do fotógrafo Gaudêncio Cunha. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Vania Cristina. Valorizar o trabalho e enaltecer a pátria: o Estado Novo e as festas escolares na Paraíba. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOBREIRA, Amorim. Patriarcas do Direito – 1953: professor Amorim Sobreira. *In*: FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. **Cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceara, 1903 - 1953**: estudos, discursos, palestras, entrevistas, páginas de evocação e outros elementos históricos relativos à fundação, instalação ... Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1953. p. 53.

SOUSA, Francisco Benedito de. **Caminhando por Fortaleza**. Fortaleza: Destak, 1999.

SOUZA, Célia Ferraz de. O sentido das palavras nas ruas da cidade: entre práticas populares e o poder do Estado (ou público). *In*: BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 137-156.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. Um capítulo da história do saneamento urbano no Brasil: invenção do tubo de ferro fundido centrifugado. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 8, p. 121-144, 2006.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; ALMEIDA, Marta de. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. **Hist. Cienc. Saúde**, Manguinhos, v. 10, p. 29-49, 2003.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VELHA Incorrígível. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 8, 13 jul. 1927.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.